

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS  
INTERNACIONAIS**

**ENA JORDANA GAZZONI DEGRAZIA HOWES**

**UMA ANÁLISE DE DISCURSO CONTRASTIVA ENTRE AS NARRATIVAS  
PRESIDENCIAIS DE RONALD REAGAN E DONALD TRUMP SOBRE A  
IDENTIDADE NACIONAL ESTADUNIDENSE**

**PORTO ALEGRE**

**2024**

**ENA JORDANA GAZZONI DEGRAZIA HOWES**

**UMA ANÁLISE DE DISCURSO CONTRASTIVA ENTRE AS NARRATIVAS  
PRESIDENCIAIS DE RONALD REAGAN E DONALD TRUMP SOBRE A  
IDENTIDADE NACIONAL ESTADUNIDENSE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira.

Coorientador: Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines.

**PORTO ALEGRE**

**2024**

### CIP - Catalogação na Publicação

Howes, Ena Jordana Gazzoni Degrazia  
Uma análise de discurso contrastiva entre as narrativas presidenciais de Ronald Reagan e Donald Trump sobre a identidade nacional estadunidense / Ena Jordana Gazzoni Degrazia Howes. -- 2024.  
173 f.  
Orientador: Guilherme Ziebell de Oliveira.

Coorientador: Andrés Ernesto Ferrari Haines.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Donald Trump. 2. Ronald Reagan. 3. Análise de discurso. 4. Política externa. 5. Identidade nacional. I. Oliveira, Guilherme Ziebell de, orient. II. Haines, Andrés Ernesto Ferrari, coorient. III. Título.

**ENA JORDANA GAZZONI DEGRAZIA HOWES**

**UMA ANÁLISE DE DISCURSOCONTRASTIVA ENTRE AS NARRATIVAS  
PRESIDENCIAIS DE RONALD REAGAN E DONALD TRUMP SOBRE A  
IDENTIDADE NACIONAL ESTADUNIDENSE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 27 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira – Orientador

Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul [UFRGS]

---

Profa. Dra. Silvia Regina Feraboli

Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul [UFRGS]

---

Profa. Dra. Tatiana Vargas Maia

Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul [UFRGS]

---

Profa. Dra. Camila Feix Vidal

Universidade Federal de Santa Catarina [UFSC]

## AGRADECIMENTOS

Os dois anos de pesquisa e aprendizados que resultaram no presente trabalho foram viabilizados graças à bolsa de pesquisa fornecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) durante todo o período referido. Este par de anos foram de ensinamentos a níveis acadêmicos e profissionais, mas também pessoais, que não teriam sido possíveis sem a estrutura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI), onde eu tive a felicidade de conhecer colegas que se tornaram em amigos e professores que se tornaram em inspirações.

Agradeço ao meu orientador, professor Guilherme Ziebell de Oliveira e meu coorientador, professor Andrés Ernesto Ferrari Haines, pelo apoio e compreensão neste árduo processo. Agradeço, também, aos professores Eduardo Ernesto Filippi, Silvia Regina Feraboli, André Luiz Reis da Silva, Tatiana Vargas Maia e Jacqueline Angélica Hernández Haffner com os quais eu aprendi a realidade da vida acadêmica.

Algumas pessoas em especial, de diferentes formas e em diferentes momentos se tornaram rochas de apoio durante estes dois anos e as vivências que compartilhei com elas, me transformaram. Assim, agradeço imensamente aos meus amigos e amigas dentro e fora do PPGEEI, que me acompanharam neste caminho. Por fim, e com absoluta importância, agradeço à minha família. Minha mãe, Neide, meus irmãos, assim como Eddie e John. Eu os agradeço todos os dias, e endereçá-los aqui, oficialmente, é o mínimo que posso fazer.

## RESUMO

Após a eleição de Donald Trump muito se especulou na área de Relações Internacionais se este advento representou uma ruptura com a tradição de política externa dos Estados Unidos. É geralmente reconhecido que muito desta tradição, especificamente para o discurso ideológico do Partido Republicano, foi moldado a partir das bases discursivas estabelecidas na administração de Ronald Reagan. A partir de uma análise de discurso entre a narrativa sobre identidade nacional reproduzida por estes dois ex-presidentes, o objetivo geral desta dissertação é avaliar em quais aspectos Trump apresentou desvios e continuidades no discurso ideológico da política externa do país. A partir das compreensões de Campbell (1998) e Hansen (2006) sobre a função da reprodução discursiva de identidade nacional como uma prática de política externa, a pesquisa adota uma abordagem pós-estruturalista para alcançar seu objetivo teórico. Aliado às contribuições de Pêcheux (1990; 1997a) e Hall (2003), sobre a relação entre ideologia e discurso, a pesquisa contrasta o conteúdo discursivo dos pronunciamentos Sobre o Estado da União dos referidos presidentes, através de três eixos conceituais formativos da identidade nacional. Estes servirão como parâmetros para a análise de discurso: a excepcionalidade estadunidense; o papel dos Estados Unidos na Ordem Internacional Liberal; o medo da ameaça externa. A metodologia aplicada para alcançar este fim segue a Abordagem das Práticas Discursivas desenvolvida por Doty (1993), combinada às técnicas da Análise Documental, para a formação de um corpus discursivo representativo destes pronunciamentos. Entendendo que a abordagem pós-estruturalista sobre o discurso ideológico trumpista pode fortalecer os estudos sobre a política externa estadunidense, a pesquisa visa contribuir com os debates atuais na área de Análise de Política Externa sobre o papel dos Estados Unidos nas percebidas instabilidades da Ordem Internacional Liberal.

**Palavras-chave:** Donald Trump. Ronald Reagan. Análise de Discurso. Política Externa. Excepcionalidade estadunidense. Identidade Nacional.

## ABSTRACT

After Donald Trump's election, there was much speculation in the field of International Relations about whether this represented a rupture within the tradition of American foreign policy. It is generally acknowledged that much of this tradition, specifically in the ideological discourse of the Republican Party, was shaped by the discursive foundations established during the Ronald Reagan administration. Based on a discourse analysis about the narrative on national identity reproduced by these two former presidents, the general objective of this dissertation is to evaluate in which aspects Trump presented deviations and continuities in the ideological discourse of the country's foreign policy. Drawing on Campbell's (1998) and Hansen's (2006) understandings of the role of discursive reproduction of national identity as a foreign policy practice, this research adopts a post-structuralist approach to achieve its theoretical objective. In line with the contributions of Pêcheux (1990; 1997a) and Hall (2003), on the relationship between ideology and discourse, this research contrasts the discursive content of the State of the Union addresses of the aforementioned presidents, through three formative conceptual axes of the American national identity. These will serve as parameters for the said discourse analysis: American exceptionalism; the role of the United States in the Liberal International Order; and the fear of external threats. The methodology applied to achieve this goal follows the Discursive Practices Approach developed by Doty (1993), combined with Document Analysis techniques, to form a discursive corpus representative of these addresses. Understanding that a post-structuralist approach to Donald Trump's ideological discourse can strengthen studies on U.S. foreign policy, this research aims to contribute to the current debates in the field of Foreign Policy Analysis regarding the role of the United States in the perceived instabilities of the Liberal International Order.

**Keywords:** Donald Trump. Ronald Reagan. Discourse Analysis. Foreign Policy. American Exceptionality. National Identity.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Predicação e pressuposição dos sujeitos no pronunciamento sobre o Estado da União de 1982.....	126
Quadro 2 - Predicação e pressuposição dos sujeitos no pronunciamento sobre o Estado da União de 1983.....	126
Quadro 3 - Predicação e pressuposição dos sujeitos no pronunciamento sobre o Estado da União de 1984.....	127
Quadro 4 - Predicação e pressuposição dos sujeitos no pronunciamento sobre o Estado da União de 2018.....	134
Quadro 5 - Predicação e pressuposição dos sujeitos no pronunciamento sobre o Estado da União de 2019.....	134
Quadro 6 - Predicação e pressuposição dos sujeitos no pronunciamento sobre o Estado da União de 2020.....	135

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>ANÁLISE DE DISCURSO E SEU USO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONCEITOS E TEORIAS</b> .....	<b>17</b>
2.1	A PARTICULARIDADE DO DISCURSO .....	21
2.1.1	O discurso como produto ideológico .....	24
2.1.2	A Estrutura Discursiva da Ideologia.....	30
2.2	NOTAS SOBRE IDENTIDADES, NAÇÃO E IDENTIDADES NACIONAIS .....	33
2.3	REPRESENTAÇÕES DE NAÇÃO E IDENTIDADES NACIONAIS NA POLÍTICA EXTERNA .....	35
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA E TÉCNICAS</b> .....	<b>45</b>
3.1	PERCURSO METODOLÓGICO .....	47
3.2	O <i>CORPUS</i> DISCURSIVO.....	47
3.2.1	O Discurso Presidencial.....	50
3.2.2	As Técnicas da Análise Documental.....	53
3.2.3	Os mecanismos de pressuposição, predicação e posicionamentos dos sujeitos.....	57
3.2.4	Seleção dos índices descritivos e a ordenação dos sujeitos e objetos.....	59
<b>4</b>	<b>OS MARCADORES HISTÓRICOS DA IDENTIDADE NACIONAL ESTADUNIDENSE</b> .....	<b>62</b>
4.1	A EXCEPCIONALIDADE ESTADUNIDENSE .....	63
4.2	O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NA ORDEM INTERNACIONAL LIBERAL ..	79
4.3	A RELAÇÃO COM O “OUTRO” E A AMEAÇA EXTERNA.....	88
<b>5</b>	<b>AS NARRATIVAS PRESIDENCIAIS</b> .....	<b>96</b>
5.1	O DISCURSO IDEOLÓGICO DO GOVERNO RONALD REAGAN (1981-1984) ...	96
5.2	O DISCURSO IDEOLÓGICO DO GOVERNO DONALD TRUMP (2017-2021).....	107
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DE DISCURSO CONTRASTIVA</b> .....	<b>125</b>
6.1	REPRESENTAÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS DE RONALD REAGAN.....	126
6.2	ANÁLISE DISCURSIVA DOS PREDICADOS E PRESSUPOSTOS .....	128
6.3	REPRESENTAÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS DE DONALD TRUMP .....	133
6.4	ANÁLISE DISCURSIVA DOS PREDICADOS E PRESSUPOSTOS .....	135
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>142</b>
	<b>REFERENCIAS</b> .....	<b>155</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O democrata Joe Biden, eleito presidente no final de 2020, teve como uma de suas pautas de campanha a intenção de estabilizar a imagem dos Estados Unidos no cenário internacional. Isto após quatro anos de um governo frequentemente descrito como errático de seu antecessor em relação aos compromissos internacionais do país (Atwood; Gaouette, 2020; Borger, 2020). Da mesma forma, Biden se comprometeu a apaziguar as tensões no tecido político-social do país devido à forte polarização da população em volta das políticas e da figura do ex-presidente Donald Trump (Biden, 2020; Cruz, 2019; Dimock, 2020; French, 2020).

Nesse sentido, após o seu mandato presidencial (2017-2021), os impactos políticos do governo Trump permanecem em constante debate, especialmente ao analisar se, e em que medida, seu governo foi um ponto de ruptura com a tradição de política externa estadunidense (Herbert, McCrisken, Wroe, 2019; Magnotta, 2021; Mearsheimer, 2019; Nye, 2019; Renshon, Suedfeld, 2021; Hill, Hurst, 2022). Na esteira das análises em torno desta problemática, a pesquisa busca avaliar se Donald Trump representou um desvio no discurso da política externa do país, ao direcionar o estudo à uma análise sobre a identidade nacional estadunidense reproduzida pelo ex-presidente.

Inicia-se a discussão pela reflexão que todas as nações têm mitos fundadores, heróis nacionais e marcos históricos que permeiam as articulações políticas nacionais. Entretanto, como Bercovitch (2011) argumenta, nos Estados Unidos, os símbolos nacionais não ficam restritos às tradições orais, lendas ou uma evocação esporádica de sua simbologia em contextos e datas específicas. Cotidianamente, estes elementos são instrumentalizados e representados nas construções políticas e sociais modernas do país, em vez de serem resguardados a um passado remoto.

Constantemente, arquétipos historicamente construídos, tais como o “excepcionalismo americano”, a crença na missão de liderar a ordem internacional e a “defesa da liberdade”, são articulados no discurso político do país, reiterando, assim, a narrativa sobre uma determinada identidade nacional. Estes arquétipos se mostram presentes na inscrição e reprodução de valores sociais específicos, os quais, ao mesmo tempo que característicos às sociedades ocidentais modernas, são também marcados pelas particularidades da experiência estadunidense (Bercovitch, 2011).

Os atributos que marcam sua identidade nacional são representados de diferentes formas, mas os fundamentais ao seu funcionamento são manifestados pelo individualismo, expresso pelo discurso da defesa irrestrita à liberdade individual e à iniciativa privada; e o

pressuposto do respeito ao Estado de direito liberal, pelas facetas da liberdade de expressão e igualdade de oportunidades. A partir destes valores derivam um conjunto de pressupostos que afetam a condução política da sociedade estadunidense e que serão examinados pela pesquisa. Tais atributos, ressalta-se, foram reproduzidos historicamente paralelos ao racismo e as desigualdades econômicas estruturais do país. Neste aspecto, observa-se que estes valores são instrumentalizados em prol de um discurso ideológico particular sobre a fundação do Estado nacional, na medida que marginaliza outras experiências de identidade nacional (Bercovitch, 2011; Neüff, 2018).

No entanto, o discurso de homogeneização da identidade nacional, não é instrumentalizado apenas no ordenamento da sociedade civil, também é expresso nos discursos de sua política externa. Tal discurso ideológico é representado historicamente em pronunciamentos políticos e na elaboração e condução da agenda internacional. Nota-se, portanto, que as práticas discursivas da política externa naturalizaram o papel de liderança do país, e o de protetor e promotor dos valores liberais da ordem internacional, pautando a projeção de uma determinada identidade (Campbell, 1998; Hixson, 2008; Resende, 2009).

Nesse sentido, Campbell (1998) afirma que as formulações de política externa estadunidenses são intrínsecas às construções discursivas da identidade nacional do país. No que diz respeito a essa relação, Resende (2009, p. 11) afirma “[...] a política externa depende de representações de identidade e esta somente se torna possível por meio da formulação de política externa”. Na mesma linha, Hansen (2006) aponta que a suposta proteção e promoção de um determinado tipo de identidade se torna justificativa para formulações de políticas, as quais guardam um conteúdo ideológico específico. Ao mesmo tempo, entende a autora, no discurso de política externa certas identidades nacionais são reproduzidas e reafirmadas, enquanto outras são deslegitimadas.

Assim, tendo em mente o discurso de identidade nacional nos Estados Unidos, a presente pesquisa realiza uma discussão sobre a reprodução discursiva de identidade pelo ex-presidente Donald Trump, se orientando pelos procedimentos teóricos e metodológicos da *análise de discurso contrastiva*. Dessa forma, esta será aplicada aos pronunciamentos presidenciais de Trump os comparando ao de outro sujeito político, o ex-presidente Ronald Reagan. A partir destes parâmetros, pergunta-se em quais aspectos a construção discursiva do primeiro representou uma ruptura com a narrativa do segundo sobre a identidade nacional estadunidense.

Na esteira da discussão, aponta-se que a escolha por analisar as práticas discursivas de Ronald Reagan foi deliberada com base em uma pesquisa prévia, na qual identificou-se que seu

governo foi paradigmático para a formação da política moderna do país. Sustenta-se que o referido presidente estabeleceu um precedente para a conduta presidencial, determinando pressupostos discursivos específicos, estabelecendo uma linguagem e prática material seguida pelos futuros mandatários e normalizada perante a população (Cosgrove, 2018; Skinner, 2008). Assim, a partir dos resultados desta pesquisa preliminar, estabeleceu-se que o parâmetro para a análise de discurso em questão deveria ser a narrativa presidencial de Ronald Reagan.

Dessa forma, segundo White (2017), Donald Trump surge em 2016 como uma ruptura com o discurso instituído pelo ex-presidente. Não seria apenas o caso da ascensão de uma figura de retórica mais inflamada, seria, concretamente, o fim da Era Reagan. Não apenas em relação ao perfil de presidente que a população busca, mas também, por exemplo, a tradição das políticas conversadoras na política doméstica e o multilateralismo na agenda externa do país (White, 2017).

Essa análise é coerente com as próprias falas de Trump durante a campanha presidencial de 2016, quando o candidato afirmou que não precisava do apoio incondicional do Partido Republicano para ganhar a eleição visto que conseguiria trazer “muitos votos de democratas”, pois, de acordo com Trump: “[...] eu sou muito diferente de todos os outros, talvez, que já concorram a presidência [...]” (Trump, 2016, tradução própria<sup>1</sup>). Na mesma linha do argumento sobre o papel disruptivo do ex-empresário, o político republicano Patrick Buchanan e aliado do então candidato afirmou em um artigo para a *AP News*: “Agora esse é o Partido Republicano de Donald Trump” (Buchanan, 2017, tradução própria<sup>2</sup>).

Estas posições inicialmente soam como um corte com as tradições políticas do partido, visto que presidentes e políticos republicanos em geral (e mesmo democratas) sempre buscaram evocar a figura de Reagan, ou até se afirmar como herdeiros do seu legado político conservador. Contudo, Donald Trump teria causado uma “revolução” no partido, feito, agora, à sua imagem (White, 2017). Com efeito, há argumentos que corroboram com uma suposta ruptura discursiva (no sentido material e da retórica) do ex-empresário com o legado de Reagan, especialmente no que tange ao suposto papel multilateral dos EUA na Ordem Internacional Liberal (OIL).

De acordo com Nye (2019), da metade do século XX em diante, paralelo ao realismo pragmático, a corrente do internacionalismo multilateral foi predominante na política externa estadunidense. Resultando, dessa forma, em uma combinação de tendências realistas com ideais wilsonianos. Trump, em contrapartida, teria se distanciado dos princípios do liberalismo

---

<sup>1</sup> Idioma original do trecho: “[...] I’m very different than everybody else, perhaps, that has ever run for office [...]” (Trump, 2016).

<sup>2</sup> Idioma original do trecho: “It’s Donald Trump’s Republican Party now” (Buchanan, 2017).

internacional de seus antecessores contemporâneos. Rompendo, assim, com um dos pressupostos basilares da Ordem Internacional Liberal após 1945 (Nye, 2019).

Ademais, existem argumentos de uma predominância do isolacionismo na política externa de seu governo, encontrado em exemplos materiais como a retirada do país de uma série de acordos multilaterais, como o Acordo Climático de Paris em 2017; o Acordo de Associação Transpacífico (TPP), igualmente em 2017; e o Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA) em 2018. Outras iniciativas foram a retirada das tropas estadunidenses no norte da Síria em 2019 (Magnotta, 2021); assim como as cobranças de Trump por maiores investimentos por parte dos demais membros da OTAN (Estados Unidos, 2019); e suas afirmações de que não caberia aos Estados Unidos agirem como força policial em outros países (Estados Unidos, 2020).

No entanto, como Pecequillo aponta (2013), é necessário ter em mente que, historicamente, a tradição de política externa dos Estados Unidos passa por movimentos pendulares de posicionamentos internacionais, ora mais conservadores, ora mais liberais. Sendo que, efetivamente, assim como o internacionalismo multilateral faz parte da tradição de política externa do país, também o unilateralismo e o isolacionismo.

Em relação a esta problemática, Mearsheimer (2019) defende que a OIL não poderia ser considerada plenamente liberal, nem totalmente internacional. Segundo o autor, os Estados Unidos teriam liderado duas ordens distintas a partir de 1945, uma se restringia ao Ocidente, com um caráter realista em todas as suas dimensões essenciais. Visto que, por mais que apresentasse mecanismos liberais, estes operavam com um funcionamento realista. Ao passo que, a ordem internacional do pós-Guerra Fria, esta sim teria sido liberal e internacional.

Contudo, esta teria entrado em processo de colapso a partir da década de 2000, ou seja, muito antes da emergência de Donald Trump. Tal processo, causado pelas consequências das crises econômicas em escala global. Assim, mesmo que o ex-presidente estivesse comprometido em dismantelar a Ordem Internacional Liberal, este teria apenas conseguido ascender como uma opção de liderança devido às fissuras já existentes nas bases do internacionalismo multilateral (Mearsheimer, 2019; Musgrave, 2019).

Este processo teria iniciado após o fim da Guerra Fria com a consequente irrelevância de uma rede securitária de contenção à URSS. Assim, os países aliados aos EUA se tornaram mais contestatórios das prerrogativas especiais do sistema institucional internacional usufruídas pelos estadunidenses. No século XXI, na medida que estas demandas se intensificaram, a política externa estadunidense passou a contorná-las através de iniciativas unilaterais, alianças bilaterais ou cooperações pontuais (Skidmore, 2011). Igualmente, as relações com os demais atores do sistema internacional e potências contestadoras do poderio estadunidense, tais como

Rússia e China, passaram a exibir um caráter mais coercitivo (Mearsheimer, 2019; Hopewell, 2020).

No entanto, embora o impulso unilateral da política externa tenha se intensificado nas últimas duas décadas, o papel dos EUA como líder da ordem internacional continuou sendo articulado por premissas tradicionais da identidade nacional. Como o discurso da excepcionalidade nacional e a inclinação missionária da política externa através de iniciativas intervencionistas (Restad, 2015; 2020). Neste sentido, como Hall (2006) aponta, investidas de interferência externa, tanto em um caráter direto como indireto, violenta os pressupostos e atributos que formam as identidades nacionais dos Estados do sistema internacional, ou seja, suas tradições e ritos sociais (Hall, 2006; Doty, 1993).

Coloca-se, portanto, neste contexto, o discurso da política externa dos Estados Unidos no seu papel intervencionista de disseminador de valores morais em um sistema internacional altamente integrado. Este elemento é relevante uma vez que intervenções estadunidenses e a imposição de valores liberais universalizantes invariavelmente geram resistência por parte das populações estrangeiras que sofrem estas ações. No entanto, nota-se que esta dinâmica se aplica a certos segmentos da sociedade estadunidense para com sua própria identidade nacional. Isto é, em uma realidade onde as fronteiras físicas, culturais e sociais se tornaram porosas, o internacionalismo multilateral que permite que outros países estejam vulneráveis ao discurso universalizante e homogeneizador do liberalismo, também se impõe à sociedade estadunidense (Mearsheimer, 2019).

Leite e Oliveira (2021), observam, nesse sentido, que a partir do intenso processo de globalização, emergiram em parcelas da população estadunidense, especificamente em grupos conservadores e evangélicos, um discurso nacionalista “anti-globalista” (Anton, 2019). Este foi sendo construído em resposta ao que se acredita serem os resultados da imposição dos funcionamentos do liberalismo internacionalista. A saber, estes seriam o desemprego, a queda ou estagnação dos salários, a acentuada desigualdade de renda, e o grande influxo de migrações e seus impactos na diversidade cultural do país (Norrlöf, 2018; Hopewell, 2020).

Do mesmo modo, como parte deste discurso, a suposta priorização de intervenções multilaterais de caráter humanitário e militar no exterior, em detrimento de pautas domésticas, também são fortemente criticadas entre estes grupos (Skocpol; Williamson, 2012; Dueck, 2020). Assim, a partir de um discurso de antagonismo, tanto internacionalmente em relação a outros países, como nacionalmente através da polarização política, o trumpismo instrumentalizou e incentivou a sensação de ameaça sentida por essas parcelas da população (Norloff, 2018). Por sua vez, Smith (2022) e Musgrave (2019), similarmente a Mearsheimer

(2019), ressaltam que Trump obteve sucesso em seu projeto político justamente por capitalizar em cima de um ambiente doméstico frustrado e polarizado tanto com a realidade econômica e social do país, como pela condução da política externa.

Com base no exposto, considera-se que as tensões domésticas desempenharam um papel fundamental na condução da política externa do governo, ao refletir discursivamente a percepção de ameaça à integridade de uma determinada identidade. Logo, é a partir deste contexto que se deve entender a narrativa do ex-presidente sobre identidade nacional ao avaliar suas consequências discursivas para a prática de política externa.

Nesta esteira, a pesquisa trabalha com a hipótese de que Trump não representou uma ruptura, *stricto sensu*, com o discurso de política externa estadunidense construído por Ronald Reagan. Como será elaborado em detalhe pela pesquisa, entende ser viável enquadrar a narrativa presidencial de Trump dentro das categorias ideológicas gerais do discurso de Ronald Reagan, ou ainda, que o primeiro apresenta alinhamentos tendenciais com o segundo. Assim, resguardada as particularidades históricas e as diferenças na polaridade das conjunturas políticas vivenciadas por estes sujeitos, estes teriam mais similaridades do que diferenças.

Em última instância, esta argumentação parte do entendimento de que a superioridade material dos EUA na hierarquia da ordem internacional e a proteção e sobrevivência do “Eu” estadunidense através de um discurso agressivo (retoricamente e materialmente), seriam o fio condutor do discurso ideológico sobre identidade nacional de Trump, o que se enquadra de forma geral na narrativa presidencial de Ronald Reagan.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa é interpretar em que medida o discurso político de Trump apresenta diferenças e continuidades com a narrativa de identidade de Ronald Reagan. Para tal, a análise discursiva será feita a partir de três eixos conceituais, representando três marcadores históricos da identidade nacional que se encontram presentes no discurso de Reagan. Estes eixos conceituais são:

- a) a excepcionalidade da Estado nacional estadunidense;
- b) o papel dos Estados Unidos na Ordem Internacional Liberal;
- c) a constituição da identidade nacional a partir da relação com o “Outro” e o medo da ameaça externa.

Ressalta-se, nessa esteira, que a determinação destes elementos foi feita com base não só em uma pesquisa das temáticas predominantes no discurso político de Reagan, mas também foi respaldada pela recorrência e relevância histórica destes elementos nos discursos da política externa estadunidense. Assim, como forma de corroborar estas afirmações, a pesquisa apresentará uma discussão de como estes marcadores se relacionam com a política externa do

país. Sendo assim, a pesquisa buscará analisar em que medida Trump mantém continuidades e desvios em relação aos eixos propostos por essa pesquisa.

A fim de avaliar a hipótese levantada, a dissertação persegue uma abordagem pós-estruturalista na análise de pronunciamentos presidenciais selecionados, seguindo a estratégia teórica e metodológica da Análise de Discurso (AD) e de técnicas da Análise Documental. Destarte, a pesquisa delimita sua investigação para uma análise da narrativa presidencial sobre identidade nacional, analisando a construção discursiva da “realidade” pelos ex-presidentes. A proposta teórica e analítica se viabiliza com base nas contribuições de Campbell (1998), Doty (1993), bem como Resende (2009) e Hansen (2006), que leva a pesquisa explorar a concepção de que a reprodução discursiva de um tipo específico de identidade nacional pode ser entendida como uma prática de política externa.

Ademais, opta-se por esse arcabouço teórico e metodológico a partir das discussões feitas pela pesquisa através das quais entendeu-se que identidades nacionais podem ser consideradas produtos discursivos, pautados, por sua vez, por interesses históricos de classes (Laclau, Mouffe, 1985; Pêcheux, 1997a, 1997b). Nesse sentido, a abordagem pós-estruturalista oferece ao pesquisador a possibilidade de estudar como a realidade é produzida de forma holística entre ideias e a materialidade.

Neste sentido, as contribuições de David Campbell (1998) sobre identidade nacional serão essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Nesta abordagem, compreende-se que a política externa é um processo de orientação da identidade nacional e não uma política racionalista pré-definida pelo Estado. O autor inverte a concepção de que o comportamento de um ator político seria previamente formado antes de sua interação com seus pares, igualmente racionais, em sistema anárquico fixo. De acordo com sua interpretação, a política externa é vista como um processo não-linear, produzido e reproduzido de forma a lidar com a ameaça externa de outra identidade política, o “Outro”. A partir desta visão, a política externa seria, então, uma forma discursiva com efeitos materiais para reforçar fronteiras, demarcando onde acaba o “Nós” e começa o “Eles” (Campbell, 1998).

Por sua vez, o trabalho de Roxanne Lynn-Doty (1993) é uma das principais bases teóricas e metodológicas para responder a pergunta feita pela pesquisa, visto que em seu trabalho, a autora analisa como certas *práticas discursivas* se tornam vigentes na política externa estadunidense, em detrimento de outras. Neste sentido, ao produzirem significados específicos estas práticas engendram determinadas identidades discursivas e políticas materiais coerentes com os pressupostos da realidade na qual operam.

Assim, a autora desenvolve a Abordagem das Práticas Discursivas, tendo como principal objetivo entender como certas práticas reproduzem e adaptam condições políticas que tornam uma realidade específica possível. Seguindo a metodologia desta abordagem, três conceitos serão empregados na interpretação das práticas discursivas nas supracitadas narrativas presidenciais: pressuposto (*presupposition*); predicação/qualidades (*predication*); posicionamento do sujeito (*subject positioning*) (Doty, 1993).

Ademais, a pesquisa ressalta que o escopo temporal analisado pela pesquisa envolve os anos do primeiro mandato de Ronald Reagan (1981-1984) e o período do mandato único de Donald Trump (2017-2020). Desta forma, realiza-se uma análise discursiva contrastiva e documental a partir de pronunciamentos oficiais proferidos pelos presidentes durante estes períodos. Assim, forma-se um *corpus* discursivo composto a partir da análise de seis pronunciamentos no total, três de cada presidente. No que concerne a Ronald Reagan, serão os três pronunciamentos presidenciais sobre o Estado da União de 1982, 1983 e 1984. Correspondentemente, em relação a Donald Trump, serão os pronunciamentos sobre o Estado da União de 2018, 2019 e 2020.

A partir do que foi exposto, para alcançar seu propósito geral, os objetivos específicos da pesquisa dividem-se em:

- a) estabelecer os conceitos teóricos e metodológicos da produção de uma identidade nacional conforme os pressupostos da Análise de Discurso;
- b) analisar os marcadores históricos da identidade nacional estadunidense;
- c) identificar os pressupostos e predicados que formam a identidade nacional de Ronald Reagan e Donald Trump;
- d) compará-los com base nos três eixos conceituais definidos pela pesquisa, verificando suas continuidades e desvios.

Na esteira destes objetivos, a dissertação se divide em sete capítulos, incluindo esta introdução e as considerações finais. No capítulo dois tratam-se as discussões teóricas que fundamentam a Análise de Discurso em sua epistemologia. Neste capítulo serão discutidas as noções de discurso e sua relação material com a ideologia; bem como a construção de identidades, especificamente a nacional e seu funcionamento a partir do conceito de nação e Estado nacional. Da mesma forma, objetiva-se entender como a construção da política externa passa pela produção de um discurso de identidade nacional, a partir das contribuições da Análise de Discurso no âmbito da Análise de Política Externa.

No capítulo três discorre-se sobre o percurso metodológico tomado pela pesquisa a partir do estabelecimento de seu dispositivo teórico. Neste momento, explora-se a formação do

dispositivo analítico da dissertação, envolvendo a metodologia discursiva e as técnicas da Análise Documental. Neste momento fica delimitado quais serão as técnicas documentais aplicadas aos pronunciamentos presidenciais para a formação do *corpus* discursivo.

Estas serão: a desestruturação do texto original - leitura e distinção entre as informações essenciais e acessórias; a indexação - seleção de palavras-chave; a representação do conteúdo em forma de quadros. Posteriormente, discutem-se os fundamentos teóricos da Abordagem das Práticas Discursivas e como será feita a organização e disposição das palavras-chave (ou índices) a partir das denominações de *sujeitos* e *objetos*, conforme a metodologia proposta por Doty (1993).

No capítulo quatro, serão discutidos os marcadores históricos da identidade nacional:

- a) a excepcionalidade do Estado nacional estadunidense;
- b) o papel dos Estados Unidos na Ordem Internacional Liberal;
- c) a constituição da identidade nacional a partir da relação com o “Outro” e o medo da ameaça externa.

Dessa forma, busca-se apresentar como os três eixos de análise selecionados pela pesquisa se encontram refletidos no discurso ideológico dos presidentes supracitados. Nesta esteira, no capítulo cinco, serão examinadas as particularidades dos governos Reagan e Trump, respectivamente, visando um entendimento sobre o contexto ideológico formativo de suas narrativas presidenciais sobre a identidade nacional. Em seguida, será feita a classificação das práticas discursivas articuladas nos pronunciamentos destes sujeitos a partir de um *corpus* discursivo elaborado pela própria pesquisa. Estes estarão dispostos em forma de quadros construídos a partir dos procedimentos metodológicos estipulados no capítulo três.

A pesquisa aponta que a discussão sobre o *corpus* discursivo dos respectivos pronunciamentos presidenciais encontra-se em subseções separadas, buscando uma maior precisão analítica sobre as narrativas presidenciais. Assim, inicia-se com a análise das práticas discursivas articuladas por Regan, posteriormente, as que permeiam a narrativa de Trump. Por fim, a partir dos resultados advindos da Análise de Discurso contrastiva junto às discussões sobre o contexto político e ideológico das administrações supracitadas, a pesquisa faz suas considerações finais. Neste momento, infere-se sobre as continuidades e desvios da reprodução discursiva sobre identidade nacional estadunidense na narrativa presidencial destes sujeitos e seus efeitos na política externa do país.

## 2 ANÁLISE DE DISCURSO E SEU USO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONCEITOS E TEORIAS

A presente pesquisa busca realizar uma articulação entre as áreas de Análise de Política Externa (APE) e a Análise de Discurso (AD), visando analisar a construção do discurso ideológico sobre a identidade nacional estadunidense feita por Donald Trump. Assim, o estudo discursivo analisará a narrativa presidencial reproduzida durante seu mandato, focando em pronunciamentos oficiais específicos representativos desta narrativa. Dessa forma, a pesquisa estabelece as bases para a análise contrastiva com os pronunciamentos de Ronald Reagan e sua própria narrativa sobre identidade nacional.

Assim, tendo em mente sua orientação teórica e objeto, a linguagem torna-se chave metodológica e teórica fundamental para tal objetivo. Desta forma, o empenho teórico proposto pela presente pesquisa é influenciado pela abordagem pós-estruturalista nas Relações Internacionais, uma vez que se procura compreender os *processos* de construção de uma determinada identidade.

Analisando a evolução da abordagem pós-estruturalista na área, esta começa a tomar corpo no final da década de 1980 e início da década de 1990, no que ficou conhecido como o “Terceiro Debate” na disciplina de RI<sup>1</sup>. Autores como Richard K. Ashley (1984; 1988; 1990), James Der Derian (1989), Michael Shapiro (1989) e R. B. J. Walker (1990; 1993) se propuseram a contestar a ortodoxia teórica presente nas Relações Internacionais, problematizando o viés racionalista e positivista na disciplina (Resende, 2009).

A partir da crítica ao estruturalismo na teoria realista de Kenneth Waltz (1959; 1979), passou-se a questionar e desconstruir pressupostos tratados como autoevidentes no léxico da política internacional - tais como os discursos de “soberania”, “não-intervenção”, “política externa” e “direito internacional” (Resende, 2009). A reprodução destas práticas discursivas ao longo de um século de disciplina, teria naturalizado abordagens teleológicas neste campo, em detrimento de interpretações históricas alternativas (Campbell, 1998).

Assim, autores pós-estruturalistas buscaram abordagens desenvolvidas em outras áreas das Ciências Sociais, como a Sociologia, a História e a Linguística. Essa mudança paradigmática ficou conhecida como Virada Linguística e Virada Sociológica - nos termos da presente pesquisa, a primeira será a mais influente no trabalho. Rejeitando o pressuposto racionalista da ciência moderna e refutando a suposta neutralidade entre sujeito e objeto, o pós-

---

<sup>1</sup> Para uma leitura aprofundada sobre os debates da disciplina ver: Lapid (1989).

estruturalismo, ao mesmo tempo que questiona o projeto cientificista da Modernidade, também questiona as leis, regras e significados nas Relações Internacionais (Resende, 2013).

A abordagem pós-estruturalista, portanto, no âmbito da disciplina, se apresenta como um dispositivo teórico que busca desmistificar as doutrinas teóricas dominantes e as relações de poder que engendraram uma determinada narrativa histórica<sup>2</sup> (Campbell, 1998). Assim, ao problematizar o que se entende como modelo científico racionalista, esta abordagem assume uma posição crítica que: “[...] questiona as formas privilegiadas de representação cujo domínio levou à aceitação passiva de sujeitos, objetos e temas através dos quais o mundo político é construído” (Shapiro, 1989, p. 13, tradução própria<sup>3</sup>)

Segundo Resende (2009), uma vez introduzido o papel relacional da linguagem na construção dos sujeitos e objetos, a então neutralidade das teorias clássicas de Relações Internacionais (assim como na pesquisa científica moderna em geral<sup>4</sup>) foi submetida a uma revisão crítica. Trata-se, a partir desta perspectiva, de entender a ciência como parte de uma rede de valores e normas sociais, inserida dentro de uma ordem dominante, e, portanto, arbitrária em sua análise. Assim, tal como questiona-se os valores absolutos e intransponíveis de qualquer doutrina, também se torna possível questionar a neutralidade e objetividade de uma doutrinas teóricas concebidas e reproduzidas por uma classe social particular, estrangida pelos valores de seu período histórico (Resende, 2009).

A Análise de Política Externa, como uma subárea das Relações Internacionais, desenvolvida a partir da década de 1950, foi fortemente influenciada pelo pensamento positivista, comum aos estudos das relações internacionais na época. Passou-se, dessa forma, a se entender a política externa como um corpo de ações objetivas explicitamente declaradas pelos tomadores de decisão governamentais de um Estado soberano. Nesta concepção, o comportamento do Estado é perfeitamente racional e reage por necessidade às ameaças à sua segurança nacional em um sistema internacional anárquico. Entretanto, assim como a política internacional pode ser estudada por várias abordagens teóricas, o mesmo acontece na política externa (Smith; Dunne; Hadfield, 2016).

---

<sup>2</sup> Por doutrina, a pesquisa segue o entendimento de Charaudeau (2011), o qual a define como uma forma de discurso fechado, transmitido de forma oral ou escrita. O seu sistema de valores é configurado em um texto imutável que serve de dogma, aplicado como um modelo de pensamento e comportamento para os indivíduos. Contudo, diferentemente da ideologia, não se abre a contradições, muito menos as incorpora. Assim, ao se deparar com contestações internas, uma doutrina reage excluindo os componentes subversivos ou antagonistas.

<sup>3</sup> Idioma original do trecho: “[...] that questions the privileged forms of representation whose dominance has led to the unproblematic acceptance of subjects, objects, acts, and themes which the political world is constructed” (Shapiro, 1989, p.13).

<sup>4</sup> No contexto desta pesquisa, não se tem a intenção de aprofundar as reflexões sobre a neutralidade da ciência moderna, assim, para uma leitura aprofundada sobre o assunto ver: Nietzsche (1992) e Japiassu (1975). Sobre esta virada teórica nas Relações Internacionais, ver Ashley e Walker (1990), Shapiro (1984) e Resende (2009).

Nesse sentido, Resende (2013, p. 42-43) aponta que um consenso entre os autores pós-estruturalistas em sua crítica à disciplina é como esta forma uma “[...] rede de articulação e de reprodução de discursos dominantes que geram verdadeiros regimes de verdade sobre o que deve ser reconhecido como conhecimento, tema, ou pensamento legítimo na área de RI”. De acordo com a autora, através desta dinâmica, outros sujeitos e saberes são excluídos, levando a dominação de um tipo produção de conhecimento, excluindo, assim, alternativas de reflexão sobre a realidade

A partir de releituras pós-marxistas e do pós-estruturalismo francês, no entanto, a abordagem pós-estruturalista nas Relações Internacionais, propõe uma análise interpretativa da História, ao tomar uma decisão consciente sobre os valores e normas sociais imbuídos no seu próprio sujeito-pesquisador, uma vez que permeiam a perspectiva analítica perseguida em seu trabalho. Assim, torna-se imprescindível avaliar as consequências teóricas e políticas de optar por uma forma de representação discursiva da realidade em detrimento de outra (Resende, 2009; Campbell, 1998).

Como será discutido mais detalhadamente no decorrer deste capítulo, a pesquisa entende que na esteira de sua construção epistemológica, a abordagem pós-estruturalista demanda do pesquisador a autoconsciência de que toda análise tem uma perspectiva ideológica. Isto é, a teorização científica não é um instrumento neutro de concepção da realidade material – ela em si, é um elemento de constituição dessa materialidade. De tal modo, a ciência é construída a partir de experiências políticas e sociais constrangidas por conjunturas históricas formadas a partir de um funcionamento ideológico (Gadet, 1997; Orlandi, 2005; Resende, 2009).

O pós-estruturalismo, nessa esteira, quando se vale do discurso como objeto, não aborda a linguagem como uma mera ferramenta transparente de leitura da realidade. Efetivamente, entende a linguagem como uma forma de compreender a construção de uma realidade por meio de um discurso ideológico específico (Shapiro, 1989; Gadet, 1997; Orlandi, 2005).

No entanto, Hansen (2006) defende que o pós-estruturalismo não renega o estruturalismo como corrente filosófica, mas se enxerga como um desenvolvimento desta. A presente pesquisa segue uma linha similar, uma vez que não desconsidera as contribuições de autores realistas, tais como Nye e Mearsheimer, sobre a política externa estadunidense e sua relação com a ordem internacional. Na intenção de enriquecer a análise, a pesquisa os incorpora na sua construção analítica, mas os desenvolve junto a Análise de Discurso na formação de sua abordagem interpretativa sobre identidade nacional.

O pós-estruturalismo, nesse sentido, não descarta o papel da estrutura em formar realidades políticas, mas ao apontar a linguagem como um elemento estruturante do mundo, admite que uma estrutura tem um caráter inerentemente instável. Isto ocorre pois, de acordo com essa interpretação, a linguagem, como ferramenta de construção da realidade e de identidades, está em constante mudança e adaptação, já que ela é uma prática articulada por sujeitos sociais. O pós-estruturalismo, dessa forma, trabalha com o conceito de estrutura no qual entende-se que o discurso, por meio da linguagem, é pautado por interesses ideológicos e articulações políticas (Hansen, 2006).

Cabe ressaltar que o pós-estruturalismo, no âmbito da Virada Linguística<sup>5</sup>, e a Análise de Discurso (AD) não são equivalentes. O pós-estruturalismo também abarca, por exemplo, a área da psicanálise - influenciada, em grande medida, pelo trabalho do psicanalista francês Jacques Lacan (1998). Já a Virada Linguística, de forma ampla, tem seu eixo central na produção de significados pela linguagem que tornam o mundo material compreensível (Hansen, 2006). Ao mesmo tempo, a AD não é só um método usado pelo pós-estruturalismo, visto que também possui sua própria construção histórica e filosófica. Prova disso é a abrangência de abordagens, que incluem também a Análise Crítica do Discurso, Análise de Conteúdo e Etnometodologia<sup>6</sup> como teorias que também fazem uso da linguagem como ferramenta analítica (Resende, 2009; Hansen, 2006).

Na esteira histórica da teorização crítica da linguagem, na disciplina de RI, esta abordagem toma corpo a partir de 1980, refletindo as discussões ocorridas na década de 1960 e 1970 na área da Linguística e a construção da Teoria do Discurso e Análise de Discurso (Gadet, 1997; Resende, 2009). A partir dos anos de 1980, as metodologias discursivas alcançaram espaços para além da Linguística, sendo que nas Relações Internacionais as abordagens teóricas que mais trabalham com a AD, especificamente no que concerne a subárea de Análise de Política Externa, são, justamente o pós-estruturalismo, e em menor medida, o construtivismo (Resende, 2009; Hansen, 2006).

Algumas das principais contribuições para o desenvolvimento da Teoria do Discurso e da Análise de Discurso, tanto teoricamente como na sua aplicação metodológica, vem de autores como Michel Pêcheux (1997a, 1997b), Teun van Dijk (1998), Lilie Chouliaraki e

---

<sup>5</sup> A Virada Linguística refere-se ao movimento amplo que ocorreu nas ciências humanas a partir da década de 1980 com a introdução do pensamento pós-estruturalista com foco na linguística para a análises históricas e políticas (Resende, 2009).

<sup>6</sup> Para uma leitura aprofundada sobre os conceitos da Análise Crítica do Discurso, ver Chouliaraki e Fairclough (1999) e van Dijk (1998; 2015); em relação aos princípios da Análise de Conteúdo, ver Bardin (2011); sobre Etnometodologia, ver a obra seminal de Garfinkel (1991).

Norman Fairclough (1999), Michel Foucault (2008, 2019), Ernesto Laclau (1977, 1985) e Chantal Mouffe (1985). Por óbvio, estes autores não esgotam a lista dos pensadores que compõe os estudos discursivos, porém são alguns dos mais influentes no âmbito das Relações Internacionais (Campbell, 1998; Hansen, 2006; Resende, 2009).

Encontra-se, no entanto, uma relativa predominância da vertente francesa, especificamente a inaugurada pelo linguista Michel Pêcheux (1938-1983), nos estudos da disciplina (Hansen, 2006; Gomes, 2011). Coerente com esta linha, a pesquisa encontra nesta vertente a sua principal orientação teórica e metodológica, a qual será discutida na subseção seguinte.

Nesse sentido, ressalta-se que a pesquisa se alinha com os trabalhos de pesquisadores das Relações Internacionais como David Campbell (1998), Lynn Doty (1993), Lene Hansen (2006) e Érica Resende (2009), cujas contribuições exerceram grande influência no desenvolvimento desta dissertação. O fator geral que une estes autores é sua visão da linguagem como uma característica central à criação de uma estrutura ideológica, na qual, por meio da interação de identidades antagônicas, formam-se ordens discursivas dominantes.

## 2.1 A PARTICULARIDADE DO DISCURSO

Nesta subseção tem-se como objetivo estabelecer as definições epistemológicas da análise de discurso perseguida pela pesquisa, a qual parte das concepções desenvolvidas por Pêcheux (1990, 1997a). Por sua vez, estas se apoiam nos pressupostos do Materialismo Histórico, partindo das visões de Louis Althusser; da Psicanálise de Jacques Lacan; e da Linguística – fortemente influenciada pelo estruturalismo, como filosofia predominante nas ciências sociais à época (Gadet, 1997a; Orlandi, 2005).

Especificamente para a Linguística clássica, o estruturalismo foi um dos seus principais determinantes. Nesta concepção, esta serve como uma ferramenta científica de caráter objetivo, a qual busca pela “verdade” em um determinado texto, através de um método gramatical hipoteticamente neutro (Gadet, 1997). Na esteira da década de 1960, na França, a Análise de Discurso (AD) surgiu como uma crítica política desta suposta neutralidade. A linguagem, para a AD, não poderia ser reduzida a um instrumento de comunicação de significados existentes independente das concepções ideológicas da linguagem, ou seja, somente um canal de transmissão de informações (Pêcheux, 1997a).

No entanto, é importante ressaltar que a Análise de Discurso não rompeu totalmente com os postulados teóricos da Linguística, conservando conceitos específicos, mas os

desenvolvem a partir de uma abordagem do materialismo histórico. A AD, neste sentido, reúne elementos da Linguística clássica introduzidos pela principal referência da disciplina, Ferdinand de Saussure (1857-1913). Assim, ao apresentar uma releitura destas formulações linguísticas, a vertente pechêutiana estabeleceu tanto uma teoria do discurso como um método de análise, que resulta, por sua vez, na Análise de Discurso (Narzetti, 2017).

Cabe neste momento, portanto, elucidar brevemente as concepções saussurianas formativas da AD, as quais têm como base a distinção entre dois conceitos da linguagem. Estes são a língua (*langue*), entendida como uma instituição social e pública, e a fala (*speaking/speech* ou *parole*), percebida como ato individual (Saussure, 1959; Resende, 2009). Assim, se estabelece uma visão estrutural da linguagem definindo que a língua deve ser entendida como um sistema linguístico internalizado por uma coletividade de falantes; já a fala é um acessório ou ferramenta que usa a língua para expressar a ideia própria de um indivíduo. Portanto, por meio dessa dicotomia, a primeira é uma expressão social, pertence à esfera pública e funciona de forma homogênea; e a fala, por sua vez, advinda do âmbito privado, é uma forma individual e heterogênea de comunicação (Saussure, 1959; Resende, 2009).

Na esteira do seu trabalho teórico, Pêcheux (1997a) toma como ponto de partida os pressupostos científicos estabelecidos por Saussure, mas problematiza a oposição entre estes dois determinantes. O primeiro defende a existência de um meio-termo entre o “extra-individual” da fala e a universalidade da língua, definindo-o como um nível intermediário: o *discurso* (Pêcheux, 1997a; Narzetti, 2017). Desse modo, Pêcheux defende que o discurso não é nem universal, isto é: o conceito que todos os falantes de uma coletividade partilham de uma mesma língua; nem singular: o conceito de um ato individual do falante.

O discurso, portanto, se difere tanto da língua, que seria um conjunto mais amplo que une uma sociedade, ou uma “comunidade linguística”; como da fala, ou seja, elementos singulares da fala de um indivíduo. Estes, isolados, não conseguem abarcar o sentido do discurso. Existe um nível da *particularidade* pautado pelos interesses de classe e a disputa ideológica na formação do discurso (Pêcheux, 1997a; Narzetti, 2017). A título de exemplo, Pêcheux (1997a), analisa um *pronunciamento* oficial de um político na Câmara de Deputados da França, o qual em termos saussurianos, pode ser visto como pertencendo ao campo da fala, pois é uma manifestação individual, ou, ao campo da língua, já que é moldado por regras sintáticas.

Por outro lado, este mesmo pronunciamento, ao ser estudado pela AD, pode ser compreendido como parte de um mecanismo em funcionamento, um sistema de normas que derivam de uma ideologia política, dentro de um contexto social particular. Entende-se, então,

ao ser proferido por um político membro de um determinado partido, sendo governo ou oposição, e representante de um grupo político com determinados interesses, o discurso se situa dentro de uma relação específica de forças composta por antagonismos ideológicos (Pêcheux, 1997a). Nas palavras do autor:

[...] por exemplo, o discurso de um deputado na Câmara. Do estrito ponto de vista saussuriano, o discurso é, enquanto tal, da ordem da fala, na qual se manifesta a ‘liberdade do locutor’, ainda que, bem entendido, seja proveniente da língua enquanto sequência sintaticamente correta. Mas o mesmo discurso é tornado pelo sociólogo como uma parte de um mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo lugar no interior de uma formação social dada (Pêcheux, 1997a, p. 76-77).

O pronunciamento político, logo, pode ser entendido como representante de um processo discursivo que só faz sentido se situado em um contexto específico, responsável por formá-lo. No entanto, este processo discursivo é parte de uma construção social em constante movimento, ou ainda, instável, o que é próprio da natureza da linguagem. Assim, um discurso sempre se conjuga sobre um discursivo prévio, que é tratado como matéria-prima. Desta forma, o orador quando evoca um evento específico, ressuscita na mente dos ouvintes o discurso o qual este era associado, mas apresenta as “deformações”, ou adaptações, que a situação presente introduz e da qual o orador pode manipular (Pêcheux, 1997a)

Dessa forma, a partir deste argumento, infere-se que pronunciamentos políticos, como os elencados por esta dissertação, podem ser analisados não somente como documentos oficiais governamentais, ou atos de fala singulares e individuais. Estes podem, também, ser entendidos como *produtos de processos discursivos ideológicos*. Assim, conforme os pressupostos estabelecidos por Pêcheux (1997a), a investigação a ser realizada identifica que pronunciamentos políticos, como os presidenciais, são produtos ideológicos.

Desta forma, o uso da Análise de Discurso se justifica, pois, utiliza estes pronunciamentos como meio para analisar o conteúdo ideológico por trás da construção e reprodução<sup>7</sup> da identidade nacional por parte dos supracitados presidentes. Logo, o objeto a ser analisado é o *discurso*, o qual é resultante de práticas políticas e sociais, que uma vez comunicadas por um sujeito social, tornam-se discursos.

Em suma, a pesquisa não realiza uma análise de um conjunto de frases aleatórias de forma isolada, mas as situa historicamente e socialmente. Na mesma medida, a investigação

---

<sup>7</sup> Considerando a importância da prática de reprodução discursiva na discussão apresentada pela pesquisa, cabe uma definição de terminologia: por “reprodução”, a pesquisa refere-se à manutenção das práticas discursivas que sustentam um circuito ideológico em movimento (Hall, 2006).

dos pronunciamentos políticos do ator emissor não é uma análise restrita ao indivíduo, pois entende-se que suas falas não são frutos apenas da conjuntura específica a qual este se encontra, mas de uma ordem discursiva dominante.

Assim, a partir da abordagem pós-estruturalista da AD, a pesquisa aponta que o discurso ideológico de Donald Trump é fruto tanto de um recorte temporal como parte de uma estrutura discursiva. O qual, por sua vez, se relaciona ideologicamente com outros discursos de identidade nacional, como o do presidente Ronald Reagan. Busca-se, assim, realizar uma reflexão histórica mais ampla, na tentativa de alcançar uma noção da estrutura discursiva em operação, visando entender como estes discursos são articulados e em que medida se atravessam.

### **2.1.1 O discurso como produto ideológico**

Como apontado, o discurso passa por um processo de construção instável, que pode ser visto como “uma ideia em movimento”, ou um ato em percurso, já que não se trata exclusivamente de um sistema gramatical ou da língua falada, *per se*, mas da *prática* da linguagem pelos indivíduos. Como uma das principais expoentes da vertente de Pêcheux no Brasil, Eni Orlandi (2005) afirma que sua análise busca conhecer como o indivíduo cria significados e, ao mesmo tempo, significa a si próprio.

Logo, a autora entende a linguagem como uma mediação entre o indivíduo e o mundo natural, este ato de significação é o discurso, portanto, não é um sistema abstrato, mas sim um processo de significação material, que se encontra em constante transformação. Este processo se desenvolve pela articulação entre o passado e a ruptura, o mesmo e o diferente (também entendidos como paráfrase e polissemia). Por meio desta confluência, a linguagem não serve apenas como transmissão de informação, trata-se de um complexo processo de construção de sujeitos e sentidos pela língua e pela história (Orlandi, 2005).

Nesta conjectura, o discurso é o lugar onde ocorre a relação entre língua e ideologia, na medida que a língua, em um determinado contexto histórico-social, produz sentidos por e para o sujeito. A Análise de Discurso, dessa maneira, estuda como a ideologia se manifesta na língua, e como a linguagem está materializada na ideologia (Orlandi, 2005). Dito de outra forma, o discurso é a representação material, através da língua (do ato de dizer tanto de forma oral ou escrita), da ideologia (Pêcheux, Fuchs, 1997).

Consequentemente, a base para os estudos discursivos está na compreensão da relação língua-discurso-ideologia. Através destes, entende-se que a formação do sujeito social é

influenciada por essa relação, uma vez que o sujeito é impactado pela concretude da língua e da história. Neste sentido, é impossível que um indivíduo não seja afetado por forças ideológicas, pois no confronto entre o simbólico e o político (o passado e o diferente), onde habita o discurso, está assinalado a influência da ideologia no ato discursivo, nas palavras do sujeito (Orlandi, 2005).

Nesta premissa, Pêcheux afirma que a ideologia se manifesta na língua sob a forma da luta de classes, na medida que: “[...] todo o processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (Pêcheux, 1997b, p. 92). O que é de particular interesse da concepção de Pêcheux para a presente pesquisa, é o conceito de coexistência (enfrentamento) de diferentes ideologias que se chocam em uma mesma estrutura. Estas, entretanto, se articulam de forma desigual, uma vez que representam os interesses da luta de classe por meio do discurso.

Pode se entender, portanto, que estabelecer a contradição como elemento formador da luta de classes, e conseqüentemente, do discurso, implica que haja uma multiplicidade de posições ideológicas, e não somente a ideologia da classe dominante (Pêcheux, 1997b). Há uma estrutura ideológica em funcionamento, e nela uma ideologia dominante, ou hegemônica, contudo, habitam também demais ideologias (como as das classes dominadas) (Henry, [1969] 1997a).

Neste sentido, segundo o sociólogo e teórico cultural Stuart Hall ([1983] 2003), a hegemonia é construída a partir das articulações do complexo cultural do senso comum. De acordo com Gramsci (1999), este é formado através de “estratificações consolidadas” de filosofias passadas e de diferentes momentos históricos no pensamento popular, que em seus resquícios, formam o senso comum. Visto que é um processo coletivo, este se desenvolve de forma desigual e desagregada em um determinado ambiente popular. Nota-se que em geral é absorvido acriticamente e reproduzido inconscientemente por uma massa popular, refletindo preconceitos locais, articulados em discursos universalizantes (Gramsci, 1999).

As classes dominantes, dessa maneira, exercem o controle e domínio das massas, ao usufruir do senso comum na garantia de seus interesses de classe e da manutenção das relações de produção. Nesse sentido, a hegemonia não é um processo acabado, mas um exercício discursivo contínuo pelas classes dominantes em manipular as ideias dominantes de sua época, as quais são formuladas sincronicamente pelas distintas forças sociais em disputa em um bloco histórico (Hall, 2003).

Os indivíduos, por sua vez, ao interagirem em sociedade entram em contato com um discurso hegemônico através de palavras e códigos já carregados de sentidos ideológicos, os quais foram constituídos muito antes deles. Paralelamente, estes significados se encontram

inscritos nestes sujeitos, que em grande medida, os reproduzem inconscientemente. O discurso, assim, não é totalmente autônomo, podendo ser manipulado, mas é constrangido tanto pela língua, como veículo para sua materialização, e pela historicidade, como contextualização para os sentidos (Orlandi, 2005). Para Pêcheux (1997a; 1997b), a ideologia, como estrutura, se manifesta ao longo de toda a história humana. Assim o linguista aponta “[...] a eficácia *omni-histórica* da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível” (Pêcheux, 1990, p. 8).

Logo, esta formulação trata da persistência da *Ideologia* em geral, a que não possui história, já que é a prática de significação discursiva pelos indivíduos sobre o mundo, e, portanto, eterna. Este conceito é diferente do discutido sobre as diferentes *ideologias* de períodos históricos específicos. Estas, conseqüentemente, são concebidas por meio de *formulações ideológicas*, que ocorrem pelo enfrentamento de forças desiguais em instituições ideológicas (tais como a Igreja, a família, o sistema escolar), os quais ocupam diferentes posições na luta de classes<sup>8</sup> (Pêcheux, Fuchs, 1997; Pêcheux, 1997b).

Dessa maneira, para Pêcheux (1990) a formação ideológica ocorre em um contexto de dominação. As ideologias subalternas, em seu entendimento, não surgem de forma espontânea com um corpo de princípios já elaborado, para então, travar o embate ideológico com a classe dominante. A dominação é um exercício em andamento que afeta a organização interna das próprias classes dominadas, que em sua construção histórica, formulam ideologias sob e contra a dominação e não em um mundo anterior, exterior ou independente (Pêcheux, 1990). Assim, em um universo permeado por ideologias antagônicas, o exterior a elas, não é a concretude livre da ideologia da classe dominante - o seu exterior são outras concepções ideológicas (Henry, [1969] 1997a).

Similarmente, Hall ([1983] 2003, p. 267) entende que o discurso é o veículo essencial da ideologia, sendo que esta compreende as “[...] referências mentais - linguagens, conceitos, categorias, conjunto de imagens do pensamento e sistemas de representação - que as diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível a forma como a sociedade funciona”. Assim, a ideologia concerne as formas pelas quais ideias diferentes tomam conta das mentes das massas e, por esse intermédio, se tornam uma força material. Nessa perspectiva, o domínio de um certo conjunto de ideias está relacionado

---

<sup>8</sup> Essas definições conceituais se fundamental em releituras de Pêcheux (1969; 1997b) do materialismo histórico estrutural de Althusser. No entanto, o primeiro introduz mudanças essenciais nesta teoria ao inserir o discurso como uma determinante no funcionamento da estrutura ideológica e na criação e reprodução de ideologias. Para uma leitura mais aprofundada das análises do marxista argelino ler: Althusser (1985).

principalmente com conceitos e linguagens do pensamento prático que estabelecem uma determinada forma de poder e dominação.

Esta definição se assemelha à de Pêcheux na medida que a ideologia não é vista como um recurso próprio de uma classe particular, e sim uma ferramenta que todas as classes e grupos sociais empregam na construção e articulação de suas ideias. Em suma, se deduz que tanto a classe dominante, como as classes subordinadas, produzem e instrumentalizam diferentes ideologias (Hall, 2003). No entanto, o autor discorda do entendimento de Pêcheux (1990) sobre a correspondência fixa entre dominância de classe na esfera socioeconômica e a dominância ideológica. Assim, tem-se a concepção que as ideias dominantes não seriam necessariamente de propriedade exclusiva da classe dominante.

Neste sentido, diferentes classes sociais produzem ideologias distintas, ao se confrontarem, estas se interpenetram e, em conjunto, formam o pensamento dominante (Hall, 2003). Apesar destas discordâncias, ambos os autores concordam que a *análise de um discurso não fica somente no campo das ideias*, pois o discurso pressupõe a ligação entre as ideias e o material, que leva, assim, a uma produção ideológica.

Nesta esteira, a pesquisa destaca também a abordagem da Análise Crítica do Discurso de van Dijk (1998; 2015), na qual compreende-se o discurso como um sistema de crenças compartilhadas construído e reproduzido por discursos localizados em um tempo histórico específico. O discurso funciona como um canal pelo qual as ideologias são construídas, disseminadas e adaptadas<sup>9</sup>. Seus meios podem variar entre programas de partidos, debates parlamentares, noticiários, editoriais, assim como conversas do cotidiano entre membros de um mesmo grupo ideológico<sup>10</sup>.

Nesta linha, as ideologias podem servir tanto para a manutenção e legitimação do abuso do poder político, como o racismo, quanto para formas de resistências a sistemas de opressão, como o feminismo. Em ambas instâncias, os discursos possuem finalidades específicas alinhados aos interesses de classes que legitimam suas crenças ideológicas (van Dijk, 1998). Nesta esteira, um discurso para se tornar dominante busca assimilar diferentes identidades, considerando que para legitimar sua existência e propósitos dominantes tem a necessidade ontológica de abarcar um contingente de sujeitos e ideias em diferentes situações e por

---

<sup>9</sup> Para o autor, contudo, o discurso não é o único canal pelo qual uma ideologia se espalha por uma sociedade, sendo que este pode ser complementado por práticas sociais não-verbais ou escritas, como o assédio sexual ou atos racistas (van Dijk, 1998).

<sup>10</sup> Diferente dos autores discutidos até esse momento, van Dijk (1998; 2015) tem como principal dispositivo teórico a psicologia social no seu estudo sobre ideologia e discurso, no qual o autor aborda a Análise de Discurso através de uma triangulação dos aspectos sociopolítico, cognitivo e discursivo.

prolongados períodos. Assim, seu caráter ideológico tende a ser mais abstrato, guiado por orientações gerais reforçadas pelas opiniões e práticas de membros específicos que propagam seus valores, e não tanto por doutrinas episódicas (van Dijk, 1998; 2015).

No entanto, diferentemente das opiniões, a ideologia é uma representação mental compartilhada e disseminada por coletividades sociais através de práticas sociais para alcançar interesses coletivos de forma estrutural. Neste sentido, sua reprodução serve para a autopromoção de um grupo, expondo sua identidade, ações, objetivos, normas, recursos. A instrumentalização destes elementos faz com que os membros se reconheçam dentro deste (auto)esquema, ao mesmo tempo que define quem se opõem as suas práticas, ou seja, seus inimigos ou oponentes. Esta dinâmica fortalece a união do grupo, demonstrando que mesmo as experiências mais subjetivas podem ser compartilhadas (van Dijk, 1998).

Nesse sentido, modelos de comportamento são representados por sujeitos-membros do grupo e reproduzidos socialmente, continuamente referenciados e se adaptando discursivamente à diferentes instancias. Assim, a pesquisa ressalta que nesta abordagem discursiva, o sujeito possui autonomia suficiente para que suas experiências e manifestações pessoais influenciem as crenças socialmente compartilhadas, levando a variações e contradições na ideologia de uma classe (van Dijk, 1998). Em suma, entende-se que o discurso e práticas de certos sujeitos-membros em relação a eventos específicos podem levar a mudanças ideológicas. Isso conecta, assim, a agência pessoal à estrutura social na formação e reprodução ideológica, possibilitando que sujeitos-membros contribuam para atingir os objetivos de sua determinada classe.

A partir das exposições realizadas até o momento, a pesquisa entende que, primeiro, um discurso é composto por recortes sociais e históricos de classe; segundo que é uma fonte material para se estudar a composição ideológica de uma classe específica, grupo, ou atores representativos dos interesses destas coletividades. Ademais, entende-se que o discurso ocorre pela confrontação entre o passado e o diferente por meio de adaptações discursivas conforme seus respectivos contextos históricos. Da mesma forma, em um sentido estrutural, o discurso dominante é construído através da disputa ideológica, seja entre classes sociais opostas, ou mesmo dentro de uma mesma classe social.

Assim, ao analisar a concretude dos pronunciamentos presidenciais selecionados pela pesquisa, busca-se inferir sobre os determinados aspectos da estrutura ideológica da qual estes fazem parte. Entende-se, que esta, por sua vez, pode ser expressa por diferentes sistemas de representação, diferentes discursos, que podem levar a apreensões distintas sobre uma mesma problemática, ou identidade. Isto ocorre, pois, um discurso pode situar sujeitos e grupos sociais

em posições relativamente distintas na relação com a estrutura ideológica, gerando alterações nas concepções de uma identidade específica ou mesmo novas identidades (Hall, 2003).

O ponto fulcral nessa dinâmica é que tais inscrições e ordenação de diferentes identidades geram impactos materiais, já que os modos que os sujeitos reagem e se comportam em certos cenários depende se suas definições sobre o determinado cenário. Essa reflexão se assemelha a da levantada anteriormente por van Dijk (1998; 2015), que argumenta que os papéis ideológicos e os discursos articulados pelos atores sociais, conforme sua posição, contribuem para mudanças na ideologia.

Assim, pode-se entender que a autodefinição da identidade dos sujeitos sociais tem influência em como aquele discurso será reproduzido e assumido por outros atores, afetando assim a ideologia daquela classe ou grupo social. Um caso exemplar dessa dinâmica é como a população nacional lida com a migração, a partir da reprodução de um discurso disseminado por uma determinada comunidade, de acordo com as práticas de membros específicos deste grupo social, como líderes políticos proeminentes (van Dijk, 1998).

A partir da discussão realizada, conforme os argumentos dos teóricos aqui apresentados, propõe-se a definição que a linguagem é o meio pelo qual a realidade material é representada e reproduzida no pensamento do indivíduo, apresentando-se, dessa forma, como discurso. Na mesma medida, através do discurso a ideologia interpela o indivíduo como sujeito social. Esta, por sua vez, ao ser articulada pelos atores sociais, é tanto o ponto de partida destes sujeitos para entenderem o mundo, como a razão pela qual estes atores interagem e a forma pela qual eles o fazem. Em suma, o discurso é o veículo, e a ideologia, o conteúdo e sua condicionalidade.

Nesta esteira, a linguagem, como um fenômeno social por excelência, é representada de diferentes formas, por diferentes sujeitos sociais, sendo impossível fixá-la em referenciais específicos. Logo, a significação dada por um sujeito social acerca do mundo a sua volta, não será a mesma ofertada por outro sujeito que habita este mesmo mundo, visto que este se identifica e identifica o seu redor a partir de outra posição ideológica. Dessa forma, entende-se que a linguagem “[...] pode construir diferentes significados em torno do que aparenta ser a mesma relação social ou fenômeno” (Hall, 2006, p. 279). Entende-se, assim, que a comunicação das ideias é reproduzida por diferentes sujeitos, repercutindo através da estrutura social de classes.

Neste sentido, a proposição de que determinadas ideias e conceitos estão permanentemente associados, ou que pertencem, a uma classe específica é desconstruída por Laclau (1977), quando o autor traz o argumento da natureza mutável da linguagem. Seria, dessa maneira, incoerente conceber uma irrevogabilidade à sentidos e significados específicos por

tempo indeterminado. Isto ocorre, pois as ideias e conceitos não são construídos de forma única e isolada, já que nenhuma experiência é singular no tempo. Estas passam por transformações, e as ideias que as tornam inteligíveis aos olhos dos indivíduos, ou seja, o discurso, também é transmutado, e readequado à sua conjuntura (Laclau, 1977).

Assim, recorre-se por vezes ao passado trazendo antigos conceitos a situações supostamente novas, ou que ainda não foram enfrentadas pela geração atual. Essa multidimensionalidade do discurso, através da reprodução discursiva e suas contradições inerentes, permite a mudança na estrutura social, levando a tomada da hegemonia e a derrocada de outra através da luta de classes, assim como transformações no discurso dominante em uma mesma classe (van Dijk, 1998). No entanto, discursos ideológicos não operam no vácuo, portanto, considera-se a imposição de restrições materiais em seus usos por diferentes grupos sociais. Assim, entende-se que determinados conceitos não são apropriados de forma indiscriminada, já que carregam pesos históricos específicos (Hall, 2003).

Portanto, na esteira da História existem “alinhamentos tendenciais” entre determinados conceitos e interesses de classe, uma vez que associações entre discursos ideológicos específicos estão enraizadas na cultura de uma sociedade, sendo difícil a transposição desses horizontes. Logo, a ligação de certas ideias, quando estruturadas historicamente, à um determinado fenômeno social, é dificilmente rompida. Este é o caso da construção dos valores de identidades nacionais associados a um passado de “grandeza nacional”. Este, por sua vez, foi sustentado pela expansão territorial ou domínio colonial através da institucionalização de práticas racistas e imperialistas (Hall, 2003).

Dessa forma, há uma correlação entre a posição de classe de um sujeito e o horizonte político na sua formulação ideológica. Se deduz, dessa maneira, que as experiências históricas relatam o que já aconteceu, e informam em cima da materialidade do que pode vir a suceder (Hall, 2003). Entretanto, através do caráter “polivalente” do discurso e da linguagem ocorrem contradições e adaptações nas ideologias. Isto permite mudanças e transformações ao longo da História de uma estrutura hegemônica (Gramsci, 1999). Tal dinâmica, conforme a pesquisa argumenta em relação a construção discursiva de Ronald Reagan e Donald Trump, também ocorre dentro das ordens dominantes de uma mesma classe social (Courtine, 2009).

### **2.1.2 A Estrutura Discursiva da Ideologia**

Para Laclau e Mouffe (1985), a construção da realidade hegemônica é definida por relações sociais formadas historicamente a partir do discurso, logo, para os autores nenhuma

formação social está fora da linguagem. Com efeito, existe um mundo externo ao pensamento humano, para além da sua descrição e interpretação pela linguagem, contudo, o discurso tem um poder constitutivo sobre a materialidade. Assim, não existiria um significado *a priori*, ou uma concepção predestinada de um objeto antes do discurso dar-lhe significado. A materialidade, por sua vez, como em um ciclo, tem a capacidade afetar a produção e as possíveis adaptações do discurso de acordo com conjunturas históricas específicas (Laclau; Mouffe, 1985).

Por sua vez, Hansen (2006) entende a linguagem como uma prática social e política capaz de formar um sistema de significados que resulta em uma realidade inteligível. O discurso político, assim, é baseado nas subjetividades produzidas por esse sistema de significados e os pressupostos acerca da realidade que são construídos nesse meio (Hansen, 2006). Sendo assim, tal como discutido na subseção anterior, um discurso não é entendido apenas como um conjunto de ideias, mas o resultado da relação intrínseca entre ideias e ações materiais, assim como a relação de identidade e política (Laclau; Mouffe, 1985).

Da mesma forma, por meio de uma abordagem holística, ou seja, reconhecendo que as partes são interdependentes e o todo é maior do que a soma de suas partes, compreende-se que a linguagem, como uma prática política, é utilizada para construir identidades e definir políticas. No exercício da análise do discurso, torna-se necessário enxergar como essa prática, pelo uso de nomeação e repetição da linguagem, forma e atribui significados a sujeitos e objetos em uma sociedade (Laclau e Mouffe, 1985; Hansen, 2006).

Assim, a estrutura discursiva não é uma entidade passiva, visto que agrega as relações de classe mediante práticas articulatórias que constituem e organizam estas relações. Os pressupostos e significações de conhecimento na sociedade, portanto, dependem desta estrutura discursiva. No entanto, assim como a linguagem, como condicionalidade para o discurso, a estrutura está em constante mudança e adaptação, justamente por ser uma prática social (Hansen, 2006).

O objetivo de uma classe social, neste sentido, é fixar os seus interesses, articulados politicamente através do discurso. Desta forma, relações de poder na sociedade são desenvolvidas através do discurso buscando construir verdades totalizantes, permanentes e difundidas como universais. Em linha similar à de Hall e Pêcheux, para Laclau e Mouffe (1985) e Hansen (2006), todo discurso busca dominar a estrutura discursiva ao tentar estabelecer significados e interesses de classe como algo fixo e universalmente aplicável.

Em suma, o objetivo do emissor (podendo ser uma classe social, uma organização, um grupo político ou mesmo seus representantes) é tornar seu discurso hegemônico, buscando

reproduzir significados que beneficiam o grupo no qual se está inserido. No entanto, como identificado, a instabilidade da linguagem previne os emissores de fixar significados por períodos indeterminados.

Nesta esteira, o eixo central nos discursos dominantes, ou privilegiados, aquele responsável por conectar os elementos discursivos às classes sociais, são entendidos como “pontos nodais” (Laclau; Mouffe, 1985). Para introduzir um determinado discurso e tentar torná-lo fixo dentro da estrutura discursiva, ou seja, ter seu significado aceito como natural àquela estrutura, é necessário que seus pressupostos estejam ligados a um ponto nodal. Torna-se, portanto, o eixo de um discurso, a pedra basilar da estrutura discursiva. Em suma, é um elemento particular que assumi uma função estruturante “universal” em um determinado campo discursivo (Laclau; Mouffe, 1985).

Segundo Gomes (2011), o argumento dos autores é que a tentativa de fixação dos significados dentro da estrutura depende de sua ligação ao ponto nodal, ou ao eixo central, desta mesma estrutura. Este processo, por sua vez, é chamado de articulação, e o discurso dominante em si, é o conjunto de todas as práticas articulatórias que se ligam ao eixo central da estrutura.

Entende-se, assim, que o esforço, pelas diferentes classes sociais – os sujeitos emissores do discurso –, de tornar suas verdades lidas como naturais, legítimas e necessárias para a concepção da realidade, é o processo articulatório. Por outro lado, os significados que não conseguem se ligar ao ponto nodal da estrutura discursiva são marginalizados, e relegados ao que Laclau e Mouffe (1985) entendem como o “campo da discursividade” e coexistem em disputa, buscando legitimidade e aceitação.

Sendo assim, é possível compreender, pela reflexão dos autores, que todos os significados, ou a “verdade”, de diferentes grupos políticos e classes sociais, estão em disputa entre si para transformar seu discurso em dominante. Essas disputas geram instabilidades na estrutura discursiva, expressas em crises políticas e sociais, incluindo conflitos armados, apagamentos e exclusões de outras formas de viver, os quais podem tomar forma de preconceitos e racismos, e até mesmo em formas mais extremas de violência institucionalizada, como a colonização e o genocídio.

Com base nestes pontos, aliado as reflexões de Hall e Pêcheux, conclui-se que através dos acirramentos entre os antagonismos discursivos, subsequentes crises abrem margem para contestar o discurso dominante. Aponta-se, a partir desta abordagem, que o discurso é uma produção ideológica de classes e grupos sociais específicos que buscam permanecer no poder. Portanto, seus discursos buscam se tornar hegemônicos na estrutura discursiva a fim de estabelecer uma ordem pautada por seus interesses.

## 2.2 NOTAS SOBRE IDENTIDADES, NAÇÃO E IDENTIDADES NACIONAIS

Nesta subseção serão propostas algumas reflexões sobre a constituição de identidades, identidades nacionais (em detrimento, por exemplo, das de gênero ou raciais<sup>11</sup>) e sua relação com o conceito de nação. O ponto de partida para essa discussão envolve a compreensão que a análise do discurso de um sujeito político não pode ser restrita a análise sobre o indivíduo, o que levaria a análise política a um estudo psicológico individual. A investigação, portanto, analisa a relação da estrutura ideológica com o indivíduo, enquanto sujeito social, e como a ideologia afeta seu discurso ideológico (Haider, 2019).

De acordo com Hall (2006), na modernidade tardia, as rápidas mudanças das estruturas sociais desestabilizam as fundações tradicionais das identidades, com a multiplicação dos sistemas de significação cultural. Dessa forma, os sujeitos são atravessados por diversas representações mutáveis de identidades, que possuem um caráter relativamente temporário. Neste cenário, forma-se a identidade do “sujeito pós-moderno”, a qual está em constante disputa ideológica, haja vista o estado de mudanças estruturais e institucionais na sociedade que abalam os processos centrais de significação das sociedades e desestabilizam e as redes de referências que ancoravam os sujeitos e comunidade<sup>12</sup> (Hall, 2006).

Entende-se que as mudanças estruturais são impulsionadas pelos processos de globalização, que passaram a alterar as condicionalidades das relações sociais do final do século XX. Assim, a constância e escala destas mudanças transformaram as sociedades modernas, alterando as concepções ideológicas de classe, gênero, sexualidade, raça, etnia e nacionalidade, levando ao que Hall (2006) entende como “decentração” das identidades.

Assim, com base no exposto, seria incoerente trabalhar com a ideia de uma identidade permanente e plenamente unificada, uma vez que se considera o deslocamento e fragmentação dos pressupostos modernos. Nesse sentido, considerando o argumento da “decentração” das identidades atuais, o presente estudo o conecta com seu objeto de pesquisa, buscando tornar a discussão menos abstrata. Sendo assim, a pesquisa associa e incorpora a discussão aos seus

---

<sup>11</sup> Como referenciado, no que concerne os objetivos desta pesquisa, tem-se como foco um tipo de identidade, a nacional. Todavia, segundo Hall (2006), existem diversas outras identidades culturais. Estas, se relacionam com sentidos de pertencimentos a diferentes tipos de culturas, tais como as étnicas, raciais, religiosas, linguísticas e as nacionais (Hall, 2006).

<sup>12</sup> Hall discute outras duas concepções de identidade, a do sujeito do Iluminismo, do sujeito sociológico. Analisando suas prerrogativas, no entanto, a pesquisa entende que a proposta do sujeito pós-moderno é a mais coerente com as condicionalidades da formação de discurso ideológico como concebido pela Análise de Discurso. Para uma análise mais aprofundada sobre as outras concepções de identidade propostas pelo autor, ver: Hall (2006).

próprios questionamentos, a relacionando à pergunta se Donald Trump foi uma ruptura com o discurso de identidade nacional estadunidense reproduzido por Ronald Reagan.

Neste sentido, uma vez estabelecido que as identidades são suscetíveis às mudanças ideacionais e materiais, não seria coerente pressupor, que a teia de significados construída por Trump condiz com uma identidade em perfeita conformidade com representações passadas da identidade nacional estadunidense. Da mesma forma, não se pode inferir que sua concepção ideológica foi formada a partir de um núcleo interno pré-estabelecido. Assim, esta não teria se constituído espontaneamente sem sofrer influência direta do mundo exterior, como se apresentada ao embate ideológico de forma completa e acabada.

Devido à impossibilidade desta afirmativa, pode-se entender que as articulações discursivas feitas por Trump levam a adaptações narrativas, que, por sua vez, estão em correspondência com o contexto histórico específico vivido pelos Estados Unidos no século XXI. Estas adaptações, no entanto, seriam suficientes para deslocar a narrativa de Trump da tradição discursiva de identidade nacional, a ponto de causar uma ruptura ideológica com a narrativa de Ronald Reagan?

Desta forma, a pesquisa resgata sua hipótese e explora a possibilidade que as flexibilizações na narrativa de Trump são resultado de um discurso fragmentado. O qual, em sua esteira, introduz, por meio de fissuras na estrutura da sociedade estadunidense, divergências na narrativa tradicional de uma determinada identidade nacional. Fissuras, estas, como a mudança na composição étnica e racial de sua população, o empobrecimento da classe média e a diversidade religiosa (Leite, Oliveira, 2021). Todavia, a pesquisa ressalta, tal como apontado no seu capítulo introdutório, a sugestão que, de forma ampla, sua narrativa ainda se enquadraria dentro das concepções tradicionais da identidade nacional estadunidense.

Nesse sentido, para refletir sobre essa hipótese, resgata-se o entendimento de Laclau (1990) sobre as possibilidades de mudança em uma estrutura. O autor sustenta que no deslocamento da estrutura societal, seu centro não é substituído, ou seja, seu amago permanece. No entanto, somam-se a este uma multiplicidade de outros centros de poder. Nesse sentido, nas sociedades modernas não existe um princípio organizador único, assim como estas não são produto exclusivos de um discurso específico, mas de uma miríade de narrativas.

Assim, não é possível pensar em uma sociedade totalizante que se desenvolve a partir de si mesma. Deve-se considerar, com efeito, que as ideologias e identidades que a sustentam, são ao mesmo tempo, reação e causa de mudanças advindas de distintas concepções da realidade. Assim, a interação entre estas é responsável por formar sociedades definidas pelo antagonismo, se articulando em uma estrutura de poder em disputa (Laclau, 1990).

Logo, uma forma de reconhecimento e demarcação da identidade do grupo ideológico, é o componente de *alteridade*, ou oposição binária. De acordo com van Dijk (2015), em geral as ideologias são construídas e usadas a partir de diferentes dinâmicas de interação com outros grupos sociais, tais como competição, domínio, ou ainda, resistência. O “Outro”, portanto, se torna parte constituinte do (auto)esquema de um grupo, e geralmente são representados de forma negativa, levando assim a uma polarização entre o “Nós” (endogrupo) e “Eles” (exogrupo) (van Dijk, 2015).

Assim, um modo típico e geral da construção e reprodução do discurso ideológico é sua constituição polarizada, isto é, a contraposição entre “Nós” e “Eles” – reforçando, dessa forma, as propriedades positivas do primeiro e as negativas do segundo (van Dijk, 2015). A alteridade afeta todas as variáveis do discurso, a narrativa própria do sujeito, a retórica (eufemismos e hipérboles), mas também relações interpessoais, imagens e fotos. Logo, a polarização imbricada na construção discursiva forma um quadro ideológico aplicado a todos os níveis da estrutura social (van Dijk, 2015).

Nesse sentido, conclui-se que a identidade é formada pelas disputas dentro desta estrutura, entre concepções do “Eu” opostas ou antagonistas (Laclau; Mouffe, 1985). Portanto, a formação das subjetividades de uma identidade tem como condição a interação com sua diferença, em um processo que em paralelo, nega as subjetividades do “Outro”. Compreende-se, portanto, que a sociedade e suas consequentes transformações e alterações ideológicas, são concebidas através da construção de identidades pelo discurso do antagonismo, por meio da diferenciação de uma identidade pelas características da outra (Laclau; Mouffe, 1985).

### 2.3 REPRESENTAÇÕES DE NAÇÃO E IDENTIDADES NACIONAIS NA POLÍTICA EXTERNA

Buscando explorar os conceitos formativos da identidade nacional, a pesquisa se vale da compreensão de nação por Benedict Anderson (2009) em sua obra seminal “Comunidades Imaginadas”. Neste trabalho, o autor explora como as nações são construídas através de narrativas compartilhadas, rituais e símbolos, investigando como o sentimento de pertencimento nacional é construído, internalizado e disseminado por uma população. Assim, o autor define “nação” como uma comunidade política imaginada, essencialmente limitada e soberana.

Trata-se de ser uma comunidade imaginada, pois ocupa a mente de seus membros como uma entidade unificada pelo suposto senso de fraternidade que os une, mesmo que seus

integrantes não venham nunca todos a se conhecer - mas frente ao sentimento de pertencimento, se percebem como iguais (Anderson, 2009). Assim, independentemente das desigualdades sociais, todos são inseridos na narrativa de pertencimento nacional, instrumentalizando uma percepção de horizontalidade para anular diferenças culturais, políticas e raciais, unificando seus integrantes sob uma identidade nacional comum (Hall, 2006). Ademais, são limitadas por possuírem fronteiras que restringem seu território; e descritas como soberanas, visto as revoluções liberais contra a dominação da Igreja Católica, permitindo que a nobreza passasse a controlar as terras que ocupava (Anderson, 2009).

Neste sentido, para que a comunidade imaginada da nação passasse a ser uma representante viável de um grupo, antigas entidades de identificação cultural antigas precisaram ter perdido o domínio absoluto sobre as mentes dos indivíduos. Assim, a ortodoxia religiosa e monárquica que forneciam as normas de conduta social, foram substituídos pelos princípios liberais e seculares da cidadania, liberdade e conhecimento científico na vida do indivíduo. Paralelamente, a organização territorial do feudalismo, legitimada pela autoridade divina foi substituída pela centralidade do Estado-nação no ordenamento da vida social. Assim, de acordo com Anderson (2009), através da manipulação do sentimento de fraternidade e horizontalidade, milhões de pessoas se sacrificaram e mataram em nome de criações imaginárias sustentadas por poucos séculos de existência, diferente de outras instituições, como a Igreja.

No entanto, para imaginar uma nação é necessário construir representações que a traduzam e entreguem significado a esta. Por sua vez, tais representações estão baseadas na cultura e na linguagem, formando assim o sentimento por trás do ser nacional e seus mitos fundadores (Hall, 2006). Nesse sentido, as culturas representativas da nação: “[...] constroem identidades ao produzirem significados da ‘nação’ com os quais podemos nos identificar; eles estão contidos nas histórias contadas sobre ela, memórias que conectam o presente ao passado, e que imagina quais [desses significados] a constroem” (Hall, 2006, p. 51).

No entanto, como discutido anteriormente, a autopercepção nacional não é feita somente pela lealdade e identificação simbólica, mas também pela anulação da alteridade, através da supressão da diferença pela violência do Estado (Hall, 2006). Neste sentido, a pesquisa aponta que estas práticas se aplicam ao discurso da política externa através do conceito do antagonismo como fator constitutivo da identidade nacional e a relação com o “Outro”. A política externa, desta forma, age como uma prática discursiva central à constituição, produção e manutenção da identidade nacional e do Estado nacional, sobretudo a partir das relações de alteridade (Campbell, 1998).

Neste contexto, o “Outro” é encarado como uma ameaça, aquele que se encontra fora da ordem do Estado, onde é seguro. Dessa forma, a política externa é uma prática discursiva com efeitos materiais, capaz de reforçar fronteiras físicas e simbólicas, demarcando onde acaba o “Nós” e começa o “Eles”. A narrativa de unidade nacional, coerente com os princípios formativos de identidade e da comunidade imaginada da nação, como elemento básico da política externa de um Estado nacional é um dispositivo discursivo que, constantemente, tenta reprimir, por diversas formas de violência e exclusão, a diferença. Assim, objetivando a reprodução de uma única identidade nacional, assegura-se a legitimidade ao nacional e desqualifica o seu oposto, o “estrangeiro” (Hall, 2006; Campbell, 1998).

Nota-se, na esteira desta discussão, que na literatura das Relações Internacionais sobre a formação do Estado-nação, os princípios clássicos como a determinação de fronteiras, o corpo de leis e o sistema financeiro, seriam um desenvolvimento consequente de uma primeira instância. Com efeito, nas correntes clássicas da disciplina determina-se que a formação de uma unidade sociocultural, pré-estatal e unificada, representada pelo povo, resultaria no Estado-nação moderno (Campbell, 1998).

Em contrapartida, coerente com Anderson (2009), Campbell (1998) introduz o argumento do historiador Charles Tilly (1990), em suas reflexões sobre política externa, em relação às diferenças conceituais entre “Estado-nação” e “Estado nacional”. Campbell (1998) defende que raramente o segundo está perfeitamente alinhado com o primeiro, o qual é entendido como uma entidade política orientada por uma força primária ou anterior de identificação, como a religião, a língua ou o sentido simbólico do “Eu”. Assim, o Estado nacional, tal como ocorre na reprodução de discursos e de identidades nacionais, não seria uma consequência de uma identidade única pré-discursiva e estável, mas um processo histórico de reprodução de performances acerca de seus mitos fundadores.

Entretanto, na articulação de construção da identidade nacional existe uma tensão entre os diferentes discursos de identidades e visões de mundo que resultam no corpo total de um Estado, não somente o discurso oficial sobre o “Eu” nacional (Campbell, 1998). Em consonância com o entendimento de Laclau e Mouffe (1985) sobre o conceito de “campo da discursividade”, entende-se que esta tensão é inerente no trabalho de alinhamento e disciplinarização de todas as diferentes identidades que habitam um território nacional. Esse alinhamento advém da necessidade de fazer a manutenção do discurso oficial sobre a identidade nacional em detrimento das demais.

Em uma linha similar, Doty (1993) aponta que a existência do sistema internacional contemporâneo, deve ser compreendida através do poder constitutivo da linguagem de produzir,

de forma simultânea, sujeitos e objetos em uma estrutura discursiva através da marginalização de concepções de mundo alternativas às ocidentais. Partindo de uma abordagem pós-estruturalista, ao apontar a construção histórica das identidades nacionais na política externa, a autora problematiza a hierarquização de identidades dentro das narrativas civilizatórias. Sendo que através destas, por meio de práticas discursivas, rotula-se positivamente certos Estados, e outros negativamente, na reprodução da manutenção das hierarquias do sistema internacional (Doty, 1993).

Similarmente aos argumentos dos demais autores pós-estruturalistas discutidos anteriormente, a autora sustenta que a estrutura do sistema não teria se constituído *a priori* dos seus atores e práticas discursivas, ela estaria, efetivamente, em contínuo processo de construção. As diferentes decisões e cursos de ações a serem aplicados na política internacional não se explicam pela existência prévia de estruturas ou atores sociais com interesses fixos, mas sim pela produção contínua e simultânea de significados entre sujeitos e estruturas (Doty, 1993). Neste sentido, em seu trabalho, a autora busca interpretar como sujeitos, objetos e disposições são socialmente construídos, e como determinadas práticas políticas se tornam viáveis em seus respectivos momentos históricos e outras, impossíveis de serem contempladas ou aplicadas.

Esta abordagem, a pesquisa ressalta, difere das abordagens convencionais na área de Análise de Política Externa que buscam explicar por que determinadas decisões resultam em ações específicas, focando em “perguntas-porque?”. Em contraste a estas linhas explicativas, a autora concentra-se em “perguntas-como?”, na análise de processos históricos e políticos e as determinadas realidades que estes engendram. Desse modo, problematiza-se os pressupostos estabelecidos de uma dada conjuntura política ao analisar como certas práticas se tornaram dominantes e exercidas, ao passo que outras são ignoradas.

O foco da análise, portanto, torna-se a constituição das relações de poder – que em geral são negligenciadas pelas abordagens focadas em “perguntas-porque” ao objetivarem explicações de uma problemática e não em suas causas<sup>13</sup>. Como forma de abarcar essas questões, Doty (1993) desenvolve um método interpretativo do discurso político, definido como a Abordagem de Práticas Discursivas, com foco na linguagem para a construção da realidade

---

<sup>13</sup> O objetivo de muitas abordagens convencionais da APE gira em torno de explicar porque uma determinada decisão política é previsível dado um determinado conjunto de circunstâncias. Evidentemente, existem análises, que usam metodologias tradicionais, que buscam identificar quais são as condições que tornam uma conjuntura específica viável. No entanto, há uma vasta quantidade de estudos de caso nos quais os analistas acabam por fazer uma previsão, ou ainda, uma prescrição de um resultado político provável e quais são os cursos de ação a serem tomados (Doty, 1993).

percebida. Assim, a decisão política, em si, não é o objeto central, mas o processo formativo dessa decisão.

A presente pesquisa segue esta mesma abordagem teórico-metodológica, emparelhando-a com os argumentos de Pêcheux (1997a) sobre a particularidade ideológica presente em pronunciamentos políticos. Entende-se, desse modo, que textos emitidos por agentes governamentais ou mesmo de chefes de governo e Estado correspondem a determinados interesses de classe. Assim, a análise destes: “[...] implica no exame do que foi dito e escrito em contextos amplos de elaboração de políticas, bem como das declarações feitas na sociedade em geral” (Doty, 1993, p. 8, tradução própria<sup>14</sup>).

Logo, por meio dessa abordagem as práticas de política externa são entendidas em um contexto mais amplo de construção de um tipo de ordem internacional na qual coexistem vários tipos de identidades internacionais. Esta abordagem é de suma importância para esta pesquisa, e terá seus fundamentos aprofundados no capítulo três, pois servirá como uma das principais técnicas de análise do conteúdo discursivo pelo presente estudo. Por ora, a pesquisa buscou apresentar primeiro o entendimento da autora sobre a relevância das práticas discursivas em compreender *como* uma determinada realidade é produzida. Assim, o próximo capítulo trata de discutir o emprego destas práticas discursivas

Ademais, a pesquisa parte da interpretação de Doty (1993) e Campbell (1998), em consonância Laclau e Mouffe (1985) e Hall (2006), sobre a simultaneidade na construção de identidades, que implica na impossibilidade de fixar significados em uma estrutura discursiva. A partir desta perspectiva, portanto, entende-se que um Estado nacional não possui uma identidade fixa, mas é sustentado por uma estrutura discursiva instável devido as propriedades da linguagem e as identidades paradoxais criadas por ela.

A pesquisa ressalta, dessa forma, que a disputa de identidades antagônicas em um determinado território sob o domínio de um poder estatal, leva, também, a crises políticas, uma vez que o Estado, por sua parte, tem a necessidade de impor uma narrativa específica de identidade nacional, coerente com as forças hegemônicas de seu período histórico. Com base nesse argumento, retoma-se o conceito que um Estado não possui um sentido ontológico prévio e solidificado.

Observa-se, que efetivamente, o exercício das práticas disciplinares estatais, sua burocracia discursiva e a reprodução de uma identidade, é um esforço contínuo na busca em perpetuar o discurso oficial, conforme os interesses da classe dominante e perpetuar sua

---

<sup>14</sup> Idioma original do trecho: “[...] entail the examination of what was said and written within broad policy-making contexts as well as statements made in society more generally” (Doty, 1993, p. 8).

hegemonia. Entretanto, alcançar a hegemonia implicaria que estes atributos não seriam mais necessários. Isto se explica, pois, a reafirmação da identidade nacional, é a razão do Estado de ser, já que sua função é manter e defender a existência da comunidade imaginada. No entanto, uma vez que essa identidade não sofre mais ameaças, se sua plenitude é alcançada sem mais contestações, o Estado não seria mais necessário (Campbell, 1998).

Dessa forma, pode-se pensar que o fracasso do projeto de segurança do Estado moderno, ou seja, o alcance total da segurança, levaria ao seu próprio fim. Portanto, cessar as práticas discursivas disciplinares de representação e dominação, revelaria sua falta de fundamentos pré-discursivos e o suposto sentimento de união nacional (Campbell, 1998). Em outras palavras, o fracasso do Estado em proteger seu povo ou assegurar plena aceitação de sua identidade nacional oficial é o que possibilita que este se mantenha vivo. Nesta toada, o conceito da constante “ameaça” à identidade nacional, torna-se essencial para compreender a reprodução do discurso do Estado.

Hansen (2006), por outro lado, não aborda a construção de identidades nacionais apenas por interações agressivas, sendo que elas também poderiam ser criadas por complementariedades ao moldar o “Eu” aos pressupostos essenciais do “Outro”, ou seja, mesmo opostas, seriam complementares. Um exemplo deste fenômeno seria o papel de gênero negativo atribuído à mulher como oposto ao papel do homem. O segundo, na estrutura machista da sociedade ocidental, é uma construção discursiva positiva e privilegiada, enquanto a mulher é secundária nessa dinâmica. No entanto, seu papel é descrito como essencial na viabilidade de uma sociedade: a de reprodução e de sustentação do grupo familiar no ambiente privado (Hansen, 2006).

Assim, para a manutenção da estrutura familiar, características tipicamente associadas com a mulher, como maternidade, feminilidade, gentileza e obediência são retratadas positivamente. Contudo, em uma mesma estrutura, a mulher recebe características negativas na esfera pública por sua natureza ser supostamente incompatível com as complexidades da vida política e da economia. Por sua vez, a natureza do homem é descrita como mais apropriada com o domínio público do que com o doméstico, assim a co-constituição da identidade destes sujeitos se baseia na complementariedade, e não na ameaça. Portanto, tem-se o fator da ambiguidade na relação do “Eu” com o “Outro”, e não somente a contenda da ameaça externa representada pelo “estrangeiro”.

Na mesma linha, Doty (1993), também oferece noções alternativas às de perigo e ameaça na articulação da política externa frente ao “Outro”. A sua análise sobre a intervenção estadunidense nas Filipinas na década de 1950, se concentra em contrastar três identidades

nacionais distintas e seus respectivos posicionamentos na estrutura hierárquica internacional no contexto da Guerra Fria. A autora busca compreender como as narrativas destes atores vieram a ser construídas e naturalizadas na política internacional.

Doty (1993) infere que nesta conjuntura, os Estados Unidos, na narrativa ocidental, são retratados como racionais, morais e poderosos; a União Soviética, por sua vez, igualmente racional e poderosa, mas moralmente corrompida; e o terceiro ator político, os Estados do Sul Global, seriam subjacentes à órbita de influência das duas superpotências. Estes seriam guiados pela emoção, mas com potencial para se desenvolver e atingir o progresso, contanto que com a orientação adequada de Washington<sup>15</sup> (Doty, 1993).

Assim, conforme a discussão realizada até o momento, nota-se que os autores apresentados diferem em suas reflexões se a interação entre atores opostos se dá somente de forma agressiva ou por possibilidades mais ambíguas. No entanto, é de comum acordo que a relação de alteridade é determinante na construção mútua das identidades nacionais. Nessa medida, a presente pesquisa assume este mesmo entendimento para o desenvolvimento de seus objetivos. A diferença e o antagonismo, conclui-se, são os principais fatores na construção das identidades, ao mesmo tempo que na interação com o “Outro”, assimilam-se suas subjetividades para construir o “Eu” nacional mais amplo.

Nesse sentido, retoma-se o conceito de hegemonia discursiva de Laclau e Mouffe (1985), no qual a hegemonia carrega em si não apenas uma identidade, mas várias, incluindo seus opostos. Essa abrangência de significados e concepções de realidade torna-se necessária quando o discurso busca a hegemonia, pois a sua viabilidade necessita de consenso e legitimidade perante a sociedade. Contudo, é justamente pelo alargamento de seu conteúdo discursivo original que uma hegemonia se torna suscetível a contestações, visto a difícil tarefa de conciliar identidades antagonistas dentro de uma única estrutura discursiva (Laclau; Mouffe, 1985).

Ressalta-se, portanto, que o objetivo de uma hegemonia discursiva é ser universal, mas por perseguir o mesmo, e por representar uma gama variada de antagonismos, ela perde as subjetividades originais da sua identidade. Assim, a partir desta instabilidade, causada tanto pela natureza da linguagem, como pelo antagonismo, presentes na construção de identidades,

---

<sup>15</sup> No caso deste estudo de caso, a autora chega à conclusão que no exercício do seu papel como garantidor da estabilidade no sudeste asiático, e no sistema internacional como um todo, a intervenção dos Estados Unidos nas Filipinas justificou-se pelos riscos que uma aproximação com a URSS traria ao controle securitário estadunidense no país, e aos objetivos hegemônicos dos EUA (Doty, 1993).

abre-se margem a crises, da qual surge a possibilidade de ascensão de uma nova ordem hegemônica (Laclau; Mouffe, 1985).

Nesta esteira, Campbell (1998), ao submeter a análise de política externa estadunidense ao discurso da alteridade discursiva, alega que o Estado, como sujeito político, tem a capacidade de construir identidades nacionais e fronteiras políticas; assim como a de reprodução e adaptação de sua política externa por meio do discurso, conforme a conjuntura política. O autor define, portanto, que a política externa deve ser entendida como um processo não-linear que se forma a partir de suas interações com o “Outro”

Para chegar a essa conclusão, o autor entende que as formas que uma política externa interpreta ameaças, delimita sua identidade nacional e em nome de quem opera. Analisando a política externa dos EUA, o autor não adota um modo exclusivamente teórico ou histórico de investigação, mas o que o autor chama de “uma história do presente” nos moldes interpretativos de Foucault (1999). Assim, não se busca fazer uma reconstituição exata do passado, visto que essa concretude seria impossível pelo pós-estruturalismo. Igualmente, o objetivo não é traçar uma linha histórica evolutiva perfeita, mas realizar uma interpretação do presente conforme suas relações de poder contemporâneas, investigando como estas se conceberam discursivamente (historicamente e pela linguagem) (Campbell, 1998)

Tal abordagem interpretativa a partir da Análise de Discurso, e comum ao pós-estruturalismo, não é isenta de críticas, especialmente as que a acusam de ser relativista, visto que supostamente negaria o conceito de uma “realidade” do mundo. Nesse sentido, ressalta-se que assim como Laclau e Mouffe (1985), Campbell (1998) reflete que “[...] o mundo existe independentemente da linguagem, mas nunca poderemos saber disso (além do fato de sua afirmação), porque a existência do mundo é literalmente inconcebível fora da linguagem e de nossas tradições de interpretação” (Campbell, 1992, p. 6, tradução própria<sup>16</sup>).

Portanto, a descrição da realidade material não está livre de influências ideológicas historicamente construídas. Logo, uma vez que a condução da história não segue uma linearidade fixa, é possível alterá-la, mesmo que as práticas discursivas e ideológicas que a moldaram estejam há muito enraizadas na cultura política, e sejam mecanicamente reproduzidas (Doty, 1993). É possível a contestação política e social (inclusive e muito necessária, na academia).

---

<sup>16</sup> Idioma original do trecho: “The world exists independently of language, but we can never know that (beyond the fact of its assertion), because the existence of the world is literally inconceivable outside of language and our traditions of interpretation” (Campbell, 1998, p. 6).

Assim, é do entendimento da pesquisa que abordagens tais como de Doty (1993) e Campbell (1998) partem do princípio que a problematização da realidade possibilita e proporciona ferramentas para mudanças ou, no mínimo, fornece alternativas ao *status quo* teórico e da prática política. Assim, como demonstrado até o momento, a pesquisa, se valendo destas contribuições, não segue os parâmetros convencionais nas análises de política externa. Concentra-se, em contrapartida, em compreender como os sujeitos sociais são interpelados por ideologias, ao assumir identidades específicas pré-estabelecidas.

Desse modo, a presente pesquisa se volta para Análise de Política Externa com ênfase na subjetividade discursiva na política internacional. Sublinha-se, neste sentido, que esta abordagem não nega ou ignora a existência do mundo material, no entanto, é por meio da linguagem que este será descoberto e assimilado pelos seres humanos. Logo, são estes, através de suas interpretações inescapavelmente ideológicas, que agregam significado ao mundo (Laclau; Mouffe, 1985).

Nesta linha, com base nas discussões realizadas neste capítulo, a pesquisa considera que a política externa dos Estados Unidos pode ser entendida como uma prática discursiva central de construção e manutenção da identidade nacional. Assim, através da abordagem interpretativa da Análise de Discurso, entende-se esta prática como uma ferramenta disciplinadora por parte do Estado voltada também a população nacional, como uma forma de controlar a alteridade interna e classificar o diferente como subversivo. Dessa forma, observa-se que a política externa não age como uma ponte nas relações internacionais, mas sim como um “muro” (Campbell, 1998).

Em suma, uma vez que a unidade nacional é construída através do medo da ameaça externa, a política externa, como uma prática discursiva, se torna uma forma de lidar com a ameaça externa e manter a ordem interna. Nesse sentido, a abordagem interpretativa pós-estruturalista possibilita ao pesquisador enxergar a própria teoria como uma prática discursiva de alcance material. O conteúdo teórico nas abordagens convencionais de APE, por sua vez, e na ortodoxia geral das teorias de Relações Internacionais, seriam exemplos da reprodução de práticas políticas consoantes com a disciplinarização de divergências tão comuns ao discurso estadocêntrico (Campbell, 1998).

Em contrapartida, a construção da realidade por meio do discurso possibilita à Análise de Política Externa um entendimento mais amplo do que é tradicionalmente compreendido como política externa. Por meio dessa abordagem, pode-se ter uma leitura para além da tomada de decisão de atores governamentais ou de eventos temporal e geograficamente restritos. Esta permite uma análise ampla da continuidade, adaptações e cortes do discurso de política externa,

pois se concentra na análise da construção histórica e subjetiva de uma realidade pela linguagem (Doty, 1993).

### 3 METODOLOGIA E TÉCNICAS

Neste capítulo serão discutidas a metodologia e as técnicas que serão implementadas para viabilizar a análise de discurso proposta, as quais, em sua totalidade, formam o dispositivo analítico da pesquisa. Ao se empregar o termo “dispositivo analítico”, a pesquisa não o usa como sinônimo para “dispositivo teórico”. O segundo é constituído pela gama de trabalhos aqui apresentados que produzem as condições intelectuais pelas quais a análise da pesquisa faz compreender *como* seu objeto simbólico (o discurso de identidade nacional pelo ex-presidente Donald Trump) produz sentidos materiais. Já o dispositivo analítico são as práticas de leitura do material, com base em seu dispositivo teórico, aplicadas pelo pesquisador para viabilizar a análise (Orlandi, 2005).

Assim, com base na pergunta proposta pela pesquisa, o material de análise em questão será submetido a tratamentos específicos, mobilizando conceitos pertinentes ao dispositivo teórico. O dispositivo analítico, por sua vez, trata-se da “individualização” da teoria em uma determinada análise. Este é responsabilidade do pesquisador conforme a sua pergunta de pesquisa e a natureza do material e a finalidade da análise. Portanto, de acordo Orlandi (2005), as técnicas de leitura e os métodos interpretativos específicos formam o dispositivo analítico de cada pesquisa.

Assim, ressalta-se que o tipo de análise de discurso aqui perseguida é a análise contrastiva, a qual foi definida conforme os pressupostos estabelecidos por Courtine (2009). Essa dimensão envolve comparar sequências discursivas produzidas por um ou vários emissores a partir de posições homogêneas, ou heterogêneas, ou ainda de uma, ou várias formações discursivas. As análises contrastivas são as representativas do discurso político, sendo as mais comumente empregadas na AD, de forma geral. Por meio destas, analisam-se as contradições ideológicas produzidas a partir das posições de classe e das diferentes formações discursivas (Courtine, 2009).

Esta forma de análise pode ser usada para compreender as transformações e permanências em discursos no interior de uma mesma classe<sup>1</sup>. A qual, a presente pesquisa situa ambos Ronald Reagan e Donald Trump, como sujeitos pertencentes a uma classe dominante,

---

<sup>1</sup> Vale a contextualização que estas concepções são formuladas a partir de uma releitura dos pressupostos marxistas da luta de classes entre o proletariado e a burguesia, em um cenário de contradições desiguais amplas (as classes são antagonistas, mas possuem níveis desiguais de controle das condições de produção). No entanto, estas concepções não servem para analisar somente a relação de força entre estas duas classes específicas, e podem ser usadas também na análise das dinâmicas dentro de uma mesma classe. A título de exemplo, em sua obra “Análise do Discurso Político”, Courtine (2009) analisa as mudanças no discurso do Partido Comunista Francês.

no caráter de presidentes de uma superpotência. No entanto, neste interior, estes ocupam diferentes posições na hierarquia ideológica da estrutura discursiva. O primeiro, tem seu discurso como hegemônico, o outro, por sua vez, a presente pesquisa busca determinar em quais aspectos se encontra em conformidade ou em ruptura com a hegemonia do primeiro.

Assim, a pesquisa, ao contrastar suas narrativas, os divide em grupos distintos, buscando analisar a inscrição discursiva das contradições entre os sujeitos. Esta inscrição é medida pelo estabelecimento de diferenças, de proximidades ou desvios entre as narrativas de um emissor, analisados pelo método contrastivo (Courtine, 2009). Este, no contexto desta pesquisa, baseia-se em três eixos conceituais: a excepcionalidade estadunidense; o papel dos Estados Unidos na Ordem Internacional Liberal; a constituição da identidade nacional a partir da relação com o “Outro” e o medo da ameaça externa.

Conforme apontado, a análise das contradições em uma formação discursiva busca estabilizar os sentidos do discurso ideológico, que por vezes é formado por e para sujeitos sociais “descentrados”, formados a partir de subjetividades (Pêcheux, 1997a). Lembra-se, nesta esteira, da afirmação de Campbell (1998), ao discorrer que a análise de discurso de política externa busca analisar as subjetividades no jogo performático da política internacional. Assim, ao se debruçar sobre a complexidade de um determinado discurso, os resultados da análise podem ser melhor interpretados como “parciais” ou mais “adequados”. Assume-se esta abordagem, visto que uma explicação totalizante sobre um discurso, invariavelmente, ignora as nuances das relações que compõem um fenômeno social e dos limites que definem suas condições de existência (Hall, 2003).

Neste sentido, conforme Orlandi (2005), a AD não tem a intenção de ser objetiva e neutra, e sim tornar as subjetividades, as contradições e os antagonismos, o mais inteligível possível. No entanto, o pesquisador deve considerar que não há um único e verdadeiro significado, mas sim efeitos materiais linguísticos e históricos, consequentes das articulações de concepção de mundo do sujeito social emissor.

Nesta esteira, o terreno da análise será referido pela pesquisa como “*corpus* discursivo” conforme a terminologia clássica da Análise de Discurso (Pêcheux, 1975; Orlandi, 2005; Courtine, 1981). O *corpus* é constituído a partir de técnicas e métodos que organizarão e classificarão o conteúdo bruto dos pronunciamentos presidenciais, que serão, por sua vez, interpretados conforme os conceitos da metodologia discursiva. Nesse sentido, as práticas aqui utilizadas buscam explicitar como o sujeito emissor do texto articula sentidos e como estes se relacionam com os sujeitos sociais do discurso ideológico sobre a identidade nacional estadunidense.

Tais práticas são advindas de dois campos de conhecimento, usados de forma complementar, sendo estes a Análise Documental (caráter descritivo/organizacional), pertencente a área das Ciências da Informação, e a Análise de Discurso (caráter descritivo/organizacional e interpretativo). Isto ocorre pela necessidade mecânica de destrinchar os referidos textos e organizá-los conforme referenciais específicos. A pesquisa, portanto, usufrui de técnicas documentais, em paralelo à metodologia discursiva na sua busca por compreender o discurso ideológico que condiciona as narrativas do sujeito emissor.

### 3.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Assim, com base na discussão teórica sobre Análise de Discurso feita no capítulo dois, a pesquisa se encaminha para a segunda parte da sua tarefa conceitual, a introdução do dispositivo analítico composto das premissas, métodos e técnicas para sua análise. Neste momento será elucidado como estes elementos serão aplicados para a organização e classificação dos pronunciamentos presidenciais. Inicia-se, desse modo, pela explicação dos conceitos da AD sobre a constituição do *corpus* discursivo, visando esclarecer como a pesquisa organizou sua análise.

Ademais, são apresentados a origem e a forma do material coletado; posteriormente são explicitadas as práticas aplicadas na construção do *corpus*, sendo estas o emprego das técnicas da Análise Documental e a metodologia discursiva da Abordagem das Práticas Discursivas de Doty (1993). Reitera-se, nesse sentido, que a interpretação teórica, viabilizada pela descrição e organização do conteúdo textual, será feita com base na Análise de Discurso. Assim, por mais que faça parte do dispositivo analítico, a Análise Documental não é a força teórica e metodológica por trás da pesquisa. Com efeito, tem-se na Análise de Discurso o papel de protagonista nessa análise.

### 3.2 O *CORPUS* DISCURSIVO

O *corpus* corresponde à unidade a qual o pesquisador se depara ao fazer um recorte temporal e teórico de uma determinada temática, este advém de um material bruto de linguagem coletado pelo analista e disposto em forma de série (Pêcheux, 2006). Esta é desenvolvida por um plano definido e estruturado de procedimentos de extração e organização do material bruto. A constituição do *corpus*, no entanto, varia conforme o tipo e objetivos da análise e o tipo de discurso, os quais no caso da presente pesquisa, é a análise contrastiva de um discurso político.

Dessa forma, enfatiza-se que a delimitação do *corpus* já parte de um lugar ideológico do próprio pesquisador, ao se escolher um recorte específico, como o gênero do discurso político, por exemplo. Logo, a escolha em si já carrega vieses ideológicos e acadêmicos, mas que seguem padrões teóricos e metodológicos validados cientificamente (Orlandi, 2005).

Por sua vez, o tratamento proveniente da área das Ciências da Informação, nesta pesquisa, se pauta pelo referencial linguístico proveniente do material bruto e representado, posteriormente, no *corpus*, através da seleção de palavras-chave retiradas do texto (Sargentini, 2005). Este procedimento pode aparentar semelhanças com os conceitos saussurianos de transparência da linguagem, tida como uma ferramenta neutra de informação/comunicação. Entretanto, na mesma linha de Pêcheux ao trabalhar com pressupostos do estruturalismo da linguística saussuriana e desenvolvê-los sem os rejeitar completamente, a presente pesquisa entende que o uso de técnicas documentais não limita a pesquisa a uma abordagem simplesmente descritiva-sintática dos conceitos articulados nos referidos pronunciamentos.

A pesquisa, assim, vai além das formulações documentais e linguísticas de fala e língua e encara a sintaxe do texto como indicativos ao caminho analítico a ser percorrido. A descrição, viabilizada pelas técnicas documentais, é parte do trabalho analítico que cria o espaço para a leitura e interpretação de um enunciado para o pesquisador (Pêcheux, 2006). Por meio destes procedimentos a pesquisa será capaz de analisar a formação discursiva (retoricamente e historicamente) na qual os textos se encontram e como eles se interligam pela materialidade da linguagem, o discurso. Portanto, não é incoerente com o trabalho discursivo o uso de técnicas documentais, uma vez que as segundas visam auxiliar na coleta e organização do texto, mas não orientam totalmente sua interpretação.

Dessa forma a pesquisa não restringe a análise discursiva aos resultados obtidos pelo tratamento informático inicial, visto que o próprio tratamento informático é sobreposto pela metodologia discursiva de Doty (1993), conforme será explicitado na subseção 3.2.3. Efetivamente, a pesquisa os instrumentaliza na composição do *corpus* discursivo (Sargentini, 2005). Assim, a pesquisa aponta que o *corpus* será apresentado no capítulo cinco por um procedimento que concilia as duas práticas, a documental e a discursiva, na forma de *quadros*. Nestes, o material linguístico é manipulado por conceitos teóricos e metodológicos que buscam analisá-lo pelo dispositivo teórico discursivo, portanto, superando o pressuposto de transparência informativa. A constituição conceitual destes quadros será abordada na esteira do presente capítulo, nas subseções 3.2.2 e 3.2.3

Nesta esteira, a pesquisa ressalta que a definição por um gênero discursivo específico, como o político, traz consigo uma gama de concepções anteriores sobre os significados

implícitos neste tipo de discurso, e mais, o que este ainda pode vir a significar. No caso da presente pesquisa os pronunciamentos sobre o Estado da União, como base concreta do discurso, possuem uma amplitude de estudos sobre sua importância. Variam tanto de análises sobre a veiculação direta de agendas políticas específicas, tendências futuras para o respectivo mandato político, ou conexões com o passado histórico do país em questão (Neüff, 2018; Leite, 2013; Austermühl, 2014; Smith, 2011; Teten, 2006; Wegner, 2013).

Assim, desta multiplicidade de sentidos derivam-se análises e inferências sobre como um determinado presidente entende o mundo e como ele pode vir a afetar a realidade material. Isso ocorre, pois, todo enunciado pode ser descrito linguisticamente, mas a partir desta descrição há uma série de pontos de deriva, de onde, portanto, surge espaço para a interpretação. Tal deslocamento do enunciado se dá por meio de um jogo de ligações, identificações ou transferências históricas feitas pelo pesquisador, abrindo caminho para a interpretação (Pêcheux, 2006).

Estas variáveis analíticas podem apostar ou não no impacto material que um pronunciamento possui ou quais sentidos discursivos este produz, e sua relação ideológica com outros discursos. No caso da presente pesquisa, entende-se que o discurso imbuído nos pronunciamentos presidenciais se impõe como uma força material - no sentido linguístico-histórico de Pêcheux (1997a) - na política estadunidense. A fim de analisar essa força material, é necessário, por óbvio, selecionar os textos representativos do discurso, que culminam, como mencionado anteriormente, em um *corpus* discursivo (Pêcheux, 2006).

Nesse sentido, uma vez que o *corpus* deve ser analisado considerando que se inscrevem no interior de condições de produção específicas, que por sua vez, são pautadas por relações sociais históricas, o *corpus* não pode ser visto como isolado do mundo. Ele ocupa um determinado espaço discursivo e ideológico em função de relações de dominação, subordinação e contradição – uma vez que a materialidade do discurso é formada a partir do antagonismo, conforme a visão pechêutiana. O *corpus*, portanto, não é homogêneo, não está em perfeito alinhamento entre cada parte integrante de sua totalidade, nem seria coerente com a natureza da Análise de Discurso, que em si, é uma análise das contradições históricas incorporadas na linguagem (Sargentini, 2005).

Posta a fase de análise superficial de selecionar o *corpus*, o pesquisador, munido pelo dispositivo teórico, aplica seu dispositivo analítico através dos seus respectivos métodos e técnicas (Orlandi, 2005). Na esteira da seleção e coleta do material, ao se ter o *corpus* em mão, o pesquisador o remete a um discurso, ao analisar as regularidades e contradições discursivas neste material (a sua filiação histórica), o vendo como parte de uma “[...] formação ideológica

dominante naquela conjuntura” (Orlandi, 2005, p. 63) ou, nos termos de Laclau e Mouffe (1985), parte de uma “estrutura discursiva”. Estas regularidades e contradições, a pesquisa aponta envolver as contínuas descrições e caracterizações do “Eu” estadunidense, e da “nação americana”, que levam a pesquisa inserir o referido material, dentro de um discurso ideológico mais amplo de identidade nacional.

Assim, a partir do *corpus* discursivo inicia-se o trabalho da construção do objeto discursivo. Este, por sua vez, não se trata dos pronunciamentos *per se*, mas sim da relação deste material bruto com outras fontes discursivas (que podem incluir demais pronunciamentos políticos, agendas políticas, leis, imagens, sons, cartas) em um processo discursivo ideológico. Estes procedimentos, portanto, são coerentes com os perseguidos pela presente pesquisa ao analisar os pronunciamentos presidenciais de Donald Trump em relação aos de Ronald Reagan e os situá-los como formações discursivas<sup>2</sup> que se encontram em uma estrutura discursiva ampla.

Assim, o objeto discursivo não é pré-estabelecido, ele requer o trabalho do pesquisador em construir estas relações e fazê-las inteligíveis na sua análise através dos dispositivos analíticos. Trata-se, portanto, de: desnaturalizar a superfície linguística do *corpus*; examinar a relação histórica dos textos (como a linguagem se faz presente na história); inferir como a linguagem é constrangida pela ideologia e como esta materializa-se na língua, resultando assim no discurso. Nesse sentido, é necessário denotar que a análise de discurso demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao *corpus* e análise, ao longo de todo o trabalho (Orlandi, 2005)

Desse modo, o *corpus* da presente análise consiste na disposição de seis pronunciamentos presidenciais em forma de quadros. Como mencionado anteriormente, os textos são três pronunciamentos sobre o Estado da União proferidos em cadeia nacional de TV pelo presidente Ronald Reagan entre 1982 e 1987; e três pronunciamentos sobre o Estado da União pelo presidente Donald Trump entre 2018 e 2020, tanto pelo meio televisivo como *online*. Ressalta-se que estes pronunciamentos foram coletados em *sites* oficiais do governo dos Estados Unidos e projetos acadêmicos de universidades estadunidenses.

### 3.2.1 O Discurso Presidencial

A escolha por analisar estes pronunciamentos presidenciais, na intenção de compreender como a reprodução discursiva de identidade nacional se manifesta nas narrativas

---

<sup>2</sup> Ou seja, aquilo que pode e deve ser dito coerente com seu determinado contexto histórico, e articulado sob a forma de um pronunciamento, um panfleto, um manifesto ou um projeto de lei (Pêcheux, 1997b).

destes sujeitos, não foi aleatória. Os pronunciamentos sobre o Estado da União são eventos singulares que proporcionam oportunidades para a veiculação de mensagens disciplinadoras ao seu público, na medida que exalta certas narrativas sobre o país em detrimento de outras (Leite, 2013).

Nesta esteira, a capacidade do alcance do discurso presidencial para a construção da identidade nacional não influencia apenas a ligação entre o entendimento do indivíduo sobre seu papel como cidadão, e a compreensão sobre o tipo de sociedade em que se vive. Pode ser também, uma ferramenta de mobilização de massas em tempos de crise, ou servindo para a homogeneização e disciplinarização da sociedade em tempos de paz. Os presidentes, neste sentido, possuem um grande poder para a definição do “Eu” nacional, especialmente na comunicação do papel que o seu respectivo país exerce no mundo (Restad, 2015).

Em consonância, Montero (2009) afirma que o discurso presidencial pode ser considerado uma prática ideológica que reflete e constrói significados sobre o Estado, o povo, sua história, além dos acontecimentos e políticas de cada governo. Como tal, naturaliza determinadas explicações, definições e interpretações, apresentando-as como a essência da natureza do país, da população e do governo em questão. Nessa medida, acaba por favorecer: “[...] a hegemonia de determinadas ideias e de quem as apoia, dependendo dos interesses de um grupo e de um líder que emite o discurso, dando origem a expressões ideológicas (Montero, 2009, p. 352, tradução própria<sup>3</sup>).

Nesse sentido, chefes de Estado e governo, assim como representantes políticos em geral, constroem suas narrativas articulando elementos discursivos inteligíveis e aceitáveis aos seus respectivos contextos, ao passo que buscam criar uma identificação por parte da população com suas políticas (Edwards, 2008; Leite, 2013). Especificamente sobre os pronunciamentos sobre o Estado da União, sua natureza, intencionalidades, e a linguagem dos textos, mudaram ao longo do tempo conforme a conjuntura histórica, sendo que o seu teor discursivo em tempos de guerra varia dos realizados em momentos de maior estabilidade internacional (Wegner, 2013).

Contudo, apesar das mudanças conjunturais, observa-se que na construção da narrativa sobre a identidade nacional há uma constância por parte dos presidentes estadunidenses em evocar os mitos fundadores da nação, instrumentalizando, a partir de elementos do senso comum, uma história tradicional ao povo. Observa-se que o uso de uma determinada herança

---

<sup>3</sup> Idioma original do trecho: “[...] la hegemonía de determinadas ideas y de quienes lassos tienen, em función de los intereses de un grupo y um líder que emite el discurso, dando curso a expresiones ideológicas” (Montero, 2009, p. 352).

cultural (como referências à religião, cultura e etnia) é uma prática recorrente na narrativa presidencial dos Estados Unidos. Essa prática busca trazer um aspecto de legitimidade aos seus argumentos perante a população e, conseqüentemente, uma maneira de validar suas políticas (Leite, 2013).

Ademais, quando o presidente exalta uma certa narrativa de identidade nacional estadunidense em seus pronunciamentos, mostra-se, em confluência, a reprodução de ideias já estabelecidas (uma vez que o emissor é um sujeito social interpelado ideologicamente), mas também as subjetividades individuais de seus próprios “[...] preconceitos e visões acerca de como o mundo deve ser enxergado e, em última instância, moldado” (Leite, 2013, p. 118). Dessa forma, a narrativa presidencial é uma ferramenta capaz de direcionar a opinião pública conforme a agenda governamental bem como, as exclusivamente presidenciais (Leite, 2013).

Assim, os pronunciamentos presidenciais funcionam simultaneamente como comunicados oficiais e como veículos discursivos ideológicos. Portanto, é uma prática discursiva capaz de gerar efeitos materiais no entendimento da identidade nacional pela população, da mesma forma que estabelece os limites de atuação da política externa (Leite, 2013). A presente pesquisa sustenta, portanto, que as políticas, ideias e mensagens articuladas em pronunciamentos presidenciais, tais como os do Estado da União, podem ser analisados como frutos de discursos ideológicos (Campbell, 1998; Pêcheux, 1997a).

Ressalta-se que uso destes pronunciamentos na formação do *corpus* discursivo, se explica devido a importância histórica destes pronunciamentos na constituição do imaginário coletivo do país sobre o governo; e por serem apontados pela literatura como um campo propício de análise, uma vez que são avaliados como instrumentos recorrentes para a identificação do povo com os valores articulados nas narrativas presidenciais (Neüff, 2018; Auster mühl, 2014; Smith, 2011; Leite, 2013; Teten, 2006; Wegner, 2013). A partir desse entendimento, estes pronunciamentos servem aos fins de uma análise de discurso contrastiva sobre a reprodução da identidade nacional pelos supracitados presidentes.

Oficialmente, o pronunciamento sobre o Estado da União é um dever do chefe do executivo, inscrito na Constituição estadunidense, de relatar ao Congresso e ao país sobre a condição atual do país; além de servir como um canal para apresentar as propostas governamentais para o próximo ano legislativo. Ademais, como são eventos televisionados, e mais recentemente, também transmitidos pela *internet*, os pronunciamentos sobre o Estado da

União tem um grande alcance nacional e internacional<sup>4</sup> (Congressional Research Service, 2024).

Dessa forma, o presidente tem a oportunidade de direcionar a atenção do público para as visões de mundo do seu governo e do seu partido, em questões sociais e econômicas. Assim, estes pronunciamentos servem diversos propósitos, incluindo o diplomático quando o presidente apresenta a agenda externa do governo (Wegner, 2013). Portanto, através de pronunciamentos e comunicados oficiais, o discurso ideológico do presidente, revestido de sua capacidade de gerar efeitos materiais, pode unir a população e os representantes eleitos em torno de objetivos políticos específicos. Assim, também servem para angariar apoio à políticas governamentais específicas ou para rejeitar propostas da oposição e, até mesmo, políticas e ações de outros países (Wegner, 2013).

Em suma, o pronunciamento sobre o Estado da União é uma oportunidade única na qual os olhos do país e do mundo estão atentos as mensagens do governo e do presidente. Assim, se torna uma ferramenta política direcionada exercida pelo presidente que deve ser entendida como uma engrenagem no exercício discursivo.

### **3.2.2 As Técnicas da Análise Documental**

De acordo com Laville e Dionne (1999), o termo *documento* representa toda fonte de informação já existente. Entre as fontes impressas, variam desde publicações de organizações com definições de agendas políticas, exposição de projetos, ou prestação de contas. Podem ser, também, dossiês públicos ou privados que apresentam dados sobre a educação, o sistema judiciário ou da saúde, as relações de trabalho, as condições econômicas, e até mesmo artigos de revistas acadêmicas e diferentes publicações científicas, como atas de congressos e colóquios (Laville; Dionne, 1999).

Assim, na presente pesquisa, a utilização de técnicas de Análise Documental se justifica pela constatação que pronunciamentos políticos podem ser considerados documentos históricos, pois, a relevância de um objeto de estudo para a Análise Documental recai sobre o propósito que este venha a ser utilizado para pesquisa ou consulta (Soares *et al.*, 2011).

---

<sup>4</sup> Nota-se que nas últimas presidências, os pronunciamentos têm sido proferidos no início de cada ano, em janeiro ou fevereiro, com a exceção dos anos inaugurais dos mandatos presidenciais (Congressional Research Service, 2024).

Buscando elucidar as formas de aplicação das técnicas da Análise Documental selecionadas, propõe-se nesta subseção uma discussão propositalmente concisa sobre o processo de delimitação dos fundamentos epistemológicos usados. Assim, evita-se a dispersão sobre detalhes que fogem do escopo da pesquisa, contudo, sem comprometer seu respaldo metodológico<sup>5</sup> (Lara, 1999; 2009).

Moreira (2005) aponta que a investigação científica em documentos é usada de forma interdisciplinar compreendendo a identificação, a verificação e a apreciação analítica das informações documentais para fins específicos. Pode ser aplicada, portanto, como recurso, apoio ou base para uma pesquisa científica, usada como técnica ou método, mas ambos pertencendo ao âmbito da análise. Método, visto que pode ser entendida como o conjunto geral de procedimentos da pesquisa científica, abarcando a coleta, análise e inferências; e técnica, porque, como instrumento específico, é uma forma de obtenção de dados.

A Análise Documental, a qual faz parte do campo científico interdisciplinar da Ciência da Informação<sup>6</sup>, logo, é uma forma de extração de significado de documentos por meio de operações semânticas. Estas, por sua vez, transformam o texto original visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente que a do original, o transformando em uma ou diferentes palavras-chave, os índices (que não necessariamente precisam contar no texto original). Dessa forma, facilita-se o controle e representação do conteúdo e a rápida consulta da informação documental (Gardin, 1973; Lara, 2009). O conteúdo, portanto, é armazenado sob uma forma variável, viabilizando que se obtenha o máximo de informações (elemento quantitativo) com o máximo de relevância (elemento qualitativo) conforme os fins da pesquisa (Bardin, 2011).

A Análise Documental, dessa maneira, pode ser entendida como um conjunto de técnicas tanto de coleta de dados como de análise de dados, com base em conceitos e ideias específicas, buscando produzir conhecimento científico (Bardin, 2011). O processo de seleção de documentos e das subsequentes operações da análise documental, assim como os produtos

---

<sup>5</sup> Para um olhar mais aprofundado aos estudos de Análise Documental recomenda-se a leitura de: Gardin e Gutierrez (1984); Smit (1987); Kobashi (1994); Lara (1999, 2009); Guimarães (2003, 2008).

<sup>6</sup> Nota-se que nas áreas da Ciência da Informação, Biblioteconomia e Linguística, em geral, emprega-se o termo *Análise Documentária* (Nascimento, 2009; Kobashi, 1996; Terra, Almeida, Sabbag, 2018; Martines, 2023, Vogel, 2009). O uso do termo “documentária”, em vez de “documental”, ocorre por ser uma tradução mais literal do nome em francês do campo do qual se originam os estudos documentais da vertente teórica do pesquisador Jean-Claude Gardin: “analyse documentaire” (Guimarães, 2008). Nota-se, todavia, que o termo “Análise Documental” é usado mais comumente em trabalhos de diferentes áreas das ciências sociais e humanas, como História, Educação, Administração, Ciência Política e até mesmo da Saúde (Soares *et al.*, 2011; Sá-Silva *et al.*, 2009; Oliveira, 2007; Laville; Dionne, 1999; Moreira, 2005; Bardin, 2011; Pimentel, 2001). Portanto, a pesquisa optou por usar “documental” para se referir ao conjunto de técnicas aplicadas à análise dos pronunciamentos presidenciais, estando em linha com a terminologia usada em áreas como a História e a Ciência Política.

gerados, não são neutros, estes são afetados pela escolha dos métodos, referencial teórico e objeto de cada pesquisa. Dessa forma, a análise documental não se reduz a obedecer a um conjunto de regras fixas, pois estas variam de acordo com os pressupostos científicos de uma dada pesquisa (Kobashi, 1994; 2008).

Logo, entende-se que não há um método geral a ser aplicado em todo e qualquer tipo de pesquisa que se propõe a usar a Análise Documental, tanto como metodologia ou como técnica. É necessário, portanto, que haja por parte do pesquisador uma reflexão em seu trabalho teórico sobre o uso dessa abordagem, a fim de elaborar hipóteses para aplicação das técnicas documentais coerentes com seus objetivos de pesquisa. Assim, evita-se a homogeneização da metodologia científica aplicável de forma universal, resguardando o respeito às particularidades do conhecimento científico de cada área específica (Kobashi, 1994; 2008).

Ressalta-se, no entanto, que a flexibilidade dos critérios para a elaboração de uma metodologia e a aplicação das técnicas documentais não pode ser confundida com ausência de rigor metodológico. Assim, uma vez definido o esquema de técnicas a ser seguido, torna-se essencial manter suas prerrogativas conceituais a fim de manter a veracidade e validade da análise feita (Kobashi, 1994; 2008).

Na esteira da compreensão conceitual da Análise Documental, aponta-se que o resultado dos processos documentais, ou o produto da análise documental, é a *representação* – a qual deriva dos movimentos de classificação e condensação do texto, ou seja: a) a organização e a *indexação* das informações (que gera seu produto, os índices/palavras-chave) e b) representação do conteúdo em um formato específico, viabilizando assim uma melhor identificação e compreensão do texto.

Nesta abordagem, através da técnica de indexação, o pesquisador classifica os componentes das informações do referido documento fazendo uso de palavras-chave, de maneira não muito abrangente (Bardin, 2011). Por sua vez, as decisões procedimentais e analíticas que resultam no processo de indexação são vinculadas a área ou disciplina na qual se encontra a pesquisa e orientadas para cumprir o propósito da referida investigação científica (Gardin, 1973).

Assim, o processo operacional da indexação baseia-se em considerações *ad hoc* que usam os critérios desenvolvidos pela lexicografia da Análise Documental como um guia metodológico, visto que suas adaptações são por vezes necessárias, dependendo do campo teórico e o objeto de pesquisa (Gardin, 1973). Assim, a indexação, segue os padrões específicos delimitados pelos conceitos trabalhados pela pesquisa e as possibilidades de análise coerentes com a natureza da documentação (Bardin, 2011).

A *representação*, por sua vez, pode ser entendida como o objetivo de uma análise documental, ou seja, a transformação do texto original em algo que, por mais que seja formalmente diferente do documento base, deve resguardar uma similaridade com seu conteúdo. Logo, pode se diferenciar na construção da sintaxe, mas não na semântica (Kobashi, 1994, 2008). Entende-se, dessa forma, que a análise documental é o ato de transformar um determinado texto em uma representação simbólica deste, por extrair suas informações essenciais de modo a substituí-lo, o que pode servir aos propósitos de, mas não exclusivo a: uma maior acessibilidade às informações gerais do documento e transmitir significados específicos de certos elementos do texto conforme os conceitos e finalidades da pesquisa (Kobashi, 1994; 2008).

A vista do exposto, tendo em mente o pressuposto de adaptabilidade das técnicas documentais, a presente pesquisa, com base em uma revisão de literatura desta área (Kobashi, 1994; 2008; Guimarães, 2008; Gardin 1973), elencou os seguintes procedimentos no tratamento dos documentos/pronunciamentos presidenciais a serem realizados. Assim, a sequência de operações da análise documental a serem realizadas pela presente pesquisa, serão:

- a) desestruturação do texto original: leitura e distinção entre as informações essenciais e acessórias;
- b) indexação: seleção de palavras-chave;
- c) representação do conteúdo em forma de quadros.

Após esses movimentos de seleção e coleta, a pesquisa utilizará o tratamento analítico fornecido pela metodologia discursiva de Doty (1993), que rege a organização e disposição das informações contidas nos pronunciamentos. Portanto, com base no exposto, aponta-se que a presente pesquisa se utiliza de fontes secundárias buscando inferir sobre seu objeto, sendo este, como abordado anteriormente, não meramente o documento, *per se*, mas o discurso que constitui a identidade nacional estadunidense, que é reproduzido nos documentos/pronunciamentos oficiais feitos por Ronald Reagan e Donald Trump.

Por fim, seguindo o discernimento de Moreira (2005) e Bardin (2011), bem como de Gardin (1973) e Kobashi (1994; 2008), aponta-se que a pesquisa faz um uso *analítico* das técnicas documentais em apoio à metodologia discursiva, que por sua vez, de forma aglutinadora, orienta a disposição das técnicas documentais. Em outras palavras, a metodologia discursiva serve como um ponto de convergência que combina as técnicas documentais, orientando a maneira como estas serão aplicadas e organizadas na pesquisa, seguindo a estratégia da análise de discurso contrastiva.

No próximo tópico, são apresentados os parâmetros teóricos e metodológicos da análise discursiva, através da qual o conteúdo dos pronunciamentos será representado e interpretado conforme os padrões conceituais de predicação e pressuposição entre sujeitos e objetos. A partir destes, ressalta-se, busca-se inferir sobre os componentes da estrutura discursiva dos pronunciamentos presidenciais.

### 3.2.3 Os mecanismos de pressuposição, predicação e posicionamentos dos sujeitos

Como mencionado no capítulo dois, em sua obra Doty (1993) examina a intervenção nas Filipinas pelos Estados Unidos na década de 1950. A autora examina como esse fato político pode ser explicado dada a conjuntura política à época; e quais foram as condicionalidades que permitiram a contrainsurgência estadunidense frente às revoltas no país do sudeste asiático. Se explora também, o que levou os Estados Unidos a crerem que poderiam executar essa missão sem o rechaço da comunidade internacional.

Neste sentido, planejar determinados cursos de ação, como uma intervenção militar ou uma missão de espionagem em agências de inteligência de outros países, pressupõe que significados e identidades políticas específicas já estejam em operação. Assim, a autora propõe investigar como se chegou a essa realidade discursiva através do método interpretativo da Abordagem das Práticas Discursivas. Sua metodologia se baseia em estabelecer conceitos que deem conta de abarcar os sentidos de uma realidade específica, sendo estes: pressuposto (*presupposition*); predicação/afirmação (*predication*); posicionamento do sujeito (*subjectpositioning*). Esses conceitos formam categorias analíticas que permitem compreender como práticas discursivas constituem sujeitos e objetos e os organizam em uma rede de inteligibilidade (Doty, 1993).

Dessa forma, a *pressuposição* é um mecanismo textual que estabelece um conhecimento básico, estabelecido *a priori* do sujeito. Os pressupostos são informações presentes em um enunciado discursivo específico, comunicadas pelo sujeito emissor a um público-alvo e apresentadas como autoevidentes. As informações podem ser indiretas e implícitas, mas sempre são subjetivas, pois não são naturais, e sim frutos de uma realidade criada por sujeitos e suas complexidades. Entende-se, nesta perspectiva, que as informações dão forma a uma representação da realidade, ou criam um “pano de fundo discursivo” (Resende, 2009).

A *predicação*, por sua vez, é o ato de atribuir rótulos a determinados assuntos, ligando certas qualidades a assuntos específicos através do uso de adjetivos. Um predicado, assim, auxilia na construção de uma identidade e informa sobre as capacidades de um sujeito ao

afirmar certas particularidades, atributos ou propriedades a um sujeito ou objeto. Estas particularidades, nesta esteira, são constituídas a partir de suas relações com outros sujeitos e objetos. Assim, a pressuposição e a predicação além de construírem sujeitos e objetos, estabelecem diversos tipos de relações entre eles, condicionando o *posicionamento* do sujeito. Alguns dos tipos de posicionamento são: alteridade/oposição; semelhança; e complementaridade (Doty, 1993).

Portanto, por meio deste método interpretativo, busca-se encontrar os mecanismos textuais de pressuposição, predicação e posicionamento transmitidos como autoevidentes pelas narrativas presidenciais supracitadas, na reprodução discursiva de uma determinada visão sobre os Estados Unidos. Neste sentido, aponta-se que determinados predicados e práticas associados à política externa do país exibem certa coerência, usados pelos próprios estadunidenses e seus aliados. Estes incluem: “obrigações morais”; “intenções benignas”; “promoção da democracia”; “líderes do mundo livre” (Doty, 1993).

Esses adjetivos fazem parte de uma cartilha discursiva de política externa que reforça uma determinada identidade nacional, criando condicionalidades para que ações e posições dos EUA sejam interpretadas de formas específicas, tais como “causas nobres”, em vez de “coerção”, ou “propaganda ideológica”. No contexto da Guerra Fria, estes atributos eram associados à URSS, em oposição aos ligados aos Estados Unidos e ao Ocidente. Embora alguns dos elementos fossem iguais como “órbita de influência”, o conjunto de predicados que definiam as políticas de Washington não eram os mesmos atribuídos à URSS. Enquanto o segundo “coagia”, os estadunidenses “protegiam” – mesmo que ambos fossem superpotências com intenções hegemônicas (Doty, 1993).

Assim, a partir da Abordagem das Práticas Discursivas, analisa-se a coerência no uso dos predicados pelo emissor de um discurso em relação a um ator ou cenário político, buscando interpretar a formação de um discurso dominante - sendo no caso da presente pesquisa, a narrativa sobre identidade nacional. Estes predicados são atribuídos aos sujeitos através de múltiplos textos de política externa, variando entre questões econômicas a securitárias. No entanto, existe uma lógica particular em funcionamento que se baseia em uma série de oposições binárias que atravessam os diferentes textos políticos na descrição das ações e visões sobre os EUA em relação a outros atores políticos (Doty, 1993).

A construção dessa lógica discursiva é feita pela articulação dos mecanismos textuais que, por sua vez, estabelecem os parâmetros de ação da política externa dos Estados Unidos. Assim, conclui-se que as práticas discursivas levam à construção e reprodução de um discurso

dominante que condiciona cursos de ação específicos – logo, o discurso ao resultar em efeitos materiais, é uma forma de construção da realidade (Doty, 1993).

A partir da análise de discurso feita pela autora, em cima de textos específicos, percebe-se a construção de oposições binárias na articulação discursiva, a qual estabelece os parâmetros ou cria o cenário para a reprodução da identidade dos atores políticos. Entende-se que subjacentes aos atributos e práticas é possível localizar pressupostos baseados em tais oposições binárias. Estas, por sua vez, se referem à diferenciação hierárquica entre o “Eu” e o “Outro” a partir de uma estrutura discursiva disciplinadora que separa os EUA de outros atores.

Este posicionamento hierárquico é o que distribui o nível de agência atribuído aos atores por meio do discurso. Os Estados Unidos, tanto emissor do discurso como sujeito interpelado pela ideologia, conferem um alto grau de subjetividade e complexidade às suas ideias, valores e objetivos, equivalentes à sua narrativa de superpotência. Essa complexidade vem do caráter intertextual do discurso de política externa estadunidense, pela qual a identidade nacional é reproduzida mediante diferentes tipos de texto, nos quais se reitera a imagem do país como um ator moral, racional, eficiente e justo. Estes textos incluem diretrizes de política externa, textos acadêmicos, bem como peças audiovisuais, literárias e comerciais (Doty, 1993).

Em suma, os mecanismos textuais analisados, pressuposto, predicação e posicionamento de sujeitos, agem intertextualmente, dando forma a um discurso dominante no qual atores políticos operam em uma estrutura hierárquica fruto de uma construção discursiva, e não, natural. O poder desta estrutura, por sua vez, reside na sua capacidade de enquadrar possibilidades interpretativas, reproduzir significados e, assim, naturalizar uma realidade específica (Doty, 1993).

Com base no exposto, a pesquisa entende que o alcance do modelo analítico proposto por Doty (1993) permite sua aplicação na área de Análise de Política Externa e nos estudos discursivos, buscando a interpretação de discursos ideológicos e os resultados materiais que deles derivam. No caso da presente pesquisa, sobre os pronunciamentos analisados, será aplicada a abordagem de práticas discursivas visando compreender como práticas discursivas disciplinadoras constroem as narrativas de identidade nacional estadunidense – o que, conseqüentemente, exclui identidades alternativas.

### **3.2.4 Seleção dos índices descritivos e a ordenação dos sujeitos e objetos**

Em relação ao caráter preliminar do tratamento dos documentos, ou seja, no processo de levantamento e indexação das informações documentais, a pesquisa realiza a seleção das

palavras-chave para a composição de seu *corpus* discursivo. Seguindo os objetivos da pesquisa, fez-se a escolha de usar os termos “Estados Unidos” e “estadunidenses” visando compreender como estes são entendidos e dispostos discursivamente pelos supracitados presidentes, e, determinar sua relação ideológica. Ademais, adiciona-se um terceiro conjunto de palavras-chave na composição do *corpus*: “Reagan/Governo Reagan”; “Trump/Governo Trump”. Procura-se compreender, por meio desse índice, como os presidentes percebem seu governo e descrevem sua própria atuação à frente do cargo e suas relações com a identidade discursiva.

Estas palavras-chave serão identificadas e ordenadas como *sujeitos* e *objetos*, conforme delineado pela metodologia discursiva de Doty (1993). Esta interpretação se deu a partir da leitura dos textos e a análise das construções sintáticas e semânticas nas falas dos presidentes. Inferiu-se que estes usam os termos “Estados Unidos”, “estadunidenses”, assim como às suas autorreferências, ora nos papéis de sujeitos, ora nos papéis de objetos. Sendo que a primeira categoria corresponde a um agente que pratica uma ação e a segunda a um que sofre a ação.

Na esteira da dissertação, no capítulo cinco, após a discussão sobre os marcadores históricos da identidade nacional estadunidense feita no capítulo quatro, será realizada uma análise discursiva correspondendo às articulações históricas e linguísticas que deram forma material a concepção ideológica de Ronald Reagan sobre a identidade nacional estadunidense. Isto é, uma discussão sobre o cenário político do seu governo tendo em mente os eixos conceituais elencados pela pesquisa, conforme será visto no capítulo quatro: a excepcionalidade estadunidense; o papel dos Estados Unidos na Ordem Internacional Liberal; a constituição da identidade nacional a partir da relação com o “Outro” e o medo da ameaça externa.

Esta reflexão buscará compreender quais foram as condicionalidades que permitiram que sua narrativa fosse aceita e inteligível em sua respectiva conjuntura. Em seguida, será aplicada a mesma investigação ao discurso ideológico de Donald Trump. Conforme explorado no capítulo dois, na epistemologia pós-estruturalista a estrutura discursiva não é composta apenas de ideias, mas também de materialidade, na qual a primeira incide sobre a segunda, e vice-versa. Portanto, para atender os fins da pesquisa, entende-se ser essencial analisar a materialidade das discussões políticas, suas particularidades históricas e suas consequências para o discurso.

Posteriormente, no capítulo cinco, por meio da análise discursiva contrastiva decorrente destas discussões e da construção do *corpus* discursivo, será apresentado, a partir dos eixos conceituais, como a formação da identidade estadunidense é construída nestas narrativas. Ademais, como conclusão da análise, busca-se determinar, se a narrativa presidencial de

Donald Trump pode ser considerada uma ruptura com a narrativa de Reagan, e em quais aspectos isso ocorre.

#### **4 OS MARCADORES HISTÓRICOS DA IDENTIDADE NACIONAL ESTADUNIDENSE**

Como explorado no capítulo dois, parte-se do entendimento teórico de que a política externa e a identidade nacional estão intimamente ligadas, assim, a partir desta relação, a reprodução de um tipo específico de identidade é entendida como uma prática discursiva de política externa. Com base nesta reflexão, neste capítulo busca-se uma compreensão acerca da construção de identidade nacional dentro do escopo discursivo de três eixos de análise. Na esteira dessa discussão, serão avaliadas contrastivamente as narrativas dos presidentes supracitados no próximo capítulo. Dessa forma, aponta-se que o presente capítulo será dividido em três partes, cada uma em correspondência com um eixo de análise.

Como explicado na introdução, a partir de uma pesquisa prévia identificou-se a predominância de três pressupostos básicos na construção discursiva da identidade nacional estadunidense: a excepcionalidade da nação estadunidense; o papel dos Estados Unidos na Ordem Internacional Liberal; a constituição da identidade nacional a partir da relação com o “Outro” e o medo da ameaça externa. Com base nestes resultados, o estudo dispõe estes pressupostos como eixos conceituais para realizar a análise contrastiva entre as narrativas presidenciais em questão. Assim, neste capítulo, discute-se como estes elementos específicos permearam e conduziram o discurso da política externa dos EUA.

A pesquisa ressalta que a análise do primeiro eixo conceitual apresenta uma elaboração mais extensa em comparação aos outros dois eixos, visto as abrangências teóricas e históricas sobre essa temática. Do mesmo modo, aponta-se que o discurso da excepcionalidade estadunidense tem um caráter fundamental na construção discursiva da identidade nacional, inferindo em vários aspectos do papel dos Estados Unidos na Ordem Internacional Liberal e sua relação de alteridade com as identidades de outros Estados e atores não-estatais (Restad, 2015; Domingues, 2009; Tyrell, 2021; Neüff, 2018; Hixson, 2008).

Assim, como os três eixos estão interligados, não seria possível ignorar um deles durante a análise do outro. Logo, assim como conceitos básicos da excepcionalidade serão usados junto a análise do segundo e terceiro eixo, elementos destes últimos estarão presentes pontualmente na discussão sobre a excepcionalidade estadunidense. No entanto, a pesquisa ressalta que os eixos permanecem separados em subseções para que os tópicos possam ser analisados em profundidade e o caráter metodológico da pesquisa não seja comprometido.

#### 4.1 A EXCEPCIONALIDADE ESTADUNIDENSE

O que se entende atualmente como “excepcionalismo americano” não é um conceito político fixo, com efeito, é um discurso reproduzido de forma desordenada e desigual ao longo da história dos Estados Unidos. Efetivamente, o termo em si funciona como um recurso ideológico que faz parte do processo de imaginar a percebida nação estadunidense e sua identidade nacional (Tyrell, 2021; Neüff, 2018). Logo, ao usá-lo como um eixo de análise, a pesquisa está interessada em avaliar a excepcionalidade como uma prática discursiva, e, assim, será abordada como um conjunto de ideias baseado em um passado histórico e transmitido pela linguagem. Dessa forma, o conceito torna-se passível de ser analisado discursivamente, visto sua contínua reprodução e apropriação política histórica (Restad, 2020; Hixson, 2008).

Ressalta-se que as narrativas dos presidentes supracitados serão analisadas, conforme os objetivos da pesquisa, frente ao discurso da excepcionalidade, o que é justificado dado seu uso recorrente e relevância em moldar o discurso presidencial (Neüff, 2018; Gilmore, 2015). Em outras palavras, objetiva-se investigar e inferir em qual nível este discurso é articulado por Ronald Reagan e Donald Trump.

Assim, observa-se que a excepcionalidade se comporta semelhantemente a outras práticas discursivas, visto que, de forma cíclica, produz um certo tipo de identidade nacional e exclui outras. Como indicado, sua presença recorrente na construção discursiva das narrativas presidenciais, é usada como fundamento e justificativa para as mais diversas agendas políticas. Como consequência, por não apresentar uma estabilidade discursiva, torna-se suscetível a adaptações e manipulações pelas variadas narrativas que a reivindicam (Tyrell, 2021; Restad, 2015).

Na atual historiografia e em abordagens sociais mais críticas dos estudos da política externa estadunidense, o conceito e a terminologia da excepcionalidade possuem uma certa conotação vaga e até mesmo pejorativa. Contudo, dada sua alta circulação na cultura política doméstica e internacional, há uma aceitação generalizada de encará-la como um eixo de análise válido (Domingues, 2009).

Apesar de ter enfrentado um relativo declínio em popularidade na academia no final do século XX, o conceito analítico de excepcionalidade estadunidense teve um ressurgimento com os governos de George W. Bush e Barack Obama. Esta tendência continuou, não só no ambiente acadêmico, mas também socialmente, a partir dos comentários de Donald Trump, como será discutido no capítulo cinco (Tyrell, 2021). Dessa forma, o seu uso pode ser considerado como

um fenômeno que gerou e ainda gera intensos debates nas áreas de Relações Internacionais, Ciência Política e História.

Neste sentido, conforme a literatura tradicional acerca do conceito, os elementos essenciais à sua compreensão giram em torno do pressuposto que os EUA são um país singular em comparação ao restante do mundo, considerando sua fundação e desenvolvimento únicos na história do mundo (Pecequillo, 2013; Shafer, 1991). Em uma abordagem comparativa com outras nações, Lipset (1996) argumenta que seus valores excepcionais se concentram em uma confluência de cinco elementos que resultam em uma crença cultural única (*The American Creed*) que os distinguem de outros países desenvolvidos: liberdade pessoal (em detrimento da igualdade de classe); igualitarismo (a igualdade e qualidade de oportunidades); individualismo (autonomia do cidadão individual); populismo (no seu caráter antigovernamental e contra poderes centralizadores); liberalismo<sup>1</sup> (*laissez-faire*).

Com base no pressuposto da singularidade de seus valores nacionais, derivam-se outras proposições, tal como assumir que os EUA precisam ser contemplados de forma distinta, logo, regras e padrões seguidos por outros países não se aplicariam à sua realidade (Shafer, 1991). Exemplos contemporâneos dessa visão incluem a recusa do país em aderir a tratados e práticas internacionais amplamente aceitos pela comunidade internacional. Estes incluem o Protocolo de Kyoto, o Estatuto de Roma (1998), e a consequente ausência no Tribunal Penal Internacional, bem como a decisão de George W. Bush de ignorar o Conselho de Segurança das Nações Unidas ao declarar guerra ao Iraque em 2003 (Gilmore, 2015).

Outro elemento importante da excepcionalidade estadunidense é a crença que os Estados Unidos traçam um fio evolutivo que transcende o curso histórico “das leis sociais de desenvolvimento” – ou seja, são imunes aos males sociais que assolaram outras repúblicas, impérios e nações (Bell, 1991). A partir deste discurso, invoca-se uma hierarquia normativa entre os atores do sistema internacional, na qual os Estados Unidos estão no topo. Com efeito, são sua história e instituições liberais que os diferenciam de outras sociedades tanto quantitativamente como qualitativamente, assim, admite-se a conclusão de que como nação estes são superiores às demais (Bell, 1991; Restad 2015).

---

<sup>1</sup> Estes valores são expressos em diferentes facetas da política e sociedade estadunidense que a distinguiria dos demais países ocidentais, como a ausência de um partido representativo direto da classe trabalhadora, bem como sindicatos fortes. Ressalta-se que os últimos, mesmo que com milhões de membros, as forças sindicais dos EUA são as que possuem os menores números de concentração em comparação às de outros países ocidentais (Lipset, 1996).

Entretanto, esta liderança não viria isenta de responsabilidades, pois singularidade e superioridade não são equivalentes a excepcionalidade, visto que todas as nações são únicas em suas particularidades históricas, composições étnicas, sociais e religiosas. Os EUA, no entanto, a partir do seu caráter inovador, seriam um “experimento” ou “modelo” para o mundo seguir em relação à prosperidade econômica e política<sup>2</sup>. A partir disto, deriva-se duas conclusões (que podem, dependendo da vertente política, se sobrepor, o que será abordado no desenrolar do capítulo): o povo estadunidense se entende e se descreve como um *exemplo* para outras nações e que o país tem a *missão* de liderar a Ordem Internacional Liberal (OIL) (Tyrell, 2021; Restad 2015).

Independente da vertente política, no entanto, o conceito da excepcionalidade é convencionalmente apontado como uma das premissas históricas para o entendimento da identidade nacional. Contudo, vale considerar a legitimidade histórica desta afirmação. Neüff (2018) afirma que, quando aplicado às condições singulares que formaram os Estados Unidos, o termo “excepcionalismo”, se encontra na obra “Democracia na América”, de Alexis de Tocqueville<sup>3</sup> (2002). Com efeito, nesta obra o autor afirmou que: “[...] A situação dos americanos é, portanto, inteiramente excepcional, e é de se acreditar que nenhum [outro] povo democrático jamais será colocado nela” (Tocqueville, 2000, p. 424, tradução própria<sup>4</sup>).

Este fenômeno teria vários motivos, os principais sendo a origem “estritamente puritana”; os hábitos exclusivamente comerciais; as particularidades geográficas do país, as quais em sua visão: “[...] parece desviar sua inteligência do estudo das ciências, literatura e artes [...]” (Tocqueville, 2000, p. 424, tradução própria<sup>5</sup>); e a proximidade da Europa, que lhes permitiriam negligenciar estes valores culturais e intelectuais sem, supostamente, recorrer a violência.

<sup>2</sup> Essa perspectiva, ressalta-se, ignora fatores históricos (uma tendência no entendimento da excepcionalidade estadunidense) do desenvolvimento da economia política internacional. Outros Estados, especificamente os do Sul Global, não puderam seguir a linha evolutiva de revoluções liberais das potências ocidentais, visto o seu histórico de exploração durante os séculos XVII a XX por parte destas mesmas potências. Assim, países em desenvolvimento como México, Malásia e Brasil ao se tornarem independentes foram inseridos em uma economia internacional já consolidada, sem o privilégio de usar políticas protecionistas – que foram essenciais no desenvolvimento das indústrias nacionais das potências mundiais (Chang, 2004).

<sup>3</sup> O filósofo e político e historiador francês veio em 1831 aos Estados Unidos com o objetivo de estudar o sistema penal do país, resultando na obra citada acima publicada em dois volumes, que destaca vários aspectos da vida social e política do país em comparação a Europa. Tocqueville analisa a Constituição federal, os princípios do autogoverno e da soberania popular derivados desta, advertindo sobre a “tirania da maioria” em impor seus valores sobre minorias, embora em um sistema democrático. Além disso, discute a ascensão supostamente natural da democracia estadunidense e suas particularidades, além de comparações entre a população branca com a população negra e indígena (Mansfield, Winthrop, 2000).

<sup>4</sup> Idioma original do trecho: “The situation of the Americans is therefore entirely exceptional, and it is to be believed that no [other] democratic people will ever be placed in it.” (Tocqueville, 2000, p. 424).

<sup>5</sup> Idioma original do trecho: “[...] which seems to divert their minds from the pursuit of science, letters, and the arts [...]” (Tocqueville, 2000, p. 424).

Os conflitos com as populações indígenas, no entanto, não afetam a opinião do filósofo sobre a presumida superioridade da civilização branca. Efetivamente, sua análise sobre a suposta natureza selvagem dessas populações confirma esta suposição. Ademais, o autor afirma algo que é costumeiramente repetido através do discurso da excepcionalidade, a que os colonos da Nova Inglaterra teriam fundado uma comunidade homogênea em todas as esferas sociais. Formando, portanto, uma democracia perfeita, enquanto na Europa aristocrática os homens ainda eram discriminados hierarquicamente (Tocqueville, 2000).

Domingues (2009), por sua vez, aponta que o discurso por trás do termo já era algo disseminado pela população antes mesmo do século XX, apesar do emprego do termo “excepcionalismo americano” ser mais recente, datando de 1929 em diante. No entanto, apesar do termo, *per se*, só ter entrado na retórica política no início do século XX, a autora ressalta que para que uma linguagem específica tenha circulação a nível nacional, suas ideias precisam ter algum nível de aceitação previamente ao seu uso prático.

Neste sentido, Hutson (1980) argumenta que a ideia do caráter excepcional dos Estados Unidos já era articulada em registros do século XVIII, ainda que seu termo não estivesse em curso. A título de exemplo o autor cita a passagem do clérigo inglês Andrew Burnaby em 1759, quando este afirmou que “[...] uma noção, por mais estranha e visionária que seja, entrou na mente da maioria da humanidade, de que o império está se movendo para o oeste” (Burnaby, 1759 *apud* Hutson, 1980, p. 6, tradução própria<sup>6</sup>). Ademais, ele relata como os colonos estadunidenses estariam “[...] aguardando com expectativa ansiosa e impaciente o momento destinado em que a América dará leis ao resto do mundo” (Burnaby, 1759 *apud* Hutson, 1980, p. 6, tradução própria<sup>7</sup>).

Com base no exposto, a pesquisa recorre à discussão realizada no capítulo dois sobre a construção de ordens dominantes de discurso. Como identificou-se, indivíduos se relacionam em sociedade através de linguagens que expressam sentidos já consolidados ao longo da história, antes do seu presente. Assim, um discurso não surge de forma espontânea, visto que o pensamento popular carrega ideias e preconceitos formados em contextos específicos que atravessam a história. Estes são reproduzidos discursivamente de forma desordenada e inconsciente pela maioria da população, estabelecendo as bases do senso comum (Orlandi, 2005; Gramsci, 1999).

---

<sup>6</sup> Idioma original do trecho: [...] an idea, strange as it is visionary, has entered into the minds of the generality of mankind, that empire is travelling westward (Burnaby, 1759 *apud* Hutson, 1980, p. 6).

<sup>7</sup> Idioma original do trecho: [...] looking forward with eager and impatient expectation to that destined moment when America is to give law to the rest of the world (Burnaby, 1759 *apud* Hutson, 1980, p. 6).

A partir da reprodução discursiva, ideias são incorporadas pelas massas resultando em práticas materiais que impactam o mundo, reforçando o senso comum. Entretanto, como apontado, através das adaptações a conjunturas específicas, o discurso se transforma visto seu caráter instável. Dessa forma, assim como a reprodução de um discurso serve os propósitos da manutenção de uma ordem dominante, suas adaptações também podem levar a mudanças na ordem estabelecida e a subversão da hegemonia vigente (Pêcheux, 1990).

Com isso, entende-se que, dado o caráter mutável da ideologia e da linguagem, o discurso não se prende a momentos históricos específicos. Desta forma, ao serem articulados em diferentes momentos, e por sujeitos em diferentes posições ideológicas, são constrangidos pelas conjunturas políticas atuais e readequados às agendas políticas específicas. Assim, discursos se desprendem de seus locais históricos singulares. Entretanto, dependendo do alcance de suas ideias, certos elementos dominantes são mantidos (Laclau, 1990).

Portanto, quando aplicado este entendimento ao discurso da excepcionalidade estadunidense, a instrumentalização do termo ao longo do século XX foi garantida por um impulso ideacional discursivo já existente no imaginário coletivo da população e adaptado a cenários políticos específicos – o que será abordado no decorrer do capítulo. Assim, no desenrolar das décadas do século XX, por sua vez, o termo teria passado por um revisionismo ao descrever uma versão idealizada do passado histórico do país (Tyrell, 2021; Restad 2015).

Atualmente, como será apontado, ainda se recorre, em larga medida, a elementos históricos específicos ao usar o discurso da excepcionalidade. Notadamente, a formação das colônias da Nova Inglaterra no início do século XVII; a Declaração da Independência (1776); a adoção da Constituição (1787); o papel fundamental dos “Pais Fundadores”, como George Washington (1789-1797), John Adams (1797-1801) e Thomas Jefferson (1801-1809) na instauração da democracia republicana; e a expansão territorial através da narrativa do Destino Manifesto (Neüff, 2018).

Assim, como será visto, ao longo da história moderna dos Estados Unidos, usou-se elementos históricos conjunturais de forma generalista e universalista para corroborar discursos específicos (Tyrell, 2021). No decorrer deste capítulo, bem como no capítulo cinco, serão examinados momentos em que esse fenômeno se manifestou. No presente capítulo são feitas contextualizações históricas para compreender mais claramente as bases teóricas do discurso da excepcionalidade e suas influências nas variações e adaptações nas narrativas presidenciais de Ronald Reagan e Donald Trump. É importante ressaltar que o objetivo da pesquisa não foi de esgotar a análise sobre os determinados momentos históricos, mas sim verificar em qual medida estes informam o discurso da excepcionalidade.

Dessa forma, serão abordados elementos conjunturais os quais a pesquisa encontrou serem significativas para esta análise, especialmente a relação com o puritanismo nas colônias inglesas e a doutrina do Destino Manifesto. Assim, a análise se concentra na construção do discurso da excepcionalidade a partir destes dois contextos históricos. Permite-se, assim, a discussão sobre o segundo e terceiro eixo conceitual da pesquisa, que se focam no período pós-1945, para melhor compreender como este discurso impactou as administrações de Ronald Reagan e Donald Trump.

Primeiramente, torna-se necessário fornecer um panorama histórico introdutório à discussão do discurso puritano para melhor compreender sua articulação filosófica no discurso ideológico sobre identidade nacional. Assim, em termos gerais, na esteira da Cisma da Igreja em 1417, vários grupos sectários cristãos na Europa passaram a contestar os dogmas católicos, o que levou a Reforma Protestante. Na Inglaterra, o rompimento com a Igreja e a subsequente criação do anglicanismo por Henrique VIII surge no contexto político mais amplo da Reforma. A Igreja Anglicana, contudo, não foi aceita por toda população inglesa, gerando uma disputa entre católicos, anglicanos e calvinistas - os últimos dois fazendo parte do guarda-chuva do protestantismo, assim como metodistas e luteranos (Resende, 2009).

O segmento mais extremista dos calvinistas, por sua vez, pregava o retorno dos ritos e dogmas antigos e mais “puros” do cristianismo, e passaram a ser chamados de puritanos. Crentes na predestinação e na eleição divina de serem o povo escolhido por Deus, estes pregaram a purificação da Igreja contra a percebida corrupção moral dos católicos e anglicanos. Os puritanos detinham, já na Inglaterra, uma resistência a poderes políticos e religiosos centralizadores, sendo mais favoráveis a congregações autônomas. Assim, pregando a volta as “origens” dos ensinamentos e dogmas da Bíblia em todas as esferas da vida social, os puritanos entraram em um conflito religioso e político com os anglicanos (Resende, 2009).

Como forma de fugir da “degeneração” dos valores cristãos e da perseguição que passaram a sofrer, os puritanos fizeram um acordo com a Coroa inglesa para o estabelecimento da *Massachusetts Bay Company*. Iniciando, assim, as primeiras migrações para a colônia inglesa na América a partir de 1630, estabelecendo as colônias da Nova Inglaterra (Resende, 2009). Neste sentido, em relação aos valores políticos e sociais dos colonos puritanos, a identidade comunitária foi estabelecida através das vertentes mais radicais do protestantismo e as especificidades geográficas do território (Bercovitch, 2011).

Por sua vez, as colônias da Nova França, Nova Espanha e Nova Amsterdã celebravam as culturas da Europa renascentista, replicando as estruturas sociais e os sistemas de crenças europeus. Em contrapartida, os puritanos ingleses da Nova Inglaterra buscavam substituir o

“Velho Mundo” corrupto por uma comunidade cristã pura. A partir deste amálgama, o caráter dos colonos representava um projeto profético do “Novo Mundo” (Bercovitch, 2011).

Na base desta interpretação está a apropriação pelos colonos protestantes da história bíblica da fuga dos hebreus do Egito para a Nova Jerusalém. O “povo eleito”, nesta versão, seriam os puritanos e sua migração para a Nova Inglaterra representaria a “segunda fuga”. Contudo, neste contexto, estes estariam fugindo do corrompimento moral e social da civilização europeia, assim como o espiritual da Igreja Católica e Anglicana (Bercovitch, 2011). As acusações de degeneração, o anúncio do fim iminente, as tentativas de reforma da Igreja, práticas de evangelização ou conversão e atos de caridade são elementos típicos do sermão político dos puritanos, o “Jeremiada” (Resende, 2009).

Os conflitos com as populações indígenas, por exemplo, devem ser entendidos à luz deste raciocínio. As disputas por terras passaram a ser legitimadas como guerras sagradas, tal como consta no Antigo Testamento (Hixson, 2008). Nesta medida, os puritanos estadunidenses transformaram o protestantismo inglês original ao subverter um de seus principais dogmas: a separação do “reino espiritual” do “reino dos homens”. A conquista e exploração das terras não eram vistas como uma contradição com a filosofia puritana contra o corrompimento moral pois os objetivos dos colonos estariam sendo guiados pelos preceitos da predestinação e a crença que suas ações estavam a serviço de criar a sociedade cristã ideal, aos moldes de suas interpretações dos textos bíblicos (Bercovitch, 2011).

Assim, na corrente protestante dos EUA, os puritanos estabeleceram uma ligação entre o bem-estar material, a exploração e a salvação pessoal. A redenção dos pecados se fundiu com as ideias de expansão territorial e conflitos geopolíticos<sup>8</sup>, lançando as bases para uma cultura cristã expansionista e materialista. Nesta concepção, a “América” seria a terra prometida da bíblia, de onde se aguardaria a segunda vinda de Jesus. Assim, a missão puritana era fundamentada tanto em diferenças espirituais como políticas com os europeus, em especial com os ingleses protestantes (Hixson, 2008). Em suma, os conflitos com a coroa britânica e com as populações originárias no território norte-americano durante XVII seriam justificados pela confluência do teor religioso com o projeto civilizacional puritano – ambos beneficiários da Providência Divina (Bercovitch, 2011).

---

<sup>8</sup> Alguns dos maiores embates foram: a Guerra Pequot (1636-1638) envolvendo a população Pequots e os colonos de Massachusetts e Plymouth em uma disputa pelo território do atual estado de Connecticut, que resultou no massacre de centenas de indígenas; e a Guerra do Rei Filipe/Guerra de Metacomet (1675-1676) envolvendo uma vasta coalizão de populações indígenas, os Algonquian, liderada pelo povo Wampanoag contra os colonos de Plymouth. O conflito teve o maior número de mortos comparado a outros conflitos da história colonial dos EUA, levando a uma guerra de extermínio contra os povos indígenas Algonquian (Hixson, 2008).

Ilustrativo do fenômeno da reprodução de discursos passados e sua influência no imaginário coletivo, cita-se o influente trabalho de Miller (1956) sobre as origens puritanas da história dos Estados Unidos. Neste, o autor introduz a análise do sermão puritano, *A Model of Christian Charity* (Um Modelo de Caridade Cristã), escrito por John Winthrop em 1630. De acordo Miller, este seria o ponto de partida intelectual da identidade estadunidense, na sua disposição expansionista (Neüff, 2018; Tyrell, 2021).

Neste sermão, seu autor (um pastor puritano e então governador da Colônia da Baía de Massachusetts) declarou que a colônia seria: “*a city set upon a hill*” (uma cidade situada em uma colina). Nesta concepção, esta é uma terra de novas oportunidades que devem ser exploradas e serviria como refúgio à perseguição religiosa que os puritanos sofriam na Inglaterra. Da mesma forma, é idealizada como um modelo ou “farol” para o resto do mundo em como organizar e viver em uma comunidade pactuada com um governo civil e eclesiástico (Bozeman, 1986; Ven Angen, 2020).

Retomando a discussão anterior sobre a internalização do conceito de excepcionalidade na sociedade, nota-se que a partir de episódios e relatos coloniais tais como de Winthrop abriu-se margem nos estudos historiográficos no século XX para a interpretação que o caráter excepcional dos EUA já constava como um componente significativo em construções intelectuais e culturais puritanas sobre a essência do que viria a ser o país. Estas, por sua vez, passaram por um processo revisionista, instrumentalizando momentos históricos, especificamente em relação ao discurso puritano, para fins políticos contemporâneos como forma de legitimar seus princípios ideológicos.

No entanto, essa dinâmica não foi inaugurada somente no século XX, uma vez que o discurso do passado excepcional puritano já tinha sido incorporado por parte do discurso republicano do século XVIII e XIX (Restad, 2015). Isto pode ser observado no segundo discurso inaugural de Thomas Jefferson (1801-1809) em 1805 quando o presidente cita o discurso puritano bíblico como uma fonte de inspiração para os desafios político da época:

Eu também precisarei do favor daquele Ser em cujas mãos estamos, que guiou nossos antepassados, como Israel da antiguidade, de sua terra natal e os plantou em um país repleto de todas as necessidades e confortos da vida; que cobriu nossa infância com sua Providência, e nossos anos mais maduros com sua sabedoria e poder (Estados Unidos, 2010, p. 25, tradução própria<sup>9</sup>).

---

<sup>9</sup> Idioma original do trecho: I shall need, too, the favor of that Being in whose hands we are, who led our forefathers, as Israel of old, from their native land, and planted them in a country flowing with all the necessaries and comforts of life; who has covered our infancy with his providence, and our riper years with his wisdom and power (Jefferson, 2010, p. 25)”.

Assim, em consonância com os autores citados anteriormente, Tyrell (2021) sustenta que, apesar que o uso do termo não fosse ainda de uso geral antes do século XX, nota-se como o conceito da excepcionalidade se mostrava presente no discurso político do século XVIII. A ideia de que o Estado nacional teria uma missão histórica a cumprir no mundo também pode observada na seguinte passagem de John Adams (1797-1801) de 1765: “Eu sempre considero o assentamento da América com reverência e admiração, como a abertura de uma grande cena e desígnio da Providência para a iluminação dos ignorantes e a emancipação da parte escravizada da humanidade em todo o mundo (Adams, 1961, p. 255-258, tradução própria<sup>10</sup>).

Observa-se, assim, o pensamento que a fundação do que viria ser o país inaugurou uma nova era na história mundial, na qual uma entidade política completamente nova e diferente entrou no cenário mundial (Neüff, 2018). A autopercepção nacional dos Estados Unidos como pioneiros em um novo modelo de sociedade era articulada por figuras como Thomas Jefferson, que acreditavam que a suposta virtude superior do país foi advinha da libertação dos “preconceitos tradicionais” e irracionais dos regimes europeus (Neibhur, 2008).

Aliado a esse discurso, estava uma inclinação expansionista e materialista em condicionar o desenvolvimento dos valores democráticos pela exploração da riqueza em abundância do continente norte-americano. De acordo Neibhur (2008), esta visão fica evidenciada nas falas de Jefferson em uma carta a John Adams em 1803, na qual o primeiro afirma que antes da fundação dos Estados Unidos: “[...] nada era conhecido pela história além do homem do velho mundo, aglomerado em limites pequenos ou superlotados e mergulhado em vícios que a situação gera. Um governo adaptado a tais homens seria uma coisa, mas um governo diferente seria necessário para o homem [dos EUA]. Aqui, cada um pode ter terra para trabalhar para si mesmo, se assim o desejar” (Jefferson, 1803, tradução própria<sup>11</sup>).

Entende-se, de acordo com a lógica jeffersoniana, portanto, que o caráter estadunidense distanciava o país de outras experiências históricas, pois os estadunidenses possuíam tanto inocência e virtude suficientes para concluir a missão de formar uma comunidade livre da tirania. Além disso, estava implícito suas capacidades de explorar as oportunidades econômicas ofertadas pela vastidão territorial do continente (Neibhur, 2008).

---

<sup>10</sup> Idioma original do trecho: I always consider the settlement of America with reverence and wonder, as the opening of a grand scene and design in Providence for the illumination of the ignorant, and the emancipation of the slavish part of mankind all over the earth (Adams, 1960, p. 255-258),

<sup>11</sup> Idioma original do trecho: [...] nothing was known to history but the man of the old world crowded within limits either small or over charged and steeped in vices which the situation generates. A government adapted to such men would be one thing, but a different one for the man of these States here every one may have land to labor for himself if he chuses (Jefferson, 1803).

Fundamental a este discurso é a compreensão geral que a Providência Divina protegeria a experiência estadunidense dos vícios da corrupção, tão comuns na história de grandes poderes. Apesar de não ter fins religiosos, como objetivava os colonos da Nova Inglaterra, é possível admitir que a concepção republicana de nação sofre a influência do discurso puritano ao argumentar que os Estados Unidos seriam guiados por meios espirituais. Assim, nota-se no discurso político do Período Revolucionário, a combinação da fé cristã protestante com o racionalismo do iluminismo francês (Domingues, 2009; Neibhur, 2008).

Na esteira da Guerra da Independência (1775-1783), no entanto, a excepcionalidade estadunidense ultrapassou as fronteiras simbólicas e físicas do puritanismo da Nova Inglaterra e tornou-se viável de ser nacionalmente difundida. O discurso passou a ser uma ideologia patrocinada pelo Estado como uma necessidade ao exercício patriótico após a guerra, como forma de fortalecer o sentimento de nação (Tyrell, 2021).

Isto ocorreu devido à reprodução dos valores republicanos através do sistema educacional, pelos livros didáticos, associações voluntárias, textos literários, canções populares, sermões religiosos, bem como orações patrióticas como as 4 de julho. Neste momento, a relação entre o Estado e o povo se transformou de um sentimento abstrato para a maioria da população sobre participação política (restrita a uma minoria de homens brancos e ricos), para uma articulação nacional através do credo social da excepcionalidade estadunidense (Tyrell, 2021).

Na esteira deste discurso, Monnet (2012) aponta que apesar da relevância da Guerra da Independência como marco fundador da república, a Guerra Civil (1861-1865) teria sido o episódio definidor na história do país. Através de uma narrativa revisionista sobre a guerra, com o fim dos conflitos a população teria se unido a partir do sofrimento compartilhado por ambos os lados, deixando de ser um país dividido por projetos civilizacionais opostos (um escravagista e outro republicano), para se tornar um país comprometido com a reconstrução nacional. Esta prática encontra-se ilustrada no célebre pronunciamento de Abraham Lincoln no Cemitério Nacional de Gettysburg, em 1863, no qual o presidente afirma que o sacrifício dos mortos produziu um “novo nascimento da liberdade” (Monnet, 2012)

Assim, em vez de ser entendida como uma tragédia que levaria a maiores fissuras entre o Norte e o Sul, o conflito é articulado como um sacrifício voluntário que proporcionou um senso renovado de propósito e coletividade ao país. Estes elementos seriam a prova da força dos valores nacionais e demonstração da perseverança dos estadunidenses frente a crises que levariam outros regimes a sucumbirem. No entanto, no caso do país, levaram a união nacional. Um exemplo prático deste discurso é a mudança no uso do singular para o plural ao se referir

ao país, inicialmente pelo lado da União, e posteriormente a guerra, incorporado ao vocabulário nacional. Assim, ao invés de ser descrito como “O país Estados Unidos é uma república”, passou-se a ser falado “Os Estados Unidos são uma república” (Monnet, 2012).

Nota-se que a narrativa de superação e união nacional articulados neste momento histórico tornaram-se elementos fundamentais da identidade nacional estadunidense, ao reforçar a narrativa de resistência do poderio estadunidense perante o curso da história, como apontado anteriormente (Bell, 1991). Ademais, outro fator no discurso pós-Guerra Civil foi a ênfase da proteção e promoção da liberdade como um dos valores essenciais dos EUA. Neste sentido, em seu pronunciamento, Lincoln enfatizou que a morte de milhares de soldados e civis fora um sacrifício em prol da liberdade, e, portanto, levaria a redenção pelos pecados da guerra (Lang, 2021).

Dessa maneira, o triunfo da União na guerra simbolizaria tanto a conquista da liberdade como a derrota da tirania que oprimia todos os cidadãos, em especial os escravizados. Logo, se garantiu “[...] que o governo do povo, pelo povo e para o povo não pereça da Terra” (Lincoln, 1863, tradução própria<sup>12</sup>). De acordo com Lang (2021), este episódio é crucial na análise da autoconsciência dos estadunidenses como singulares ao restante do mundo ao se auto congratularem na vitória de sua nobre missão de levar a liberdade democrática a todo e qualquer indivíduo<sup>13</sup>:

---

<sup>12</sup> Idioma original do trecho: [...] that government of the people, by the people, for the people shall not perish from the earth (Lincoln, 1863).

<sup>13</sup> Em relação a uma das premissas da democracia moderna, o direito ao voto foi de fato ampliado extensivamente de norte a sul do país a partir da Guerra Civil, estendendo-se às classes trabalhadoras e grupos marginalizados, incluindo, em alguns estados, mulheres brancas e partes da população masculina das populações negras e indígenas. Isto ocorreu porque, a partir de 1850, restrições ao voto, como a comprovação de pagamentos de impostos e de posse de propriedade, além do requisito de tempo mínimo de residência no país, passaram a ser flexibilizadas. Esta ampliação resultou de mudanças significativas na estrutura social e na composição social da população do país. Os estados da costa leste que tinham requisitos de posse de propriedade testemunharam um aumento significativo no número homens adultos em regiões urbanas que não se qualificavam por razões econômicas, mas que passaram a representar uma grande camada da população economicamente ativa em quase todas as cidades. Ademais, em estados do sul e do norte, aumentaram o número de agricultores proprietários de pequenas terras, que não conseguiam cumprir os requisitos da posse de propriedade, tal como as centenas de milhares de migrantes localizados no norte do país excluídos pelos requisitos de cidadania (Keyssar, 2009). Paralelo a estes fatores, historicamente nos EUA o próprio advento de conflitos militares foram forças para a expansão do sufrágio, dado a necessidade de mobilizar tropas e o apoio popular em favor da guerra. Assim, como a maioria dos soldados advinha de classes desfavorecidas da população que não podiam votar, era retoricamente inviável compelir homens a lutar por um país que lhes negavam direitos políticos. Estes fatores, portanto, geravam a condição para estes grupos excluídos da sociedade pressionarem por maior adesão a sua participação política. Ressalta-se, no entanto, em relação à população negra da sociedade, com a segregação racial causada pelo sistema segregacionista das Leis *Jim Crow*, nos estados do sul do país a partir da década de 1970, o sufrágio retrocedeu imensamente, e a restrição ao voto da população negra voltou a ser uma prática institucionalizada no território nacional (Keyssar, 2009).

O mundo do século XIX havia falhado em nacionalizar a liberdade, de acordo com Lincoln, e somente os Estados Unidos protegiam a autonomia individual da coerção autoritária. Sustentar a nobre luta para preservar a democracia contra o despotismo aristocrático escravagista avançava ‘o trabalho inacabado’ dos milhares de jovens que caíram na busca pela preservação nacional. ‘Esses mortos honrados’ legaram sua ‘última medida plena de devoção’ a uma causa moral que transcendeu o tempo e as gerações (Lang, 2021, p. 168, tradução própria<sup>14</sup>)

Como base no exposto, nota-se que paralelo ao passado puritano, episódios como a Guerra da Independência e a Guerra Civil são eventos convencionalmente descritos como fundacionais para o discurso da excepcionalidade através do desenvolvimento dos valores nacionais liberais (Lang, 1983). Similarmente, outra narrativa ligada ao discurso da excepcionalidade é a do Destino Manifesto, se embasando em argumentos de promoção do progresso civilizacional como legitimação para a expansão territorial à oeste (Hixson, 2021).

O termo, “Destino Manifesto”, em si, foi introduzido em 1839 pelo jornalista e diplomata John O’Sullivan em um artigo que defendia a anexação da então república do Texas pela União e a contínua expansão “natural” do projeto civilizacional em direção à oeste. No texto o autor declarou a necessidade do “[...] cumprimento de nosso destino manifesto de espalhar pelo continente designado pela Providência para o livre desenvolvimento de nossos milhões que se multiplicam [...]” (O’Sullivan, 1839, p. 426, tradução própria<sup>15</sup>).

O artigo do jornalista exaltava a particularidade democrática inerente ao país, em contraste à tradição monárquica europeia, expressando um clamor para os Estados Unidos assumirem sua responsabilidade de liderar o mundo pelo exemplo de suas virtudes na conquista da igualdade, liberdade e salvação universal. Como um caso paradigmático para a análise da narrativa do Destino Manifesto, o artigo mostra a combinação característica entre o impulso político e religioso (Domingues, 2009).

Isto é, um dos fatores essenciais nessa narrativa é a autopercepção que os Estados Unidos seriam mensageiros das aspirações divinas, respaldado pela convergência de elementos políticos com fundamentos religiosos – uma manifestação já percebida nas falas citadas de Thomas Jefferson e John Adams no século XVIII. A expansão territorial, por sua vez,

---

<sup>14</sup> Idioma original do trecho: The nineteenth-century world had failed to nationalize liberty, according to Lincoln, and only the United States protected individual autonomy from authoritarian coercion. Sustaining the noble struggle to preserve democracy against aristocratic slaveholding despotism advanced ‘the unfinished work’ of the thousands of young men who fell in the quest of national preservation. ‘These honored dead’ bequeathed their ‘last full measure of devotion’ to a moral cause that transcended time and generations (Lang, 2021, p. 168).

<sup>15</sup> Idioma original do trecho: [...] fulfilment of our manifest destiny to overspread the continent allotted by Providence for the free development of our yearly multiplying millions (O’Sullivan, 1839, p. 426, tradução própria).

concretizava o discurso puritano sobre o destino profético do projeto civilizacional estadunidense (Domingues, 2009; Van Engen, 2020).

Assim, os valores seculares de liberdade pessoal, liberdade de comércio, e a suposta universalidade da liberdade e igualdade legitimariam os EUA a serem “[...] a nação do progresso humano, e quem irá, ou o que pode, impor limites à nossa marcha adiante? A Providência está conosco, e nenhum poder terreno pode” (O’Sullivan, 1839, p. 427-430, tradução própria<sup>16</sup>). Desta forma, a narrativa do Destino Manifesto validou as contínuas tomada e conquista de territórios pelos Estados Unidos, como o Alasca, Havaí, Filipinas e partes do México, expandindo a sua influência no Pacífico e ao longo do hemisfério (Domingues, 2009; Van Engen, 2020).

Além disso, coerente com essa narrativa, o argumento da singularidade dos valores nacionais legitimava o desprezo a outras experiências políticas e sociais, tanto no âmbito político (legislativo e judiciário), quanto econômico e cultural. Neste sentido, O’Sullivan (1839, p. 426, tradução própria<sup>17</sup>) afirma: “[...] nosso nascimento nacional foi o início de uma nova história, a formação e o progresso de um sistema político inédito, que nos separa do passado e nos conecta apenas com o futuro”. Assim, a justificativa para a tomada brutal de territórios advinha de uma relutância geral ou incapacidade de perceber no “Outro” a relevância de suas contribuições. Isto incluía as populações indígenas e não anglo-saxônicas do México e das Filipinas, bem como os regimes europeus (Van Engen, 2020).

No entanto, observa-se uma clara incoerência entre estes pressupostos e a materialidade, uma vez que o desenvolvimento econômico e político dos EUA foi muito influenciado pelo liberalismo europeu e o iluminismo, sendo que a própria Declaração da Independência reflete os valores da Revolução Francesa (1776) (Neibhur, 2008). Contraditoriamente, O’Sullivan (1839) afirma que em seus anais históricos, os Estados Unidos não compartilhavam o mesmo passado violento dos sistemas opressores da Europa, ignorando assim o passado violento de guerras entre os colonos puritanos e as populações indígenas. Além disso, a própria disputa por territórios com o México já havia iniciado à época de seu artigo, mesmo antes da declaração da Guerra Mexicana-Americana (1846-1848).

---

<sup>16</sup> Idioma original do trecho: [...] freedom of conscience, freedom of person, freedom of trade and business pursuits, universality of freedom and equality”; “[...] the nation of human progress, and who will, what can, set limits to our onward march? Providence is with us, and no earthly power can (O’Sullivan, 1839, p. 429-430).

<sup>17</sup> Idioma original do trecho: [...] our national birth was the beginning of a new history, the formation and progress of an untried political system, which separates us from the past and connects us with the future only (O’Sullivan, 1839, p. 426).

Estes argumentos formam a compreensão dual articulada no Destino Manifesto acerca do discurso da excepcionalidade: a justificativa ahistórica e religiosa para a expansão territorial e política (ou “espiritual”) (Neibhur, 2008; Domingues, 2009). Nota-se essa visão também no pronunciamento do senador John A. Dix em 1898 sobre a anexação de territórios pelos EUA durante a guerra com o México (Hixson, 2008; Tompkin, 1970). O senador afirma que esta conquista veio pelo: “[...] desejo da Providência de que a ociosidade, a ignorância e a barbárie deem lugar à indústria, ao conhecimento e à civilização” (Dix, 1898 *apud* Hixson, 2008, p. 67<sup>18</sup>).

Ademais, nota-se que o impacto das ideias, bem como da própria terminologia “Destino Manifesto”, no discurso político dos EUA no decorrer do século XIX, no pronunciamento de 1898 do presidente William McKinley (1897-1901) sobre a anexação do Havá durante a guerra com a Espanha (1898) (Tompkin, 1970). O presidente relacionou o evento com a anexação da Califórnia em 1848 afirmando que: “[...] precisamos do Havá tanto quanto, e muito mais, do que precisávamos da Califórnia. É o Destino Manifesto” (McKinley, 1898 *apud* Tompkin, 1970, p. 102<sup>19</sup>).

Nesta narrativa, também é possível perceber que intrínseca ao discurso expansionista, está a visão dos Estados Unidos como a “nação redentora”, que envolve o conceito da missão especial concedida ao país por intervenção divina para redenção da humanidade através da salvação moral e política (Neibhur, 2008). Observa-se esta dinâmica na fala do senador Albert J. Beveridge (1899-1911) sobre a Guerra Filipino-Americana (1899-1902), ao defender a anexação do território alegando a indolência e despreparo da população filipina em se autogovernar (Cherry, 1998).

Para o senador, o conflito justificava-se visto que Deus havia preparado os “[...] povos de língua inglesa e teutônica [a serem] os principais organizadores do mundo para estabelecer o sistema onde reina o caos” (Beveridge, 1900 *apud* Cherry, 1998 p. 120, tradução própria<sup>20</sup>). Na concepção do político: “Deus marcou o povo americano como *Sua nação escolhida* para finalmente liderar na regeneração do mundo” (Beveridge, 1900 *apud* Cherry, 1998 p. 120, tradução própria, grifo próprio<sup>21</sup>).

<sup>18</sup> Idioma original do trecho: [...] the behest of Providence that idleness, and ignorance, and barbarism, shall give way to industry, and knowledge, and civilization (Dix, 1898 *apud* Hixson, 2008, p. 67).

<sup>19</sup> Idioma original do trecho: [...] we need Hawaii just as much and a good deal more than we did California. It is Manifest Destiny (McKinley, 1898 *apud* Tompkin, 1970, p. 102).

<sup>20</sup> Idioma original do trecho: English-speaking and Teutonic peoples [to be] the master organizers of the world to establish system where chaos reigns (Beveridge, 1900 *apud* Cherry, 1998, p. 120)

<sup>21</sup> Idioma original do trecho: God marked the American people as His chosen nation to finally lead in the regeneration of the world (Beveridge, 1900 *apud* Cherry, 1998, p. 120)

Como elaborado no capítulo dois desta pesquisa, representações históricas, símbolos e mitos articulados pela linguagem, criam realidades materiais que resultam em discursos inteligíveis e coerentes em suas respectivas conjunturas históricas. Com base nesta reflexão, identifica-se que a disseminação bem-sucedida da narrativa do Destino Manifesto decorreu de noções enraizadas da narrativa do “povo eleito” puritano e de alteridade com as tradições europeias. Através destas, a narrativa da singularidade democrática da sociedade estadunidense foi herdada pelo discurso político do século XX, moldando a autopercepção contemporânea coletiva da excepcionalidade nacional (Domingues, 2009)

A partir disto, entende-se que o tipo específico de identidade nacional reproduzido pelo Estado nacional durante a Guerra Fria, refletia o projeto simbólico do “puritanismo” e da “América” reproduzido através da narrativa mítica sobre os EUA, que combinava a religião cristã e o secularismo das políticas expansionistas (Bercovitch, 2011). Como evidenciado, estes elementos já estavam presentes no discurso político nacional mesmo antes da consolidação dos EUA como potência hegemônica no século XX. O que demonstra, por sua vez, um consenso sobre as aspirações universalistas na história do país, apesar de inicialmente limitadas à sua própria expansão dentro da América do Norte, com o objetivo de impedir a influência europeia no continente (Acharya, 2022; Rosati, Scott (2011).

Assim, no desenrolar do século XX, o discurso da excepcionalidade nacional articulou-se através da manipulação destes episódios históricos, como a fundação da comunidade puritana, a Guerra da Independência e a expansão territorial, usando terminologias e práticas discursivas específicas (Tyrell, 2021; Domingues, 2009). Uma geração de estudos sociológicos e de ciência política se dedicaram a inspeção detalhada deste discurso na história do país. Especificamente, tem-se a já mencionada obra de Perry Miller (1956) como um marco nos estudos acadêmicos da origem puritana do país. Seus impactos, contudo, ultrapassaram os limites da academia, encontrando seu caminho até o discurso político da época (Tyrell, 2021).

Em um pronunciamento de 1961, John F. Kennedy (1961-1963)<sup>22</sup> recorreu ao sermão “*City upon a Hill*” de Winthrop, afirmando que tal como Winthrop acreditava que o mundo olhava para a experiência da Nova Inglaterra como um modelo, o presidente declarou que os olhos do mundo também se voltavam para os Estados Unidos em 1961. Assim, todos os níveis da sociedade estadunidense: “[...] devem ser como uma *cidade sobre uma colina* - construída e

---

<sup>22</sup> Um dos membros da equipe de Kennedy foi o historiador Arthur Schlesinger Jr., que foi aluno de Miller. Assim, é válido considerar que sua presença no círculo presidencial influenciou na redação de pronunciamentos oficiais do político assim como na própria retórica do presidente, como no caso acima (Tyrell, 2021).

habitada por homens conscientes de sua grande confiança e suas grandes responsabilidades” (Estados Unidos, 1961, tradução própria<sup>23</sup>).

A partir desta lógica discursiva, entende-se que Kennedy defende que os desafios de estabelecer uma sociedade em um continente desconhecido se equivaliam aos de consolidar uma comunidade internacional através da liderança da ordem internacional em um cenário de disputa hegemônica com a URSS. O presidente declarou que: “Estamos nos comprometendo com tarefas de Estado não menos impressionantes do que a de governar a Colônia da Baía de Massachusetts, atormentada naquela época pelo terror externo e desordem interna” (Estados Unidos, 1961, tradução própria<sup>24</sup>).

Assim, Estados Unidos da década de 1960 expandiria sua própria fronteira em um “Novo Mundo”: “Eu venho sendo guiado pelo padrão que John Winthrop estabeleceu para seus companheiros no navio Arbella, há trezentos e trinta e um anos, quando eles também enfrentaram a tarefa de construir um novo governo em uma fronteira perigosa” (Estados Unidos, 1961, tradução própria<sup>25</sup>). Nota-se que ideia do Estado nacional como um projeto sagrado, nos termos de Winthrop, se mostrou recorrente na retórica presidencial ao longo do século XX. O sermão foi posteriormente usado em 1964 por Lyndon Johnson e por Ronald Reagan, que o aplicava recorrentemente, tornando-se parte, também, do vocabulário do Partido Republicano desde então (Tyrell, 2021).

Reagan personalizou o sermão, adicionando o adjetivo “brilhante” em “[...] uma [...] cidade na colina” durante sua campanha de 1980, ao citar o célebre sermão (Tyrell, 2021). Na véspera da eleição, o então candidato afirmou que: “[...] América se tornou mais do que uma história ou uma expressão; mais do que uma nota de rodapé estéril na história. [...] os americanos de 1980 estão tão comprometidos com essa visão de uma ‘cidade brilhante sobre uma colina’ quanto estavam os colonos do passado” (Reagan, 1980, tradução própria<sup>26</sup>).

Como discutido sobre a narrativa do Destino Manifesto, o discurso da excepcionalidade, ao mesmo tempo que representa promessas de um futuro moderno, carrega resquícios do

---

<sup>23</sup> Idioma original do trecho: [...] must be as a city upon a hill - constructed and inhabited by men aware of their great trust and their great responsibilities (Estados Unidos, 1961).

<sup>24</sup> Idioma original do trecho: We are committing ourselves to tasks of statecraft no less awesome than that of governing the Massachusetts Bay Colony, beset as it was then by terror without and disorder within (Estados Unidos, 1961).

<sup>25</sup> Idioma original do trecho: I have been guided by the standard John Winthrop set before his shipmates on the flagship Arbella three hundred and thirty-one years ago, as they, too, faced the task of building a new government on a perilous frontier (Estados Unidos, 1961).

<sup>26</sup> Idioma original do trecho: America became more than a story, or a byword more than a sterile footnote in history. I have quoted John Winthrop’s words more than once on the campaign trail this year for I believe that Americans in 1980 are every bit as committed to that vision of a shining city on a hill, as were those long ago settlers (Reagan, 1980).

discurso puritano religioso. Contudo, com o passar das décadas o verniz da secularização permitiu a inclusão de outras experiências sociais sob o discurso de união e progresso, buscando uma maior homogeneização da identidade nacional. Assim, a assimilação dos contingentes de migrantes de diferentes origens étnicas e religiosas, e das populações indígenas, sob o rótulo de “todos somos americanos” serviu para controlar a alteridade na sociedade. Esse processo foi fundamental para a estabilização e reprodução do discurso de identidade nacional (Neüff, 2018; Hixson, 2008).

Desse modo, valores sociais particulares à fé puritana se transformaram dentro do discurso moderno da excepcionalidade, tais como: a moralidade estrita; o sucesso material alcançado pela virtude da autodisciplina e do trabalho árduo; a valorização da comunidade em detrimento a governos centralizadores. Estes atributos, por sua vez, foram combinados ao discurso secular liberal, e a confluência destes elementos contribuiu para a persistência do discurso da excepcionalidade, não só na política, como na cultura popular, literatura, ampliando assim, seus limites exclusivamente religiosos (Neüff, 2018).

Com base nos pontos discutidos, observa-se que a percepção das singularidades democráticas e liberais do país, aliada às estratificações históricas do discurso puritano, ou seja, suas heranças culturais e ideológicas sobre predestinação divina, consolidou a crença dos EUA como representantes de uma sociedade não só singular, mas mais evoluída. Nesta medida, através do discurso da excepcionalidade, a suposta superioridade dos valores nacionais incumbiu a responsabilidade moral sobre o país de exercer um papel especial no mundo.

Este, por sua vez, foi articulado, seja pelo seu caráter missionário de nação redentora, seja pelo seu caráter exemplar; ou combinados, como um modelo para o resto do mundo. Desse modo, fundamentada no discurso da excepcionalidade, a reprodução destes tropos discursivos foi essencial na autoidentificação da população com a comunidade imaginada invocada ao se pensar sobre os Estados Unidos após 1945 e ao longo da Guerra Fria.

#### 4.2 O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NA ORDEM INTERNACIONAL LIBERAL

Ao investigar o papel internacional desempenhado pelos Estados Unidos na Guerra Fria, nota-se que as representações do discurso da excepcionalidade engendram diferentes tipos de narrativas sobre as características dessa função. Consequentemente, há uma multiplicidade de abordagens analíticas, pois diferentes vertentes reclamam uma interpretação particular desse papel, que consequentemente, influenciam as narrativas presidenciais (Daneen, 2012).

Assim, nesta subseção serão discutidas algumas das possíveis abordagens para esse estudo, buscando encontrar um consenso conceitual que seja coerente com as análises feitas pela pesquisa sobre identidade nacional e o discurso da excepcionalidade. No entanto, um determinante comum nestas análises é o comportamento ativista assumido por Washington através do *status* de superpotência em ascensão após 1945, explorando o caráter universalista de sua política externa (Tyrell, 2021; Restad, 2015).

De acordo com Burley (1993), partindo de uma perspectiva liberal, o papel ativista da política externa estadunidense precisa ser entendido tanto a nível nacional quanto internacional. Esta abordagem deriva do entendimento que houve um predomínio do internacionalismo multilateral na agenda externa. Esse teria sido resultado das reações à Crise de 1929 que levaram ao desenvolvimento da agenda liberal do *New Deal*<sup>27</sup>. Esta visão parte da compreensão geral que este projeto institucional poderia ser replicado a nível internacional, dado o entendimento que a manutenção duradoura de sua estrutura interna exigia uma ordem internacional correspondente. Portanto, era necessário alinhar os dois ambientes, buscando institucionalizar no sistema internacional uma ordem econômica e social aos moldes da democracia liberal do país, manifestada, em última instância, pelo internacionalismo multilateral (Burley, 1993).

Ademais, este argumento é sublinhado pelo pressuposto que o compromisso da política externa estadunidense com a vertente multilateral se deve, fundamentalmente, à própria tradição liberal do país. Assim, esta visão da ordem internacional, seria compatível tanto com o projeto do *New Deal*, como com a autopercepção coletiva dos Estados Unidos como nação, a partir de sua fundação liberal. Por sua vez, essa determinada que a sociedade estadunidense teria tido uma formação particularmente plural e livre de preconceitos, acomodando diferentes religiões e etnias entre sua população (Ruggie, 1997).

---

<sup>27</sup> Institucionalmente, o *New Deal* foi uma redefinição das responsabilidades do Estado, ao abandonar a tradição do governo limitado, levando a proliferação de agências administrativas que combinava funções legislativas e executivas para criar formas de governo que regulavam diversas áreas da sociedade estadunidense. Economicamente, promoveu uma nova compreensão da economia nacional, na qual foram impostas maiores regulações na competição de mercado. Trinta e cinco diferentes agências administrativas foram criadas entre 1900 a 1940, produto de estratégias regulatórias igualmente diversas, desde mais corporativistas do “Primeiro New Deal”, de 1933 a 1935; os programas de gastos e bem-estar social do “Segundo New Deal”, de 1935 a 1937; a criação de agências reguladoras técnicas e instituições de monitoramento. Assim, como um projeto institucional de nível nacional, implementou agências especializadas objetivando o planejamento de políticas regulatórias a longo prazo. Algumas dessas foram a Administração da Previdência Social, a Comissão Federal de Comunicações, a Comissão de Títulos e Câmbio, a Corporação Federal de Seguro de Depósitos, a Administração Federal de Habitação e a Junta Nacional de Relações Trabalhistas. Outras agências, como a Administração de Alimentos e Medicamentos (FDA) e a Comissão Federal de Comércio, foram significativamente expandidas (Burley, 1993).

Similarmente, Ikenberry (2003) afirma que a inclinação multilateral da política externa do país na Guerra Fria, manifestada através de alianças e a criação de instituições internacionais, se deu graças à identidade política multicultural dos EUA. Assim, a agenda externa acabava por refletir os princípios da comunidade liberal e multiétnica, características do país. Em outras palavras, o compromisso com o multilateralismo internacional seria uma característica permanente do país, mesmo após o fim da Guerra Fria, independente da balança de poder no sistema internacional (Ikenberry, 2003). Nesta visão, portanto, fica explícito que a identidade nacional informaria tanto a política doméstica quanto a externa.

Nestes termos, a hegemonia estadunidense na ordem internacional se mantém pelo concerto de democracias “semi-soberanas”, “grandes potências parciais” e instituições internacionais. Complementada, por sua vez, com uma “co-vinculação securitária”, assim como pela abertura econômica e a incorporação da população internacional de identidades cívicas e comunitárias dos seus respectivos Estados-nacionais (Deudney; Ikenberry 1999).

De acordo com Ikenberry (2011) estas premissas formam uma ordem hierárquica, mas uma que é essencialmente liberal, construída através de um conjunto de acordos políticos, econômicos e securitários em prol dos países do sistema internacional. Assim, os Estados Unidos fornecem segurança, além de defender regras e instituições através de parcerias e afiliações consensuais à uma ordem sob sua liderança e com uma economia mundial aberta. Apesar dos Estados Unidos dominarem a ordem internacional, o espaço político criado por essa dominação foi organizado em torno de parcerias, regras e instituições acordadas que facilitariam a moderação, o compromisso, a reciprocidade e a legitimidade.

Essa dominação consensual, foi articulada através da construção de uma extensiva institucionalização na figura de instituições como a Organização das Nações Unidas (1945); o Acordo de Bretton Woods (1944-1973); o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) (1947-1995), depois a Organização Mundial do Comércio (1995); e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (1949). Bem como a reconstrução e integração econômica de países como Japão, Grécia, Turquia e Europa Ocidental à ordem internacional emergente pós-1945, através do Plano Marshall (1948-1951). Ademais, o discurso da comunidade internacional progressista se vê refletido em instâncias como a Carta da ONU (1945) - e anteriormente, a Carta do Atlântico (1941) - e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) (Ikenberry, 2011).

De acordo com Karns e Mingst (1992), como um dos principais mecanismos para a consolidação da liderança dos EUA nesta ordem internacional emergente, a estruturação das Nações Unidas, por sua vez, foi implementada como uma ferramenta adicional ao exercício de

poder do país Estados Unidos. Vários artigos da Carta da ONU foram elaborados para permitir que o país mantivesse uma liberdade substancial de ação para buscar as políticas de segurança que bem escolhessem.

Observa-se que os artigos 23 e 27 permite que o país bloqueasse as ações da ONU que a diplomacia estadunidense discordasse através do poder de veto no Conselho de Segurança; o artigo 51 permite que os Estados Unidos tomassem ações defensivas individuais e coletivas em detrimento dos canais multilaterais da organização. Dessa forma, as Nações Unidas não seriam a única instituição internacional que lidaria com questões securitárias. Assim, de acordo com as autoras, essa dinâmica se alinharia com uma inclinação unilateral por parte dos Estados Unidos em favorecer arranjos institucionais especiais para lidar com a segurança no hemisfério ocidental (Karns, Mingst, 1992).

Em consonância com uma linha mais crítica do discurso liberal, Prestowitz (2003) aponta que a partir do internacionalismo multilateral, os Estados Unidos passaram articular a narrativa de contenção a ameaça comunista através de estratégias de reconstrução dos seus Estados-clientes; a segurança coletiva através da OTAN; e na esteira da primeira explosão atômica da União Soviética (1949), passaram a desenvolver a bomba de hidrogênio, a partir do argumento de protetor da civilização ocidental. Assim, mediante mecanismos coletivos de segurança, os Estados Unidos estabeleceram uma extensa rede de bases militares a partir de 1949, não só no seu entorno estratégico, como nos antigos países do Eixo, mas também na Ásia, no Oceano Índico e no Oriente Médio (Prestowitz, 2003).

Apona-se que a subsequente implementação de uma estrutura de segurança internacional a partir do governo de Harry S. Truman (1945-1953), teria fundamentado uma narrativa expansionista aos moldes da empregada pelo Destino Manifesto. Assim, o idealismo derivado da ideologia internacionalista do presidente Woodrow Wilson (1913-1921) foi invocado pela narrativa de promoção dos valores liberais, conciliado ao impulso unilateralista da política externa da agenda anticomunista (Prestowitz, 2003).

Esta visão se assemelha com a interpretação do liberalismo internacional e expansionista sobre o papel dos EUA na ordem internacional, pelo qual articula-se o caráter exemplar dos valores nacionais, paralelo à crença no papel redentor e missionário do país. Esta vertente legitima a expansão e imposição dos valores liberais para outras culturas e sociedades a partir da narrativa progressista, e a conseqüente contenção ou eliminação das populações que não faziam parte desta narrativa (Daneen, 2012). Assim, a contenção da URSS foi viabilizada a partir de alianças internacionais que permitiam aos Estados Unidos manter sua autonomia na ordem internacional.

Neste sentido, a nova arquitetura econômica, o Acordo de Bretton Woods, como uma destas iniciativas, foi negociado predominantemente entre Estados Unidos e Reino Unido, estipulando o uso do dólar como a moeda de reserva e de comércio internacional. O acordo estabeleceu o Fundo Monetário Internacional (FMI) como árbitro do novo sistema, e o Banco Mundial como um fundo de financiamento multilateral para o desenvolvimento econômico. Ademais, a partir do sistema de voto ponderado instituído no FMI, a alocação de cotas de votação refletia os níveis de contribuições dos Estados. Assim, os principais processos decisórios ficaram sujeitos ao veto de Washington (Karns, Mingst, 1992)

Nesta conjectura, os EUA estabeleceram um sistema monetário internacional sobre o qual o país exercia um controle efetivo. A abertura de mercados, por sua vez, foi entrelaçada com a promoção da democracia, sob o discurso que as políticas econômicas de livre mercado levariam à liberalização política, o que propositalmente atendiam aos interesses comerciais do país. O modelo nacional de democracia liberal ligada ao capitalismo de mercado, nesta esteira, foi imposto como o exemplo a ser seguido pelos outros países, e a institucionalização de uma estrutura internacional moldada através deste modelo virtualmente impossibilitava a desconformidade com este projeto (Prestowitz, 2003; Restad, 2015).

Estas dinâmicas permitiram ao país manter sua soberania e capacidade de manobra no engajamento com órgãos internacionais, mantendo uma flexibilidade na adesão aos compromissos multilaterais. Paralelamente, empregou-se um discurso internacionalista quando propício ao interesse nacional, isto é, impondo e incentivando políticas de não-agressão e o Estado democrático de direito em outros países por meio de um controle sobre a estrutura institucional liberal do pós-guerra<sup>28</sup> (Prestowitz, 2003; Restad, 2015).

Por sua parte, o conjunto de regras modelado aos interesses estadunidenses foi tolerado pela maioria dos Estados fora da órbita soviética, apesar da subordinação à liderança

---

<sup>28</sup> Por sua vez, o apoio dos EUA a instauração de regimes militares e práticas autoritárias nestas regiões eram justificados pela narrativa que Estados estáveis e fortes eram necessários para conter a influência da URSS. Ademais, a reprodução do anticomunismo por esses governos significava apoio financeiro e securitário à modernização das indústrias e das instituições políticas nestas regiões seguindo os parâmetros capitalistas liberais. Pela parte de Washington, políticas tidas como multilaterais de cooperação econômica e militar foram projetadas tanto para conter a URSS como para promover a exploração de recursos naturais. Neste sentido, fora do entorno estratégico dos EUA no hemisfério ocidental, aponta-se este movimento em relação a países como Paquistão, Irã, Turquia e Iraque (Jabeen; Mazhar, 2011). Nota-se que tratados de segurança ou defesa mútua e cooperação econômica foram criados com esse intuito a partir da administração de Dwight D. Eisenhower (1953-1961). Algumas destas iniciativas foram a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO) (1954-1977), formada pelo Reino Unido, Estados Unidos, Austrália, França, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas, Tailândia; e a Organização do Tratado Central (CENTO) (1955-1979) com a participação ativa dos EUA na condução dos assuntos da aliança. A CENTO era composta por Reino Unido, Iraque, Irã, Paquistão e Turquia (Jabeen; Mazhar, 2011).

estadunidense e a dependência econômica e política. A contrapartida à essa perda de autonomia, era o acesso aos bens coletivos internacionais fornecidos pelos EUA e pelas instituições internacionais: a proteção militar e assistência econômica, apoio aos governos nacionais contra movimento oposicionistas, estabilidade monetária através do dólar como âncora cambial e acesso aos mercados dos EUA (Skidmore, 2011)

Apresentando semelhanças a estas análises críticas da Ordem Internacional Liberal, o autor neoconservador Robert Kagan (2014) reflete que qualquer ordem internacional, independente das instituições e valores que a compõem, é necessariamente uma imposição por mais que “[...] nós no Ocidente desejemos que seja imposto por virtude superior, geralmente é imposto por um poder dominante” (Kagan, 2014, tradução própria<sup>29</sup>). Assim, se por um lado aponta-se as premissas do liberalismo descrevem uma ordem formada por Estados democráticos liberais, governados pelo Estado de Direito e instituições multilaterais; por outro tem-se que sua natureza e práticas institucionalizadas funcionam de forma impositiva e excludente.

Em consonância, McDougal (1997), bem como Rosati e Scott (2011), apontam que o forte caráter internacionalista da política externa dos Estados Unidos na Guerra Fria se manifestou preponderantemente de forma unilateral e impositiva. Através desse posicionamento, é possível identificar tanto o caráter missionário (*crusader*) como exemplar da identidade nacional na busca dos principais objetivos estratégicos do país. Desse modo, alianças políticas internacionais destinadas a conter a influência geopolítica soviética, bem como do modelo comunista chinês, foram instrumentalizadas para a consolidação da projeção do poder estadunidense pelo mundo.

Relaciona-se essa visão com a interpretação de Niebuhr (1970) sobre a relação da política externa dos EUA com o unilateralismo internacional. Ao contrário das análises de Ruggie (1997 e Ikenberry (2003), o autor aponta que as violências históricas enfrentadas pela população negra e a brutalidade da Guerra Civil, evidenciam uma identidade nacional formada através de uma história particularmente segregacionista e violenta. Niebuhr (1970), desse modo, propõe que estas condições refletem uma política externa discrepante com o discurso da “nação redentora” da humanidade, como proposto pelos princípios liberais da Declaração da Independência (1776).

Assim, a partir da Guerra Fria, as ambiguidades morais da disputa de poder internacional revelaram uma “presunçosa” tradição da política externa, desafiando o discurso da virtuosidade

---

<sup>29</sup> Idioma original do trecho: [...] we in the West might wish it to be imposed by superior virtue, it is generally imposed by superior power (Kagan, 2014).

nacional. Neste contexto, o principal desafio enfrentado pelos EUA seria o de evitar uma catástrofe nuclear, contudo, uma diplomacia mais cautelosa foi relegada a um patamar inferior na agenda externa frente à disputa pela hegemonia com os soviéticos. Por sua vez, os problemas internos mais urgentes seriam as heranças estruturais do passado escravocrata do país, além da questão ambiental frente ao desenvolvimento industrial e a urbanização da sociedade (Niebuhr, 1970).

Nesta perspectiva, entende-se que a percepção coletiva da identidade nacional virtuosa seria a principal causa do fracasso no enfrentamento destes desafios pela incapacidade da sociedade estadunidense em admitir suas falhas. Em suma, entende-se que a divisão racial interna e a disputa de poder internacional seriam provas que a percebida excepcionalidade dos Estados Unidos, como uma nação justa, caracterizada por valores liberais e democráticos, está cheia de contradições e, assim, incompatível com o discurso liberal do internacionalismo multilateral (Niebuhr, 1970).

Por sua vez, Restad (2015) discute a confluência do caráter missionário e exemplar do discurso da excepcionalidade nacional na política externa. O segundo é geralmente associado a vertente isolacionista da política externa, a qual é convencionalmente retratada como a postura predominante dos EUA desde a república até o período entre guerras. Nesta concepção, os valores liberais permanecem como um exemplo ao restante do mundo, mas o *status* privilegiado de prosperidade do país só pode ser mantido pelo seu distanciamento dos conflitos externos. Contudo, após 1945, a política externa do país teria abraçado o internacionalismo multilateral em detrimento do isolacionismo, se pautando, então, pelo senso missionário através de medidas intervencionistas que promovem ativamente os valores democráticos e capitalistas pelo mundo.

Por outro lado, a autora defende que a atuação externa dos Estados Unidos no século XX pode ser vista nos termos do unilateralismo internacional, logo, tampouco exclusivamente isolacionista, nem multilateralista. Essa estratégia atendia a necessidade de preservar a hegemonia através de uma ordem internacional que sustentasse os interesses nacionais, conciliando uma política externa ativista marcada pelo unilateralismo. De acordo com essa perspectiva, há um consócio nas narrativas presidenciais do século XX entre o caráter missionário e exemplar da excepcionalidade (Restad, 2015).

Com base nos argumentos expostos acima, a partir da confluência das considerações de Restad (2015) e Niebuhr (1970), complementada pelas reflexões de Prestowitz (2003), a pesquisa entende que uma definição válida para o papel internacional dos EUA no século XX, manifestado pelo discurso da identidade excepcional, pode ser melhor compreendida como um *unilateralismo ativista*. Por esta caracterização, entende-se que o comportamento unilateral do

país, em paralelo a uma abordagem liberal expansionista (Daneen, 2012), permitiu a implementação de políticas internacionalistas que refletiram os interesses estadunidenses em grande parte do mundo como forma de sustentar sua hegemonia.

Assim, a partir do unilateralismo ativista foi estabelecido um sistema de regras assimétricas, baseadas em compromissos multilaterais impostos à outros Estados, mas não necessariamente seguidos por Washington (Hunt, 2007). Nesta dinâmica, seus aliados mais tiveram acesso a essa ordem do que compartilharam a responsabilidade de formá-la (Nye, 2019). Neste sentido, ressalta-se que, assim como manifestado nas narrativas do internacionalismo multilateral e do isolacionismo, o unilateralismo ativista se expressa sob a influência do discurso da excepcionalidade.

Em suma, os Estados Unidos dessa forma mantiveram a narrativa de superioridade frente a outras nações através da sua hegemonia, permitindo que não se submetessem as mesmas regras destinadas a terceiros, validando, assim, sua condição especial. Neste formato, ambas a narrativa missionária e exemplar foram usadas em paralelo, evitando-se uma postura totalmente multilateral ou isolacionista dos assuntos internacionais (Restad, 2015; McDougal, 1997; Daneen (2012). Assim, ao longo da Guerra Fria, as narrativas presidenciais usaram o discurso do internacionalismo multilateral como uma forma de reforçar sua hegemonia em vez de uma restrição à política hegemônica do país (Restad, 2015).

Cabe ressaltar, no entanto, que a imposição da estrutura internacional veio a custo de altos investimentos e comprometimentos por parte dos EUA com seus aliados como Japão e a Europa ocidental. O governo federal promulgou incentivos a indústria nacional para o licenciamento de tecnologias a governos estrangeiros, bem como estimulou a importação e investimento em empresas estrangeiras. Igualmente, o investimento na operacionalização dos órgãos multilaterais e a implementação de suas agendas impactou consideravelmente o orçamento nacional (Skidmore, 2011).

Estas iniciativas, apesar de desgastar a economia estadunidense em alguns momentos, servia a estratégia hegemônica a longo prazo do país, como também a contenção imediata dos riscos da expansão soviética. Os Estados Unidos dependiam de regiões estratégicas na Europa Ocidental e na Ásia para bases militares nas extensões geográficas entre o país e a URSS, bem como a China. Assim, esta dinâmica gerava um nível de dependência mútua, embora preponderantemente vantajosa aos EUA. Assim, durante a Guerra Fria, isto serviu para consolidar o comprometimento de Washington com medidas multilaterais, mas resguardando o direito a medidas unilaterais e intervencionistas quando julgadas necessárias (Skidmore, 2011).

Portanto, nota-se que a partir de sua posição de *primus inter pares*, a Ordem Internacional Liberal pautada pelos interesses estadunidenses não foge da natureza hierárquica de outras ordens internacionais. Historicamente, estas construções discursivas envolveram a produção de hierarquias sociais e regimes de exclusão para a manutenção da estabilidade interna. Assim, a lógica operante da OIL reflete a imposição desses constrangimentos sob o discurso liberal de inclusão, horizontalidade, racionalidade e proteção dos direitos individuais. Esses, supostamente, estariam de acordo com uma ordem que aspira a confluência do livre mercado com a autodeterminação de governos representativos e a cooperação internacional (Lawson; Zarakol, 2023).

Por sua vez, central para autopercepção da excepcionalidade da identidade estadunidense e de seu papel de promotor dos valores liberais, estes pressupostos, supostamente, forneceriam um quadro para mudanças progressistas comprometidas com os direitos humanos, a segurança coletiva, a integração econômica e o desenvolvimento político (Sabaratnam, Laffey, 2023). No entanto, críticos da OIL, questionam a legitimidade de uma ordem originada através do imperialismo e do colonialismo que forneceram, por sua vez, as bases materiais da política internacional. A negação da importância das desigualdades e formas de explorações para o desenvolvimento das condições econômicas e políticas das potências internacionais está presente tanto politicamente como epistemologicamente no discurso institucional da ordem liberal – comprometendo, portanto, o discurso de justiça, igualitarismo e meritocracia que fundamentam a legitimidade desta ordem (Lawson, Zarakol, 2023; Sabaratnam, Laffey, 2023)

De acordo com Hindess (2004), a manutenção destas condições de exclusão preserva o privilégio de classe não só dos EUA, como de um conjunto de Estados nacionais, adquirido historicamente em detrimento das reivindicações dos países que se encontram na margem desta ordem. Neste sentido, movimentos anti-imperialistas ou nacionalistas em países com históricos de exploração colonial foram respondidos por políticas intervencionistas por parte de potências liberais - muitas destas, lideradas pelos Estados Unidos no século XX. Entretanto, estas reações são tratadas como práticas necessárias ao enfrentamento de regimes autoritários e iliberais (como será visto nas discussões sobre a administração Ronald Reagan).

Desse modo, ao adotar uma visão estrutural do discurso liberal, é possível perceber uma linearidade e cumplicidade do liberalismo com formas de dominações institucionalizadas. Assim, a regulação da esfera internacional pelo liberalismo, ao diferenciar entre aqueles que podem ser governados através da promoção da liberdade e os que “precisam” ser governados de outras maneiras, aparece sob uma luz diferente. Assim, pode-se refletir que o discurso do

liberalismo tem uma relação direta com a divisão assimétrica da ordem internacional entre os identificados como “liberais” e os classificados como “Outros” (Hindess, 2004; Sabaratnam, Laffey, 2023).

#### 4.3 A RELAÇÃO COM O “OUTRO” E A AMEAÇA EXTERNA

Seguindo os parâmetros estabelecidos no início deste capítulo, esta subseção apresenta uma discussão mais objetiva em comparação à análise sobre o discurso da excepcionalidade estadunidense. Esta escolha metodológica se baseou no fato que os conceitos teóricos da relação entre identidade e alteridade estabelecidos no capítulo dois, se aplicam a constituição da identidade estadunidense e sua relação com o “Outro”. Assim, permite-se priorizar a análise dessa narrativa no decorrer da Guerra Fria, que é o período relevante para a compreensão do discurso ideológico de Ronald Reagan, estabelecendo a base contrastiva com o governo de Donald Trump. Desse modo, entende-se que a análise não será prejudicada por uma discussão mais extensa do que o alcance dos objetivos lançados pela pesquisa.

Assim, dando início às discussões sobre o terceiro conceitual, aponta-se que o papel da alteridade na construção da identidade nacional estadunidense foi baseado, em grande medida, no discurso da ameaça externa e retificada nas narrativas presidenciais ao longo da história do país. Partindo da compreensão de Campbell (1998), Doty (1993) e Hansen (2006), viu-se que o processo de afirmação de uma identidade nacional é uma prática de política externa, pautada pela disciplinarização e homogeneização da ordem interna. Nesta conjectura, a afirmação do “Eu” nacional passa pela sua oposição a natureza do “Outro” externo, suas práticas e predicados. Logo, entende-se que a construção da identidade nacional é formada através da reprodução do discurso de oposição binária entre dois atores políticos (van Dijk, 2015).

Na esteira da segunda metade do século XX, portanto, a reprodução da identidade nacional através de sua diferenciação com a União Soviética foi uma prática discursiva central nas narrativas presidenciais. Neste contexto, ressalta-se que todos os governos estadunidenses, tanto republicanos como democratas foram atravessados pela dinâmica da Guerra Fria e a retórica anticomunista, em maior ou menor medida. A compreensão sobre a missão especial que os Estados Unidos tinham ao combater o inimigo externo era um consenso nacional, e a

necessidade do engajamento internacional para a contenção da União Soviética era entendido entre os dois partidos<sup>30</sup> (Pecequilo, 2013).

A política externa articulada após a conclusão da Segunda Guerra, instaurado pelo governo Truman e perpetuada nos governos subsequentes, ultrapassou uma mera estratégia de contenção ao comunismo. Todas as prioridades nacionais foram subordinadas ao objetivo primordial de isolar tanto a URSS, como o modelo comunista chinês, estabelecendo uma nova doutrina que sintetizava as tradições de política externa. Assim, a promoção do patriotismo “nós-contra-eles”, baseado em uma alteridade agressiva contra a URSS, aliou-se a defesa do valor da “liberdade”, a qual estava sob ataque (Prestowitz, 2003).

Assim, além do estabelecimento da estrutura securitária internacional, o ambiente doméstico foi igualmente representativo da postura anticomunista. Logo após a guerra a administração Truman instaurou o “Programa de Lealdade” do governo federal, no qual estabeleceu-se os procedimentos e as normas institucionais para a demissão ou recusa de emprego de quaisquer indivíduos em cargos em departamentos ou agências governamentais por suspeitas de deslealdade ao governo dos Estados Unidos (Campbell, 1998).

Na prática, o programa possibilitava o monitoramento de funcionários públicos, levando a investigação e processos legais sob alegações de espionagem ou associação à organizações, atores estrangeiros ou nacionais, que fossem taxados como subversivos (Campbell, 1998). A agenda política do republicano Dwight D. Eisenhower, a partir de 1953, por sua vez, foi igualmente representativa do anticomunismo. Sua administração endureceu as práticas de monitoramento do referido programa sobre a população, estabelecendo a diretriz securitária que ameaças externas tinham prerrogativa sobre qualquer outra questão interna (Callaghan, O’connor, Phythian, 2019).

Representativa dessa essa retórica alarmista, o senador republicano Joseph McCarthy (1947-1957) liderou a perseguição de centenas de pessoas consideradas subversivas e possíveis aliadas do regime soviético em solo estadunidense. O presidente Eisenhower apoiou esse programa, aprovando medidas persecutórias dentro do Departamento de Estado, demitindo centenas de funcionários e perseguindo outras centenas de civis sob a justificativa de serem socialistas (Callaghan, O’connor, Phythian, 2019).

Nesse sentido, Campbell (1998) aponta que durante a Guerra Fria a identidade nacional se tornou ainda mais ligada à atuação externa dos Estados Unidos no meio internacional.

---

<sup>30</sup> Esse consenso foi expresso no que ficou conhecido como a “coalizão liberal”, formada por um centro moderado e que só foi ser contestada ao final da Guerra do Vietnã na década de 1970, entretanto, sobreviveu até o fim do conflito bipolar (Pecequilo, 2013).

Entende-se que o anticomunismo impôs uma construção discursiva específica de identidade nacional, estabelecendo um padrão de comportamento que os cidadãos deveriam seguir. Caso contrário, estes seriam considerados detratores da ordem social e, conseqüentemente, inimigos do Estado. Através deste discurso, aumentou-se a percepção de perigo sentida pela população.

Da mesma forma, o discurso disciplinador de ameaça constante estava em linha com a política externa e seu tratamento do “Outro” externo. A partir de um discurso civilizatório, historicamente a política externa estadunidense encara a alteridade como uma ameaça. Este processo é construído discursivamente, como discutido anteriormente no capítulo dois, negando as subjetividades da identidade alheia, as representando de forma simples e monolítica (Campbell, 1998; Resende, 2009).

Em geral, este exercício discursivo não deixa espaço para nenhuma interpretação alternativa aos pressupostos que estão sendo declarados pelo sujeito emissor deste discurso ideológico. Assim, os objetivos e interesses nacionais são construídas como autoevidentes, contando com práticas discursivas que apelam ao senso comum de mal *versus* bem. Dessa forma, se os EUA são descritos como defensores da paz e da liberdade, seus antagonistas políticos só podem ser inerentemente maus e belicosos (Resende, 2009).

Esse movimento discursivo pode ser observado em inúmeras falas e pronunciamentos de presidentes estadunidenses. Um exemplo desta prática é a linguagem usada por Ronald Reagan sobre o sequestro do avião da *Trans World Airlines*, em 1985. Durante uma viagem do Cairo para San Diego, nos Estados Unidos, dois homens ligados ao grupo Hezbollah sequestraram o avião exigindo a libertação de centenas de libaneses de prisões israelenses.

Na ocasião do sequestro, Reagan declarou: “Esta barbárie é abominável, e todos aqueles que a apoiam, encorajam e lucram com ela, são abomináveis. Eles são bárbaros” (Estados Unidos, 1985, tradução própria<sup>31</sup>). Nota-se que o discurso empregado pelo presidente é totalizante, negando toda e qualquer subjetividade aos Estados Unidos quanto ao Hezbollah: enquanto um é civilizado, o outro, é visto como o bárbaro. Articulando conceitos fechados e intransponíveis, o presidente afirmou que:

Quando o terrorismo ataca, a própria civilização está sob ataque; nenhuma nação está imune. Não há segurança no silêncio ou na neutralidade. Se permitirmos que o terrorismo tenha sucesso em qualquer lugar, ele espalhar-se-á como um câncer,

---

<sup>31</sup> Idioma original do trecho: This barbarism is abhorrent, and all of those who support it, encourage it, and profit from it are abhorrent. They are barbarians (Estados Unidos, 1985).

corroendo as sociedades civilizadas e semeando o medo e o caos por toda a parte (Estados Unidos, 1985, tradução própria<sup>32</sup>).

Como identificado na subseção 4.1, o discurso de construção dos inimigos como selvagens ou bárbaros vem sendo utilizado desde a expansão da fronteira e como pressuposto para o genocídio das populações indígenas pelos colonos ingleses, sendo que a identidade puritana foi formada a partir da conquista violenta e da religiosidade intransigente (Hixson, 2008). Neste sentido, na citação acima, Reagan equipara as ações do Hezbollah a um ataque não só aos Estados Unidos, mas sim a um ataque ao próprio conceito civilizacional ocidental (Hixson, 2008; Campbell, 1998).

Em suma, não há para onde fugir nessa lógica discursiva: opor-se às políticas dos Estados Unidos significa apoiar seus rivais, e estar a favor do conceito abstrato, amplo e ahistórico do “terrorismo”, contra o mundo civilizado. A partir desse antagonismo é construída a identidade de cada parte do discurso, estabelecendo que um confronto entre os dois lados é inevitável, visto que a possibilidade de neutralidade ou diplomacia nesse embate torna-se impossível pelo caráter existencial da alteridade (Laclau; Mouffe, 1985).

Legitimada pelo discurso patriótico, a tendência a intervenções violentas fez parte da construção da identidade estadunidense, desde os conflitos com as populações indígenas a partir do discurso puritano e a narrativa Destino Manifesto até a Guerra ao Terror (Resende, 2009; Hixson, 2008). A orientação da política externa a partir do discurso de defesa da identidade nacional perpetua a criação do “inimigo-outro”, encarnado ao longo da história dos EUA por diferentes grupos, países, regimes. Contudo, o denominador comum entre estes atores são suas caracterizações reforçadas por discursos de raça, gênero e religião, como autoritários, incivilizados e propensos a violência - predicados opostos aos valores estadunidenses (Hixson, 2008).

Como discutido anteriormente, o discurso da excepcionalidade confere ao país, ao mesmo tempo, inocência e força. Os Estados Unidos, nesta medida, têm o impulso de enfrentar a ameaça externa à ordem interna, assim como as capacidades políticas, militares e econômica de defender e promover a democracia e a liberdade. Neste sentido, o alcance do discurso presidencial é crucial para o esforço civilizatório de garantia da paz dentro e fora das fronteiras nacionais contra a alteridade (Resende, 2009).

---

<sup>32</sup> Idioma original do trecho: When terrorism strikes, civilization itself is under attack; no nation is immune. There's no safety in silence or neutrality. If we permit terrorism to succeed anywhere, it will spread like a cancer, eating away at civilized societies and sowing fear and chaos everywhere (Estados Unidos, 1985).

Nesse sentido, no seu pronunciamento Inaugural de 1977, Jimmy Carter descreveu a natureza pacífica e democrática do país: “Somos uma Nação puramente idealista, mas que ninguém confunda nosso idealismo com fraqueza. Porque somos livres, nunca podemos ser indiferentes ao destino da liberdade em outros lugares” (Estados Unidos, 1977, tradução própria<sup>33</sup>). De acordo com Carter, a população estadunidense teria uma “preferência” por outras sociedades que compartilham o mesmo senso moral pelo respeito a liberdade individual e os direitos humanos. Dessa forma, agindo com força e justiça os Estados Unidos lutam contra aqueles que se opõem a esses valores:

Não buscamos intimidar, mas está claro que um mundo que outros podem dominar impunemente seria inóspito à decência e uma ameaça ao bem-estar de todas as pessoas. O mundo ainda está envolvido em uma corrida armamentista massiva projetada para garantir força equivalente contínua entre potenciais adversários. Prometemos perseverança e sabedoria em nossos esforços para limitar os armamentos do mundo àqueles necessários para a segurança doméstica de cada nação (Estados Unidos, 1977, tradução própria<sup>34</sup>).

No caso do estado permanente de crise instaurado pela Guerra Fria, os limites dos poderes presidenciais foram expandidos a partir do discurso que somente o executivo tinha autoridade para tomar a decisão final em assuntos de ameaças externas. Assim, a decisão se um tema era de fato um risco existencial aos Estados Unidos era deixada a cargo do presidente e, caso fosse necessário, este tinha a legitimidade para contornar a Constituição se a segurança nacional estivesse em risco (Campbell, 1998).

Um ponto de inflexão para o alcance do poder presidencial foi a Resolução do Golfo de Tonkin, sancionada em 1964 sob o governo do democrata Lyndon B. Johnson (1963-1969), a qual abordava o emprego de forças no sudeste asiático. A resolução proporcionava ao presidente poderes constitucionais, deixando a sua prerrogativa a autorização de uma intervenção militar. Na prática, o documento proporcionou a continuidade da Guerra do Vietnã e o reforço das tropas estadunidenses na região. A resolução só seria expirada quando o presidente determinasse que a paz e a segurança da área estivessem garantidas, mas sua revogação só veio em 1971 no governo Richard Nixon, pela oposição de congressistas democratas (Araújo, 2015).

---

<sup>33</sup> Idioma original do trecho: We are a purely idealistic Nation, but let no one confuse our idealism with weakness. Because we are free we can never be indifferent to the fate of freedom elsewhere (Estados Unidos, 2010).

<sup>34</sup> Idioma original do trecho: Our moral sense dictates a clear-cut preference for these societies which share with us an abiding respect for individual human rights. We do not seek to intimidate, but it is clear that a world which others can dominate with impunity would be inhospitable to decency and a threat to the well-being of all people. The world is still engaged in a massive armaments race designed to ensure continuing equivalent strength among potential adversaries. We pledge perseverance and wisdom in our efforts to limit the world's armaments to those necessary for each nation's own domestic safety (Estados Unidos, 2010).

No entanto, os efeitos desse dispositivo persistiram na narrativa presidencial, sendo que o amplo alcance do poder presidencial era, até aquele momento, normalizado. Contudo, a partir do final da década de 1960, a população estadunidense se mostrou cada vez mais contestatória das motivações para a Guerra do Vietnã. Isso ficou refletido através dos protestos do movimento estudantil, das manifestações pelos direitos civis, pautas antiguerra e feministas, instalando um senso de instabilidade na sociedade estadunidense (Rosati, Scott, 2011).

Por sua vez, Nixon tentou gerenciar as tensões sociais através da intensificação do controle político pelo executivo, reforçando a vigilância à oposição política por meio de atividades ilegais e inconstitucionais pela Casa Branca. O presidente confiou excessivamente na conformidade da população em aceitar o uso autoritário do poder presidencial sob justificativas de segurança nacional, em um período de grande mudança no ambiente político e social nos Estados Unidos. Como resultado dessas práticas, o escândalo de Watergate levou ao colapso da sua administração e sua consequente renúncia em 1974 (Rosati; Scott, 2011).

No entanto, de forma geral, apesar de episódios como os protestos contra a Guerra do Vietnã (assim como, contemporaneamente, a rejeição da população às contínuas campanhas militares no Afeganistão e no Iraque, após anos da Guerra ao Terror), o consentimento da maioria da população ao comportamento beligerante do país se mostrou crucial para a manutenção da hegemonia estadunidense na OIL ao longo do século XX (Haberski Junior, 2022; Hixson, 2008).

Como evidenciado neste capítulo, através de uma linguagem moral específica, a ação militar é ideologicamente justificada pelo discurso da excepcionalidade nacional. Este fenômeno foi resultado da ampla internalização de regimes discursivos violentos como a “domesticação” da fronteira em favor do progresso civilizacional, a necessidade de liderar o “mundo livre” em oposição ao comunismo ou livrar o mundo do terrorismo (Hixson, 2008). Assim, a política externa facilita e reforça a reprodução do discurso da excepcionalidade no âmbito doméstico, através das constantes campanhas contra a narrativa da ameaça externa.

Como visto no capítulo dois, a identidade de um sujeito ou Estado é constituída concomitantemente ao seu antagonista, demarcando seus limites em relação ao outro em um processo de repetição padronizado. Entende-se, portanto, que a narrativa da ameaça externa na política externa dos EUA é uma maneira de consolidar a percepção de instabilidade trazida pelo mundo externo, que está fora da ordem provida pela burocracia e segurança estatal (Campbell, 1998). Este discurso é imposto de forma violenta, através da força material e da linguagem, subjugando culturas, costumes, línguas e tradições diferentes na criação de uma identidade uniforme (Hall, 2006).

No entanto, conforme mencionado no capítulo dois, a concretização do projeto securitário do Estado moderno, incluindo a internalização da narrativa oficial sobre identidade nacional pela população, tornaria obsoleto a noção do Estado. Portanto, a constante sensação de ameaça externa é essencial para sua sobrevivência (Campbell, 1998). Sendo assim, a guerra e a violência tornam-se maneiras de reafirmar o discurso de unidade nacional e das capacidades hegemônicas dos EUA em liderar a Ordem Internacional Liberal. Este discurso, foi historicamente sustentado pela crença da excepcionalidade nacional, através de processos de homogeneização da identidade, instrumentalizando discursos puritanos e republicanos, como evidenciado na subseção 4.1 (Haberski Junior, 2022; Tyrell, 2021).

Portanto, admite-se que o discurso da identidade nacional estadunidense foi, historicamente, reproduzido através do papel redentor e especial que os EUA deveriam desempenhar no mundo (Niebuhr, 2008). Especificamente no século XX, período de maior interesse desta pesquisa, isto ocorreu nas suas expressões exemplar e missionária, explorando o caráter unilateral ativista da política externa. A identidade nacional, desta forma, foi usada tanto como causa quanto consequência para a reprodução do discurso de política externa (Niebuhr, 2008; Restad, 2015). Como mencionado, apesar de episódios intervalados de pressões sociais mais proeminentes contra políticas agressivas ou intervencionistas, essa estratégia de política externa teve uma aceitação nacional majoritária (Haberski Jr, 2022).

Desta forma, possibilitou-se que recursos nacionais fossem direcionados predominantemente para a militarização e a segurança nacional a fim de lidar com a ameaça externa. Consequentemente, discussões sobre maiores investimentos em áreas cruciais de políticas de bem-estar social ou reformas em políticas domésticas como no sistema de saúde foram ignoradas (Hixson, 2008).

Paralelamente, as possibilidades de um internacionalismo cooperativo foram desmoralizadas em nome da excepcionalidade da identidade nacional, servindo como justificativas em momentos de acirramento da Guerra Fria como durante a Crise dos Mísseis de Cuba (1962) e a disputa armamentista na primeira metade da década de 1980 (bem como, ressalta-se, no discurso da Guerra ao Terror no governo George W. Bush, a partir dos anos 2000). Nestas instâncias, o discurso do embate civilizatório entre o Ocidente e o “resto” foi perpetuado, na suposta luta pela liberdade (Ryan, 2015; Hixson, 2008).

Assim, o papel dos Estados Unidos, a partir do discurso da excepcionalidade, foi pautado, predominantemente, pela instrumentalização do unilateralismo ativista na condução da Ordem Internacional Liberal, aliada ao discurso do internacionalismo multilateral. Concomitantemente, essa dinâmica pautou sua relação de alteridade com outros atores do

sistema internacional como uma característica central da identidade nacional, baseada em práticas políticas expansionistas e unilaterais (McDougal, 1997; Daneen, 2012; Restad, 2015).

## 5 AS NARRATIVAS PRESIDENCIAIS

Neste capítulo, a pesquisa discute os governos Reagan e Trump buscando uma compreensão sobre o pando de discursivo de cada mandato. Como primeiro passo, a pesquisa se concentra no primeiro mandato de Reagan (1981-1985), visando assim ter uma base conceitual parelha com o governo Trump que, por sua vez, teve apenas um mandato presidencial (2017-2021). Em seguida, analisa-se o discurso ideológico da administração Trump. Nesta primeira fase ressalta-se como os três eixos conceituais se manifestaram ao longo dos mandatos dos respectivos presidentes. Posteriormente, no capítulo seis, realiza-se a representação do *corpus* discursivo (com base nos pronunciamentos presidenciais) e a análise contrastiva correspondente através dos eixos analíticos.

### 5.1 O DISCURSO IDEOLÓGICO DO GOVERNO RONALD REAGAN (1981-1984)

Ronald Reagan desponta na cultura política nacional pela primeira vez ao realizar o notório pronunciamento: “O Momento de Escolher”, *A Time for Choosing*, ao endossar o nome de Barry Goldwater como candidato presidencial<sup>1</sup> em 1964. Goldwater representava a vanguarda do conservadorismo econômico libertário, conciliado, paralelamente, com uma plataforma unilateral internacionalista. Isto é, como defensor da civilização ocidental, os EUA precisavam garantir uma forte posição militar (o que incluía o uso de armas nucleares), mas era favorável a ações conjuntas com outros países quando em relação ao combate a União Soviética (Brennan, 1995)<sup>2</sup>.

No evento do pronunciamento, as falas do político colocavam o embate com a URSS em termos existenciais: “Estamos em guerra com o inimigo mais perigoso que a humanidade

---

<sup>1</sup> Anteriormente a isso, ainda trabalhando como ator, Reagan foi contratado pela *General Motors* em 1954 para uma série de palestras para os funcionários da empresa sobre a economia nacional. A estratégia empresarial era baseada em uma política anticomunista como forma de dirimir as forças sindicais nas grandes empresas. Assim, o teor dessas conversas envolvia a defesa do livre-mercado e os perigos do comunismo. Reagan progrediu do papel de garoto propaganda da GM para fazer palestras e eventos em associações, escolas e Câmaras de Comércio, e em 1962, se filiou ao Partido Republicano, já como uma figura popular no ambiente político (Vidal, 2016).

<sup>2</sup> Barry Goldwater representava a ala mais conservadora do partido, contrária a agenda do governo Eisenhower, que era considerada muito moderada ao focar em práticas de contenção em vez de ofensivas contra a URSS. Na agenda doméstica, por sua vez, a administração era criticada por dar continuidade aos programas do *New Deal*, alargando os benefícios da Previdência Social e do seguro-desemprego (Brennan, 1995). Coerente com a posição libertária nos assuntos domésticos, Goldwater defendia o governo federal limitado para a proteção dos direitos individuais e dos estados. Sua agenda era voltada para o funcionamento de uma sociedade baseada na lei e na ordem, entretanto não orientada pelo governo, mas por um senso de moralidade (a partir dos valores tradicionais da família, religião cristã e patriotismo) e pelas regras da Constituição (Nash, 1995).

já enfrentou [...]” (Reagan, 1964, tradução própria<sup>3</sup>). Nesta narrativa, caso os EUA perdessem a Guerra Fria, a sua forma universalista de liberdade, enfrentaria um risco vital, assim, o povo estadunidense representava: “[...] a última resistência na terra [...]”<sup>4</sup> (Reagan, 1964, tradução própria).

Nestes termos, o político propôs à população a escolha entre a democracia concebida pelos “Pais Fundadores” ou desistir da “Revolução Americana”, confessando assim que: “[...] uma pequena elite intelectual em uma capital distante pode planejar nossas vidas melhor do que nós mesmos podemos planejá-las” (Estados Unidos, 1964, tradução própria<sup>5</sup>). Neste discurso, ao fazer uso da primeira pessoa do plural, o político se coloca discursivamente junto às massas em oposição à alienação da elite de Washington sobre os interesses da soberania popular.

Assim, coerente com as premissas do discurso da excepcionalidade, visto no primeiro eixo conceitual, em um movimento populista antiestatal, ao apoiar Goldwater, Reagan se junta a ele na oposição ao Estado em favor da liberdade individual e contra o “inimigo externo”. Conciliando o populismo com um discurso apolítico, ele nega a disputa política entre esquerda e direita, pois, na sua visão, no cenário da Guerra Fria o principal desafio político é a luta contra o “totalitarismo” (Reagan, 1964). Logo, o político afirma que a escolha está entre a: “[...] liberdade individual consistente com a lei e a ordem, ou o formigueiro do totalitarismo” (Reagan, 1964, tradução própria<sup>6</sup>).

Este pronunciamento, além de evidenciar sua habilidade em utilizar a plataforma televisiva como veículo estratégico para sua narrativa, foi crucial para sua carreira política por introduzi-lo ao eleitorado nacional, bem como consolidar sua imagem perante o movimento conservador, e de forma geral, como uma liderança política em ascensão<sup>7</sup> (Himmelstein, 1990). Em contraste a tensão cultural da década de 1960, Reagan passou a representar um lado otimista do conservadorismo ao defender o “modo de vida americano” tradicional e a excepcionalidade nacional. O político se tornou extremamente popular e com ampla aceitação nacional nas

<sup>3</sup> Idioma original do trecho: We’re at war with the most dangerous enemy that has ever faced mankind [...] (Estados Unidos, 1964).

<sup>4</sup> Idioma original do trecho: [...] the last stand on earth (Estados Unidos, 1964).

<sup>5</sup> Idioma original do trecho: [...] confess that a little intellectual elite in a far-distant capitol can plan our lives for us better than we can plan them ourselves (Estados Unidos, 1964).

<sup>6</sup> Idioma original do trecho: [...] individual freedom consistent with law and order, or down to the ant heap of totalitarianism (Estados Unidos, 1964).

<sup>7</sup> Em relação a disputa presidencial de 1964, Goldwater perdeu a eleição para o democrata Lyndon Johnson (1963-1969), por ser considerado pela população geral a época, muito radical e muito à direita para ser presidente dos Estados Unidos. A sua indicação, contudo, representou o início de uma guinada conservadora do Partido Republicano e uma mudança no ambiente político, nos quais o discurso mais conservador passou a normalizado. Nos próximos vinte anos, políticos como Richard Nixon e Ronald Reagan, obtiveram sucesso em tornar o discurso conservador de Goldwater mais palatável ao público geral (Lange, 2019).

próximas décadas ao conciliar um discurso moralista interno com uma plataforma intervencionista na política externa (Farber, 2010; Dueck, 2020).

De acordo com Nash (2006), a eleição de Ronald Reagan em 1980 causou uma revolução na política americana, além de popularizar o movimento conservador, o presidente reativou o discurso anticomunista e suas políticas impulsionaram a estruturação do complexo industrial militar do país. Na política doméstica, por sua vez, o presidente manteve uma estratégia pragmática de conciliação com os democratas; paralelamente, Reagan garantiu o apoio do segmento evangélico branco do eleitorado apelando ao discurso religioso conservador<sup>8</sup> (Dueck, 2020).

Já a política econômica implementada pelo governo, popularmente conhecida como *Reaganomics*, se tornou uma crença instituída nas futuras plataformas do Partido Republicano (Oliveira, 2021). A agenda representou um rompimento geral com as políticas do *New Deal* de investimentos em programas sociais e regulamentação da economia. Priorizou-se o incentivo ao setor privado e as multinacionais, bem como a redução de impostos, especialmente para as elites econômicas, uma estratégia que ficou conhecida como *trickle-down economics*<sup>9</sup> (Komlos, 2019).

Em relação ao Partido Republicano, Reagan se consagrou como, e permanece sendo, uma figura dominante no imaginário do partido<sup>10</sup> (Dionne, 2016). Sua figura ainda é usada por políticos atuais, ressaltando diferentes facetas do moralismo conservador e da agenda econômica neoliberal, dependendo de quem as invoca e para quais fins - como, por exemplo, o movimento *Tea Party*<sup>11</sup> (Skocpol, Williamson, 2012). Sua influência no partido representou

<sup>8</sup> Cabe ressaltar que a partir da campanha presidencial de Barry Goldwater iniciou-se o avanço do Partido Republicano sobre o eleitorado branco tradicionalista do Sul dos Estados, que até então era um reduto eleitoral dos democratas (Farber, 2010).

<sup>9</sup> Supostamente, estas políticas forneceriam incentivos de aumento às poupanças e os investimentos da população geral, criando assim mais empregos e aumentando os salários, consequentemente, beneficiando as massas de forma indireta a longo prazo. No entanto, o que se viu na prática foi um aumento significativo da desigualdade de renda com o aumento do poder econômico do 1% mais rico da população; os salários não apresentaram aumento (e nos segmentos da população sem curso superior, tiveram queda); a mobilidade econômica da população estagnou. Assim, um dos legados da política econômica do governo Reagan foi o recrudescimento do poder econômico da classe média e da classe trabalhadora no país e a expansão da financeirização da economia, visto a desregulamentação do setor financeiro, ao passo que setores tradicionais da indústria nacional entraram em declínio (Komlos, 2019).

<sup>10</sup> Em termos de aceitação e aprovação pela população em geral, por sua vez, apesar do cenário negativo na economia, Reagan foi o primeiro presidente desde Eisenhower a ser reeleito. Seu governo, atualmente, é lembrado favoravelmente pela população com uma aprovação de 73%, inferior apenas a de John F. Kennedy (Gallup, 2004).

<sup>11</sup> O *Tea Party* emerge nos primeiros do governo Barack Obama, frente ao ambiente doméstico altamente polarizado, e a radicalização conservadora das últimas décadas no Partido Republicano (Smith, 2022). Críticos duros da migração, o *Tea Party*, se apresentou como um movimento que clama o resgate aos valores tradicionais dos Estados Unidos, enfatizando a presença da religião na cultura política e social do país -

uma mudança também no impacto do poder presidencial nas plataformas partidárias. Contrastando com administrações passadas, Reagan foi um líder partidário ativo, fazendo campanha para candidatos e trabalhando com os comitês nacionais, atuando propositadamente para moldar o futuro do seu partido (Skinner, 2008).

Em resposta, após sua eleição, o partido iniciou uma ampla convergência com a agenda política do presidente, que se tornou a principal liderança do partido - uma dinâmica que até aquele momento não era predominante. Assim, considerando a popularidade<sup>12</sup> do presidente entre a população, esse movimento ajudou a eleger mais republicanos, em especial os mais conservadores. Consequentemente, a visão de mundo do presidente passou a ser reproduzida pelo partido, e o conservadorismo exacerbado de Reagan foi incorporado pelo partido, representando a principal plataforma dos republicanos (Vidal, 2016; Farber, 2010).

Em relação à disputa com os soviéticos, a linguagem usada pelo governo e pelo presidente contrastou com do seu antecessor, o democrata Jimmy Carter, mas também com a de Nixon. Nesse sentido, as premissas do terceiro eixo conceitual podem ser vistas em confluência com as do primeiro eixo. Isto é, através da intensificação do aspecto ideológico da Guerra Fria a partir do discurso da ameaça externa, em detrimento da política da *détente* e acomodação com a União Soviética. O presidente, dessa maneira, acentuou o caráter missionário da identidade estadunidense no embate contra os soviéticos (Callaghan, O'connor, Phythian, 2019).

A título de exemplo, na Conferência de Ação Política Conservadora em 1983, Reagan afirmou que: “A tarefa que nos cabe como americanos é mover a consciência do mundo, para manter viva a esperança e o sonho da liberdade. Pois se falharmos ou vacilarmos, não haverá lugar para onde os oprimidos do mundo possam fugir” (Estados Unidos, 1983, tradução própria<sup>13</sup>). Em termos gerais, a narrativa central do governo Reagan (e do Partido Republicano a partir da década 1980), foi a de explorar os ideais nacionais de democracia, liberdade e livre mercado como garantia para se alcançar a paz e a segurança, tanto domesticamente como internacionalmente (Vidal, 2016; Restad, 2015).

---

elementos que estariam em risco dado ao crescimento da migração das últimas décadas nos EUA. Politicamente eles são apoiados pela propaganda da mídia conservadora e por grupos financeiros de defesa do “ultra-livre mercado”. Seus membros são majoritariamente conservadores brancos mais velhos e evangélicos, pertencentes a classe média, geralmente casados e do sul do país (Oliveira, 2021; Skocpol, Williamson, 2012).

<sup>12</sup> Um dos momentos no qual o presidente experimentou um aumento expressivo nos níveis de popularidade, foi após a tentativa de assassinato que sofreu em 30 de março de 1981. Exemplificando sua hábil instrumentalização da opinião pública, o presidente se apresentou ao Congresso um mês depois do evento, endereçando as propostas do plano econômico do governo (Morgan, 2019).

<sup>13</sup> Idioma original do trecho: The task that has fallen to us as Americans is to move the conscience of the world, to keep alive the hope and dream of freedom. For if we fail or falter, there'll be no place for the world's oppressed to flee to (Estados Unidos, 1983).

Como justificativa de proteger a liberdade da sociedade estadunidense, o governo priorizou os investimentos em gastos militares, incluindo assistência financeira e de inteligência para governos anticomunistas e grupos paramilitares no Oriente Médio e na América Central (Callaghan, O’connor, Phythian, 2019). Apesar do aumento nos investimentos em defesa ter começado no final do governo Carter, nos primeiros seis meses da nova administração, o orçamento militar alcançou seus maiores índices desde a Guerra da Coreia (1950-1953). Em cinco anos passou a consumir mais de 30% do orçamento federal, dobrando os valores de 1980. Nesta esteira, a agenda securitária deu início a estruturação do complexo industrial militar do país, um movimento que resultou na corrida armamentista com a União Soviética (Morgan, 2019).

A administração investiu em novas tecnologias, incluindo Mísseis Nucleares de Alcance Intermediário e Mísseis Balísticos Intercontinentais (ICBMs). Crucial para esse tensionamento da Guerra Fria, foi o lançamento da Iniciativa Estratégica de Defesa (SDI) (também conhecida como Projeto Guerra nas Estrelas) proposta em 1983<sup>14</sup> pelo governo Reagan (Morgan, 2019). Observa-se a mudança no padrão discursivo de interação com a URSS em comparação a política de contenção dos governos anteriores em documentos como a Diretiva de Decisão de Segurança Nacional sobre as Relações dos Estados Unidos com a União Soviética (NSDD75) (Callaghan, O’connor, Phythian, 2019). No documento, as tarefas dos Estados Unidos eram:

[...] Conter e, ao longo do tempo, reverter o expansionismo soviético, competindo de forma eficaz e sustentada com a União Soviética em todas as arenas internacionais – particularmente no equilíbrio militar global e em regiões geográficas de interesse prioritário para os Estados Unidos. Este continuará a ser o foco principal da política dos EUA em relação à URSS (The White House, 1983, p. 1<sup>15</sup>).

O documento estipulava que a relação com a União Soviética seria composta por três elementos: “[...] resistência externa ao imperialismo soviético; pressão interna sobre a URSS

<sup>14</sup> A iniciativa tinha como propósito o estabelecimento de um sistema de defesa que impedisse ataques de mísseis balísticos intercontinentais de chegarem ao solo estadunidense. Com um orçamento inicial de 23 bilhões de dólares, além das consequências diretas no poder de dissuasão de Washington, o desafio lançado pelo governo estadunidense aumentou as tensões na economia soviética pelas tentativas de superar ou equiparar o desenvolvimento do sistema de defesa estadunidense. No entanto, visto seus altos níveis de financiamento, além da complexidade técnica que o sistema exigia, especialistas e cientistas não acreditavam que o programa fosse tecnologicamente viável à época (Popescu, 2016). Assim, apesar do governo posterior de H. W. Bush ter dado continuidade ao programa, este nunca foi totalmente implementado, sendo oficialmente dissolvido em 1993 pelo governo Bill Clinton (1993-2001) (Ambrose, Brinkley, 2011).

<sup>15</sup> Idioma original do trecho: [...] To contain and over time reverse Soviet expansionism by competing effectively on a sustained basis with the Soviet Union in all international arenas - particularly in the overall military balance and in geographical regions of priority concern to the United States. This will remain the primary focus of U.S. policy toward the USSR (The White House, 1983, p. 1).

para enfraquecer as fontes do imperialismo soviético; e negociações para eliminar, com base na reciprocidade estrita, divergências pendentes” (The White House, 1983, p. 1, tradução própria<sup>16</sup>). A linguagem usada neste documento está em linha com o escopo amplo dos textos de política externa do país, desde comunicados à imprensa até os documentos da Estratégia de Segurança Nacional, nos quais os valores nacionais são constantemente reafirmados (Campbell, 1998). Ademais, percebe-se que está em conformidade com os parâmetros beliscas discutidos no primeiro e terceiro conceitual da pesquisa, estimulados pela autopercepção de singularidade e superioridade dos valores nacionais, assim como a relação agressiva com a alteridade.

Isto fica evidenciado pela ênfase na concepção que a supremacia militar deveria ser refletida em uma política externa com um: “[...] impulso ideológico que afirme claramente a superioridade dos valores dos EUA e do Ocidente de dignidade e liberdade individual, uma imprensa livre, sindicatos livres, livre iniciativa e democracia política sobre as características repressivas do comunismo soviético” (The White House, 1983, p. 4, tradução própria<sup>17</sup>).

Como discutido anteriormente, a prática discursiva de identidade nacional na política externa não é a mera descrição de um grupo social, estão implícitas também as prerrogativas da ordem doméstica, as normas das relações sociais, e de produção e as diversas subjetividades a que elas dão origem (Campbell, 1998). Assim, relaciona-se a aplicação do discurso da alteridade agressiva, através do impulso militarista do governo com o uso da força militar como um instrumento de aceitação doméstica da agenda governamental (Haberski Junior, 2022).

Neste sentido, a postura assertiva da política externa encontrou especial ressonância entre segmentos da sociedade mais favoráveis ao caráter missionário da excepcionalidade nacional. Esta postura foi bem aceita por grupos cristãos radicais, tanto católicos como evangélicos, ao enfatizar a narrativa do embate entre o bem e mal com a URSS (Haberski Junior, 2022). Assim, conecta-se a disposição mais ativista, com inclinações unilaterais, da política externa com o discurso da excepcionalidade nacional, impulsionada por sua vez, pelo militarismo. Portanto, além do uso da alteridade, é possível identificar as características da identidade nacional verificadas no segundo eixo conceitual, sendo articuladas mediante o discurso da excepcionalidade.

---

<sup>16</sup> Idioma original do trecho: [...] external resistance to Soviet imperialism; internal pressure on the USSR to weaken the sources of Soviet imperialism; and negotiations to eliminate, on the basis of strict reciprocity, outstanding disagreements (The White House, 1983, p. 1)

<sup>17</sup> Idioma original do trecho: [...] U.S. policy must have an ideological thrust which clearly affirms the superiority of U.S. and Western values of individual dignity and freedom, a free press, free trade unions, free enterprise, and political democracy over the repressive features of Soviet Communism (The White House, 1983, p. 4).

Fica demonstrado essa dinâmica durante a fala do presidente na convenção anual da Associação Nacional de Evangélicos (NAE) em Orlando, quando Reagan fez o seu notório discurso do “Império do Mal”, justificando os investimentos na defesa e a continuação da Guerra Fria pelo embate com um inimigo imoral (Haberski Jr, 2022). No evento, Reagan pede que o público: [...] se pronuncie contra aqueles que colocariam os Estados Unidos numa posição de inferioridade militar e moral [...] nas suas discussões sobre as propostas de congelamento nuclear [...]” (Estados Unidos, 1983, tradução própria<sup>18</sup>).

Negando qualquer subjetividade às causas do conflito ou seu acirramento ideológico e militar nos últimos anos, o presidente afirma que a sociedade estadunidense não pode enxergar uma equivalência histórica ou moral entre os dois lados. A União Soviética estaria agindo pelos “os impulsos agressivos de um império do mal” (Estados Unidos, 1983, tradução própria<sup>19</sup>), impossibilitando uma disputa política equilibrada, levando ao embate “[...] entre o certo e o errado e o bem e o mal” (Estados Unidos, 1983, tradução própria<sup>20</sup>).

Por meio deste discurso, Reagan buscou garantir o apoio do segmento religioso apelando aos fundamentos teológicos básicos do discurso da excepcionalidade estadunidense, paralelamente, recorre-se ao caráter mais secular da missão histórica dos EUA de liderar o mundo e defender a liberdade contra a tirania de impérios. Nota-se que imbuído neste argumento, encontra-se o conceito da superioridade moral dos EUA, no qual fica determinado sua singularidade histórica no mundo, além da presunção do caráter virtuoso da nação. A partir desta configuração, ao angariar apoio do público à continuação da Guerra Fria, o presidente articula a relação intrínseca da identidade nacional com o exercício de uma política externa ativista por meio da força - que é moralmente justificada pelo discurso da excepcionalidade estadunidense (Haberski Junior, 2022).

Em termos gerais, nota-se que este discurso é articulado através do *status* impositivo dos Estados Unidos de garantidor da estabilidade da Ordem Internacional Liberal, mesmo que as custas do internacionalismo multilateral. Nesta medida, a narrativa hegemônica da Guerra Fria foi impulsionada por uma identidade construída a partir de discursos beligerantes, consoante com práticas unilaterais intervencionistas, como discutido no segundo eixo conceitual.

---

<sup>18</sup> Idioma original do trecho: [...] to speak out against those who would place the United States in a position of military and moral inferiority [...] in your discussions of the nuclear freeze proposals (Estados Unidos, 1983).

<sup>19</sup> Idioma original do trecho: [...] the aggressive impulses of an evil empire (Estados Unidos, 1983).

<sup>20</sup> Idioma original do trecho: [...] between right and wrong and good and evil (Estados Unidos, 1983).

Paralelamente, verifica-se como a narrativa do país como promotor do progresso no “mundo livre” era atravessada por justificativas de intervenções econômicas e militares em países enquadrados como “atrasados” (Hixson, 2008). A contrapartida oferecida pelo discurso liberal da política externa estadunidense, por sua vez, eram os alegados benefícios da imposição da modernização econômica bem como a defesa da liberdade contra o controle soviético. Verifica-se que a política externa do governo Reagan favoreceu o unilateralismo em diferentes episódios à revelia do direito internacional e aos pressupostos da autodeterminação, exaltados por instituições internacionais que os próprios estadunidenses lideravam (Hixson, 2008).

Isto ocorreu através de programas de contrainsurgência e desestabilização, assim como intervenções militares diretas em países do Sul Global. A administração ignorou leis internacionais e decisões de órgãos internacionais, como no caso da Nicarágua (1985) em relação a Corte Internacional de Justiça; ou se baseou em mecanismos frágeis de legitimidade para dar prosseguimento a operações militares diretas como em Grenada (1983), no Caribe. Ademais, o unilateralismo foi refletido em casos de assistências militares em territórios que enfrentavam guerras civis como o Afeganistão (1979-1989), com apoio e financiamento militar a partir de 1981; e em Angola (1975-2002), em 1985 (Fonseca, 2022; Lagon, 1992).

Em geral, essas ações foram realizadas sem a cooperação com instituições multilaterais, agindo por meio de ações bilaterais com parceiros estratégicos específicos. A “Doutrina Reagan”, como ficou conhecida essa estratégia, contava com uma ampla política de apoio a movimentos guerrilheiros contra governos aliados da URSS. Assim, a desestabilização e a derrubada destes regimes, eram legitimados pela narrativa de libertação das populações nacionais e defesa da democracia (Fonseca, 2022; Lagon, 1992).

Neste sentido, por vezes, o presidente fez uso do caráter missionário e de imposição universalista da excepcionalidade estadunidense na construção de sua narrativa sobre identidade nacional (Callaghan, O’connor, Phythian, 2019). Na Conferência Anual de Washington da Legião Americana, em 1983, o presidente defende o compromisso dos EUA com o mundo, ao afirmar: “[...] a verdade inegável de que a América continua a ser a maior força para a paz em qualquer lugar do mundo hoje” (Estados Unidos, 1983, tradução própria<sup>21</sup>).

Pode-se considerar, portanto, que em sua narrativa a guerra não servia apenas na defesa dos valores estadunidenses, mas de toda a comunidade internacional:

---

<sup>21</sup> Idioma original do trecho: “[...] an undeniable truth that America remains the greatest force for peace anywhere in the world today (Estados Unidos, 1983).

[...] o sonho americano vive - não apenas nos corações e mentes dos nossos próprios compatriotas, mas nos corações e mentes de milhões de pessoas em todo o mundo, tanto em sociedades livres como em sociedades oprimidas, que olham para nós em busca de liderança. Enquanto esse sonho durar, enquanto continuarmos a defendê-lo, a América terá um futuro e toda a humanidade terá motivos para ter esperança. (Estados Unidos, 1983, tradução própria<sup>22</sup>).

Observa-se nesta passagem que o presidente legitima a posição de liderança dos EUA no sistema internacional pelo seu comprometimento com a busca pela liberdade e paz. Ao mesmo tempo, Reagan justifica a necessidade do conflito para garantir um futuro mais próspero para todos, o que só o país conseguiria alcançar. Assim, interpreta-se que uma gama de expressões da excepcionalidade estadunidense, como analisadas no primeiro eixo conceitual da pesquisa, foi articulada, se manifestando tanto pelo caráter missionário como exemplar da identidade nacional. Resultando, por sua vez, na classificação estipulada no segundo eixo conceitual como uma política unilateral ativista.

Esta inclinação se fez presente em vários momentos da administração, especialmente durante o primeiro mandato do presidente através de várias posições hostis a iniciativas multilaterais. Um momento significativo nas relações entre o governo e as instituições internacionais foi a promulgação da Emenda Kassenbaum em 1983, na qual o Congresso estadunidense condicionou uma parte do seu financiamento às Nações Unidas à adoção de sistemas de votação ponderada. Através da emenda, estipulou-se a limitação de gastos em até 20% dos custos anuais avaliados a qualquer agência da ONU e organizações afiliadas que não reformulassem seus sistemas de votação, aumentando o poder de voto dos Estados-membros que mais contribuíssem financeiramente com as organizações (Taylor, 1991).

Essa proposta objetivava limitar a influência de países em desenvolvimento nos processos decisórios destes órgãos, os quais não conseguiam arcar com maiores investimentos nas instituições multilaterais. Esse episódio refletiu uma tendência geral da política externa estadunidense em reação a crescente relevância destes atores nas instituições internacionais após os processos de descolonização e independência nas décadas de 1960 e 1970. Estes, por sua vez, levaram ao processo de expansão dos Estados-membros da Assembleia Geral da ONU (AGNU) a partir de 1970<sup>23</sup>, bem como as consequentes reivindicações de redistribuição de riqueza entre o Norte e o Sul global (Taylor, 1991).

---

<sup>22</sup> Idioma original do trecho: [...] the American dream lives - not only in the hearts and minds of our own countrymen but in the hearts and minds of millions of the world's people in both free and oppressed societies who look to us for leadership. As long as that dream lives, as long as we continue to defend it, America has a future, and all mankind has reason to hope (Estados Unidos, 1983).

<sup>23</sup> Os Estados admitidos ao órgão na década de 1970, foram Qatar, Bahrain e Omã; Angola; Moçambique; Vietnã. A partir de 1980, foram incluídos Zimbabwe, Belize e Antígua e Barbuda (Malone, 2003).

Assim, novos membros, juntamente a alguns Estados ocidentais, passaram a pressionar por mudanças na economia mundial, buscando maior equidade entre os países através da regulamentação e intermédio dos órgãos multilaterais, agências especializadas e programas do Sistema das Nações Unidas (Malone, 2003). Estas iniciativas levariam ao projeto da Nova Ordem Econômica Internacional (NIEO), formalizada pela ONU em 1974. Por sua parte, os EUA votaram contra sua promulgação, alegando que o desenvolvimento econômico deveria ser conduzido pela economia de livre mercado. Ao longo dos próximos anos, várias rodadas de negociações e sessões especiais da AGNU discutiram a estruturação das convenções desta nova ordem, nas quais os EUA se mostraram opostos a várias de suas resoluções (Nymoer, 2017; Malone, 2003).

No entanto, a partir das investidas contra a proposta pelos governos Ronald Reagan e Margaret Thatcher (1979-1990), as negociações estagnaram, resultando no fim dos diálogos em 1981. Washington alegou preocupações com a soberania nacional e o intervencionismo estatal através de regulamentações econômicas (inversas às políticas neoliberais da administração) como as principais causas da oposição a proposta. Outro fator a se considerar, era o temor do governo pelo avanço da influência soviética, caso estas convenções fossem implementadas, visto o apoio da URSS, e suas alianças com os países que apoiavam a NIEO (Nymoer, 2017; Malone, 2003).

Em relação ao comércio exterior, similarmente a administração de Richard Nixon, o governo implementou múltiplas tarifas restritivas à importação de produtos estrangeiros para diferentes segmentos industriais do país, como o automotivo e o metalúrgico. Além disso, as inclinações unilaterais do governo se revelaram também através do favorecimento a acordos bilaterais em prejuízo aos canais multilaterais, como o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Embora as diretrizes destas instituições terem sido, em larga medida, baseadas na própria legislação estadunidense, visando beneficiar justamente o comércio exterior do país, ao agir através de acordos bilaterais o governo conseguia contornar regulamentações multilaterais que restringiam a autonomia de sua agenda comercial (Malone, 2022).

Foi priorizado, em vez disso, acordos que favoreciam e protegiam diretamente as indústrias nacionais frente a concorrência estrangeira (Malone, 2022). Consequentemente, a administração sofreu rechaço de seus Estados-clientes, bem como fóruns econômicos internacionais pela falta de comprometimento com a balança comercial internacional. Já no âmbito dos direitos humanos, os Estados Unidos foi um dos últimos a ratificar a Convenção da ONU Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Desumanos ou Degradantes

de 1984. Somente em 1988, Reagan assinou a carta, levando outros seis anos para que o Senado a aprovasse (e mesmo assim, apresentando ressalvas a diversos artigos)<sup>24</sup> (Restad, 2015).

Com base nestes pontos, nota-se que a administração Reagan engajou ativamente no cenário internacional promovendo os objetivos da sua agenda política; ao passo que nas instâncias em que as instituições multilaterais restringiam a autonomia nacional, o governo as driblava por meio de políticas unilaterais para garantir a concretização de seus interesses nacionais, mesmo que à custa do desagravo de aliados. Assim, coerente com os pontos discutidos no eixo dois, os EUA engajavam em instituições como o FMI, OMC e OTAN, através de um sistema predominantemente construído ao redor dos interesses de globalização de mercados e alianças militares para a contenção da URSS.

Contudo, resguardavam a liberdade de agirem impositivamente com medidas intervencionistas e protecionistas quando julgado necessário para a manutenção da dominância da ordem internacional. Por sua vez, a contenção da influência soviética representava um teste existencial a hegemonia estadunidense. Como forma de sustentar esta agenda, o conflito bipolar era descrito como uma disputa moral através do caráter missionário da política externa, o qual impunha aos EUA a responsabilidade em travar este embate, recorrendo a narrativa da “nação redentora”.

Conforme a exposição, entende-se que o discurso da excepcionalidade esteve sublinhado ao longo do governo Reagan por meio da narrativa de comprometimento com a paz pelo uso da força contra a ameaça externa. Nota-se este discurso refletido no pronunciamento do presidente quando ele aceitou formalmente a nomeação do Partido Republicano para a disputa presidencial de 1984. Na ocasião, Reagan repete um *slogan* usado pela primeira vez na campanha de 1980, que décadas depois seria adaptado por Donald Trump durante a sua própria campanha eleitoral de 2016: “Unimo-nos numa *cruzada nacional* para tornar a América grande novamente e para fazer um novo começo” (Estados Unidos, 1984, tradução própria, grifo próprio<sup>25</sup>).

---

<sup>24</sup> Outros episódios significativos que revelam a inclinação unilateral do governo e resistência às concessões multilaterais incluem a rejeição à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) de 1982; e a saída do país da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (retornando em 2003) (Restad, 2015). Ademais, a administração Reagan fez várias ameaças de retirada de órgãos internacionais como forma de pressionar a implementação de reformas institucionais, aos moldes da estratégia de diminuir a influência de países do Sul Global nos sistemas de votação. Isto ocorreu em relação à agência especializada da ONU, a União Internacional de Telecomunicações (UIT) em 1985 e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em 1984 (Restad, 2015).

<sup>25</sup> “We came together in a national crusade to make America great again, and to make a new beginning” (Estados Unidos, 1984)

Durante o pronunciamento, o presidente recorre as percebidas virtudes nacionais para justificar a guinada militarista da política externa, afirmando que a “fraqueza” convidaria:

[...] adversários aventureiros a fazer julgamentos equivocados. A América é a nação mais pacífica e menos belicosa da história moderna. Não somos a causa de todos os males do mundo. Somos um povo paciente e generoso. Mas, pelo bem da nossa liberdade e da dos outros, não podemos permitir que nossa reserva seja confundida com falta de determinação (Estados Unidos, 1984, tradução própria<sup>26</sup>).

Em suma, na narrativa presidencial de Reagan, observa-se o forte caráter ideológico sendo instrumentalizado com a finalidade de reforçar o discurso moralizante da política externa estadunidense. Esse discurso serviu para reavivar o acirramento da Guerra Fria após a *détente*, através da narrativa da guerra existencial contra um inimigo imoral; ao mesmo tempo, servia aos propósitos hegemônicos dos Estados Unidos na ordem internacional. Ambos articulados discursivamente, ressalta-se, sob a justificativa da luta pela liberdade, por meio do caráter excepcional da identidade nacional estadunidense, em sua missão redentora de levar os valores morais nacionais para outras nações (Callaghan, O’connor, Phythian, 2019).

## 5.2 O DISCURSO IDEOLÓGICO DO GOVERNO DONALD TRUMP (2017-2021)

Na disputa pela indicação do Partido Republicano à presidência em 2016, Trump enfrentou candidatos conservadores radicais como Ted Cruz, Lindsey Graham, Chris Christie e Rick Perry (além do mais moderado, Jeb Bush). As propostas dos candidatos apresentavam grande convergência, incluindo cortes de investimentos em programas sociais e de enfrentamento as mudanças climáticas; derrubada de leis que permitem o aborto, bem como o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Além disso, propostas de eliminação dos impostos sobre heranças; redução das aprovações de pedidos de regularização migratória; e propostas para a construção de um muro na fronteira sul. Assim, após uma disputa acirrada com Ted Cruz, Trump conquistou 44% dos votos dos delegados, recebendo a indicação do partido (Oliveira, 2021).

Durante a campanha, Trump se apresentou como um *outsider* a corrupção do mundo político (apesar de afirmar possuir influência com as elites e lobistas de Washington),

---

<sup>26</sup> Idioma original do trecho: [...] adventurous adversaries to make mistaken judgments. America is the most peaceful, least warlike nation in modern history. We are not the cause of all the ills of the world. We’re a patient and generous people. But for the sake of our freedom and that of others, we cannot permit our reserve to be confused with a lack of resolve (Estados Unidos, 1984).

recorrendo constantemente à sua experiência na gestão econômica de suas empresas. Neste sentido, diferentemente de Ronald Reagan, o candidato não se promoveu como alguém do povo, mas como pertencente às elites tradicionais (industriais e financeiras). Nesta disposição, o candidato lutaria contra a elite corrupta que tomou o poder político (incorporado por sua oponente, Hillary Clinton, e pelo resto do Partido Democrata). Assim, Trump não estaria com o povo, mas o liderando, e, através de suas habilidades empresariais, tomaria o controle do país e o devolveria à elite tradicional (Moll Neto, 2018).

Cabe ressaltar que seus comportamentos e falas preconceituosas durante a campanha foram recebidos negativamente por vários segmentos sociais e pela mídia hegemônica, com a notável exceção da *Fox News*. Esta reação não veio apenas de democratas, mas também de republicanos como Mitt Romney e John McCain<sup>27</sup>. Contudo, para outras parcelas do eleitorado, o discurso conservador radical, sua oratória e personalidade contrastante com candidatos convencionais, ressoaram significativamente. As parcelas que compunham sua principal base de apoio se concentravam entre o público evangélico e branco do sul do país, bem como as camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora branca em estados do meio oeste do país (Smith, 2022).

Um momento significativo da sua campanha foi o notório pronunciamento do “Faça a América Grande de Novo”, (*Make America Great Again*), no qual Trump se apropriou do *slogan* de Ronald Reagan. Carafano (2021) resalta que a ligação entre os dois políticos não foi necessariamente apenas um golpe publicitário. Na década de 1980, quando Trump estabelecia a sua própria identidade política para o mundo, a principal liderança política do país era Ronald Reagan, o que teria impactado sua própria compreensão de mundo e liderança.

Quando Trump assume a presidência em 2017, o cenário internacional era muito diferente daquele enfrentado por Ronald Reagan, no qual, apesar da disputa hegemônica com a URSS, foi marcado pela supremacia dos Estados Unidos na Ordem Internacional Liberal. Na mesma medida, não foi comparável com a unipolaridade dos governos de George H. W. Bush (1989-1993), Bill Clinton e George W. Bush (2001-2009) (Morgan, 2019). Diferentemente do conflito ideológico nos níveis da bipolaridade, a conjuntura do sistema internacional encontrada por Trump, foi marcada pelo tensionamento multilateral entre as grandes potências (Mearsheimer, 2019).

---

<sup>27</sup> Durante a campanha de 2016, as falas de Trump incluíram chamar migrantes mexicanos de estupradores, além de comentários machistas à jornalistas mulheres. O candidato também chegou a aludir ao envolvimento de George W. Bush nos ataques de 11 de setembro; e recusou-se a repudiar o apoio do líder da organização *Ku Klux Klan*, David Duke, à sua candidatura (Smith, 2022).

Observa-se que um processo de distanciamento da política externa estadunidense do multilateralismo em favor de um comportamento mais unilateral por parte dos EUA teria iniciado após o fim da Guerra Fria, quando a necessidade securitária de contenção à expansão soviética deixou de existir. Assim, a tolerância de países aliados para com o sistema assimétrico liderado pelo país, foi paulatinamente diminuindo. Desde o início do século XXI, no entanto, as demandas dos Estados por um multilateralismo mais concreto, no qual Washington jogariam pelas mesmas regras que todos os outros, se intensificou (Skidmore, 2011).

Contudo, resistindo as pressões de renunciar às liberdades e prerrogativas especiais tradicionalmente concedidas aos EUA para com os constrangimentos institucionais, a política externa estadunidense passou a recorrer ao unilateralismo através de alianças *ad hoc*, contornando as crescentes cobranças e imposições institucionais (Skidmore, 2011). Ademais, a ascensão da China, a fragmentação política da União Europeia e as reações da Rússia frente aos contínuos avanços da OTAN no Leste Europeu, já tinham instaurado a sensação de crise na Ordem Internacional Liberal antes mesmo da eleição de Trump (Mearsheimer, 2019).

No cenário doméstico, por sua vez, quando o ex-empresário assume a presidência em 2017, o ambiente político já era extremamente polarizado (Morgan, 2019). De acordo com pesquisas do *Pew Research Center*, de 2002 a 2014, os níveis de animosidade entre o Partido Democrata e Republicano aumentaram consistentemente. Outra pesquisa revelou que entre 1994 e 2014, os níveis de polarização política entre democratas e republicanos dobraram. Além disso, a divisão política ultrapassou apenas percepções desfavoráveis ao outro partido, com ambos segmentos vendo o outro como uma ameaça direta ao bem-estar da nação (Political [...], 2014).

Ademais, entre 1987 e 2012, a divisão ideológica da população engajada politicamente (aquela que acompanha as notícias políticas e vota regularmente) quase dobrou em relação a pautas sociais e valores políticos, como leis trabalhistas, segurança nacional, religião, migração e o papel do governo na sociedade (Partisan [...], 2012). Neste cenário, instigada pelos altos índices de desemprego e o empobrecimento de camadas da população, tal como pelo avanço da pluralidade étnica e cultural na sociedade, criou-se uma narrativa que os valores tradicionais da identidade nacional estariam sendo postos em xeque. Deste modo, Trump conseguiu dialogar com um eleitorado descontente com sua realidade que se identificou com o discurso inflamatório do presidente (Leite; Oliveira, 2021).

Rejeitando um discurso conciliatório, Trump seguiu coerente com o comportamento de campanha e incentivou ainda mais as divisões entre a população. Regularmente o presidente relacionava a migração indocumentada ao aumento no crime, alegando que a segurança dos

“americanos de verdade” estava ameaçada pelo aumento do fluxo migratório (Horsley, 2018) - uma prática fundamentada nas suas aparentes preocupações em proteger a economia americana, os “empregos americanos”, e a fronteira do tipo “errado” de migrantes. Ademais, essa narrativa foi conciliada com os constantes ataques aos meios de comunicação tradicionais, mobilizando ainda mais sua base eleitoral frustrada com o *status quo* (Carafano, 2021).

No cenário internacional, por sua vez, através de um discurso eclético (por vezes considerado errático), a narrativa presidencial abordou diferentes objetivos estratégicos, coerente, desse modo, com o cenário multipolar. Por vezes, Trump recorria ao ciclo de notícias e as redes sociais como ferramenta de diplomacia presidencial, incluindo táticas coercitivas<sup>28</sup>. Nota-se, nesse quesito, certa similaridade entre esta abordagem com as de Reagan, no sentido que ambos, mais do que outros presidentes, usaram veículos de comunicação para dialogar diretamente com seu público-alvo (Carafano, 2021).

Na ausência de conflitos militares existenciais deflagrados como da Guerra Fria, a competição comercial, como a guerra comercial com a China<sup>29</sup> e rivalidades estratégicas, como

---

<sup>28</sup> Trump usou várias vezes o então Twitter, atual X, como ferramenta diplomática coercitiva, com em casos envolvendo o Paquistão e a Coreia do Norte. A relação do governo estadunidense com a Coreia do Norte passou por vários momentos turbulentos, inclusive com ameaças de Trump, em 2017, por meio de suas redes sociais, de um conflito militar entre os dois países se o regime norte-coreano continuasse a realizar testes nucleares e de mísseis balísticos; em 2018, também ameaçou uma guerra nuclear com o país (Watkins, 2017; Al Hashimi, 2022). Em relação ao Paquistão, em uma publicação no X em janeiro de 2018, Trump ameaçou que suspenderia auxílios ao país, acusando o governo do presidente Arif Alvi de abrigar grupos terroristas do Afeganistão no seu território. Logo depois desta publicação, o Departamento de Estado dos EUA anunciou o corte de US\$ 1,3 bilhão em assistência securitária ao Paquistão. Meses depois houve uma reaproximação entre os dois países, e o início da cooperação para se alcançar um acordo de paz no Afeganistão, com um papel essencial desempenhado pelo Paquistão como intermediário entre o Talibã e Washington (Afzal, 2020). Como resultado, em fevereiro de 2020 foi assinado um acordo entre as duas partes, estabelecendo um cronograma para a retirada das tropas estadunidenses do território afegão. Quando Joe Biden assumiu a presidência em 2021, foi anunciado uma retirada incondicional das forças dos EUA até 11 de setembro, encerrando a intervenção direta no país depois de vinte anos de conflito (Mohyidin, 2021).

<sup>29</sup> Ao longo de 2018, Washington implementou uma série de amplas tarifas sobre importações chinesas, somadas em cerca de US\$ 75 bilhões de dólares, como resposta ao alegado roubo de tecnologia e propriedade intelectual estadunidense pelos chineses. Para cada rodada de tarifas, a China respondeu impondo suas próprias tarifas retaliatórias sobre produtos estadunidenses, resultando na deterioração das relações bilaterais entre os países. A disputa foi justificada por Washington pelas reiteradas “agressões econômicas” chinesas, bem como pelo alargamento da presença militar do país no Mar da China Meridional, e a alegada intensificação da censura e da repressão religiosa pelo governo chinês. Acusações estas rechaçadas pelo Ministério das Relações Exteriores da China, alertando que essas só prejudicariam ainda mais a relação bilateral entre os atores. Em 2019, as tentativas de negociações fracassaram e novas rodadas de tarifas foram impostas por ambos os lados, somando valores maiores que no ano anterior. Em resposta, os EUA proibiram que empresas estadunidenses fizessem uso de equipamentos de telecomunicações chineses por risco a segurança nacional, com foco na empresa chinesa Huawei. Ademais, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos colocou a empresa em sua lista negra de entidades estrangeiras. Em 2020, alcançou-se um acordo relativamente moderado entre as partes, após dois anos de guerra comercial, relaxando algumas das tarifas dos EUA à produtos chineses e estipulando o comprometimento por parte da China à proteção intelectual de tecnologias estadunidenses. Contudo, ao longo do ano as relações bilaterais voltam a se deteriorar à medida que o governo Trump sofria as pressões da eleição presidencial, aumentando a retórica agressiva contra a China como tática de campanha (Magnotta, 2021)

com o Irã<sup>30</sup> (e o consequente anúncio de retirada dos EUA do Plano de Ação Conjunto Global [JCPOA] em 2018), foram elementos predominantes na política externa do governo Trump. Assim, seu discurso se voltou mais às relações com países específicos, e, notadamente, com seus líderes, do que com blocos de poder (Carafano, 2021; Renshon, Suedfeld, 2021).

Assim, no cenário de disputas entre grandes potências, e frente a uma sociedade interna fragmentada, os percebidos inimigos da administração variavam entre Estados, grupos paramilitares estrangeiros e as populações migrantes. A política aplicada por Trump para enfrentar estes desafios se baseou em uma abordagem de sobrevivência pragmática, sustentada, por sua vez, em uma política defensiva unilateral. Coerente com certos aspectos da narrativa de Reagan, o então presidente ressaltava a necessidade da força como um elemento essencial para a defesa e proteção dos EUA em um ambiente internacional, e nacional, hostis (Renshon, Suedfeld, 2021).

Contudo, diferente do unilateralismo de Reagan, o aspecto ativista da política externa de Trump, conforme visto nas premissas do segundo eixo desta pesquisa, enfatizou o caráter exemplar em detrimento do missionário da excepcionalidade estadunidense. Nota-se essa variável em sua narrativa durante o pronunciamento inaugural de 2017, quando o presidente defende que o exercício do poder estadunidense não será feito pela imposição dos valores da democracia liberal. O “modo de vida americano”, portanto, deixaria de ser considerado universal, e passaria a ser uma opção. O governo Trump, dessa forma, o deixaria: “[...] brilhar como um *exemplo* para todos seguirem” (Estados Unidos, 2017, tradução própria<sup>31</sup>).

Essa interpretação da excepcionalidade é reforçada nas diretrizes da política externa do governo estabelecidas no documento de defesa, NSS 2017: “Temos orgulho da nossa história, otimistas quanto ao futuro da América e confiantes no exemplo positivo que os Estados Unidos

<sup>30</sup> As justificativas de Washington para sair do acordo eram que o levantamento das sanções ao Irã (garantidas pelo acordo) permitia que o país financiasse grupos paramilitares, como o Hezbollah, e que o acordo não excluía a possibilidade do governo iraniano de desenvolver programas de mísseis balísticos (Djuyandi, Brahmantika, Tarigan, 2021). Após o anúncio de retirada do acordo, os EUA implementaram um conjunto de sanções contra o Irã, ao que Teerã respondeu com a intensificação do enriquecimento de urânio, levando a uma escalada ainda maior da tensão militar entre os países. Outra fonte de atrito foi o assassinato do comandante da unidade especial da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC), conhecida como Força Quds, Qasem Soleimani, em 2020, por uma operação militar estadunidense – que também levou a morte de outras autoridades iranianas. Na esteira das tensões, o Irã lançou seu primeiro satélite militar, reforçando o alerta do Ocidente sobre as capacidades dos mísseis de longo alcance iranianos de atingir alvos em outros continentes. Outro ponto de atrito foi o confronto de embarcações iranianas no Golfo Pérsico à navios da Marinha dos EUA. Para ambas as situações Washington, no entanto, recuou das suas posições mais agressivas, afirmando o comprometimento com o acordo nuclear e a revogação das sanções ao Irã, além de não responderem militarmente as ameaças do Irã no Golfo Pérsico. Contudo, tanto o Irã como a Rússia (que é signatária do acordo junto a China, França, Alemanha, União Europeia e Reino Unido) não aceitaram o retorno dos EUA ao acordo (Magnotta, 2021).

<sup>31</sup> Idioma original do trecho: [...] let it shine as an example for everyone to follow (Estados Unidos, 2017).

oferecem ao mundo” (NSS, 2017, p. 4, tradução própria<sup>32</sup>). No entanto, o texto enfatizou que os valores nacionais não seriam “o culminar inevitável do progresso” (NSS, 2017, p. 4, tradução própria<sup>33</sup>). Neste sentido, nota-se como um dos pilares do discurso tradicional da identidade nacional é rompido, ao se abdicar da universalidade dos valores estadunidenses e do seu do papel missionário na Ordem Internacional Liberal abdicar (Fiori, 2018).

Da mesma forma, admitir que os valores liberais não são necessariamente o único caminho para a prosperidade desafia um pressuposto intrínseco no discurso da excepcionalidade, como observado no primeiro eixo de análise. Isto é, contesta a narrativa de que o poder dos Estados Unidos, fundamentado em suas instituições liberais, sempre triunfará onde outras repúblicas e impérios falharam ao longo da História (Fiori, 2018).

Este discurso é coerente com a postura de Trump, ainda como candidato, quando afirmou que não era favorável ao termo “excepcionalismo americano”, alegando que seu uso era um insulto ao resto do mundo por implicar que os Estados Unidos seriam superiores aos outros países<sup>34</sup>. Na visão de Trump, isto não soava coerente com o estado da economia estadunidense à época: “Devemos 18 trilhões em dívida. Eu gostaria de nos tornar excepcionais” (Trump, 2016, tradução própria<sup>35</sup>). Assim, a estratégia do futuro presidente para resgatar a excepcionalidade do país seria de: “[...] recuperar tudo que demos ao mundo” (Trump, 2016, tradução própria<sup>36</sup>).

Tendo isso em mente, como determinado no primeiro eixo de análise, o discurso da excepcionalidade tradicionalmente carrega um caráter espontâneo, o qual garante um caráter especial, inato e permanente, aos Estados Unidos – pressupostos que nessa fala, foram rejeitados por Trump. A pesquisa considera que suas objeções ao discurso tradicional da excepcionalidade podem ser interpretadas pelo princípio de que o presidente enxerga a

---

<sup>32</sup> Idioma original do trecho: We are proud of our history, optimistic about America’s future, and confident of the positive example the United States offers to the world (NSS, 2017, p. 4)

<sup>33</sup> Idioma original do trecho: [...] nor is it the inevitable culmination of progress (NSS, 2017, p. 4)

<sup>34</sup> A fala de Trump, no entanto, não foi um caso inédito de desvio do discurso tradicional da excepcionalidade estadunidense por parte de um presidente. Em 2010, quando perguntado em uma entrevista sobre o “excepcionalismo americano”, Barack Obama declarou que acreditava no conceito, assim como os britânicos provavelmente acreditavam no excepcionalismo britânico, ou os gregos no excepcionalismo grego (Zurcher, 2013). No entanto, a reação por parte do Partido Republicano à fala de Obama foi notadamente mais crítica que em relação a Trump, levando a ondas de declarações que qualificavam o democrata como “anti-americano”, uma narrativa que os republicanos perpetuaram durante todo o governo Obama (Gilmore *et al.*, 2020).

<sup>35</sup> Idioma original do trecho: We owe 18 trillion in debt. I’d like to make us exceptional (Estados Unidos, 2015).

<sup>36</sup> Idioma original do trecho: [...] take everything back from the world that we’ve given them (Estados Unidos, 2015).

excepcionalidade em termos acumulativos, algo que pode ser conquistado, por conseguinte, pode ser perdido.

Coerente com sua percepção empresarial sobre o mundo, para Trump, os Estados Unidos competem em um sistema com outros atores por oportunidades econômicas, portanto, torna-se: “[...] direito de todas as nações priorizar seus próprios interesses” (Estados Unidos, 2017, tradução própria<sup>37</sup>). Assim, aceitar que o país é naturalmente excepcional significa que o sucesso é garantido, o que levaria a um tipo de “*déficit* operacional”, ou seja, à estagnação (Wertheim, 2017).

No entanto, Trump acredita na capacidade estadunidense de reconquistar a excepcionalidade passada do país, o que viria através do resgate de certos princípios clássicos à identidade nacional, como do credo estadunidense da economia de livre mercado, uma força militar inigualável, os valores da liberdade individual, da família e da religião cristã. No entanto, diferentemente da definição clássica do discurso da excepcionalidade, estes elementos não seriam resultados naturais da excepcionalidade. Com efeito, seriam meios para garanti-la e como tal, precisam ser praticados e perseguidos constantemente (Wertheim, 2017).

Nota-se, que esta é uma visão consideravelmente mais limitada da excepcionalidade estadunidense, pois enfatiza apenas a superioridade do país a partir da lógica hierárquica do sistema internacional. Assim, é manifestada em termos comparativos ao buscar superar materialmente outros países. Observa-se que esta é uma abordagem tradicional no discurso da excepcionalidade, mas geralmente é acompanhada com o discurso da superioridade moral (Gilmore *et al.*, 2020).

Nota-se que referências ao país como tendo “as pessoas mais determinadas da Terra” e que os Estados Unidos são o “maior país do mundo”, são comumente empregadas na lógica discursiva da superioridade, manifestando-se por meios acumulativos (Gilmore *et al.*, 2020). A título de exemplo, observa-se esta abordagem quando Trump afirma que iria: “[...] tornar nosso país rico novamente. Usando as pessoas mais ricas do mundo, que são do nosso país” (Estados Unidos, 2016, tradução própria<sup>38</sup>).

Nesta medida, a pesquisa entende ser possível relacionar a narrativa da superioridade material com o caráter exemplar da excepcionalidade estadunidense. A saber, há um fator quantitativo nesta racionalidade a partir do entendimento que os EUA são excepcionais por representar o melhor e maior experimento político da história, servindo como modelo para o

---

<sup>37</sup> Idioma original do trecho: [...] it is the right of all nations to put their own interests first (Estados Unidos, 2017).

<sup>38</sup> Idioma original do trecho: I'm going to make our country rich again. Using the richest people in the world, which our country has (Estados Unidos, 2016).

mundo (Gilmore *et al.*, 2020). Contudo, a ênfase da superioridade material em prejuízo da moral, como articulado por Trump, rompe com o caráter missionário da excepcionalidade. O qual envolveu, historicamente, a expansão e a imposição dos valores liberais no entorno estratégico dos EUA – seja este restrito ao hemisfério norte até o século XX, ou na ordem internacional da Guerra Fria por meio do discurso do internacionalismo multilateral (Restad, 2015).

No entanto, ao analisar o NSS (2017), nota-se que o multilateralismo não é descartado pela administração, mas condicionado ao compartilhamento de responsabilidades e custos (uma das principais plataformas de campanha e presente durante toda a administração Trump. No documento consta que: “Juntamente com os nossos aliados, parceiros e aspirantes a parceiros, os Estados Unidos buscará a cooperação com reciprocidade. Cooperação significa partilhar responsabilidades e encargos (NSS, 2017, p. 4, tradução própria<sup>39</sup>).

Ademais, em relação aos rivais estratégicos dos EUA, Trump afirma que países como Rússia e China se opõem aos valores estadunidenses e “[...] procuram desafiar a influência, os valores e a riqueza americanos” (Estados Unidos, 2017, tradução própria<sup>40</sup>). Contudo, sua administração buscava manter uma boa relação com eles, mas “[...] de uma forma que sempre proteja o nosso interesse nacional” (Estados Unidos, 2017, tradução própria<sup>41</sup>). No entanto, a pesquisa ressalta que um dos principais interesses nacionais do país após 1945 foi, com efeito, a expansão e imposição dos valores liberais. Estas prerrogativas formaram o aparato da manutenção de seu papel de liderança da OIL, o qual, porém, é ignorado no governo Trump (Restad, 2020).

Na esteira da discussão sobre os elementos comparativos sobre o papel dos EUA na ordem internacional, conforme elencados no segundo eixo conceitual da pesquisa, a relação da administração Trump com o governo russo evidencia algumas das inclinações da narrativa sobre identidade nacional do presidente estadunidense. Nesse sentido, a relação entre Rússia e EUA se deteriorou a partir dos anos 2000, algo que Washington justificava pelos riscos as instituições democráticas e a infração dos direitos humanos no país a partir da guinada

---

<sup>39</sup> Idioma original do trecho: We are proud of our history, optimistic about America’s future, and confident of the positive example the United States offers to the world. We are also realistic and understand that the American way of life cannot be imposed upon others, nor is it the inevitable culmination of progress. Together with our allies, partners, and aspiring partners, the United States will pursue cooperation with reciprocity. Cooperation means sharing responsibilities and burdens (NSS, 2017, p. 4).

<sup>40</sup> Idioma original do trecho: [...] seek to challenge American influence, values, and wealth (Estados Unidos, 2017).

<sup>41</sup> Idioma original do trecho: [...] in a manner that always protects our national interest (Estados Unidos, 2017).

autoritária do governo de Vladimir Putin<sup>42</sup>. Entretanto, as declarações do governo Trump mostraram uma mudança nesse discurso, demonstrando posições ambíguas sobre a estabilidade política interna da Rússia e uma flexibilização no julgamento moral do governo (Deyermond, 2020).

Quando perguntada sobre a aproximação com a Rússia, e se o governo acreditava que as eleições russas de 2018 tinham sido livres e justas, a Casa Branca declarou que: “[...] não podemos ditar como os outros países operam. [...] O que sabemos é que Putin foi eleito no seu país, e isso não é algo que possamos ditar a eles, a forma como funcionam. Só podemos concentrar-nos na liberdade e justiça das nossas eleições” (Vitali, 2018, tradução própria<sup>43</sup>).

Nota-se que a sugestão de que os Estados Unidos deveriam se concentrar em seu próprio processo democrático é contrária a tradição de política externa fundada nos pressupostos estabelecidos no primeiro eixo conceitual da pesquisa. Isto é, se abster da discussão sobre a saúde das instituições democráticas de outros países é uma abdicação das responsabilidades dos Estados Unidos como provedor e defensor da democracia liberal. Reforçando, assim, a mudança com uma das práticas discursivas fundamentais do discurso da excepcionalidade estadunidense (Deyermond, 2020).

Outro elemento contrastante da narrativa presidencial de Trump em relação à Rússia foi a equivalência moral atribuída entre os dois países pelo presidente. Ao ser confrontado sobre as acusações que Putin seria um assassino, o presidente respondeu: “[...] há muitos assassinos. Temos muitos assassinos. O que, você acha que nosso país é tão inocente?” (Deyermond, 2020, Helsel, MCCausland, 2017, tradução própria<sup>44</sup>). Neste momento, Trump reitera a resistência em aceitar o conceito de superioridade moral dos EUA, além de trazer uma equivalência histórica do país a outras nações. Consequentemente, pode-se avaliar que todo um conjunto de conceitos que fundamentam o discurso da excepcionalidade estadunidense entra em suspenso, como a presunção da inocência e pureza da nação, bem como sua missão redentora (Deyermond, 2020).

---

<sup>42</sup> A linguagem dos comunicados oficiais do Departamento de Estado e da Casa Branca em administrações passadas, envolvendo questões como a condução das eleições russas e o tratamento dos políticos de oposição do governo de Putin, eram explícitas em suas críticas às práticas governamentais russas. Essa abordagem iniciou no governo de George W. Bush e se intensificou na administração Obama (Deyermond, 2020).

<sup>43</sup> Idioma original do trecho: We’re focused on our elections [...] We don’t get to dictate how other countries operate. [...] What we do know is that Putin has been elected in their country, and that’s not something that we can dictate to them, how they operate. We can only focus on the freeness and fairness of our elections (Vitali, 2018).

<sup>44</sup> Idioma original do trecho: [...] there are a lot of killers. We’ve got a lot of killers. What, do you think our country’s so innocent (Helsel; MCCausland, 2017).

O então senador John McCain denunciou as falas do presidente, declarando que não há nenhuma equivalência moral entre: “[...] aquele carniceiro e bandido e coronel da KGB e os Estados Unidos da América, o país que Ronald Reagan costumava chamar de a cidade brilhante em uma colina (Killough, 2017, tradução própria). Observa-se, nesta fala do senador republicano, que a narrativa da identidade nacional virtuosa reproduzida por Reagan, foi usada como uma crítica a postura de Trump.

Assim, em contrapartida as determinantes de superioridade moral e promoção da democracia liberal, o governo Trump lideraria, em vez disso, a luta internacional contra as forças do “globalismo”, da qual a sociedade estadunidense tornou-se vítima. Nota-se esse discurso, nas palavras do vice-assistente para comunicações estratégicas do governo, Michael Anton, ao apresentar, em 2019, os quatro pilares da doutrina Trump para a política externa, na revista *Foreign Policy*.

O primeiro pilar afirma que o populismo é uma reação à “homogeneização forçada” do mundo causada pela globalização, o que seria equivalente a um “imperialismo moderno” que ataca o direito “natural” ao nacionalismo e a soberania nacional<sup>45</sup>. O segundo pilar prega que o fim do internacionalismo liberal resultou da imposição dos valores liberais em nações indiferentes a seus princípios, que levaram a “guerras intermináveis” nestas regiões travadas pelos EUA. Este cenário, teria enfraquecido a influência e o prestígio estadunidense, contribuindo ao declínio dos salários dos estadunidenses e da indústria nacional (Anton, 2019).

Já o terceiro pilar destaca que os EUA, em seu direito de perseguir seus interesses nacionais, se opõem aos arranjos multilaterais da União Europeia e da OMC visto que minam a soberania nacional do país. Por fim, reitera-se a crítica à homogeneização do mundo, por “enfraquecer” os Estados-nacionais ao erradicar as diferenças étnicas e raciais entre os países. Assim, ao rejeitar o liberalismo internacionalista, o governo Trump, estaria reconduzindo a política externa estadunidense de volta à “[...] um caminho que está de acordo com a natureza” (Anton, 2019, tradução própria<sup>46</sup>).

A pesquisa identifica, com base nos pontos discutidos ao logo desta subseção, que os pressupostos do segundo eixo conceitual sobre o papel unilateral ativista dos EUA, podem ser observados na política externa do governo Trump a partir do discurso nacionalista de defesa a soberania nacional. Esta dinâmica fica refletida materialmente na revisão do Acordo de Livre-

---

<sup>45</sup> Em referência a integração regional na Europa e a saída do Reino Unido da União Europeia, o vice-assistente afirmou que a defesa da soberania nacional e do nacionalismo foram reações naturais a tentativa da UE de reprimi-los, provocando, assim, a reações populista, que levaram ao Brexit (Anton, 2019).

<sup>46</sup> Idioma original do trecho: [...] a path that accords with nature (Anton, 2019).

Comércio da América do Norte (NAFTA), que se transformou no Tratado de livre comércio entre Estados Unidos, Canadá e México (USMCA) em 2018<sup>47</sup>; e na saída de vários outros acordos internacionais, como o Acordo de Associação Transpacífico (TPP) (2008-2017) e do Acordo Climático de Paris em 2017, bem como da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2020<sup>48</sup> (Magnotta, 2021).

Em relação a sua oposição ao “desastroso” acordo com Irã, após o anúncio de retirada dos EUA do acordo, o governo Trump impôs uma séria de sanções unilaterais ao país, em desacordo com as posições dos demais Estados-membros. Nota-se, neste sentido, que em vez de renegociar seus termos, Trump optou por ignorar instrumentos multilaterais alegando que o acordo não impedia o Irã de continuar a construir seu arsenal nuclear e agir como uma força desestabilizadora na região (Djuyandi, Brahmantika, Tarigan, 2021).

Nota-se, a partir dos parâmetros estabelecidos no segundo eixo de análise sobre o papel dos EUA na OIL, ao avaliar a estratégia adotada pelo presidente para lidar com atores rivais, como regimes descritos como autoritários, não foi através do engajamento multilateral. Isto envolveria a cooperação com parceiros e aliados no enfrentamento aos desafios impostos por estes atores. Ao contrário, o governo optou por medidas unilaterais, como no caso da guerra comercial com a China (Walt, 2021).

Ademais, o presidente também apresentou duras críticas ao alegado caráter desigual dos acordos comerciais com países membros do G7 e do G20 (Magnotta, 2021). Em relação ao primeiro, após as reações contrárias dos líderes dos demais países às sugestões de Trump, em 2018, da reintegração da Rússia ao grupo (expulsa em 2014 após a anexação da Crimeia), as divergências entre Trump e os demais representantes se intensificaram, especialmente com Justin Trudeau (2015-) e Boris Johnson (2019-2022) (G7 [...], 2020).

Similarmente, Trump também manifestou descontentamento diversas vezes sobre a percebida divisão injusta de custos com Estados-membros de instituições internacionais, como a OTAN (Magnotta, 2021). No entanto, apesar das críticas a organização, o governo tomou

---

<sup>47</sup> Trump agiu em cima de promessas de campanha ao sair do acordo comercial do TPP, que envolvia outros doze países, predominantemente da Ásia; bem como a revisão do NAFTA, que implicou em novas leis trabalhistas e regras para a indústria automotivas que beneficiaram, majoritariamente, fabricantes estadunidenses; e o endurecimento de proteções à propriedade intelectual dos Estados Unidos (Magnotta, 2021).

<sup>48</sup> Em relação a estas iniciativas unilaterais pelo governo, os EUA não aderiram ao *COVID-19 Vaccine Global Access Facility* (COVAX Facility), uma iniciativa global promovida pela OMS para desenvolver, fabricar e distribuir uma vacina contra a COVID-19. Na esteira dessa recusa, Trump declarou a saída do país da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2020, sob acusações que a instituição seria tendenciosa a favor da China em relação a pandemia do Coronavírus. Em relação a presença do país no Acordo de Paris, firmado por Obama em 2015, Trump criticou o pacto alegando que este restringia a soberania dos Estados Unidos. Segundo o presidente, especialmente a limitação nas emissões de carbono, como uma das prerrogativas do acordo, prejudicava os trabalhadores estadunidenses e a economia do país (Magnotta, 2021).

uma série de iniciativas que demonstraram o comprometimento dos EUA com a segurança coletiva da comunidade transatlântica: reforços a assistências militares na Ucrânia e Geórgia; expansão da presença militar em países como Polónia e Romênia; aumento dos exercícios militares conjuntos na Europa; apoio as sanções a Rússia; e contínuo financiamento a iniciativas de defesa coletiva (Carafano, 2021).

Assim, apesar das condenações aos acordos internacionais e o uso de medidas unilaterais, bem como a preferência aos arranjos bilaterais, o governo não foi totalmente adverso a práticas multilaterais. A resistência do governo ao internacionalismo multilateral, atravessado pelo discurso nacionalista antiliberal, são indicativos de uma insatisfação com a aplicação dos instrumentos multilaterais, principalmente com o regime do comércio global. Nota-se isso, por exemplo, em relação as críticas ao atual sistema de solução de controvérsias da OMC e as propostas de reformas na organização (Wentzel, 2020), bem como a reformulação do NAFTA (Carafano, 2021).

No entanto, estas iniciativas não indicam uma objeção ao componente essencial de livre mercado da Ordem Internacional Liberal. Trump não rejeitou explicitamente os procedimentos de engajamento desta ordem, mas buscou redefini-los para garantir o máximo de benefícios aos EUA, desfazendo arranjos que o governo julgava desfavoráveis para a balança comercial do país (Carafano, 2021). Do mesmo modo, foi crítico de regras institucionais que diminuíssem a autonomia nacional em perseguir benefícios a curto, como o NAFTA, ou que, aos olhos do governo, fossem desmoralizantes ao prestígio e a força do país, como o JCPOA (Wertheim, 2017).

Do mesmo modo, este discurso foi coerente com a oposição de Trump contra operações militares prolongadas e de *nation-building*, como no Iraque. Por sua vez, como visto na discussão do segundo eixo conceitual, a espírito de iniciativas intervencionistas e impositivas eram de promover a liberalização de mercados e reformas políticas. Estas políticas eram baseadas no entendimento que certos sacrifícios imediatos por parte dos EUA resultariam em ganhos a longo prazo para a manutenção da hegemonia estadunidense (Wertheim, 2017).

O fornecimento de bens coletivos internacionais através do financiamento e envolvimento em instituições multilaterais, eram vistos como meios eficientes de estabilização e controle da ordem internacional (Skidmore, 2011). Adentrando no século XXI, apesar da intensificação das críticas ao sistema internacional desigual, desenhado para favorecer o exercício de poder dos EUA, o *status* de liderança estadunidense, *per se*, se manteve relativamente intacto após o final da Guerra Fria e os subsequentes governos Bush e Obama, através desta barganha institucional (Restad, 2015).

Assim, o alargamento da tendencia unilateralista da política externa estadunidense, já em curso antes da administração Trump, não subtraiu da instrumentalização do seu papel ativista, alinhado com o discurso da excepcionalidade nacional - mesmo em momentos em que sua linguagem fosse minimizada<sup>49</sup>. Por outro lado, na visão de Trump políticas mais intervencionistas são injustificáveis e impraticáveis, pois além de prejudicarem a economia nacional, visto a ênfase em investimentos em iniciativas estrangeiras, levam a riscos à soberania e a segurança nacional (Wertheim, 2017; Restad, 2020)

Durante seu mandato, portanto, em vez de priorizar intervenções políticas, práticas de imposição e fortalecimento de governos e instituições liberais internacionais, o governo focou em intervenções militares estratégicas. Os Estados Unidos se engajaram internacionalmente por meio de atuações colaborativas pontuais e iniciativas que visavam fortalecer a influência do país em regiões estratégicas e impedir o alcance de atores como a China e Rússia, em operações com responsabilidades compartilhadas (Restad, 2020; Carafano, 2021).

Neste sentido, o governo fez tentativas de reviver iniciativas de segurança coletiva como *The Quad* (envolvendo Japão, Austrália, Índia e Estados Unidos, na região do Indo-Pacífico) (Garcia, 2020), além do engajamento em uma série atividades militares: em 2017 o governo lançou ataques com mísseis de cruzeiro contra alvos do governo sírio, e, no mesmo ano, em uma política inicial para o conflito no Afeganistão, aumentou o número de tropas no país. Além disso, investiu na modernização do arsenal nuclear nacional, além de ter aumentado os ataques com drones em comparação aos números do governo Obama, entre outras iniciativas militares<sup>50</sup> (Restad, 2020).

---

<sup>49</sup> Um exemplo dessa abordagem pode ser visto no advento da Guerra na Líbia quando, em 2011, a linguagem usada pelo governo Obama sugeriu que Washington estaria focada em cooperar multilateralmente com seus aliados e com a Liga Árabe no conflito. O debate sobre a política externa do governo, contudo, girava em torno de acusações por parte dos republicanos que o estilo de liderança de Obama era um indicativo do declínio do poder estadunidense na política internacional e um rechaço do caráter excepcional da identidade nacional. Na política que ficou conhecida como “Leading from behind” (Liderando por trás), o discurso oficial indicou que um papel mais limitado dos EUA na intervenção na Líbia servia os propósitos de assegurar a segurança na região em paralelo a redução de custos militares. Assim, através do discurso de *burding-sharing*, Washington conseguiu o apoio da Liga Árabe e a subsequente aprovação da ONU para a guerra no país árabe. Desse modo, pode-se entender que ao usar ferramentas multilaterais e um discurso mais contido do seu papel hegemônico, o governo empoderou outros atores para agir na linha de frente. Dessa forma, o discurso multilateral favoreceu os interesses estadunidenses de exercer pressão e derrubar o governo de Muammar Gadaffi (1969-2011), ao utilizar-se de suas alianças. Em suma, os Estados Unidos conseguiram alcançar seus objetivos estratégicos de maneira indireta, evitando a resistência e as críticas da comunidade internacional que uma ação unilateral teria suscitado (Lizza, 2011; Löfflmann, 2015).

<sup>50</sup> Durante sua administração, como citado anteriormente, Trump ameaçou a possibilidade de guerra com a Coreia do Norte, o que pode ser interpretada como uma prática dissuasória, bem como apoiou as operações da Arábia Saudita na Guerra do Iémen (2014-) e aprovou o envio de um porta-aviões ao Mar do Japão em resposta as ameaças norte-coreanas em 2017. Além disso, as Forças Armadas dos EUA realizaram operações conjuntas com o Reino Unido e França em ataques contra alvos do governo sírio em 2018 (Restad, 2020).

Em suma, esta postura evidencia a tendência unilateral no uso do poder militar do governo, em vez do engajamento em guerras prolongadas e promoção dos valores nacionais por meios de instituições multilaterais e mudanças de regime. Assim, parcialmente alinhado com os pressupostos do segundo eixo conceitual sobre a identidade nacional, a política externa de Trump revelou um caráter unilateral ativista. Logo, em vez de isolacionismo ou do intervencionismo liberal, a administração focou em objetivos estratégicos unilaterais de curto prazo.

Por sua vez, nota-se como estes serviram à noção materialista da excepcionalidade nacional de Trump em vez da moral, através do uso extensivo de demonstração da superioridade das Forças Armadas estadunidenses (Restad, 2020). A pesquisa aponta, nesta esteira, que apesar da tendência ao unilateralismo refletir a negação do papel de defensor e promotor dos valores liberais da OIL, nota-se que o discurso da excepcionalidade se faz mais presente na narrativa presidencial para o ambiente doméstico. Este, identifica-se, servindo aos propósitos da promoção do patriotismo, bem como da defesa aos valores tradicionais da família hétero normativa e cristã (Curran, 2018).

Observa-se que essa compreensão apresenta similaridades com outro discurso presidencial de excepcionalidade estadunidense, o do nacionalista Andrew Jackson (1829-1837). Embora não apresente uma correspondência perfeita com este discurso, Donald Trump conseguiu dialogar com seus eleitores por meio da tradição jacksoniana, expressa, por sua vez, através do discurso de “América em Primeiro Lugar” (Restad, 2020). Particularmente populista, essa visão não enxerga os EUA como uma entidade política criada e desenvolvida a partir dos princípios iluministas e orientada pelo impulso de universalização dos valores nacionais (Mead, 2017).

Em vez disso, nesta visão, o país serviria aos propósitos do bem-estar de seus cidadãos. Assim, a excepcionalidade não seria sustentada pelo caráter missionário de mudar o mundo, mas significaria um compromisso singular com a integridade física do país e a estabilidade econômica doméstica. O governo, nessa medida, deveria conciliar a manutenção da ordem interna com o compromisso com as condições de igualdade de oportunidades e dignidade do povo estadunidense e a proteção das liberdades individuais (Mead, 2017).

Observa-se essa dinâmica na fala de Trump na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2017, ao afirmar o comprometimento dos Estados Unidos da defesa à soberania, segurança e prosperidade para todos. No entanto, paralelamente, o presidente incita os outros países também terem “orgulho” de seus valores tradicionais: “[...] apelamos a um grande despertar das nações,

ao renascimento dos seus espíritos, do seu orgulho, do seu povo e do seu patriotismo (Trump, 2018, tradução própria<sup>51</sup>).

Nesta conjectura, há uma inversão implícita dos princípios messiânicos da excepcionalidade que separa os EUA de outras experiências políticas. O sistema internacional, na narrativa do presidente, é composto por Estados nacionais competitivos com valores e culturas diferentes. Portanto, o impulso de evangelização aos valores universais liberais é superado e substituído pela disputa material (Fiori, 2019). Em contrapartida, ressalta-se que a mera aceitação das particularidades de outras culturas não apaga o discurso de superioridade da identidade estadunidense. Este ainda é uma peça fundamental de sua narrativa, mesmo que seu governo renuncie ao papel de árbitro da moralidade internacional (Fiori, 2019).

Este pressuposto fica evidenciado quando o presidente exalta a supremacia nacional durante um pronunciamento em 2020. Nota-se que após quatro do seu governo, o presidente já apresenta uma nova opinião sobre a economia do país e a condição da excepcionalidade nacional, em comparação as imagens pessimistas descritas em 2015 por Trump: “Nenhuma nação é mais preparada ou mais resiliente do que os Estados Unidos. Temos a melhor economia, o sistema de saúde mais avançado e os médicos, cientistas e pesquisadores mais talentosos em qualquer lugar do mundo” (Trump, 2020, tradução própria<sup>52</sup>).

Na esteira do discurso patriótico do presidente, é notável que sua agenda ideológica atende a um discurso específico de preservação da identidade nacional conforme os pressupostos do terceiro eixo conceitual da pesquisa. Articulados, por sua vez, através do reconhecimento entre sujeitos do mesmo grupo que compartilham uma herança étnica, cultural ou religiosa comum, especificamente, uma identidade anglo-saxã e cristã (Oliveira; Leite, 2021). Observa-se que esta prática segue o padrão discursivo de constituição da identidade nacional a partir da hostilidade à alteridade de identidades externas (Campbell, 1998; Doty, 1993).

Esta agenda está diretamente relacionada a uma resposta à migração e ao reconhecimento de diversidades étnicas e culturais na sociedade estadunidense – viabilizados por uma maior representação de minorias étnicas na política partidária, bem como pela intensificação de programas de ações afirmativas. Esta conjuntura, por sua vez, é interpretada pela narrativa trumpista como a imposição da “agenda multicultural” (Mead, 2017). A partir

---

<sup>51</sup> Idioma original do trecho: [...] we are calling for a great reawakening of nations, for the revival of their spirits, their pride, their people, and their patriotism (Trump, 2018).

<sup>52</sup> Idioma original do trecho: No nation is more prepared or more resilient than the United States. We have the best economy, the most advanced healthcare, and the most talented doctors, scientists, and researchers anywhere in the world (Trump, 2020).

desta hipótese, criou-se uma narrativa, entre os apoiadores do presidente, de desvantagem e discriminação de oportunidades econômicas (Holland, Fermor, 2021).

É possível perceber que este discurso se relaciona com elementos do nacionalismo populista jacksoniano, que tem como particularidade a ênfase na defesa agressiva contra as ameaças de inimigos domésticos (mesmo que não descarte respostas militares intervencionistas à agressões externas). Assim, embora estejam situados dentro das fronteiras físicas do Estado e sejam cidadãos nacionais, pertencem a ordem externa por serem indiferentes aos percebidos valores tradicionais. Estes grupos podem variar entre elites culturais e políticas, migrantes e minorias étnicas (Mead, 2017).

Assim, percebe-se uma convergência entre pautas narrativas de Trump com a tradição jacksoniana, principalmente no que tange a defesa ao percebido risco aos valores tradicionais. Esta narrativa ressoa particularmente com a categoria eleitoral dos apoiadores de Trump composta por homens brancos conservadores, geralmente cristãos protestantes, das classes trabalhadoras, que se engajam politicamente através do sentimento de sobrevivência do seu grupo (Holland, Fermor, 2021; Mead, 2017).

Nesse sentido, ainda como candidato, Trump deixou explícito que elementos étnicos e religiosos seriam usados na definição de políticas migratórias para impedir a entrada de pessoas de países com “[...] opiniões extremas sobre a religião – como a pena de morte para aqueles que abandonam a fé [...]” (White, 2016, tradução própria<sup>53</sup>). Assim, sua administração só permitiria a entrada daqueles “[...] que partilham os nossos valores e respeitam o nosso povo” (White, 2016, tradução própria<sup>54</sup>). Seriam barrados “[...] qualquer pessoa que tenha atitudes hostis em relação ao nosso país ou aos seus princípios – ou que acredite que a lei *Sharia* deveria substituir a lei americana (White, 2016, tradução própria<sup>55</sup>).

Proporcionando materialidade as suas falas de campanha, o governo implementou uma agenda antimigratória aprovando uma série de medidas, incluindo o uso de mecanismos presidenciais convencionais, como ordens executivas e diretivas para concretizar suas políticas. Estas incluíram deportações em larga escala de migrantes indocumentados, além daqueles que tivessem infrações legais ou criminais menores; reduções significativas de concessão de vistos

---

<sup>53</sup> Idioma original do trecho: [...] extreme views about religion – such as the death penalty for those who leave the faith [...] (White, 2016).

<sup>54</sup> Idioma original do trecho: [...] those who share our values and respect our people (White, 2016).

<sup>55</sup> Idioma original do trecho: [...] any who have hostile attitudes towards our country or its principles – or who believe that Sharia law should supplant American law (White, 2016).

em quase todas as categorias, as de vínculo empregatícios, estudantis e pedidos de unificação familiar (Kaba, 2019)

O governo também reduziu substancialmente a concessão de status de refúgio, além de promulgar o fim do Status de Proteção Temporária (TPS). Este programa era destinado a migrantes que não conseguiam retornar para seus países de origem por motivos de conflitos armados ou desastres naturais. Os países englobados pelo programa eram: El Salvador, Haiti, Honduras, Libéria, Nicarágua e Sudão. Outras medidas incluíram a política de “Tolerância Zero” que colocou adultos e crianças que cruzassem a fronteira ilegalmente em centros de detenção. Esta política permitiu a separação de milhares de crianças dos seus pais, os quais, por sua vez, eram deportados enquanto seus filhos permaneciam detidos nos EUA (Kaba, 2019).

Trump também aprovou a Ordem Executiva 13769, popularmente conhecida como *Muslim Ban*, em 2017. No documento, ficou proibido a entrada de cidadãos de sete países de maioria muçulmana nos Estados Unidos, por um período de 90 dias a partir de sua assinatura. Estes países eram: Iraque, Síria, Irã, Líbia, Somália, Sudão e Iêmen. A ordem executiva também suspendeu o Programa de Admissão de Refugiados desses países aos Estados Unidos por 120 dias (Sanchez, 2017).

Agindo sobre as promessas de construção de um muro na fronteira EUA-México, Trump declarou emergência nacional na fronteira sul, o que levou ao envio de milhares de soldados da Guarda Nacional para a região; além das demandas de bilhões de dólares para a construção de barreiras fronteiriças (Schmidt, 2019). Ademais, tentou encerrar com o programa DACA (Deferred Action for Childhood Arrival), criado em 2012 pelo governo Obama, que concede permissão temporária de moradia e trabalho à migrantes chegados ainda crianças de maneira irregular no país (Srikantiah, Sinnar, 2019)

Seguindo os pressupostos contrastivos do terceiro eixo conceitual, na sua relação com a alteridade, nota-se que a migração de pessoas mexicanas, especificamente, era um alvo constante da narrativa da ameaça externa do presidente. Em um pronunciamento oficial em 2018, quando caravanas de milhares de migrantes da América Central tentavam atravessar a fronteira da Guatemala com o México e alcançar os Estados Unidos, Trump declarou que: “Algumas pessoas chamam isso de ‘invasão’. É como uma invasão” (Estados Unidos, 2018, tradução própria<sup>56</sup>).

A partir deste discurso, a migração é traduzida como uma ameaça iminente a integridade do Estado, ignorando reflexões sobre os processos migratórios, a situação enfrentada pela

---

<sup>56</sup> Idioma original do trecho: Some people call it an ‘invasion’. It’s like an invasion (Estados Unidos, 2018).

população migrante em seus respectivos países, ou mesmo as subjetividades sociais destas populações, que é natural a qualquer grupo. Trump, em contrapartida, os descrevem apenas como: “pessoas duras, [...] muitos homens jovens, homens fortes. E muitos homens que talvez não queiramos no nosso país (Estados Unidos, 2018, tradução própria<sup>57</sup>).

Assim, a ênfase da narrativa presidencial de Trump está em preservar os valores tidos como tradicionais, através da homogeneidade interna e disciplinarização da alteridade, e não da externa, pela imposição dos valores morais liberais. Nota-se que esta dinâmica está mais alinhada com o caráter exemplar da excepcionalidade, que se apresenta como uma constante no discurso ideológico de Trump. Ainda como candidato, afirmou: “Em vez de tentar difundir valores universais que nem todos partilham ou desejam, deveríamos compreender que o fortalecimento e a promoção da civilização ocidental e das suas realizações contribuirão mais para inspirar reformas positivas em todo o mundo do que intervenções militares” (Transcript, 2016, tradução própria<sup>58</sup>).

Ao questionar os princípios liberais universalizantes, Trump inverte elementos fundamentais do discurso da identidade nacional, como o fator qualitativo da excepcionalidade nacional, isto é, sua natureza especial. Em vez disso, esta seria sustentada pelas capacidades econômicas e militares, conquistadas por séculos de conflitos, exploração, e relações bilaterais e multilaterais que, durante o século XX, consagraram a hegemonia estadunidense, servindo aos interesses nacionais. No entanto, como discutido no capítulo quatro, o discurso de identidade estadunidense não se define apenas pela excepcionalidade material ou quantitativa. Tem-se como verdade autoevidente a sua essência democrática e liberal, fornecida pela Providência Divina, que a difere de outras experiências nacionais.

---

<sup>57</sup> Idioma original do trecho: These are tough people, [...] a lot of young men, strong men. And a lot of men that maybe we don't want in our country (Estados Unidos, 2018).

<sup>58</sup> Idioma original do trecho: I will work with our allies to reinvigorate Western values and institutions. Instead of trying to spread universal values that not everybody shares or wants, we should understand that strengthening and promoting Western civilization and its accomplishments will do more to inspire positive reforms around the world than military interventions (Transcript, 2016).

## 6 ANÁLISE DE DISCURSO CONTRASTIVA

Neste capítulo apresenta-se o *corpus* discursivo da pesquisa composto por seis quadros ao total, três para cada pronunciamento sobre o Estado da União. Busca-se, neste momento, a compreensão sobre o uso das práticas de predicação e pressuposição sobre os sujeitos e objetos articulados discursivamente pelos presidentes. Assim, realiza-se a combinação das técnicas da Análise Documental com a metodologia discursiva de Doty (1993), conforme delineado no capítulo três.

Posteriormente, com base neste primeiro procedimento da análise contrastiva, realiza-se uma discussão sobre os resultados encontrados. Assim, inicia-se com a representação do *corpus* e análise discursiva dos predicados e pressupostos dos pronunciamentos de Ronald Reagan nos pontos 6.1 e 6.2, respectivamente. Em seguida realiza-se os mesmos procedimentos em relação aos pronunciamentos de Donald Trump nos pontos 6.3 e 6.4

Para a elaboração dos quadros propriamente dita, o primeiro passo ao se deparar com o material textual, foi o de *desestruturar* os textos, a partir da leitura e distinção entre as informações essenciais e acessórias, conforme o plano de análise. Depois, fez-se a *indexação*, ou seja, a seleção dos índices, sendo estes: “Estados Unidos”; “estadunidenses”; “Reagan/governo Reagan”, e posteriormente, “Trump/governo Trump”.

Como resultado destes procedimentos tem-se a *representação* do conteúdo, ou seja, os quadros em sua forma final. O ordenamento dos índices referidos, por sua vez, segue o esquema criado por Doty (1993), descritos como *sujeitos* e *objetos*, para os quais são atribuídos pressupostos e predicados pelos seus respectivos emissores. Dessa forma, por meio deste processo analítico buscou-se compreender quais são as verdades autoevidentes e qualidades conferidas aos Estados Unidos e sua população na construção das narrativas presidenciais sobre identidade nacional.

A pesquisa ressalta, portanto, o papel da metodologia discursiva, paralelo as técnicas documentais, na organização do conteúdo, e esquematização da lógica discursiva em funcionamento. Estes procedimentos, por sua vez, se enquadram dentro do exercício epistemológico da análise de discurso contrastiva, a qual viabilizará as inferências nas Considerações Finais, sobre os resultados encontrados no presente capítulo.

Na esteira da elaboração dos quadros, a pesquisa selecionou os enunciados os quais entendeu-se serem os mais relevantes para sua problemática, buscando extrair destas informações a composição dos sentidos de identidade reproduzidos pelos presidentes. Assim,

priorizou-se as referências dos presidentes sobre o caráter nacional, pautas da agenda externa e a relação com outros países, e descrições sobre o caráter de seus governos e de si mesmos.

Assim, a pesquisa não se concentrou em aspectos específicos e burocráticos da implementação de políticas públicas, tais como as de criação de emprego - o que é comumente abordado nestes pronunciamentos, visto que funcionam como um relato do presidente para a população e ao congresso sobre os feitos de sua administração. Essa decisão metodológica visou aumentar a objetividade na análise discursiva e facilitar a compreensão do leitor, priorizando as informações mais relevantes para os objetivos da análise discursiva.

## 6.1 REPRESENTAÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS DE RONALD REAGAN

Neste momento, a pesquisa dispõe os quadros representativos do *corpus* discursivo que servirão como base para a análise dos predicados e pressupostos da narrativa presidencial de Ronald Reagan

**Quadro 1 - Predicação e pressuposição dos sujeitos no pronunciamento sobre o Estado da União de 1982**

<b>Sujeitos</b>	<b>Predicados/Pressupostos</b>
<i>America</i> (Estados Unidos)	Uma força para a paz, segurança e progresso; sonham com a prosperidade; almejam paz mundial; não negociam com forças de opressão; especiais;
<i>Americans</i> (estadunidenses)	Desejam um futuro seguro e financeiramente estável; preservam a liberdade; heróis
Reagan/Governo Reagan	Se baseia no realismo, na força, justiça e equilíbrio; pede para a redução das armas e de atividades militares; não ignoram o resto do mundo; apoia os governos dos estados locais; prioriza manter os EUA seguro; prioriza a defesa nacional; cortou os gastos governamentais; promoveu os maiores cortes de impostos do século; tem um programa econômico inovador; restituiu o poder ao povo americano; pede para as pessoas pacíficas rezarem pela liberdade; vai resgatar o respeito dos seus países aliados.

Fonte: Elaboração da autora.

**Quadro 2 - Predicação e pressuposição dos sujeitos no pronunciamento sobre o Estado da União de 1983**

<b>Sujeitos</b>	<b>Predicados/Pressupostos</b>
<i>America</i> (Estados Unidos)	Possuem valores definidos; constroem uma infraestrutura de democracia pelo mundo; têm um espírito pioneiro; têm fé; defensores do livre mercado forte; líderes do Ocidente; livres; pacíficos;
<i>Americans</i> (estadunidenses)	Possuem valores específicos; têm uma visão nobre; querem a paz; fortes; excelência; os melhores; os primeiros.
Reagan/Governo Reagan	Busca a redução de armas nucleares; almeja o equilíbrio de forças com a URSS; espera uma mudança positiva na relação com a URSS; não quer uma corrida armamentista; é contra o crime organizado; prioriza parcerias para a paz com a América Central; busca fortalecer programas de assistências;

Sujeitos	Predicados/Pressupostos
	baseado no realismo; vai resgatar o respeito dos aliados; acredita que o livre mercado leva a liberdade política e desenvolvimento econômico; baseado em força, justiça e equilíbrio; pede cooperação do Congresso para a aprovar objetivos de PE; anuncia uma infraestrutura de liberdade internacional; tem uma PE forte e construtiva; sua PE fornece assistência econômica; engaja em parcerias para a paz e democracia;

Fonte: Elaboração da autora.

**Quadro 3 - Predicação e pressuposição dos sujeitos no pronunciamento sobre o Estado da União de 1984**

Sujeitos	Predicados/Pressupostos
<i>America</i> (Estados Unidos)	Estão confiantes; estão se recuperando economicamente; defendem a liberdade e os direitos democráticos; salvaram e libertaram milhões da tirania; a sua próxima fronteira é o espaço (SDI); têm a liderança tecnológica e capacidade de melhorar a vida na Terra; fé e liberdade é o que mantém os EUA em paz; defendem a paz e a democracia; não têm ambições territoriais e não ocuparam países; não são colonialistas; buscam paz; estão mais seguros em 1984 do que antes; são centrados na família; possuem espírito pioneiro; possuem valores tradicionais; são a melhor e última esperança do homem na Terra; têm fé em Deus; têm um coração bom
<i>Americans</i> (estadunidenses)	Enfrentaram a pior crise desde a SGM; sentiram que perderam o respeito internacional; se une para garantir a paz e a segurança; com o SDI podem morar e trabalhar no espaço; são a maior esperança para o futuro; precisam se unir contra o aborto; não recorrem a força; não são agressores; constroem o futuro; excelentes; livre; os melhores; os primeiros; bons; amorosos;
Reagan/Governo Reagan	Vai promover investimentos do setor privado no espaço; priorizará a preservação dos recursos ambientais; pede ao povo da URSS para preservarem a civilização; busca paz com a URSS; pede cooperação do Congresso para a aprovar objetivos de PE; anuncia uma infraestrutura de liberdade internacional; busca apoio internacional e do congresso para combater o terrorismo; afirma que para ter paz e liberdade é necessário patriotismo e não bipartidarismo; acredita que o progresso no espaço é um avanço para a humanidade; busca uma relação pacífica com a URSS; promove missões de Manutenção da Paz, “peacekeeping” no Oriente médio, América Central e no Sul da África; apoia países em desenvolvimento – principalmente no Ocidente; apoia instituições democráticas internacionais; fortalece a OTAN; promove dissuasão; fortalece alianças no Oriente Médio; busca desregulamentar o comércio internacional

Fonte: Elaboração da autora.

## 6.2 ANÁLISE DISCURSIVA DOS PREDICADOS E PRESSUPOSTOS

A pesquisa observou que em seus pronunciamentos, Ronald Reagan reproduziu de forma padronizada as práticas discursivas convencionais da excepcionalidade estadunidense, coerente com as discutidas no primeiro eixo conceitual da pesquisa. Os valores morais influenciados pelo discurso puritano, como a preservação da família tradicional e a defesa da liberdade são constantemente indicados como a base da sociedade estadunidense: “Para nós, fé, trabalho, família, vizinhança, liberdade e paz não são apenas palavras; são expressões do que a América significa” (Estados Unidos, 1984, tradução própria<sup>1</sup>).

Em consonância com estes elementos, a concepção do povo eleito pode ser observada em diferentes momentos dos pronunciamentos presidenciais, tais como em 1982, quando Reagan cita diretamente uma fala do poeta estadunidense Carl Sandburg (1878-1967): ““Eu não vejo a América no pôr do sol de uma noite negra de desespero [...]. Eu vejo a América na luz carmesim de um sol nascente, recém-saído da mão ardente e criativa de Deus”” (Sandburg, *apud* Estados Unidos, 1984, tradução própria<sup>2</sup>).

Intrínseco a esse discurso, está o pressuposto que o país é um experimento democrático único na história do mundo, o qual seu povo recebeu a responsabilidade de proteger. Assim, o presidente associa a sua administração com o conceito do destino profético da democracia estadunidense: “[...] acredito que a história se lembrará disto como uma era de renovação americana, se lembrará desta administração como uma administração de mudança e se lembrará deste Congresso como um Congresso de destino” (Estados Unidos, 1982, tradução própria<sup>3</sup>).

Ademais, nota-se nesta narrativa que o presidente a articula junto ao entendimento que o experimento estadunidense não é um projeto isolado e acabado, assim, não se restringe apenas a sociedade estadunidense (Hixson, 2008). Verifica-se este conceito em outro momento no mesmo pronunciamento de 1982, quando o presidente faz referência a George Washington (no seu próprio pronunciamento sobre o Estado da União de 1790), ao afirmar que o ex-presidente lembrou o país que: “[...] o destino do autogoverno e da ‘preservação do fogo sagrado da

---

<sup>1</sup> Idioma original do trecho: For us, faith, work, family, neighborhood, freedom, and peace are not just words; they're expressions of what America means (Estados Unidos, 1984).

<sup>2</sup> Idioma original do trecho: I see America not in the setting sun of a black night of despair [...]. I see America in the crimson light of a rising sun fresh from the burning, creative hand of God (Estados Unidos, 1984).

<sup>3</sup> Idioma original do trecho: [...] and I believe that history will remember this as an era of American renewal, remember this administration as an administration of change, and remember this Congress as a Congress of destiny (Estados Unidos, 1982)

liberdade’ está ‘finalmente entregue na *experiência confiada* às mãos do povo americano” (Estados Unidos, 1982, tradução própria, grifo próprio<sup>4</sup>).

Nota-se que a introdução de elementos discursivos do passado histórico do país, principalmente um baseado no mito dos Pais Fundadores, funciona como uma prática de legitimação da narrativa. Isto é, ao mostrar semelhanças com fragmentos, ou, estratificações, de uma ordem hegemônica anterior busca-se trazer credibilidade ao seu próprio discurso (Resende, 2009). Assim, relaciona-se estas falas com a crença no papel missionário dos EUA, como quando o presidente explicita sua convicção que o país tem um papel especial a desempenhar no mundo. Percebe-se esse pressuposto discursivo na seguinte passagem do pronunciamento sobre o Estado da União de 1984: “Como podemos não acreditar na grandeza da América? Como podemos não fazer o que é certo e necessário para preservar esta última esperança do homem na Terra?” (Estados Unidos, 1984, tradução própria<sup>5</sup>).

Nas análises sobre seus pronunciamentos, nota-se que os pressupostos do segundo eixo conceitual são exemplificados na narrativa do presidente, quando ele assume que os valores nacionais são direitos universais. Portanto, as instituições da democracia representativa liberal, a exportação do modelo econômico liberal e a liberdade individual devem ser asseguradas ao resto mundo (Callaghan, O’connor, Phythian, 2019). Neste sentido, referenciando o acirramento entre Estados Unidos e URSS, Reagan afirmou: “Frente a um clima de falsidade e desinformação, prometemos ao mundo uma época de verdade – a verdade das nossas grandes ideias civilizadas: liberdade individual, governo representativo, o Estado de Direito sob Deus” (Estados Unidos, 1982, tradução própria<sup>6</sup>).

Neste sentido, nota-se que as práticas discursivas articuladas por Reagan revelam um caráter impositivo dos princípios da nação redentora, coerente, por sua vez, com a reflexão de Doty (1993) sobre o discurso universalizante da política externa estadunidense e a imposição dos seus valores morais através da suposta legitimidade dos ideais civilizatórios. Típica desta tradição política, a combinação da religiosidade com valores seculares, abordada no primeiro eixo conceitual, permeou os pronunciamentos sobre o Estado da União do presidente, ao

---

<sup>4</sup> Idioma original do trecho: [...] the destiny of selfgovernment and the ‘preservation of the sacred fire of liberty’ is ‘finally staked on the experiment entrusted to the hands of the American people’ (Estados Unidos, 1982).

<sup>5</sup> Idioma original do trecho: How can we not believe in the greatness of America? How can we not do what is right and needed to preserve this last best hope of man on Earth? (Estados Unidos, 1984).

<sup>6</sup> Idioma original do trecho: In the face of a climate of falsehood and misinformation, we’ve promised the world a season of truth — the truth of our great civilized ideas: individual liberty, representative government, the rule of law under God (Estados Unidos, 1982).

explorar o caráter missionário e exemplar da excepcionalidade na sua narrativa de identidade nacional (Callaghan, O’connor, Phythian, 2019).

Por sua parte, no mundo do século XX, o presidente deixou claro que os principais objetivos do projeto republicano eram, e permaneceriam sendo, a: “[...] prosperidade para a nossa nação, paz para o mundo e as bênçãos da liberdade individual para os nossos filhos e, um dia, para toda a humanidade” (Estados Unidos, 1982, tradução própria<sup>7</sup>). Como exemplificado nestas falas, muito da concepção de identidade nacional articulada por Reagan baseia-se na expansão dos valores liberais à ordem internacional, na medida que a política externa do país a molda conforme a imposição destes valores (Haberski Junior, 2022).

Esse caráter universalizante está no cerne da construção da identidade estadunidense ao explorar o discurso da excepcionalidade do projeto da nação estadunidense de levar a paz e liberdade para o mundo, como evidenciado no primeiro eixo conceitual da pesquisa (Hixson, 2008; Restad, 2015). Neste sentido, Reagan afirma: “[...] do Médio Oriente à África Austral e a Genebra, os diplomatas americanos tomam a iniciativa de estabelecer a paz e baixar os níveis armamentícios. Deveríamos estar orgulhosos do nosso papel como pacificadores” (Estados Unidos, 1983, tradução própria<sup>8</sup>).

No entanto, referenciando Dwight Eisenhower, Reagan afirma que compartilha da visão do ex-presidente que: “[...] a paz só foi comprada ao preço da força” (Estados Unidos, 1982, tradução própria<sup>9</sup>). Assim, apesar de usar os canais multilaterais, tem-se a compreensão que a paz é garantida, em última instância, pelo uso da força e pela guerra: “[...] implementamos um programa de defesa que redime o abandono da última década<sup>10</sup>. Desenvolvemos uma estratégia militar realista para dissuadir ameaças à paz e proteger a liberdade caso a dissuasão falhe” (Estados Unidos, 1983, tradução própria<sup>11</sup>).

<sup>7</sup> Idioma original do trecho: “[...] prosperity for our nation, peace for the world, and the blessings of individual liberty for our children and, someday, for all of humanity (Estados Unidos, 1982).

<sup>8</sup> Idioma original do trecho: America’s foreign policy is once again based on bipartisanship, on realism, strength, full partnership, in consultation with our allies, and constructive negotiation with potential adversaries. From the Middle East to southern Africa to Geneva, American diplomats are taking the initiative to make peace and lower arms levels. We should be proud of our role as peacemakers (Estados Unidos, 1983).

<sup>9</sup> Idioma original do trecho: “[...] peace was purchased only at the price of strength” (Estados Unidos, 1982).

<sup>10</sup> Esta fala está relacionada com a crítica do presidente aos governos anteriores, os anos Nixon-Kissinger e Carter-Brzezinski durante os quais, Reagan acreditava, a defesa e a segurança nacional foram negligenciadas pela política da *détente* (Wohlforth, 2016). No entanto, conforme o presidente, em sua administração as Forças Armadas estariam finalmente sendo priorizadas, com a elaboração de uma estratégia militar robusta e um investimento adequado para pô-la em prática (Estados Unidos, 1983).

<sup>11</sup> Idioma original do trecho: “[...] we have put in place a defense program that redeems the neglect of the past decade. We have developed a realistic military strategy to deter threats to peace and to protect freedom if deterrence fails. Our Armed Forces are finally properly paid; after years of neglect are well trained and becoming better equipped and supplied. And the American uniform is once again worn with pride (Estados Unidos, 1983).

Relaciona-se essa fala com o conceito que as Forças Armadas dos Estados Unidos são uma ferramenta intervencionista de expansão dos valores democráticos, operando sob o discurso de uma força provedora de segurança e liberdade para a sociedade estadunidense e as demais nações (Hixson, 2008). Assim, fazendo menção às alianças tradicionais dos Estados Unidos na Europa, Ásia e seus parceiros Oriente Médio, Reagan fala que:

Construir um mundo mais pacífico requer uma estratégia sólida e a determinação nacional para apoiá-la. Quando forças radicais ameaçam os nossos amigos, quando o infortúnio econômico cria condições de instabilidade, quando partes estrategicamente vitais do mundo caem sob a sombra do poder soviético, a nossa resposta pode fazer a diferença entre a mudança pacífica ou a desordem e a violência. É por isso que colocamos tanta ênfase *não apenas na nossa própria defesa, mas também no nosso programa vital de assistência externa* (Estados Unidos, 1982, tradução própria, grifo próprio<sup>12</sup>).

Percebe-se que imbuído nestas falas está o impulso unilateral ativista, nos termos belicistas da excepcionalidade estadunidense, discutidos no segundo eixo conceitual sobre o papel dos EUA na ordem internacional (Restad, 2015; Prestowitz, 2003). Nesta medida, os Estados Unidos atuariam não só para proteger seus interesses nacionais em regiões estratégicas para o país, mas principalmente para deter a violência soviética que ameaçava a estabilidade da OIL (Hixson, 2008). Assim, coerente a compreensão de Doty (1993) sobre o discurso da política externa estadunidense, fica implícito na narrativa do presidente, uma dinâmica hierárquica da ordem internacional, na qual os EUA são sujeitos complexos, determinados e racionais, e os demais países são descritos como submissos e limitados.

Na semântica desta narrativa, os demais atores da ordem internacional são os receptores dos valores estadunidenses, logo, são os objetos que sofrem a ação do sujeito (Doty, 1993). O presidente posiciona os Estados Unidos, assim, como um poder impositivo, mas benevolente, o qual, agindo através de sua virtude superior, leva a liberdade as outras nações. Dessa forma, os estadunidenses se contrapõem a ameaça externa de coerção estatal e violência política, representada, nesta narrativa, pela URSS. Assim, a partir da base contrastiva do terceiro eixo conceitual, entende-se que a ordem do Estado, a esfera de atuação do “Eu/Nós”, se estende para além das fronteiras físicas do país (Campbell, 1998).

---

<sup>12</sup> Idioma original do trecho: Building a more peaceful world requires a sound strategy and the national resolve to back it up. When radical forces threaten our friends, when economic misfortune creates conditions of instability, when strategically vital parts of the world fall under the shadow of Soviet power, our response can make the difference between peaceful change or disorder and violence. That's why we've laid such stress not only on our own defense but on our vital foreign assistance program (Estados Unidos, 1982).

Este discurso, por sua vez, é coerente com a prática de dominação hegemônica que encapsula os Estados-cliente e parceiras dos EUA através do uso das instituições internacionais e das forças intervencionistas estadunidenses contra o inimigo externo (Restad, 2015; Prestowitz, 2003). Assim, o presidente, articula narrativamente os pressupostos verificados no segundo eixo da pesquisa, a partir do qual verificou-se que as práticas unilaterais dos Estados Unidos no ambiente internacional são legitimadas pela narrativa de promoção dos valores democráticos para outros países e por impedir as agressões externas do “Outro”. Como apontado nas subseções 4.2 e 5.1, estas práticas foram implementadas através de diferentes táticas, como intervenções militares, assistência a grupos insurgentes, mudanças de regime, e altas tarifas comerciais.

Neste sentido, a pesquisa aponta que no pronunciamento de 1983, ao discutir o cenário internacional, o presidente relaciona diretamente os pressupostos dos três eixos conceituais da pesquisa, ao conectar o papel de liderança dos Estados Unidos e a proteção dos valores nacionais liberais contra ameaças à identidade nacional. Nesta narrativa, para o presidente, a hegemonia estadunidense foi construída através da sua força e pelos “[...] valores que nos guiam como sociedade: eleições livres, imprensa livre, liberdade de escolha religiosa, sindicatos livres e, acima de tudo, liberdade para o indivíduo e rejeição do poder arbitrário do Estado” (Estados Unidos, 1983, tradução própria<sup>13</sup>).

Assim, por meio destes valores, os EUA liderariam uma ordem internacional que é administrada em conjunto com “[...] nossos aliados e amigos na OTAN, na Ásia, na América Latina e em outros lugares” (Estados Unidos, 1983, tradução própria<sup>14</sup>) – no entanto, nota-se, condicionada pelos constrangimentos do exercício de poder estadunidense. A partir desta articulação discursiva, entende-se que para o presidente, o “externo” está diretamente ligado ao “interno”. Logo, a política externa estadunidense é construída por meio dos valores percebidos da excepcionalidade, que por sua vez, são formativos da identidade nacional.

Desta maneira, seguindo o entendimento de Campbell (1998), através da contínua reprodução do discurso da excepcionalidade, seus conceitos não são mais descritos como ideologias, mas como pressupostos naturais da identidade estadunidense, e conseqüentemente, da natureza discursiva da Ordem Internacional Liberal.

---

<sup>13</sup> Idioma original do trecho: [...] values which guide us as a society: free elections, a free press, freedom of religious choice, free trade unions, and above all, freedom for the individual and rejection of the arbitrary power of the state (Estados Unidos, 1983).

<sup>14</sup> Idioma original do trecho: [...] our allies and friend in NATO, in Asia, in Latin America, and elsewhere [...] (Estados Unidos, 1983).

Nesse sentido, em 1983 o presidente declarou: “[...] o compromisso dos Estados Unidos em desenvolver a infraestrutura da democracia em todo o mundo” (Estados Unidos, 1983, tradução própria<sup>15</sup>). Através deste caráter missionário, seria garantido que o futuro não pertenceria aos “[...] governos e às ideologias que oprimem os seus povos, mas aos sistemas democráticos de autogoverno que encorajam a iniciativa individual e garantem a liberdade pessoal (Estados Unidos, 1983, tradução própria<sup>16</sup>).

Com base nas análises realizadas através dos pronunciamentos de Ronald Reagan, a pesquisa entende que, na narrativa do presidente, tudo que está fora do discurso estadunidense de democracia liberal é visto como ideológico e potencialmente opressor. Nesta esteira, como visto nas discussões do segundo eixo conceitual da pesquisa, a Ordem Internacional Liberal é o terreno para o exercício de sua hegemonia, os Estados e as instituições que a compõe, são extensão e ferramentas para reprodução do discurso da excepcionalidade articulado por Reagan.

Da mesma forma, em consonância com os determinantes da Análise de Discurso, na narrativa do presidente, a construção do “Eu” nacional é concomitante à do “Outro” através da reprodução do discurso da excepcionalidade em contraposição às diferenças com o mundo externo. Assim, exemplificando os pressupostos do terceiro eixo conceitual, inerentes a esta prática de alteridade, estão as representações diretas de ameaças externas, como as possibilidades de expansão da influência soviética no hemisfério ocidental e a emergência de regimes aliados. Em suma, a partir da alteridade a identidade estadunidense é reforçada, bem como a necessidade de proteger a ordem interna, que, por sua vez, é concretizada por meio de práticas disciplinadoras que buscam a estabilidade e a homogeneidade da identidade nacional.

### 6.3 REPRESENTAÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS DE DONALD TRUMP

A seguir é apresentado o *corpus* discursivo em forma de três quadros que seguem as mesmas prerrogativas metodológicas delineadas no início deste capítulo, voltadas, agora, à análise discursiva dos pronunciamentos presidenciais de Donald Trump.

---

<sup>15</sup> Idioma original do trecho: [...] the commitment of the United States to developing the infrastructure of democracy throughout the world (Estados Unidos, 1983).

<sup>16</sup> Idioma original do trecho: [...] governments and ideologies which oppress their peoples, but to democratic systems of self-government which encourage individual initiative and guarantee personal freedom (Reagan, 1983).

**Quadro 4 - Predicação e pressuposição dos sujeitos no pronunciamento sobre o Estado da União de 2018**

<b>Sujeitos</b>	<b>Predicados/Pressupostos</b>
<i>America</i> (Estados Unidos)	É um novo momento para os EUA; vão ser exportadores de energia; são uma nação de construtores; são os que mais ajudam outros países; apoiam a população iraniana contra o regime iraniano; são os mais misericordiosos;
<i>Americans</i> (estadunidenses)	Formam uma única “América”; vão refazer a América; são uma família americana; amam seu país; merecem responsabilidade e respeito; são sonhadores; perseverantes; se autogovernam; fortes; heróis; os mais destemidos;
Trump/Governo Trump	Toma medidas rápidas; tem a missão justa de tornar a América grande de novo para todos os americanos; atingiram sucesso e progresso; fizeram os maiores cortes de impostos e reformas na história; vão proteger a liberdade religiosa; eliminaram mais regulações do que qualquer outra administração; vai responsabilizar Washington; fez as fabricas e indústrias retornarem ao país; vai resgatar a população dos programas sociais; prioriza os americanos e não o auxílio a outros países; vai reconstruir o arsenal nuclear; vai extinguir o Estado Islâmico; vai impor sanções contra Cuba e Venezuela; vai servir aos americanos; vai proteger os veteranos; vai colocar a América primeiro; vai manter Guantánamo aberta;

**Quadro 5 - Predicação e pressuposição dos sujeitos no pronunciamento sobre o Estado da União de 2019**

<b>Sujeitos</b>	<b>Predicados/Pressupostos</b>
<i>America</i> (Estados Unidos)	São uma nova oportunidade de vencer; salvaram a liberdade; transformaram a ciência; redefiniram a classe média; injustiçados pela OTAN; estão desenvolvendo um Sistema de Defesa Contra Mísseis; foram fundados na independência e liberdade; são a maior nação na história; são um milagre econômico;
<i>Americans</i> (estadunidenses)	Precisam criar um novo padrão de vida; rejeitam a política de vingança; precisam cooperar e encontrar o bem comum; precisam ter a América em primeiro lugar; precisam manter a liberdade viva; estão sendo assassinados por imigrantes ilegais; estão unidos internamente para derrotar inimigos externos; são livres; são incríveis; desafiam o impossível;
Trump/Governo Trump	Vai fortalecer as famílias; irá enriquecer a cultura; promete aprofundar a fé; vai expandir a classe média; acabou com o Obamacare individual; eliminou mais regulações do que qualquer outro governo; iniciou uma revolução energética; vai tornar a América segura; retirou o país do acordo com o Irã; apoia os venezuelanos na sua busca por liberdade; recusa o socialismo; reconheceu Juan Guaidó como presidente da Venezuela; irá promover os interesses da América; promete que grandes nações (EUA) não travam guerras eternas; negociou para alcançar uma solução política no Afeganistão;

Sujeitos	Predicados/Pressupostos
	vai colocar os interesses da América em primeiro lugar; baseado no realismo;

**Quadro 6 - Predicação e pressuposição dos sujeitos no pronunciamento sobre o Estado da União de 2020**

Sujeitos	Predicados/Pressupostos
<i>America</i> (Estados Unidos)	Têm um futuro brilhante; seus inimigos estão fugindo; são respeitados novamente; sua liderança internacional foi restaurada; voltaram a defender a liberdade no hemisfério; valorizam a religião; respeitam a Glória de Deus; expandem a fronteira; seu destino manifesto são as estrelas; a justiça americana é inescapável; não têm a função de policiarem outros países; onde nasce a grandeza; a Era Americana começa agora; a mais prospera do mundo; a mais inclusiva; uma terra de heróis;
<i>Americans</i> (estadunidenses)	Rejeitam limites para o futuro; são o coração do país; seus sonhos são a alma do país; a guerra é um fardo para suas famílias; venceram o fascismo e a tirania; colonizaram a fronteira Oeste; construíram a república mais excepcional da humanidade; expandiram a ciência; colonizaram o “Novo Mundo”; construíram o mundo moderno; mudaram a história para sempre; acreditam que todos são iguais perante Deus; veem fronteiras ilimitadas; têm espírito jovem; são os mais corajosos; os mais destemidos; são pioneiros;
Trump/Governo Trump	É pró-trabalhadores; pró-família; pró-crescimento; pró-americanos; reverteu as políticas com Cuba; apoia cubanos, nicaraguenses e venezuelanos a restaurar a democracia; investe nas Forças Armadas; criou um novo braço das Forças Armadas (Space Force); não vai deixar o socialismo destruir o sistema de saúde americano; estabeleceu acordos migratórios históricos com o México, Honduras, El Salvador e Guatemala; restaurou o Estado de Direito; vai reafirmar a cultura da liberdade americana; defende a liberdade religiosa; acreditam na Primeira Emenda; trabalha para acabar as guerras no Oriente Médio; trabalham para acabar a guerra americana mais longa (Afeganistão); reafirmou a cultura de liberdade; reanimou a economia americana; promulgou cortes de impostos históricos; substituiu o NAFTA com o USMCA; aumentou as contribuições dos membros da OTAN; vai proteger os direitos da Segunda Emenda; anunciou um acordo de paz inédito entre Israel e a Palestina

#### 6.4 ANÁLISE DISCURSIVA DOS PREDICADOS E PRESSUPOSTOS

A partir da representação do *corpus* discursivo acima percebe-se que os recursos tradicionais do discurso da excepcionalidade, como vistos no primeiro eixo conceitual da pesquisa, estiveram presentes na narrativa reproduzida por Donald Trump, como a

singularidade do povo estadunidense: “[...] nenhum povo na Terra é tão destemido, audacioso ou determinado quanto os americanos (Estados Unidos, 2018, tradução própria<sup>17</sup>). Da mesma forma, no seu segundo pronunciamento sobre o Estado da União, presidente afirmou: “Juntos, representamos a nação mais extraordinária de toda a história” (Estados Unidos, 2019, tradução própria<sup>18</sup>)

Ademais, a narrativa da liberdade democrática e a autodeterminação do cidadão, coerente com o credo na liberdade individual e do populismo antiestatal (Lipset, 1996) também foram articuladas por Trump; similarmente, seus pronunciamentos foram marcados pelo caráter exemplar da excepcionalidade. Nesse sentido, presidente afirmou no seu primeiro pronunciamento sobre o Estado da União que o país foi fundado por: “[...] um povo incrível com uma ideia revolucionária: que eles poderiam governar a si mesmos. Que poderiam traçar seu próprio destino. E que, juntos, poderiam iluminar o mundo” (Estados Unidos, 2018, tradução própria<sup>19</sup>).

Da mesma forma, nota-se que o presidente voltou a resgatar elementos discursivos do passado histórico nacional, ao usar diretamente o termo “Destino Manifesto” no pronunciamento de 2020 para resumir a essência expansionista dos EUA e legitimar a iniciativa federal da NASA, o Programa Artemis<sup>20</sup>: “Ao reafirmar nosso legado como uma nação livre, devemos lembrar que a América sempre foi uma nação de fronteira. Agora devemos abraçar a próxima fronteira, o destino manifesto da América nas estrelas” (Estados Unidos, 2020, tradução própria<sup>21</sup>).

O presidente retoma as práticas discursivas do Destino Manifesto, para afirmar a grandeza do país: “A nação americana foi forjada na vasta fronteira pelos homens e mulheres

<sup>17</sup> Idioma original do trecho: [...] no people on Earth are so fearless, or daring, or determined as Americans (Estados Unidos, 2018, tradução própria).

<sup>18</sup> Idioma original do trecho: Together, we represent the most extraordinary Nation in all of history (Estados Unidos, 2019, tradução própria)

<sup>19</sup> Idioma original do trecho: [...] an incredible people with a revolutionary idea: that they could rule themselves. That they could chart their own destiny. And that, together, they could light up the world (Estados Unidos, 2018, tradução própria).

<sup>20</sup> Este é um programa espacial desenvolvido pela NASA em parceria com agências governamentais espaciais da Europa e empresas privadas do setor espacial como a SpaceX, lançado em 2018, através da *White House Space Policy Directive-1*. O objetivo principal do programa é levar astronautas estadunidenses ao solo lunar com expectativas de construir uma base lunar para a realização de missões regulares de exploração de recursos lunares para fins científicos, securitários e comerciais. Além disso, objetiva-se estabelecer infraestruturas para a preparação de missões tripuladas à Marte (Chavers *et al.*, 2020; As Artemis [...], 2021; NASA, ESA [...], 2022).

<sup>21</sup> Idioma original do trecho: In reaffirming our heritage as a free nation, we must remember that America has always been a frontier nation. Now we must embrace the next frontier, America’s manifest destiny in the star” (Estados Unidos, 2020, tradução própria<sup>21</sup>).

mais duros, fortes, ferozes e determinados que já caminharam sobre a face da Terra. Nossos antecessores enfrentaram o desconhecido; domaram a selva; estabeleceram-se no Velho Oeste” (Estados Unidos, 2020, tradução própria<sup>22</sup>). Com efeito, ressalta-se o pronunciamento de 2020, no qual o presidente citou diretamente as origens excepcionais do país: “[...] “Nossos antepassados construíram a república mais excepcional que já existiu em toda a história da humanidade, e estamos tornando-a maior do que nunca” (Estados Unidos, 2020, tradução própria<sup>23</sup>).

Entretanto, um dos aspectos fundamentais da excepcionalidade, a narrativa do povo eleito, não consta em nenhum dos pronunciamentos sobre o Estado da União do presidente. Efetivamente, Trump articula elementos religiosos em sua narrativa, como seu comprometimento em defender a Segunda Ementa da Constituição: “[...] tomamos medidas históricas para proteger a liberdade religiosa” (Estados Unidos, 2018, tradução própria<sup>24</sup>), assim como faz várias menções a Deus, além de mencionar a célebre frase “In God We Trust” (Em Deus Nós Confiamos). No entanto, o conceito clássico de predestinação divina do discurso puritano não se fez presente na sua narrativa presidencial.

Igualmente, coerente com a discussão sobre a agenda política do governo realizada na subseção 5.2, a pesquisa identificou que ao longo dos seus pronunciamentos, o caráter exemplar da excepcionalidade é sobressalente, enquanto o caráter missionário é minimizado. Nesse quesito, em 2018, em relação ao papel dos EUA na OIL, Trump primeiramente exaltou a natureza compassiva dos EUA por sempre terem ajudado “os necessitados” através de programas de auxílio securitário e financeiros. No entanto, em seguida, o presidente deixou claro que sua “[...] maior compaixão e a minha preocupação constante, são com as crianças da América” (Estados Unidos, 2018, tradução própria<sup>25</sup>).

Assim, informando as políticas do seu governo, e em reação a esta (como é típico do processo discursivo de confluência entre ideias e materialidade), a narrativa do presidente nega as supostas responsabilidades internacionais tradicionais dos EUA, como evidenciadas no segundo eixo conceitual (Estados Unidos, 2018; 2019; 2020). A partir desta posição, o presidente ignora o caráter missionário da excepcionalidade nacional ao afirmar que sua

---

<sup>22</sup> Idioma original do trecho: The American nation was carved out of the vast frontier by the toughest, strongest, fiercest, and most determined men and women ever to walk on the face of the Earth. Our ancestors braved the unknown; tamed the wilderness; settled the Wild West (Estados Unidos, 2020, tradução própria)

<sup>23</sup> Idioma original do trecho: [...] our ancestors built the most exceptional republic ever to exist in all of human history, and we are making it greater than ever before (Estados Unidos, 2020, tradução própria).

<sup>24</sup> Idioma original do trecho: [...] have taken historic actions to protect religious liberty (Estados Unidos, 2018).

<sup>25</sup> Idioma original do trecho: [...] my greatest compassion, and my constant concern is for America’s children (Estados Unidos, 2018).

prioridade seria a estabilidade interna e não a “redenção” do resto do mundo. Evidencia-se essa prática quando Trump, após alertar sobre os perigos da “imigração ilegal”, afirma que “[...] meu principal dever e o dever sagrado de cada autoridade eleita nesta Câmara, é defender os americanos – proteger a sua segurança, as suas famílias, as suas comunidades e o seu direito ao Sonho Americano” (Estados Unidos, 2018, tradução própria<sup>26</sup>).

Trump, portanto, descarta a universalidade da realidade e experiência social dos estadunidenses, assim, seus desafios e aspirações são individualizados. Da mesma forma, as soluções para seus problemas não se aplicam indistintamente ao resto do mundo, ou pelo menos, não cabe aos Estados Unidos a responsabilidade em solucionar os conflitos enfrentados por outros atores. Neste sentido, presidente defendeu que: “[...] também não é nossa função servir outras nações como forças policiais” (Estados Unidos, 2020, tradução própria<sup>27</sup>)

Assim, nota-se a discrepância neste discurso com as práticas e a narrativa comuns à política externa do governo Ronald Reagan. As quais incluíam, como visto na discussão sobre seu governo na subseção 5.1, a imposição de reformas políticas e implementação de regimes liberais, bem como a exportação do modelo econômico neoliberal através de intervenções indiretas e operações militares diretas. Medidas que foram legitimadas pelo discurso de promoção da democracia, como evidenciado no pronunciamento sobre o Estado da União de 1984, quando Reagan exalta as tropas estadunidenses que: “[...] se ofereceram para guarnecer as muralhas em defesa da liberdade e cuja dedicação, valor e habilidade aumentam em muita nossa chance de viver em um mundo em paz” (Estados Unidos, 1984, tradução própria<sup>28</sup>)

Na narrativa de Reagan, “a luta pela democracia” é um dever de levar dignidade para toda a humanidade, que beneficiaria tanto a comunidade internacional como a sociedade estadunidense (Estados Unidos, 1984). Assim, cumprindo seu papel redentor; “A nova força, confiança e propósito da América estão levando esperança e oportunidade para longe de nossas costas. Uma recuperação econômica mundial está em andamento. Começou aqui” (Estados Unidos, 1984, tradução própria<sup>29</sup>).

Em contraste a este discurso, a narrativa de Donald Trump se concentra na articulação de práticas unilateralistas em detrimento do caráter missionário do discurso de política externa

---

<sup>26</sup> Idioma original do trecho: My duty, and the sacred duty of every elected official in this chamber, is to defend Americans – to protect their safety, their families, their communities, and their right to the American Dream. Because Americans are dreamers too (Estados Unidos, 2018).

<sup>27</sup> Idioma original do trecho: [...] it is also not our function to serve other nations as law enforcement agencies (Estados Unidos, 2020).

<sup>28</sup> Idioma original do trecho: [...] who have volunteered to man the ramparts in defense of freedom and whose dedication, valor, and skill increases so much our chance of living in a world at peace (Estados Unidos, 1984).

<sup>29</sup> Idioma original do trecho: America's new strength, confidence, and purpose are carrying hope and opportunity far from our shores. A world economic recovery is underway. It began here (Estados Unidos, 1984).

(Restad, 2020; Carafano, 2021). No entanto, no que se refere a interação do governo com rivais estratégicos como Irã, Coreia do Norte e Venezuela, estas dinâmicas seguiram uma linha similar com o discurso de alteridade clássico do discurso da política externa, ao serem descritos como regimes corruptos ou opressores (Estados Unidos, 2017; Diamond; Klein, 2019).

Nesta esteira, identificou-se nos pronunciamentos do presidente que os eixos conceituais da excepcionalidade estadunidense, bem como a identificação e a descrição do papel dos Estados Unidos no mundo, foram expressivamente condicionados a sua relação com o terceiro eixo. Isto é, a relação da identidade com a ameaça externa - uma prática, ressalta-se, que não foge do padrão estabelecido por Ronald Reagan em relação a URSS (Haberski Junior, 2022; (Callaghan, O’connor, Phythian, 2019). No entanto, a narrativa de Trump se difere na medida que seus oponentes são mais diversificados, por não se concentrarem apenas em ameaças internacionais. Assim, além dos rivais convencionais como outros Estados e grupos paramilitares, as ameaças estas estão contidas dentro do próprio território nacional (Holland, Fermor, 2021; Mead, 2017).

Dessa forma, nota-se que a linguagem usada para tratar da polarização entre o “Nós” (endogrupo) e “Eles/Outros” (exogrupo) (van Dijk, 2015) foi similar àquela usada na construção discursiva do inimigo externo, na medida em que representa um risco a identidade nacional. Neste sentido, no pronunciamento de 2019, Trump colocou o Congresso no papel de oponente, ao culpar os congressistas por décadas de “péssimas” relações comerciais com a China, em que os Estados Unidos teriam sofrido com tarifas abusivas, roubo de empregos e de propriedade intelectual. No entanto, o presidente afirma: “Eu não culpo a China por se aproveitar de nós – culpo os nossos líderes e representantes por permitirem que esta farsa acontecesse”<sup>30</sup> (Estados Unidos, 2019, tradução própria<sup>31</sup>).

---

<sup>30</sup> Ademais, a partir da análise dos pronunciamentos, percebe-se que Trump constantemente exalta suas próprias qualidades de negociação. Neste sentido, mesmo após um ano da intensa disputa comercial com a China, o presidente alude no pronunciamento no início de 2019, que a “boa relação” com Pequim foi garantida pelas suas interações diretas com o presidente chinês Xi Jinping. Logo, coerente com a atitude de geral de sua administração em negligenciar os canais diplomáticos tradicionais, o presidente afirma que: “[...] talvez tenhamos o melhor relacionamento que já tivemos com a China, inclusive com o presidente Xi. Eles respeitam o que fizemos porque [...] eles realmente mal acreditavam que eram capazes de se safar do que estavam fazendo [...] sem que *alguém em nosso país* se apresentasse e dissesse: ‘Já chega’ (Estados Unidos, 2020, tradução própria, grifo próprio). A pesquisa observa, nesse sentido, que o mesmo protagonismo narrativo se vê presente no pronunciamento de 2019, quando o presidente menciona a sua boa relação com Kim Jong Um. De acordo com Trump: “Se eu não tivesse sido eleito Presidente [...], estaríamos neste momento, na minha opinião, numa grande guerra com a Coreia do Norte, potencialmente com milhões de pessoas mortas” (Estados Unidos, 2019, tradução própria).

<sup>31</sup> Idioma original do trecho: [...] I don’t blame China for taking advantage of us – I blame our leaders and representatives for allowing this travesty to happen (Estados Unidos, 2019).

Similarmente, em 2020, ao abordar a questão do sistema de saúde privado, o presidente colocou representantes eleitos como oponentes aos interesses do país: “Cento e trinta e dois legisladores nesta sala aprovaram uma legislação para impor uma tomada socialista do nosso sistema de saúde, aniquilando os planos de seguro de saúde privados de 180 milhões de americanos muito felizes” (Estados Unidos, 2020, tradução própria<sup>32</sup>).

Assim, em sua missão de defender os valores nacionais, o presidente declara: “Eu quero que saibam: nunca permitiremos [seu governo] que o socialismo destrua o sistema de saúde americano (Estados Unidos, 2020, tradução própria<sup>33</sup>). Nesta narrativa, membros do Congresso estariam atacando a população estadunidense ao votarem a favor de legislações que tornariam o atual sistema de saúde privado em um sistema público gratuito, o que levaria “[...] a nossa nação à falência, ao fornecer cuidados de saúde gratuitos, financiados pelos contribuintes a milhões de estrangeiros ilegais, forçando os contribuintes a subsidiarem cuidados de saúde gratuitos para qualquer pessoa no mundo que atravesse ilegalmente as nossas fronteiras” (Estados Unidos, 2020, tradução própria<sup>34</sup>).

Portanto, na lógica do presidente, os supostos ataques do Congresso a um direito básico dos estadunidenses, a liberdade individual de escolher um plano de saúde privado, beneficiariam migrantes indocumentados. O presidente Trump, dessa forma, posiciona políticos democratas e o “socialismo” como oponentes do povo estadunidense, enquanto os relaciona à outra fonte de ameaça representada pela população migrante. Estas propostas, portanto: “[...] funcionariam como uma poderosa isca para a imigração ilegal. É isso que está acontecendo na Califórnia e em outros estados. Os seus sistemas estão totalmente fora de controle, custando vastas e inacessíveis quantias de dinheiro aos contribuintes (Estados Unidos, 2020, tradução própria<sup>35</sup>).

Assim, apesar da gama de ameaças externas sendo articulados na narrativa de Trump, a pesquisa ressalta que nos pronunciamentos analisados há uma predominância na construção do inimigo na figura dos migrantes indocumentados. Assim, a pesquisa relaciona esta análise ao conceito da política externa como uma construção discursiva que molda e reproduz a identidade

---

<sup>32</sup> Idioma original do trecho: One hundred thirty-two lawmakers in this room have endorsed legislation to impose a socialist takeover of our health care system, wiping out the private health insurance plans of 180 million very happy Americans (Estados Unidos, 2020).

<sup>33</sup> Idioma original do trecho: I want you to know: We will never let socialism destroy American health care (Estados Unidos, 2020).

<sup>34</sup> Idioma original do trecho: [...] our nation by providing free taxpayer-funded health care to millions of illegal aliens, forcing taxpayers to subsidize free care for anyone in the world who unlawfully crosses our borders (Estados Unidos, 2020).

<sup>35</sup> Idioma original do trecho: [...] acting as a powerful lure for illegal immigration. That is what is happening in California and other states. Their systems are totally out of control, costing taxpayers vast and unaffordable amounts of money (Estados Unidos, 2020).

nacional, a qual, paralelamente, serve como uma prática disciplinatória para a população nacional (Campbell, 2008).

Como abordado nas discussões do terceiro eixo conceitual, a reprodução das práticas discursivas da identidade e da cultura política dos Estados Unidos, como os discurso da excepcionalidade e seus anacronismos, é uma forma de reforçar a ordem existente dentro das fronteiras do país. Contudo, esta também age para discernir o entendimento da população sobre o diferente, e encarar o “Outro” como ameaça. Isto é, aquele que não segue as premissas da ordem interna, logo, ignora os próprios pressupostos estabelecidos pelo discurso de identidade nacional e os predicados atribuídos ao “Eu/Nós” (Campbell, 1998; Doty, 1993).

Por meio dessa chave teórica, portanto, a pesquisa analisa a construção discursiva de Trump sobre a entrada de migrantes indocumentados no país, os classificando como ameaças existenciais à sociedade estadunidense: “Nas cidades-santuário, as autoridades locais ordenam que a polícia liberte estrangeiros criminosos perigosos para atacar o público, em vez de entregá-los ao ICE para serem removidos com segurança” (Estados Unidos, 2020, tradução própria<sup>36</sup>). Da mesma maneira, no pronunciamento de 2019, Trump descreve o estado da Califórnia como um “[...] santuário para imigrantes ilegais criminosos — um santuário muito terrível — com resultados catastróficos [...]”<sup>37</sup> (Estados Unidos, 2019, tradução própria<sup>38</sup>)

Com base no exposto, é possível aplicar a lógica discursiva da construção da identidade através da alteridade para a narrativa de Trump. Nesta, o presidente caracteriza migrantes indocumentados uma ameaça existencial. Na mesma linha, apesar de serem cidadãos estadunidenses, identifica políticos da oposição como inimigos da população por supostamente se colocarem contra os interesses e direitos dos “verdadeiros americanos”. Assim, Donald Trump localiza o “Outro” dentro das próprias fronteiras físicas dos Estados Unidos, coerente com a corrente de pensamento e prática política da tradição jacksoniana, como apontado na subseção anterior.

---

<sup>36</sup> Idioma original do trecho: In sanctuary cities, local officials order police to release dangerous criminal aliens to prey upon the public, instead of handing them over to ICE to be safely removed (Estados Unidos, 2020).

<sup>37</sup> Trump se refere a cidades e estados que possuem “leis de santuários”, que em termos gerais, previne que agentes locais ou estaduais da Agência de Imigração e Alfândega dos Estados Unidos (ICE), detenham migrantes indocumentados. Especificamente em relação a Califórnia, foi aprovado em 2017, o primeiro projeto no país que estabeleceu políticas estaduais de jurisdição exclusiva do estado sobre todos os espaços públicos, visando restringir o uso de recursos estaduais para fins de fiscalização migratória. Dessa forma, ficou limitado a ação de servidores públicos, como agentes federais da ICE de prender ou abordar migrantes, independente de seus status migratório, ou seja, documentados ou não. Na época da promulgação da lei, o governador do estado era o democrata Jerry Brown (2011-2019) (Arrocha, 2021).

<sup>38</sup> Idioma original do trecho: [...] sanctuary for criminal illegal immigrants — a very terrible sanctuary — with catastrophic results [...] (Estados Unidos, 2019).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões realizadas ao longo da pesquisa, buscou-se compreender em que medida o discurso ideológico de identidade nacional reproduzido por Donald Trump, como ferramenta de política externa, apresentou continuidades, adaptações ou rupturas com a narrativa de Ronald Reagan. Essencial para esta tarefa foi o referencial teórico da Análise de Discurso, envolvendo os conceitos de reprodução ideológica do discurso político; e as construções de identidade através de práticas discursivas de pressuposição, predicação e posicionamento de sujeito. Este conjunto ferramental, portanto, foi aplicado às análises do conteúdo discursivo dos pronunciamentos presidenciais selecionados buscando inferir sobre a pergunta da pesquisa.

Como (Doty, 1993) apresenta, atributos e qualidades são conferidos a pessoas e ações humanas, mas também podem ser usados para descrever uma região, um regime, um governo ou um tipo de Estado nacional. Na prática discursiva da política externa estadunidense, observa-se uma coerência no uso dos predicados, da pressuposição e dos posicionamentos dos atores para descrever a identidade nacional do país. Essa coerência, portanto, também se encontra presente na comparação entre as narrativas construídas pelos presidentes supracitados. Aliado a estas análises, usou-se marcadores históricos da identidade nacional como eixos conceituais comparativos a fim de realizar a análise contrastiva proposta pela pesquisa.

Nesta esteira, a partir das discussões teóricas e metodológicas do capítulo dois, compreendeu-se que uma realidade política particular somente pode ser entendida através de um sistema de significados e pressupostos específicos, logo, esta se encontra inserida em uma estrutura discursiva. Dessa forma, o discurso político, especificamente, o de política externa, é reproduzido por subjetividades apreendidas a partir desta estrutura, e tal como outras formas de discurso, criam problemáticas, objetos e sujeitos; ao mesmo tempo que articulam políticas para enfrentá-los (Shapiro, 1988; Laclau; Mouffe, 1985).

Logo, por meio dessa abordagem, as práticas de política externa são entendidas em um contexto mais amplo de construção de um tipo de ordem internacional na qual coexistem vários tipos de identidades políticas. Essa abordagem foi de suma importância para a pesquisa, pois possibilitou o entendimento de que existem identidades discursivas em disputa dentro da estrutura, as quais, por sua vez, buscam impor suas ideologias sobre as demais.

Sendo assim, a reprodução de um discurso é uma relação holística entre materialidade e ideias, na qual as identidades dos sujeitos políticos são simultaneamente razão e produto discursivo, constituindo, assim, a base tanto para o discurso de política externa quanto para

medir seus resultados (Hall, 2003; Hansen, 2006). Intrínseco a este conceito está o entendimento que discursos ideológicos não são estruturas estáveis, visto que estão submetidos a mudanças históricas por serem práticas políticas e sociais, as quais não são fixas no tempo (Laclau; Mouffe, 1985; Campbell, 1998). Assim, a pesquisa aponta que foi deste referencial que a construção da narrativa presidencial de identidade nacional foi analisada.

Ademais, como discutido no capítulo dois, a política externa serve como uma prática discursiva para reforçar a identidade, tanto para o público interno como o externo. Seguindo a proposta pós-estruturalista de construção de realidade por meio do discurso, a pesquisa apontou que a divisão tradicional entre política doméstica e internacional não é natural nem objetiva, mas produto de discursos ideológicos historicamente reproduzidos. Assim, entendeu-se que a política externa é sustentada por representações específicas da identidade nacional, criadas, mantidas ou adaptadas pelo discurso (Hansen, 2016; Campbell, 1998).

A partir deste arcabouço teórico, a pesquisa se baseou na estratégia metodológica da análise de discurso contrastiva em razão dos três eixos conceituais da identidade nacional: a excepcionalidade estadunidense; o papel dos Estados Unidos na Ordem Internacional Liberal; a constituição da identidade nacional a partir da relação com o “Outro” e o medo da ameaça externa. Assim, foi possível inferir sobre as continuidades e desvios na narrativa de identidade nacional de Donald Trump em relação a Ronald Reagan. Subordinadas, por sua vez, pelas reflexões alcançadas sobre o ambiente discursivo dos seus respectivos governos e os resultados encontrados na análise do *corpus* discursivo construído através de pronunciamentos oficiais destes atores.

Na esteira da seleção e coleta deste material, ao se ter o *corpus* em mãos, a pesquisa analisou as regularidades e contradições discursivas nesse material, ou seja, sua filiação histórica com os três eixos conceituais. Assim, em relação ao primeiro eixo, o estudo sobre o discurso da excepcionalidade estadunidense indicou que existem desvios ontológicos entre as duas narrativas em questão, acerca de suas origens e natureza. O principal desses desvios é a discordância sobre a crença da natureza especial dos EUA. Ronald Reagan, por sua vez, articulava narrativamente o pressuposto que o país é uma entidade política singular e especial, como é possível perceber quando o presidente afirma, em 1982, que a liberdade foi confiada às mãos da “experiência” estadunidense. Neste momento, Reagan faz uso do caráter exemplar da excepcionalidade ao situar os EUA como um modelo ou experimento democrático no qual a liberdade encontrou propósito.

Além disso, imbuído na presunção da inocência e virtude da identidade nacional, o discurso de política externa desse presidente age sob uma lógica expansionista, revelando um

caráter missionário da excepcionalidade, impondo os valores morais nacionais no sistema internacional. Ficou evidenciado, nesta esteira, que o argumento da missão redentora foi constantemente revisitado na narrativa presidencial de Ronald Reagan, como, por exemplo, quando o presidente afirma que os EUA representam a última fonte de resistência contra o comunismo (Reagan, 1964); ou quando declarou que o papel do país no mundo era de levar a sua visão civilizacional como uma forma de libertação frente ao cenário da Guerra Fria (Reagan, 1982).

Ademais, a ideia dos EUA como um projeto sagrado tal como descrito pelo discurso puritano, representado pela narrativa do povo eleito, e guiado pela Providência Divina, também foi constantemente reiterado pelo presidente (Estados Unidos, 1982, 1984). Neste sentido, Reagan conciliava elementos religiosos e seculares em seu discurso sobre a promoção da paz, segurança e liberdade, para o resto do mundo. Da mesma forma, identificou-se que o presidente, ao exaltar a universalidade e essencialidade dos valores nacionais, como o respeito à dignidade e à liberdade individual, uma imprensa livre, a livre iniciativa comercial, e, sobretudo, a democracia, revela que em sua narrativa, estes elementos tornam o país superior aos demais (The White House, 1983).

Do mesmo modo, os resultados obtidos da análise apontam que um fator primordial para cumprir o papel especial dos Estados Unidos no mundo era a expansão do poder do país, não só simbolicamente, mas materialmente, através das capacidades militares nacionais (Estados Unidos, 1982). Assim, nota-se que em sua narrativa a excepcionalidade nacional também foi expressa por meio materiais e quantitativos, como evidenciado na ênfase do fortalecimento das Forças Armadas e a subsequente corrida armamentista durante seu primeiro mandato. A política externa do país, nessa visão, atuava através de uma racionalidade impositiva, embora, guiada por ideais supostamente justos e comprometida com o papel de pacificadores do país, agindo como uma força benevolente no mundo (Estados Unidos, 1983).

Em contrapartida, para Donald Trump, a excelência dos Estados Unidos não veio por uma natureza distinta e especial, com efeito, foi construída historicamente por capacidades materiais. Isto fica evidenciado quando o presidente resgata o passado histórico do país, a exploração do “Novo Mundo” pelos colonos e a expansão da fronteira à oeste. Reafirmando, assim, um dos pressupostos da excepcionalidade, a narrativa do Destino Manifesto, porém ignorando o conceito da missão redentora dos EUA. No entanto, fica nítido que na narrativa desse presidente, a contínua expansão das fronteiras materiais, isto é, a superioridade econômica do país, precisa ser priorizada (Trump, 2018).

Portanto, para Trump a excepcionalidade é um processo inacabado e em disputa, o qual, na época em que assumiu como presidente, acreditava que o país tinha perdido. No entanto, em sua retórica, ele se coloca na missão de resgatar a excepcionalidade nacional por meio de suas habilidades empresariais. Assim, torna-se um bem material e um título a ser conquistado, não assumido como algo dado (Wertheim, 2017). No entanto, o presidente acredita na grandeza dos valores nacionais, porém não os vê como naturais, por mais que acredite que sejam superiores, por exemplo, quando afirma que o povo estadunidense representa a nação mais extraordinária da história (Estados Unidos, 2019).

Assim, através dos valores nacionais, principalmente os conservadores, seria possível resgatar a grandeza perdida dos EUA, em um mundo no qual a multipolaridade favorece a competição entre as potências mundiais, ao passo que o “liberalismo internacional” compromete o patriotismo e os valores tradicionais estadunidenses (Morgan, 2019; Carafano, 2021). Dessa forma, para o presidente, a excepcionalidade nacional pode ser quantificada e comparada, o que em si, nota-se, é uma quebra com o paradigma da natureza especial e espontânea da identidade nacional.

Em suma, a pesquisa entende que a excepcionalidade estadunidense permanece inscrita na narrativa de Trump, mas como um ativo que precisa ser assegurado, visto que não está garantido. Assim, a excelência estadunidense e a autopercepção de sua grandeza, permanecem na articulação discursiva de sua narrativa sobre identidade nacional. No entanto, ressalta-se, essas não são conquistadas por uma superioridade moral, e sim materialmente, constantemente, sem a presunção de serem permanentes.

Neste sentido, outro fator que distingue os dois presidentes é a presunção da inocência e a equivalência moral dos EUA em relação aos demais países. Quando Donald Trump afirmou que assim como a Rússia, os Estados Unidos também cometeram atos de agressão, este o fez questionando e deslegitimando a percebida inocência da natureza da política externa estadunidense (Deyermond, 2020).

Na ocasião, o presidente equipara os Estados Unidos a um ator tradicionalmente reconhecido por Washington como beligerante e um rival estratégico, bem como classificado por agências e organizações internacionais, várias das quais os EUA fazem parte ou foram signatários, como autoritário. Este movimento contraria a narrativa histórica da nação redentora consagrada no século XIX, além das décadas do discurso da excepcionalidade nacional de um país comprometido com a proteção dos direitos democráticos da comunidade internacional durante a Guerra Fria (Deyermond, 2020).

No entanto, apesar de Trump rejeitar a essencialidade da excepcionalidade estadunidense, e a avalie sob um paradigma quantitativo, o presidente ainda age sob as condições e prerrogativas criadas pelo exercício da hegemonia estadunidense, baseada, por sua vez, no discurso da excepcionalidade. Essas permitiram que os EUA ajam unilateralmente em uma ordem criada a partir dos interesses nacionais, usando o multilateralismo como uma ferramenta para impor e reforçar a sua hegemonia. Assim, a pesquisa infere que, apesar do presidente discordar das definições sobre a origem deste discurso, é através dos meios e capacidades materiais gerados pela imposição da universalidade dos valores nacionais, que a dominação ideológica, econômica e política dos EUA foi consolidada.

Em suma, quando Donald Trump discorda da origem espontânea da excepcionalidade implica-se também na negação do projeto missionário da nação de promover os valores nacionais. Assim, em relação ao segundo eixo conceitual da pesquisa, nota-se que Trump rejeita os fundamentos da excepcionalidade responsável por estipular muito das regras formativas da Ordem Internacional Liberal. Isto é, que o alto investimento na reconstrução de países após a 1945, e em instituições internacionais, são condições para garantir a sustentabilidade da hegemonia estadunidense nessa ordem (Wertheim, 2017).

No entanto, para Trump, o caráter missionário da excepcionalidade, tradicional a narrativa de identidade nacional articulada por Ronald Reagan, poderia justamente ferir os ganhos da dominância e superioridade material dos Estados Unidos. Isto ocorreria devido ao fato que a imposição dos valores nacionais em outras culturas e países externos convidaria reações agressivas contra este discurso universalizante à integridade física do Estado.

Por sua vez, como apontado, Ronald Reagan pregava que o objetivo do projeto da nação estadunidense era de promover a prosperidade do modo de vida estadunidense não só para a população interna, mas para toda a humanidade (Estados Unidos, 1982). Portanto, os meios para garantir a promoção da democracia e os valores liberais econômicos, responsáveis pelo progresso, variavam entre instituições multilaterais, intervenções militares diretas, acordos comerciais bilaterais, reformas econômicas e alianças entre parceiros estratégicos.

A execução destes empreendimentos, por sua vez, era sustentada pelo discurso do internacionalismo liberal, mas refletiam o comportamento unilateral dos EUA no exercício de sua hegemonia, quando julgado necessário. Essas iniciativas tinham em comum, ressalta-se, a consonância do caráter missionário e exemplar da excepcionalidade estadunidense, os quais informavam diretamente o papel do país na ordem internacional. Assim, como discutido no capítulo cinco, ao usar o multilateralismo paralelo a medidas unilateralistas, a pesquisa entendeu que o governo Reagan fez uso de um discurso de política externa unilateral ativista.

Nesta definição, as tendências unilaterais junto a uma abordagem liberal expansionista, permitiu a implementação de políticas internacionalistas que asseguraram os interesses do país na construção e manutenção de uma ordem internacional pautada pela hegemonia estadunidense. Neste sentido, os valores liberais serviam como um exemplo a ser seguido pela comunidade internacional, e promovidos pelo impulso expansionista do caráter missionário da excepcionalidade, como forma de garantir o projeto civilizacional da narrativa progressista.

Assim, durante o governo Reagan, o liberalismo internacional foi imposto e reproduzido pela política externa do país como uma ferramenta de manutenção da hegemonia estadunidense. Por outro lado, para Donald Trump, o caráter missionário da política externa estadunidense foi o responsável pelas crises econômicas contemporâneas; e o discurso do liberalismo internacional, uma força restritiva aos interesses nacionais mais do que um facilitador para sua concretização. Visto que, através de acordos multilaterais injustos, os EUA passaram a ser economicamente explorados por outros Estados, e, conseqüentemente, a superioridade do país foi comprometida (Anton, 2019).

Como consequência dessa visão limitada sobre a manutenção hegemônica, a relação da política externa do governo com parceiros, bem como Estados-clientes e rivais estratégicos, apresentou a tendência de usar arranjos bilaterais e medidas unilaterais para enfrentar os desafios econômicos lançados por outros atores, como as disputas comerciais com a China evidenciou (Carafano, 2021). Assim, os comportamentos hostis aos arranjos multilaterais por parte do governo se explicam pela visão que estes apresentavam tendências predatórias à riqueza nacional ou que, em sua visão, ameaçavam a soberania do país.

Na mesma medida, o governo abdicou dos investimentos em ocupações militares prolongadas sob o risco de agressões externas e o custo econômico destas medidas, que em sua visão, eram injustificáveis. Em suma, durante o governo Trump, observou-se uma inclinação a medidas unilaterais e o emprego de políticas protecionistas como instrumentos de projeção de poder econômico. Houve uma preferência por acordos bilaterais, bem como a condução de operações militares com objetivos mais táticos e limitados, além da promoção do patriotismo, em rechaço ao caráter homogeneizador do liberalismo internacional, como forma de reafirmação da identidade nacional tradicional.

Além disso, outro princípio do discurso da excepcionalidade que foi contrariado pelo governo Trump, no desempenho do papel dos EUA na ordem internacional, foi a crença inabalável da resistência do poder estadunidense. Em outras palavras, as instituições liberais e os valores democráticos não assegurarão o sucesso econômico do país e a garantia da segurança nacional, mas sim uma política pragmática para o sistema internacional. Entende-se, dessa

forma, que o argumento da nação redentora entra em suspenso, uma vez que outros povos não precisam ser convertidos e salvos pelos valores estadunidenses (sejam estes, sociais, religiosos ou políticos) para alcançar o progresso. O papel benigno intervencionista que os Estados Unidos prestaram ao mundo, essenciais para a reprodução do discurso da identidade estadunidense, foram, portanto, ignorados.

Contudo, a inclinação a um papel mais unilateral também esteve presente na política externa de Ronald Reagan, uma vez julgado que determinadas instâncias multilaterais fossem empecilhos na implementação da agenda do governo. Portanto, o fator contrastante entre estas narrativas é a indiferença de Trump em moldar a ordem internacional aos valores estadunidenses, priorizando, por sua vez, apenas assegurar que na hierarquia desta estrutura, os Estados Unidos estejam em primeiro lugar (Renshon, Suedfeld, 2021).

Por fim, em relação ao segundo eixo conceitual, ao contrastar o papel dos EUA na Ordem Internacional Liberal entre estes governos, entende-se que suas diferenças decorrem das interpretações de cada narrativa sobre as características da excepcionalidade nacional. Para Reagan, a excepcionalidade se viabilizava por meios tanto quantitativos como qualitativos, enquanto para Trump, apenas quantitativos. Ambos, no entanto, assumem a superioridade do país como uma necessidade, mas diferem nos aspectos em como assegurá-la e a exercer. Assim, a liderança moral da OIL deixa de ser prioridade na narrativa de Trump, ao se concentrar em sua liderança material (econômica e militar). Para esse presidente, a hierarquia do sistema internacional pode e precisa ser liderada pelos EUA, no entanto, não por suas virtudes superiores, mas por meios materiais (Wertheim, 2017; Restad, 2020).

Nessa construção discursiva de agenda internacional, o país persegue a supremacia econômica no comércio e nas finanças internacionais. Aliado a isso, exerceu uma postura defensiva e alarmista, em decorrência ao cenário de tensão multipolar (Fiori, 2018). Dessa forma, entende-se que a estratégia da política externa necessitaria uma posição unilateral a fim de proteger sua soberania frente às ameaças à segurança nacional. A responsabilidade de polícia e árbitro da moralidade universal é substituída no governo Trump, para que os Estados Unidos possam assumir plenamente o *status* de “império militar”, abdicando da instrumentalização da democracia como forma de controlar e pautar a agenda internacional (Fiori, 2018; Nye, 2002).

Como discutido anteriormente, a narrativa presidencial de Trump não descarta a excepcionalidade nacional, apesar de deslocá-la do seu caráter missionário internacional. Em vez disso, a pesquisa encontrou que esse discurso foi aplicado para reforçar os valores nacionais domesticamente. Assim, revestido de um caráter patriótico, a defesa dos valores tradicionais da família nuclear e da fé está intrinsecamente ligada à narrativa da ameaça externa.

Desta maneira, tendo em mente a discussão feita no capítulo dois sobre alteridade discursiva e construção de identidades, a pesquisa conduz a análise contrastiva para seu terceiro e último eixo conceitual: a constituição da identidade nacional a partir da relação com o “Outro” e o medo da ameaça externa. Assim, na visão de Donald Trump, outra consequência do globalismo e do liberalismo internacional, foram as fissuras à percepção tradicional da identidade estadunidense e a instabilidade da ordem interna. Estas, concretizadas através da miscigenação, do “cosmopolitismo” e do “multiculturalismo”, reproduzidos e apoiados pelas elites internacionais, grupos étnicos e religiosos diversos (Mead, 2017).

Consequentemente, esses grupos passariam a representar narrativas de identidade nacional alternativas, em prejuízo, segundo a visão trumpista, da autopercepção nacional tradicional. Por sua vez, em contrapartida, Ronald Reagan fez uso de pressupostos básicos do discurso da excepcionalidade em relação a alteridade: o progresso social associado ao discurso expansionista puritano. Estes, unem gerações de migrantes, populações indígenas e negras sob a narrativa de uma identidade estadunidense comum (Neüff, 2018).

Assim, apesar das diferenças em credo, etnia, classes socioeconômicas que contribuíram para a formação dos EUA, a identidade nacional enfatizava homogeneidade e assimilação na sua narrativa histórica. Uma dinâmica sublinhada, nota-se, na expansão territorial, nos ritos cívicos republicanos, e nas representações da indústria cultural à custa das experiências sociais e políticas de identidades alternativas (Tyrell, 2021).

Ademais, através do discurso da excepcionalidade, no contexto de disputa hegemônica com a URSS, as fronteiras simbólicas do “Eu” nacional estadunidense incluíam, também, a civilização ocidental como um todo. Assim, os direitos democráticos e as liberdades individuais eram valores a serem promovidos para além das fronteiras físicas dos EUA (Estados Unidos, 1983). A ameaça externa na narrativa deste presidente se concentrava majoritariamente no inimigo na forma de um Estado nacional, considerado opressivo e oposto aos princípios da democracia liberal, a URSS. Assim, a interação com a alteridade para a construção da identidade nacional se baseava nas dinâmicas do sistema internacional.

Por sua vez, na narrativa de Donald Trump, as ameaças externas são diversas, ultrapassando a dinâmica interestatal do sistema internacional. O inimigo, com efeito, é incorporado por Estados competidores, como Irã e China, bem como grupos paramilitares financiados por governos rivais. Entretanto, também incluíam organizações multilaterais e parceiros estratégicos tradicionais, como a OMC e a OTAN, que exploraram a riqueza do país. Além disso, a pesquisa identificou outras fontes de ameaças à integridade da identidade

nacional tradicional na narrativa de Trump, das quais duas são ressaltadas: a oposição política democrata e a população migrante (Estados Unidos, 2019; 2020).

Nota-se que nos pronunciamentos analisados pela pesquisa, diferentemente de Trump, o presidente Reagan nunca citou diretamente políticos ou estados, por nome, que discordassem de sua visão. A narrativa geral criada por Reagan tinha um tom mais conciliatório, tanto com os governadores como com o Congresso. No entanto, a principal diferença nas construções de identidade nacional pela alteridade, entre os dois presidentes, se encontra no enfoque de Trump em classificar migrantes indocumentados como ameaças existenciais à coesão nacional, em vez de, por exemplo, um ator estatal como a URSS.

Na narrativa de identidade nacional de Trump, a pesquisa identificou que tanto a retórica como as políticas migratórias do governo refletiam a preocupação em limitar a influência cultural, econômica e política das populações migrantes, principalmente de países mulçumanos e latino-americanos, na sociedade estadunidense. Assim, a narrativa da identidade nacional do presidente enfatizou o papel central da família, da fé cristã, da moralidade, da preservação dos empregos dos “americanos de verdade” e dos valores morais tradicionais. Os quais, por sua vez, seriam opostos aos valores dos indivíduos de determinadas categorias que migravam ao país, como os oriundos das regiões citadas acima.

Com efeito, Trump não pareceu estar interessado na homogeneização do mundo aos valores nacionais como ferramenta de projeção de poder internacional, por considerar que esta estratégia levaria a mais riscos para a soberania nacional. Entretanto, tampouco incentivou a assimilação da diversidade; neste sentido, as diferenças culturais não foram ignoradas, mas denunciadas como diferenças irreconciliáveis à autopercepção de nação do presidente e de seus eleitores.

Em suma, como balanço final da análise contrastiva, entende-se que em relação ao primeiro eixo de análise, Ronald Reagan e Donald Trump, ambos são favoráveis ao discurso da excepcionalidade, porém diferem na definição de sua natureza. O primeiro entende o caráter excepcional da nação como uma característica permanente que confere um papel especial aos EUA no mundo. Trump, por outro lado, enxerga a excepcionalidade em meios quantitativos, uma posição que pode ser adquirida, mas também perdida. Logo, em um sistema internacional composto por atores que competem por recursos, os EUA devem exercer sua dominância, adquirida historicamente por meio de capacidades materiais, para assegurar sua excepcionalidade.

Os dois presidentes, no entanto, a pesquisa entende, assumem que garantir a superioridade dos EUA no sistema internacional deve guiar a política externa. Neste sentido,

sobre o segundo eixo conceitual, visto que a superioridade dos EUA advém de concepções ontológicas diferentes sobre a excepcionalidade nacional, isto, conseqüentemente, leva a diferentes estratégias para a concretização desta superioridade na ordem internacional. Portanto, as duas narrativas se distanciam na medida que o caráter missionário da excepcionalidade permeia a narrativa de identidade nacional de Reagan.

Como identificado, este reflete o impulso expansionista e universalizante dos valores nacionais, como ferramenta de construção de uma ordem internacional e para sua manutenção hegemônica. Nessa conjectura, o país deve promover e impor o discurso do internacionalismo liberal, porém, esta imposição não ocorre somente pelo multilateralismo. Quando julgado necessário, a política externa do governo Reagan recorreu, em larga medida, ao unilateralismo para concretizar seus objetivos na ordem internacional. Assim, tais características fundamentam um comportamento classificado pela pesquisa como unilateralismo ativista, conciliando o caráter missionário e exemplar da excepcionalidade, aplicando medidas unilaterais impositivas aliado a práticas multilaterais.

Donald Trump, em contrapartida, exerceu a hegemonia da ordem internacional através de um unilateralismo ativista que enfatizou o caráter exemplar da excepcionalidade. Assim, o uso de medidas unilaterais foi extensivo, porém, a pesquisa identificou que o multilateralismo não foi ignorado, mas suas instâncias redefinidas para melhor servir a agenda econômica e política do governo. Observa-se que, na visão de Donald Trump, os Estados Unidos precisam se reafirmar como líder do sistema internacional, a partir do sucesso de sua economia, pela defesa irrestrita da liberdade e pela absoluta superioridade do seu poderio militar. Elementos, estes, básicos da projeção de poder estadunidense no sistema internacional, e coerente com o discurso da excepcionalidade (Estados Unidos, 2018; Renshon, Suedfeld, 2021; Fiori, 2018).

No entanto, outra faceta de sua política externa, foi a retração da universalização dos valores liberais como ferramenta de projeção de poder, visto que no discurso ideológico de Trump, a homogeneização cultural sob a sombra do liberalismo internacional é prejudicial aos valores nacionais de cada país. Contudo, de forma geral, entende-se que ambos os presidentes recorreram ao unilateralismo ativista, porém Reagan promoveu o discurso liberal na ordem internacional como um dos pilares de sua narrativa presidencial, enquanto Trump favoreceu a redefinição das regras de interação da OIL. Entretanto, ainda assim, esse presidente usou de seus instrumentos multilaterais, porém abdicando da promoção dos seus valores fundacionais.

Como terceiro eixo conceitual, a pesquisa entende que os dois presidentes usufruíram da alteridade como ferramenta de construção da identidade nacional em oposição ao “Outro”. Contudo, as fontes de ameaça construídas por Trump são mais diversas, ao passo que enfatizam

os inimigos domésticos como riscos existenciais a ordem política e social do país. Enquanto Reagan concentrava a contraposição do “Eu” nacional com o “Outro” soviético como fonte de ameaça.

Assim, a partir da análise das narrativas presidenciais, a pesquisa identificou que Trump difere em pontos significativos das ideias de Reagan sobre a identidade nacional. Esta diferença pode ser observada em cada um dos três eixos conceituais analisados pela pesquisa. Desse modo, coerente com as discussões sobre a instabilidade do discurso ideológico (Orlandi, 2005), ocorre uma confrontação entre o passado e o diferente, levando a mudanças no discurso e criando padrões e narrativas alternativos sobre os significados de nação.

No entanto, ressalta-se que este é um fenômeno impossível de ser contornado, visto as transformações históricas e estruturais na sociedade estadunidense e no mundo entre estes dois momentos. Assim, essas mudanças, precisam ser entendidas não só pelas particularidades ideológicas de Donald Trump, mas também, como discutido, pelo estado da OIL e as dinâmicas da política doméstica que reagem às fragilidades e instabilidades deste sistema internacional. Por outro lado, é possível perceber que apesar das dissonâncias, Trump articula suas ideias sobre identidade nacional sob paradigmas similares aos de Reagan. Isto é, o discurso da excepcionalidade ainda é articulado pelo ex-presidente, porém há diferenças na concepção de sua origem.

Já no segundo eixo conceitual, os dois presidentes apresentam contrastes maiores, no entanto, ambos articulam a crença na liderança dos EUA, apesar de Trump se concentrar na superioridade material e minimizar o papel moralizador do país na OIL. No terceiro eixo, por sua vez, a construção da ameaça externa, através da alteridade, segue os mesmos padrões discursivos articulados por Reagan. A saber, a contraposição entre o “Eu” e o “Outro” por meios agressivos, a partir da exaltação dos valores nacionais em detrimento das características do sujeito externo.

Assim, conforme as necessárias adequações à conjuntura multipolar, o discurso de identidade nacional de Donald Trump passa por adaptações ideológicas, mas não seria possível classificar o primeiro como uma ruptura total com o segundo. Entretanto, determinantes políticos não são criados espontaneamente a partir de leis naturais, são, efetivamente, formulados de acordo com necessidades de grupos e classes sociais específicos (Doty, 1993). Portanto, as causas dessas alterações discursivas, seriam uma consequência evolutiva de um discurso já radicalizado na política doméstica, que, por sua vez, corresponde com a atual realidade social do país (Dueck, 2020; Smith, 2022).

Assim, a pesquisa infere que Trump não seria o efeito catalisador isolado destas mudanças, mas resultado destas, visto que discursos ideológicos não operam no vácuo (Hall, 2003). Neste sentido, ao problematizar a realidade, entende-se que as configurações políticas e sociais não são consequências de leis naturais e fixas, mas sim produtos ideológicos frutos de processos históricos. A partir destes, certas narrativas são priorizadas em detrimento de outras a partir do discurso. Sendo que, como tal, um determinado discurso pode ser alterado de acordo com os propósitos das classes dominantes.

Tal como Pêcheux (1997a) aponta, um discurso sempre deriva de outro discurso pré-estabelecido, porém em sua reprodução, passa por adaptações e transformações conforme a conjuntura do presente emissor. Assim, da mesma forma, entende-se que os diferentes conceitos usados por Trump estão ligados discursivamente às ideias de Reagan sobre identidade nacional. Isto ocorre, pois dificilmente este conseguiria quebrar com os padrões estabelecidos pelo segundo, visto a dominância da narrativa de Reagan na estrutura discursiva sobre identidade nacional. No entanto, entende-se que as identidades não são fixas no tempo e na estrutura discursiva em que interagem, na medida em que são passíveis de adaptações correspondentes à sua conjuntura política e às transformações sociais e históricas.

Como apontam Laclau e Mouffe (1985), o eixo central de uma estrutura discursiva são seus pontos nodais. Para tornar um determinado significado, ou pressuposto, fixo dentro do discurso dominante é necessário que este esteja conectado diretamente com um ponto nodal. Partindo desta premissa teórica, a articulação discursiva de Donald Trump, aponta-se, apresenta intersecções com os pontos nodais desta estrutura mais ampla sobre a narrativa de identidade nacional. Verificadas, por sua vez, através das suas semelhanças com o discurso ideológico de Reagan, representados pelos três eixos conceituais.

Assim, apesar de existir diferenças entre as narrativas, especialmente no segundo eixo conceitual, Trump age sobre premissas que se enquadram dentro do discurso de classe mais amplo reproduzido por Reagan. No entanto, em sua reprodução discursiva ocorrem adaptações nos sentidos, o que leva a uma confrontação entre as ideias dominantes no interior desta classe e as ideias de Trump. Como discutido no capítulo dois, a partir desta confrontação surge espaço para transformações, e a possibilidade de subversão das ideias dominantes dentro desta mesma classe (van Dijk, 1998).

Nesta esteira, a pesquisa resgata a concepção de Courtine (2009) de análise contrastiva, na qual se examina as contradições ideológicas construídas por sujeitos políticos a partir de suas posições de classe para um fechamento da análise. Infere-se, assim, que ambos os presidentes fazem parte de uma ordem discursiva dominante, como chefes de Estado da

potência hegemônica da ordem internacional. No entanto, estão em posições hierárquicas diferentes.

Nesse sentido, Reagan ocupa um lugar privilegiado na estrutura ideológica do discurso político, sendo que sua narrativa presidencial ainda informa a autopercepção coletiva sobre a identidade nacional, especialmente para o Partido Republicano. Trump, com suas particularidades ideológicas e retóricas, por sua vez, apresenta desvios com o discurso dominante de Ronald Reagan, conforme os resultados encontrados através da análise dos três eixos conceituais da pesquisa.

Contudo, apesar de apresentar contradições com a narrativa de Reagan, como parte da mesma estrutura ideológica, a pesquisa aponta que existe um alinhamento tendencial entre as respectivas narrativas. Portanto, identificou-se que, em termos gerais, Trump ainda se encaixa dentro dos parâmetros discursivos desta narrativa de identidade nacional.

## REFERENCIAS

- ACHARYA, AMITAV. Race and racism in the founding of the modern world order. **International Affairs**, [s. l.], v. 98, n. 1, p. 23-43, 10 jan. 2022. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article/98/1/23/6484842?login=false>. Acesso em: 28 jul. 2024.
- AFZAL, Madiha. Commentary Evaluating the Trump administration’s Pakistan reset. **Brookings**, [S. l.], p. 1-1, 26 out. 2020. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/evaluating-the-trump-administrations-pakistan-reset/>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- Al Hashimi, Shurooq. From Rhetoric to Posture: A Comparative Study Of George W. Bush, Barack H. Obama And Donald J. Trump’s Stances Towards Dprk Nuclear Issue. **Przeegląd Strategiczny**, [s. l.], n. 15, p. 352-371, Feb 2022. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/368563645\\_From\\_Rhetoric\\_to\\_Posture\\_a\\_Comparative\\_Study\\_of\\_George\\_W\\_Bush\\_Barack\\_H\\_Obama\\_and\\_Donald\\_J\\_Trump%27s\\_Stances\\_Towards\\_DPRK\\_Nuclear\\_Issue](https://www.researchgate.net/publication/368563645_From_Rhetoric_to_Posture_a_Comparative_Study_of_George_W_Bush_Barack_H_Obama_and_Donald_J_Trump%27s_Stances_Towards_DPRK_Nuclear_Issue). Acesso em: 18 ago. 2024.
- ALTHUSSER, Loius. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 187 p. ISBN 9788570380739.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 330 p. ISBN 978-85-35911886.
- ANTON, Michael. The Trump Doctrine: An insider explains the president’s foreign policy. **Foreign Policy**, [s. l.], 20 Mar. 2019. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2019/04/20/the-trump-doctrine-big-think-america-first-nationalism/>. Acesso em: 25 fev. 2024.
- ATWOOD, Kylie; GAOUETTE, Nicole. How Biden plans to undo Trump’s ‘America First’ foreign policy and return US to world stage. **CNN Politics**, [S. l.], p. 1-1, 31 out. 2020. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/10/31/politics/biden-foreign-policy-plans/index.html>. Acesso em: 4 dez. 2023
- ARROCHA, William. Expanding the geographies of ‘sanctuary’ and the deepening and contentious nature of immigration federalism: the case of California’s SB 54. **Globalizations**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 253–269., 17 mar. 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14747731.2021.1893529>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- AS ARTEMIS Moves Forward, NASA Picks SpaceX to Land Next Americans on Moon. **NASA**, [S. l.], p. 1-1, 16 abr. 2021. Disponível em: <https://www.nasa.gov/news-release/as-artemis-moves-forward-nasa-picks-spacex-to-land-next-americans-on-moon/>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- NASA, ESA Finalize Agreementson Climate, Artemis Cooperation. **NASA**, [S. l.], p. 1-1, 15jun. 2022. Disponível em: <https://www.nasa.gov/news-release/nasa-esa-finalize-agreements-on-climate-artemis-cooperation/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

ASHLEY, Richard K. The poverty of neorealism. **International Organization**, [s. l.], v. 38, ed. 2, p. 225-286, spring 1984. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/833C3806BE4A3147CA23D8840D15583C/S0020818300026709a.pdf/the-poverty-of-neorealism.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

ASHLEY, R. “Untying the Sovereign State: A Double Reading of the Anarchy Problematique”. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 17, n. 2, p. 227-262, 1988. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03058298880170020901>. Acesso em: 11 out. 2023

ASHLEY, Richard K.; WALKER, R. B. J. Speaking the Language of Exile: Dissident Thought in International Studies. **International Studies Quarterly**, [s. l.], v. 34, nd. 3, p. 259–268, 1990. DOI: 10.2307/2600569. Disponível em: <https://academic.oup.com/isq/article-abstract/34/3/259/1791417?redirectedFrom=fulltext&login=false>. Acesso em: 16 fev. 2024.

AUSTERMÜHL, Frank. **The great American scaffold: Intertextuality and identity in American presidential discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2014. 347 p. ISBN 9027206449.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. rev. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p. ISBN 978-85-62938-04-7.

BELL, Daniel. The ‘Hegelian Secret’: Civil Society and American Exceptionalism. In: SHAFER, Byron E. **Is America Different?: A New Look at American Exceptionalism**. Oxford: Oxford University Press, 1991. cap. 2, p. 46-70. ISBN 0-19-827734-2.

BERCOVITCH, S. **The Puritan Origins of the American Self**. New Haven: Yale University Press, 2011. 298 p. ISBN 978-0-300-17241-6

BIDEN, Joe. **Remarks by Vice President Joe Biden in Warm Springs, Georgia**. Georgia, 27 Oct. 2020. Disponível em <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-vice-president-joe-biden-warm-springs-georgia/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BORGER, Julian. Biden says ‘America is back’ at the head of the table: but is that a good thing?. **The Guardian**, [S. l.], p. 1-1, 26 nov. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2020/nov/26/biden-america-is-back-foreign-policy-diplomacy>. Acesso em: 18 dez. 2023.

BOZEMAN, Theodore Dwight. The Puritans’ “Errand into the Wilderness” Reconsidered. **The New England Quarterly**, [s. l.], v. 59, ed. 2, p. 231-251, June 1986. Disponível em: [http://www.jstor.org/stable/365680?seq=1&cid=pdf-reference#references\\_tab\\_content](http://www.jstor.org/stable/365680?seq=1&cid=pdf-reference#references_tab_content). Acesso em: 2 jul. 2024.

BUCHANAN, Patrick. PATRICK BUCHANAN: It’s Donald Trump’s Republican Party now. **AP News**, [S. l.], p. 1-1, 8 out. 2017. Disponível em: <https://apnews.com/article/donald-trump-business-jeff-flake-barry-goldwater-bob-corker-79521b0346de4b1a8a58e6c1443ec2e4>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BURLEY, Anne-Marie. Regulating the World: Multilateralism, International Law, and the Projection of the New Deal Regulatory State. In: RUGGIE, John Gerard (ed.). **Multilateralism matters: The Theory and Praxis of an Institutional Form**. New York: Columbia University Press, 1993. cap. 4, p. 125-156. ISBN 0-231-07981-8.

CALLAGHAN, John; O'CONNOR, Brendon; PHYTHIAN, Mark. **Ideologies of American Foreign Policy**. New York: Routledge, 2019. 208 p. ISBN 9780415474313.

CAMPBELL, David. **Writing security: United States foreign policy and the politics of identity**. 2. ed. rev. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998. 289 p. ISBN 0-8166-3144-1.

CANNON, Lou. **President Reagan: the role of a lifetime**. New York: Public Affairs, 2000. 1060 p. ISBN 1-891620-91-6.

CARTER, Jimmy. **Inaugural Address of Jimmy Carter**. Washington, 20 Jan. 1977. Disponível em: [https://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/carter.asp](https://avalon.law.yale.edu/20th_century/carter.asp). Acesso em: 19 jul. 2024.

CEASER, James W. Origins and Character of American Exceptionalism. **American Political Thought**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 3-28, spring 2012. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1086/664595>. Acesso em: 2 jun. 2024.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 328 p. ISBN 978-85-7244-318-0.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHIVERS, Greg; WATSON-MORGAN, Lisa; SMITH, Marshall; SUZUKI, Nantel; POLSGROVE, Tara. NASA's Human Landing System: The Strategy for the 2024 Mission and Future Sustainability. 2020 IEEE Aerospace Conference, Big Sky, MT, USA, p. 1-9, 1 mar. 2020. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/9172599>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CHERRY, Conrad. Westward the Course of Destiny. In: CHERRY, Conrad. **God's New Israel: Religious Interpretations of American Destiny**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1998. cap. Part 3, p. 113-121. ISBN 978-0-8078-2449-8.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999. ISBN 0748610820.

COSGROVE, Ken. Trump and the Republican Brand Refresh. In: GILLIES, Jamie. **Political Marketing in the 2016 U.S. Presidential Election**. 1. ed. London: Palgrave Macmillan Cham, 2018. cap. 3, p. 49-64. ISBN 978-3-319-59345-6. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-59345-6>. Acesso em: 8 fev. 2024.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso Político: O Discurso Comunista endereçado aos Cristãos**. São Paulo: EdUFSCar, 2009. 250 p. ISBN 978-85-7600-160-7.

CROTHERS, Lane. The Cultural Roots of Isolationism and Internationalism in American Foreign Policy. **Journal of Transatlantic Studies**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 21-34, March 2011. DOI 10.1080/14794012.2011.550774. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1080/14794012.2011.550774>. Acesso em: 29 jul. 2024.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. **A House Divided: Donald Trump and the Transformation of American Politics**. Revista Tempo do Mundo, Brasília, v. 5, n. 1, p. 1-32, Janeiro 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9784>. Acesso em: 4 fev. 2024.

DENEEN, Patrick J. Cities of Man on a Hill. **American Political Thought**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 29-52, spring 2012. Disponível em: [www.jstor.org/stable/10.1086/664825](http://www.jstor.org/stable/10.1086/664825). Acesso em: 29 jul. 2024.

DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael J. **International/intertextual relations: postmodern readings of world politics**. Massachusetts: Lexington Books, 1989. 353 p. ISBN 0669-18956-1.

DIAMOND, Jeremy; KLEIN, Betsy. Trump ramps up pressure on Venezuela's Maduro in speech. **CNN**, [S. l.], p. 1-1, 18 fev. 2019. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2019/02/18/politics/donald-trump-venezuela-miami/index.html>. Acesso em: 22 ago. 2024.

DIMOCK, Michael; WIKE, Richard. America is exceptional in the nature of its political divide. **Pew Research Center**, [S. l.], p. 1-1, 13 nov. 2020. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/short-reads/2020/11/13/america-is-exceptional-in-the-nature-of-its-political-divide/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

DIONNE JR, E. J. **Why The Right Went Wrong: Conservatism - From Goldwater to Trump and Beyond**. New York: Simon & Schuster, 2016, 548 p. ISBN 1476763801.

DJUYANDI, Yusa; BRAHMANTIKA, Shafa Ghaisani Salsabila; TARIGAN, Bima Riandy. The Collapse of Global Governance: When the U.S. Leaves the Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA). **Society**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 504-521, 31 dez. 2021. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/reader/72476f15a4207cfdd00b0ec177567ed847a37e0>. Acesso em: 10 ago. 2024.

DOMINGUES, Beatriz Helena. Manifest Destiny in America History: Religion, History and Policy. In: DINIZ, Eugenio (org.). **Estados Unidos: Política Externa e Atuação na Política Internacional Contemporânea**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2009. cap. 1, p. 19-36. ISBN 978-85-60778-42-3.

DOTY, Roxanne Lynn. Foreign Policy as Social Construction: A Post-Positivist Analysis of U.S. Counterinsurgency Policy in the Philippines. **International Studies Quarterly**, [s. l.], v. 3, n. 37, p. 297-320, September 1993. DOI: 10.2307/2600810. Disponível em: <https://academic.oup.com/isq/article-abstract/37/3/297/1827804>. Acesso em: 8 fev. 2024.

DUECK, Colin. **Age of Iron On: Conservative Nationalism**. New York: Oxford University Press, 2020. 240 p. ISBN 978-0-19-007936-9.

CURRAN, James. “Americanism, not globalism”: President Trump and the American mission. **Lowy Institute for International Policy**, [s. l.], p. 1-28, July 2018. Disponível em: <http://www.jstor.com/stable/resrep19793>. Acesso em: 25 fev. 2024.

EDWARDS, Jason A. Defining the Enemy for the Post-Cold War World: Bill Clinton’s Foreign Policy Discourse in Somalia and Haiti. **International Journal of Communication**, [s. l.], v. 2, p. 830-847, 2008. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/264/196>. Acesso em: 8 fev. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1801-1809: Thomas Jefferson). **To John Adams**, 28 Oct. 1813. Disponível em: <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-06-02-0446>. Acesso em: 14 jul. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1801-1809: Thomas Jefferson). Thomas Jefferson. In: SCHLESINGER JUNIOR, Arthur M., Junior.; ISRAEL, Fred L. (org.). *My fellow citizens: the inaugural addresses of the presidents of the United States, 1789–2009*. New York: Facts On File, Inc., 2007. p. 14-25. ISBN 978-0-8160-8253-7.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1953-1961: Dwight D. Eisenhower). **Second Inaugural Address**. Washington, 21 Jan. 1957. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/second-inaugural-address/>. Acesso em: 11 fev. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1953-1961: Dwight D. Eisenhower). In: SCHLESINGER JUNIOR, Arthur M., Junior.; ISRAEL, Fred L. (org.). *My fellow citizens: the inaugural addresses of the presidents of the United States, 1789–2009*. New York: Facts On File, Inc., 2007. p. 309-323. ISBN 978-0-8160-8253-7.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1961-1963: John F. Kennedy). **The City Upon a Hill Speech**. Boston, 9 Jan. 1961. Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/learn/about-jfk/historic-speeches/the-city-upon-a-hill-speech/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1981-1989: Ronald Reagan). **Address Before a Joint Session of the Congress Reporting on the State of the Union**. Washington, 26 Jan. 1982. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-before-joint-session-the-congress-reporting-the-state-the-union-2>. Acesso em: 11 fev. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1981-1989: Ronald Reagan). **Address Before a Joint Session of the Congress Reporting on the State of the Union**. Washington, 25 Jan. 1983. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-before-joint-session-the-congress-reporting-the-state-the-union-2>. Acesso em: 11 fev. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1981-1989: Ronald Reagan). **Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union**. Washington, 25 Jan. 1984. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-before-joint-session-the-congress-the-state-the-union-4>. Acesso em: 11 fev. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1981-1989: Ronald Reagan). **Election Eve Address ‘A Vision for America’**. [s/l], 11 March 1980. Disponível em:

<https://www.reaganlibrary.gov/archives/speech/election-eve-address-vision-america/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1981-1989: Ronald Reagan). **Remarks at The Annual Convention of The National Association of Evangelicals in Orlando, Florida**. Orlando, 8 Mar. 1983. Disponível em: <https://www.reaganfoundation.org/library-museum/permanent-exhibitions/berlin-wall/from-the-archives/remarks-at-the-annual-convention-of-the-national-association-of-evangelicals-in-orlando-florida/>. Acesso em: 11 fev. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2017-2021: Donald Trump). **Address Accepting the Presidential Nomination at the Republican National Convention in Cleveland, Ohio**. Ohio, 21 Jul. 2016b. <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-accepting-the-presidential-nomination-the-republican-national-convention-cleveland>. Acesso em: 10 ago. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2017-2021: Donald Trump). **President Donald J. Trump's State of the Union Address**. Washington, 30 Jan. 2018. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/president-donald-j-trumps-state-union-address/>. Acesso em: 11 fev. 2024

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2017-2021: Donald Trump). **President Donald J. Trump's State of the Union Address**. Washington, 30 Jan. 2018. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/president-donald-j-trumps-state-union-address/>. Acesso em: 11 fev. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2017-2021: Donald Trump). **President Donald J. Trump's State of the Union Address**. Washington, 5 Feb. 2019. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/president-donald-j-trumps-state-union-address-2/>. Acesso em: 11 fev. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2017-2021: Donald Trump). **Remarks by President Trump in State of the Union Address**. Washington, 4 Feb. 2020. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-state-union-address-3/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2017-2021: Donald Trump). **Remarks by President Trump on Iran Strategy**. Washington, 13 Oct. 2017. <https://eg.usembassy.gov/remarks-president-trump-iran-strategy/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2017-2021: Donald Trump). **Remarks by President Trump on the Illegal Immigration Crisis and Border Security**. Washington, 2018. <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-illegal-immigration-crisis-border-security/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2017-2021: Donald Trump). **Remarks by President Trump on the Administration's National Security Strategy**, 17 Dec. 2017. <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-administrations-national-security-strategy/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2017-2021: Donald Trump). **Remarks by President Trump in Address to the Nation**, 11 Mar. 2020.

<https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-address-nation/>. Acesso em: 24 fev. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2017-2021: Donald Trump). **Trump Takes on GOP Establishment**. Entrevistador: Nick Rossoll. **ABC News**, May 2016a. (6.25 min). Disponível em: <https://abcnews.go.com/Politics/note-trump-takes-gop-establishment/story?id=38977148>.

Acesso em: 16 fev. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (2017-2021: Donald Trump). **The Inaugural Address**.

Washington, 20 Jan. 2017. <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/the-inaugural-address/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

FIORI, José Luis. Nova estratégia americana. **Observatório das Metrópoles**, [S. l.], 7 mar. 2018. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/nova-estrategia-americana-%E2%8E%AE-jose-luis-fiori/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 236 p. ISBN 978-85-218-0344-7.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2019. 39 p. ISBN 978-85-15-04588-4.

FRENCH, David. It's Clear That America Is Deeply Polarized: No Election Can Overcome That. **TIME**, [S. l.], p. 1-1, 3 nov. 2020. Disponível em:

<https://time.com/5907318/polarization-2020-election/>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FONSECA, JR., Gelson. The United States and Latin America: Multilateralism and International Legitimacy. In: MALONE, David A.; KHONG, Yuen Foong (ed.).

**Unilateralism and U.S. foreign policy**: International Perspectives. [S. l.]: Lynne Rienner Publishers, 2003. cap. 15, p. 321-346. ISBN 978-1-58826-143-4.

G7 leaders reject Russia's return after Trump summit invite. **BBC**, [S. l.], p. 1-1, 1 jun. 2020.

Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-52885178>. Acesso em: 11 ago. 2024.

GARFINKEL, Harold. **Studies in Ethnomethodology**. 8. ed. rev. New Jersey: Polity Press, 1991. 304 p. ISBN 0745600050.

GARCIA, Thaís. Em resposta às ameaças chinesas, Japão, Austrália, Índia e EUA iniciam exercícios navais do Malabar. **Conexão Política**, [S. l.], p. 1-1, 6 nov. 2020. Disponível em:

<https://www.conexaopolitica.com.br/ultimas/em-resposta-as-ameacas-chinas-japao-australia-india-e-eua-iniciam-exercicios-navais-do-malabar/>. Acesso em: 13 ago. 2024.

GARDIN, Jean-Claude. Document Analysis and Linguistic Theory. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 29, ed. 2, p. 137-168, 1973. DOI: 10.1108/eb026553. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/eb026553/full/html>. Acesso em: 12 abr. 2024.

GADET, Françoise. Prefácio. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por Uma Análise Automática do Discurso**: Uma Introdução a Obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 7-10. ISBN 85-268-0160-0.

GILMORE, Jason; ROWLING, Charles M.; EDWARDS, Jason A.; ALLEN, Nicole T. Exceptional “We” or Exceptional “Me”? : Donald Trump, American Exceptionalism, and the Remaking of the Modern Jeremiad. **Presidential Studies Quarterly**, [s. l.], p. 1-29, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/psq.12657>. Acesso em: 11 ago. 2024.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**. [s. l.], v.13, ed. 1. p. 77–99. jan./jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/940>. Acesso em: 11 mar. 2024

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2003. p. 100-117

GOMES, A. T. Análise do Discurso e Relações Internacionais: Duas Abordagens. **Política Hoje** (UFPE. Impresso), v. 20, p. 642 - 676, 2011. ISSN: 01047094

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 496 p. v. 1. ISBN 852000511X.

HABERSKI, Raymond Jr. Just War as Ideology: A Militant Ecumenism of Catholics and Evangelicals. In: **Ideology in U.S. Foreign Relations: New Histories**. New York: Columbia University Press, 2022. cap. 13, p. 263-278. ISBN 9780231554275. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.7312/nich20180-014/html>. Acesso em: 9 fev. 2024.

HALL, Stuart. **A Identidade na Pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 101 p. ISBN 85-7 490-402-3.

HALL, Stuart. O Problema da Ideologia: O Marxismo Sem Garantias. In: HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1983] 2003. cap. 9, p. 263-334. ISBN 85-7041-356-4.

HAIDER, Asad. **Armadilha da Identidade**: Raça e Classe Nos Dias de Hoje. São Paulo: Veneta, 2019. 160 p. ISBN 978-85-9571-051-1.

HANNON, Elliot. Trump Said He Doesn’t Believe in American Exceptionalism; May Not Have Understood the Question. **Slate**, [S. l.], p. 1-1, 7 jun. 2016. Disponível em: <https://slate.com/news-and-politics/2016/06/donald-trump-said-not-a-fan-of-american-exceptionalism-in-2015-interview.html>. Acesso em: 11 ago. 2024.

HANSEN, Lene. **Security as Practice: Discourse analysis and the Bosnian war.** London: Routledge, 2006. 239 p. v. 1. ISBN 0-415-33575-2.

HENRY, Paul. Os Fundamentos Teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por Uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução a Obra de Michel Pêcheux.** 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, [1969] 1997. p. 13-38. ISBN 85-268-0160-0.

HERBERT, Jon; MCCRISKEN, Trevor; WROE, Andrew. **The Ordinary Presidency of Donald J. Trump.** Cham: Palgrave Macmillan, 2019. 242 p. ISBN 978-3-030-04942-3.

HILL, Alan; Matthew, HURST, Steven (ed.). **The Trump Presidency: Continuity and Change in US Foreign Policy.** London: Routledge, 2022. 146 p. ISBN 9781003309871.

HINDESS, Barry. Liberalism: what’s in a name?. In: LARNER, Wendy; WALTERS, William (ed.). **Global governmentality: Governing international spaces.** Londres: Routledge, 2004. cap. 1, p. 23-39. ISBN 0-415-31138-1.

HIXSON, Walter, L. **The Myth of American diplomacy: national identity and U.S. foreign policy.** New Haven: Yale University Press, 2008. 377 p. ISBN 0-300-11912-7.

HOLLAND, Jack; FERMOR, Ben. The discursive hegemony of Trump’s Jacksonian populism: Race, class, and gender in constructions and contestations of US national identity, 2016–2018. **Politics**, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 64-79, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0263395720936867>. Acesso em: 24 jul. 2024.

HORSLEY, Scott. FACT CHECK: Trump, Illegal Immigration And Crime. **NPR**, [S. l.], p. 1-1, 22 jun. 2018. Disponível em: <https://www.npr.org/2018/06/22/622540331/fact-check-trump-illegal-immigration-and-crime>. Acesso em: 20 ago. 2024.

HOPEWELL, Kristen. When the hegemon goes rogue: leadership amid the US assault on the liberal trading order. **International Affairs**, [s. l.], v. 97, n. 4, p. 1025-1043, July 2021. DOI 10.1093/ia/iab073. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article/97/4/1025/6296668>. Acesso em: 7 fev. 2024.

HUNT, Michel H. **The American ascendency: how the United States gained and wielded global dominance.** Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007. 404 p. ISBN 978-0-8078-3090-1.

HUTSON, James H. **John Adams and the diplomacy of the American Revolution.** Lexington: The University Press of Kentucky, 1980. 199 p. ISBN 978-0-8131-5314-8.

JABEEN, Mussart; MAZHAR, Muhammad Saleem. Security Game: SEATO and CENTO as Instrument of Economic and Military Assistance to Encircle Pakistan. **Pakistan Economic and Social Review**, [s. l.], v. 49, n. 1, p. 109-132, summer 2011. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/SECURITY-GAME%3A-SEATO-and-CENTO-as-Instrument-of-and-Jabeen-Mazhar/0301516d2828022007c5479cd2fe41ea43574163>. Acesso em: 29 jul. 2024.

KABA, Amadu Jacky. United States Immigration Policies in the Trump Era. **Sociology Mind**, [s. l.], v. 9, n. 4, p. 316-349, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/336850493\\_United\\_States\\_Immigration\\_Policies\\_in\\_the\\_Trump\\_Era](https://www.researchgate.net/publication/336850493_United_States_Immigration_Policies_in_the_Trump_Era). Acesso em: 12 ago. 2024.

KAGAN, Robert. Superpowers Don't Get to Retire. **The New Republic**, [S. l.], p. 1-1, 26 maio 2014. Disponível em: <https://newrepublic.com/article/117859/superpowers-dont-get-retire>. Acesso em: 26 jul. 2024.

KOBASHI, Nair Yumiko. Linguística textual e elaboração de informações documentárias: Algumas reflexões. In: GASPARG, Nádea Regina; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Discurso e texto: multiplicidade de sentidos na ciência da informação**. [S. l.]: EdUFSCar, 2008. p. 47-67. ISBN 978-85-7600-370-0. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788576003700>. Acesso em: 12 abr. 2024

KOBASHI, Nair Yumiko. **Elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia**. Orientador: Prof. Dr. Johanna Wilhelmina Smit. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

KOMLOS, John. Reaganomics: A Watershed Moment on the Road to Trumpism. **The Economists' Voice**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 1-21, 1 maio 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/332067632\\_Reaganomics\\_uma\\_linea\\_divisoria](https://www.researchgate.net/publication/332067632_Reaganomics_uma_linea_divisoria). Acesso em: 6 ago. 2024.

IKENBERRY, G. John. Is American Multilateralism in Decline?. **American Political Science Association**, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 533-550, Sep. 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3688710>. Acesso em: 1 jul. 2024.

LACAN, J. **Função e campo da fala e da linguagem em Psicanálise**. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 937 p. ISBN 978-85-71 10-443-3

LACLAU, Ernesto. **New Reflections on the Revolution of Our Time**. Londres: Verso, 1990. 263 p. ISBN 0860919196.

LACLAU, Ernesto. **Politics and Ideology in Marxist Theory: Capitalism - Fascism - Populism**. Londres: NLB, 1977. 203 p. ISBN 902308742.

LACLAU, Emesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics Second Edition**. New York: Verso, 1985. 198 p. ISBN 1-85984-330-1.

LAGON, Mark P. The International System and the Reagan Doctrine: Can Realism Explain Aid to 'Freedom Fighters'?. **British Journal of Political Science**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 39-70, 27 jan. 2009. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/british-journal-of-political-science/article/abs/international-system-and-the-reagan-doctrine-can-realism-explain-aid-to-freedom-fighters/4048FE07DF8C27031C77E9E09579ABFC>. Acesso em: 7 ago. 2024.

LANG, Andrew F. **A Contest of Civilizations: Exposing the Crisis of American Exceptionalism in the Civil War Era.** North Carolina: The University of North Carolina Press, 2021. 558 p. ISBN 9781469660073.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. **Linguística Documentária: Seleção de Conceitos.** 2009. 177 p. Tese (Concurso de Habilitação à Livre-docência) - Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/27/tde-21112019-191517/publico//MarildaLopesGinesdeLaraLivreDocencia.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. **Representação e Linguagens Documentárias: Bases Teórico-Methodológicas.** Orientador: Prof. Dr. José Teixeira Coelho Neto. 1999. 208 p. Tese (Doutorado) - Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-02122019-153131/publico/MarildaLopesGinesdeLaraDoutorado.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

LAPID, Yosef. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. **International Studies Quarterly**, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 235-254, Sep. 1989. DOI stable/2600457. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/497/2021/01/lapid1989.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Artmed, 1999. 340 p. ISBN 978-85-7307-489-5.

LAWSON, George; ZARAKOL, Ayşe. Recognizing injustice: The ‘hypocrisy charge’ and the future of the liberal international order. **International Affairs**, [s. l.], v. 99, n. 1, p. 201-217, 2023. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article/99/1/201/6967344?login=false>. Acesso em: 26 jul. 2024.

LEITE, Lucas Amaral Batista. **A construção do inimigo nos discursos presidenciais norte-americanos do pós-Guerra Fria.** Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira. 2013. 129 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2013. DOI: 11449/96025. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/96025>. Acesso em: 8 fev. 2024.

LINCOLN, Abraham. **Gettysburg Address.** Gettysburg, 19 Nov. 1863. Disponível em: [https://constitutioncenter.org/the-constitution/historic-document-library/detail/abraham-lincoln-the-gettysburg-address-1863?gad\\_source=1](https://constitutioncenter.org/the-constitution/historic-document-library/detail/abraham-lincoln-the-gettysburg-address-1863?gad_source=1). Acesso em: 11 jul. 2024.

LIPSET, Seymour Martin. **American exceptionalism: A Double-edged Sword.** New York: W. W. Norton & Company, Inc., 1996. 352 p. ISBN 978-0-393-3 1614-8.

LIZZA, Ryan. Leading From Behind. **The New Yorker**, [S. l.], p. 1-1, 26 abr. 2011. Disponível em: <https://www.newyorker.com/news/news-desk/leading-from-behind>. Acesso em: 5 maio 2024.

LÖFFLMANN, Georg. Leading from Behind: American Exceptionalism and President Obama's Post-American Vision of Hegemony. **Institute of Advanced Studies**, [s. l.], v. 20, ed. 2, p. 308-332, 14 abr. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14650045.2015.1017633>. Acesso em: 8 jul. 2024.

MANSFIELD, Harvey C.; WINTHROP, Delba. Editors' Introduction. *In*: TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracy in America**. Chicago: The University of Chicago Press, 2000. cap. Introdução, p. 14-89. ISBN 0-226-80536-0.

MARTINES, Alexandre Robson. Ciência da Informação e seus paradigmas: a presença da linguagem na organização do conhecimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 19, p. 1-129, 18 jun. 2024. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/citations?view\\_op=view\\_citation&hl=pt-BR&user=DgpMZ3YAAAAAJ&citation\\_for\\_view=DgpMZ3YAAAAAJ:aqlVkmm33-oC](https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=DgpMZ3YAAAAAJ&citation_for_view=DgpMZ3YAAAAAJ:aqlVkmm33-oC). Acesso em: 16 abr. 2024

MAGNOTTA, Fernanda. Um Balanço da Política Externa da Era Trump. **Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)**, Rio de Janeiro, p. 1-36, Janeiro 2021. Disponível em: [https://www.cebri.org/media/documentos/arquivos/um\\_balanco\\_da\\_politica\\_extern.pdf](https://www.cebri.org/media/documentos/arquivos/um_balanco_da_politica_extern.pdf). Acesso em: 5 fev. 2024.

MALONE, David M. A Decade of U.S. Unilateralism?. *In*: MALONE, David M.; KHONG, Yuen Foong (ed.). *Unilateralism and U.S. Foreign Policy*. Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc., 2003. cap. 2, p. 19-38. ISBN 978-1-58826-143-4.

MEAD, Walter Russell. The Jacksonian Revolt: American Populism and the Liberal Order. **Foreign Affairs**, [s. l.], v. 96, n. 2, p. 1-7, March/April 2017. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/united-states/jacksonian-revolt-populism-donald-trump>. Acesso em: 13 ago. 2024.

MCDUGALL, Walter A. **Promised land, crusader state**: the American encounter with the world since 1776. New York: Houghton Mifflin Company, 1997. 286 p. ISBN 0-395-83085-0.

MEARSHEIMER, John J. **Bound to Fail**: Rise and Fall of the Liberal International Order. *International Security*, [s. l.], v. 43, n. 4, p. 7-50, spring 2019. DOI 10.1162/ISEC\_a\_00342. Disponível em: [https://www.belfercenter.org/sites/default/files/files/publication/International%20Security\\_Bound%20to%20Fail.pdf](https://www.belfercenter.org/sites/default/files/files/publication/International%20Security_Bound%20to%20Fail.pdf). Acesso em: 7 jan. 2024.

MILLER, Perry. **Errand into the Wilderness**. Massachusetts: Belknap Press, 1956. 256 p. ISBN 0674261550.

MONNET, Agnieszka Soltysik. War and National Renewal. **European journal of American Studies**, [s. l.], v. 7, ed. 2, p. 2-18, 2012. DOI 10.4000/ejas.9672. Disponível em: [journals.openedition.org/ejas/9672](https://journals.openedition.org/ejas/9672). Acesso em: 1 jul. 2024.

MONTERO, Maritza. Poder y palabra: mentira implícita y accidentes en discursos presidenciales. **Discurso & Sociedad**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 348-371, 2009. Disponível em:

[http://www.dissoc.org/es/ediciones/v03n02/DS3\(2\)MaritzaMontero.pdf](http://www.dissoc.org/es/ediciones/v03n02/DS3(2)MaritzaMontero.pdf). Acesso em: 4 dez. 2023.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise Documental como Método e como Técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279. ISBN 85-224-40-62

MUSGRAVE, Paul. International Hegemony Meets Domestic Politics: Why Liberals Can Be Pessimists. **Security Studies**, [s. l.], v. 28, n. 3, p. 51-478, 17 abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09636412.2019.1604983>. Acesso em: 4 fev. 2024.

NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa. **Análise Documental e Análise Diplomática: Perspectivas de interlocução de procedimentos**. Orientador: Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães. 2009. 199 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/c8761280-a610-4950-9dbf-e59f9e5d3664/content>. Acesso em: 8 abr. 2024.

NARZETTI, Claudiana Nair Pothin. Ferdinand de Saussure e a produção do objeto da Análise do Discurso. **Gragoatá**, Niterói, v. 22, n. 44, p. 1087-1102, set-dez 2017. DOI: 10.22409/gragoata.2017n44a1019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/323650551\\_Ferdinand\\_de\\_Saussure\\_e\\_a\\_producao\\_do\\_objeto\\_da\\_Analise\\_do\\_Discurso](https://www.researchgate.net/publication/323650551_Ferdinand_de_Saussure_e_a_producao_do_objeto_da_Analise_do_Discurso). Acesso em: 4 abr. 2024.

NEÜF, Marta. **Words of Crisis as Words of Power: The jeremiad in American presidential speeches**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2018. 414 p. ISBN 978 90 272 0050 1.

NEUMANN, Rico; COE, Kevin. The Rhetoric in the Modern Presidency: A Quantitative Assessment. In: EDWARDS, Jason A.; WEISS, David. **The Rhetoric of American Exceptionalism: Critical Essays**. North Carolina: McFarland & Company, Inc., Publishers, 2011. cap. 1, p. 11-30. ISBN 978-0-7864-5970-4.

NEWPORT, Frank; JONES, Jeffrey M.; SAAD, Lydia. Ronald Reagan From the People's Perspective: A Gallup Poll Review. **Gallup**, [S. l.], p. 1-1, 7 jun. 2004. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/11887/Ronald-Reagan-From-Peoples-Perspective-Gallup-Poll-Review.aspx>. Acesso em: 6 ago. 2024.

NIEBUHR, Reinhold. 'Redeemer Nation' to Super-Power. **The New York Times**, [S. l.], p. 1-1, 4 dez. 1970. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1970/12/04/archives/redeemer-nation-to-superpower.html>. Acesso em: 14 jul. 2024.

NIEBUHR, Reinhold. **The Irony of American History**. Chicago: The University of Chicago Press, 2008. 174 p. ISBN 978-0-226-58398-3.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal: Prelúdio a uma filosofia do futuro**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005. 248 p. ISBN 853590641X.

NORRLOF, Carla. Hegemony and inequality: Trump and the liberal playbook. **International Affairs**, [S. l.], v. 94, n. 1, p. 63-88, 1 jan. 2018. DOI 10.1093/ia/iix262. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article-abstract/94/1/63/4762707?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 11 mar. 2024.

NYE, Joseph S. The rise and fall of American hegemony from Wilson to Trump. **International Affairs**, [s. l.], v. 95, n. 1, p. 63-80, 2019. DOI 10.1093/ia/iyy212. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article/95/1/63/5273551?login=false>. Acesso em: 14 fev. 2024.

NYMOEN, Marius Roska. **The United States' Economic Hegemony**: A study of how the attempt to establish a New International Economic Order was repudiated by the US within the framework of the United Nations General Assembly, 1974-1980. Orientador: Hans Otto Frøland. 2017. 81 p. Tese (Master's thesis in Globalization, Politics and Culture) - Norwegian University of Science and Technology, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/The-United-States%27-Economic-Hegemony-A-study-of-how-Nymoens/f7487df1a9498128a751d36983609d337cc5329d>. Acesso em: 7 ago. 2024.

O'SULLIVAN, John Louis. The Great Nation of Futurity. **The United States Democratic Review**, Washington, D.C, v. 6, p. 426-430, Jul-Dec 1839. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015035929606&seq=430>. Acesso em: 28 jul. 2024.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005. 100 p. ISBN 8571131317.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Niterói: Vozes, 2016. 232 p. ISBN 8532633773.

PARTISAN Polarization Surges in Bush, Obama Years. **Pew Research Center**, [S. l.], p. 1-164, 4 jun. 2012. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/politics/2012/06/04/partisan-polarization-surges-in-bush-obama-years/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 195 p. ISBN 978-85-352-6459-3.

PÊCHEUX, Michel. A Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por Uma Análise Automática do Discurso**: Uma Introdução a Obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, [1969] 1997a. cap. 3, p. 61-162. ISBN 85-268-0160-0.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por Uma Análise Automática do Discurso**: Uma Introdução a Obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, [1975] 1997. cap. 3, p. 61-162. ISBN 85-268-0160-0.

PÊCHEUX, Michael. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, n. 19, p. 7-24, julho; dezembro 1990. DOI 10.20396/celv19i0.8636823. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823/4544>. Acesso em: 29 maio 2024.

PÊCHEUX, Michel. **Estrutura ou Acontecimento**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006. 68 p. ISBN 85-7113-043-4.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997b. 317 p. ISBN 8526801252.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], n. 114, p. 179-195, novembro 2001. DOI 10.1590/S0100-15742001000300008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzvz7XrHRvqQBWLzDNv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2024.

POLITICAL Polarization in the American Public: Pew Research Center. **Political Polarization in the American Public**, [S. l.], p. 1-123, 12 jun. 2014. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/politics/2014/06/12/political-polarization-in-the-american-public/>. Acesso em: 20 ago. 2024

POPESCU, Ionut C. The Intellectual Roots of Reagan’s Foreign Policy. In: PATTERSON, Eric D.; MORRISON, Jeffry H. (ed.). **The Reagan Manifesto: “A Time for Choosing” and its Influence**. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2016. cap. 2, p. 13-28. ISBN 978-3-319-39986-7.

RESENDE, Erica Simone Almeida. **Americanidade, Puritanismo e Política Externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana**. Orientador: Prof. Dr. Rafael Duarte Villa. 2009. 323 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. DOI:10.11606/T.8.2009.tde-28102009-094933. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-28102009-094933/pt-br.php>. Acesso em: 8 fev. 2024.

RESTAD, Hilde Eliassen. **American Exceptionalism: An idea that made a nation and remade the world**. New York: Routledge, 2015. 270 p. ISBN 978-0-415-81751-6.

RESTAD, Hilde Eliassen. What makes America great?: Donald Trump, national identity, and U.S. foreign policy. **Global Affairs**, [s. l.], 19 fev. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23340460.2020.1734955>. Acesso em: 19 abr. 2024.

RESTAD, Hilde Eliassen. Whither the “City Upon a Hill”? : Donald Trump, American Exceptionalism, and the Remaking of the Modern Jeremiad. **Texas National Security Review**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 63-92, December 2020. Disponível em: <https://tnsr.org/2019/12/whither-the-city-upon-a-hill-donald-trump-america-first-and-american-exceptionalism/>. Acesso em: 13 ago. 2024.

RENSHON, Stanley A.; SUEDFELD, Peter. **The Trump Doctrine and the Emerging International System**. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2021. cap. 4, p. 99-125. ISBN 978-3-030-45050-2.

RUGGIE, John G. **Winning the Peace**. New York: Columbia University Press, 1996. 288 p. ISBN 023110426X.

ROSATI, Jerel A.; SCOTT, James M. **The Politics of United States Foreign Policy**. 5. ed. Wadsworth: Wadsworth, Cengage Learning, 2011. 541 p. ISBN 978-0-495-79724-1.

SABARATNAM, Meera; LAFFEY, Mark. Complex indebtedness: Justice and The Crisis of Liberal Order. *International Affairs*, [s. l.], v. 99, ed. 1, p. 161-180, January 2023. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article/99/1/161/6967333?login=false>. Acesso em: 28 jul. 2024.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente Como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 370 p. ISBN 85-7164-133-1.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o corpus na Análise do Discurso. In: II SEAD, 2., 2005, Porto Alegre. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2005. Tema: O campo da Análise de Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites, p. 1-6. Disponível em: [https://www.discoursead.com.br/\\_files/ugd/27fcd2\\_2e9f05f643764cfa9a79fce5317cdef1.pdf](https://www.discoursead.com.br/_files/ugd/27fcd2_2e9f05f643764cfa9a79fce5317cdef1.pdf). Acesso em: 4 fev. 2024.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Course In General Linguistics**. New York: The Philosophical Library, 1959. 257 p.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 1-15, jan-jun 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 9 abr. 2024.

SCHLESINGER, JR, Arthur M.; ISRAEL, Fred L. **My Fellow Citizens: The Inaugural Addresses of the Presidents of the United States 1789–2009**. New York: Crown Publishers, Inc., 2007. 428 p. ISBN 978-0-8160-8253-7.

SCHMIDT, Paul Wickham. An Overview and Critique of US Immigration and Asylum Policies in the Trump Era. **Journal on Migration and Human Security**, [s. l.], v. 7, n. 3, 2019. DOI 92-102. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2331502419866203>. Acesso em: 4 ago. 2024.

SHAPIRO, Michael J. Textualizing Global Politics. In: DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael J. **International/intertextual relations: postmodern readings of world politics**. Massachusetts: Lexington Books, 1989. cap. 2, p. 11-22. ISBN 0669-18956-1.

SKIDMORE, David. Understanding the Unilateralist Turn in U.S. Foreign Policy. **Foreign Policy Analysis**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 207-228, July 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24907227>. Acesso em: 1 jul. 2024.

SKINNER, Richard M. George W. Bush and the Partisan Presidency. **Political Science Quarterly**, Oxford, v. 123, n. 4, p. 605-622, winter 2008-09. DOI: 10.1002/j.1538-165X.2008.tb00636.x. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25655567>. Acesso em: 16 fev. 2024.

SKOCPOL, Theda; WILLIAMSON, Vanessa. **The Tea Party and the Remaking of Republican Conservatism**. New York: Oxford University Press, 2012. 256 p. ISBN 978-0-19-983263-7.

SMIT, Johanna W. (coord.). **Análise Documentária: A Análise da Síntese**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1987. 134 p. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1011/1/An%c3%a1lise%20document%c3%a1ria.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SMITH, Adam. [February 1765]. **Founders Online, National Archives: The Adams Papers, Diary and Autobiography of John Adams**. Cambridge, MA: Harvard University Press, v. 1, 1755-1770, ed. L. H. Butterfield., 1961, p. 255-258. <https://founders.archives.gov/documents/Adams/01-01-02-0009-0002>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SMITH, Craig R. **Compromising the Manichaeian Style: A Case Study of the 2006 State of the Union Address**. *American Communication Journal*, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 23-43, Summer 2011. Disponível em: [https://ac-journal.org/journal/pubs/2011/summer/Bush\\_Proof.pdf](https://ac-journal.org/journal/pubs/2011/summer/Bush_Proof.pdf). Acesso em: 19 abr. 2024.

SMITH, Robert C. **Questions of character: the presidency of Donald J. Trump**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2022. 206 p. ISBN 9781955055086.

SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim. **Foreign Policy: Theories, Actors, Cases**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016. cap. 2, p. 35-53. ISBN 978-0-19-107131-7.

SHAFER, Byron E. Preface. *In: SHAFER, Byron E. Is America Different?: A New Look at American Exceptionalism*. Oxford: Oxford University Press, 1991, p. v-xi. ISBN 0-19-827734-2.

SOARES, Érica Beranger Silva; PEREIRA, Alana Deusilan Sester; SUZUKI, Jaqueline Akemi; EMMENDOEFER, Magnus Luiz. Análises de Dados Qualitativos: Intersecções e Diferenças em Pesquisas Sobre Administração Pública. **III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**, João Pessoa, p. 1-17, 2011. Disponível em: [https://arquivo.anpad.org.br/abrir\\_pdf.php?e=MTM4NjU=](https://arquivo.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MTM4NjU=). Acesso em: 9 abr. 2024.

SRIKANTIAH, Jayashri; SINNAR, Shirin. White Nationalism as Immigration Policy. **Stanford Law Review Online**, [s. l.], v. 71, p. 197-209, March 2019. Disponível em: <https://review.law.stanford.edu/wp-content/uploads/sites/3/2019/02/71-Stan.-L.-Rev.-Srikantiah-Sinnar.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

TAYLOR, Paul. The United Nations system under stress: financial pressures and their consequences. **Review of International Studies**, [s. l.], v. 17, ed. 4, p. 365-382, Oct. 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20097272>. Acesso em: 7 ago. 2024.

TETEN, Ryan. **Evolution of the Modern Rhetorical Presidency: Presidential Presentation and Development of the State of the Union Address**. *Presidential Studies Quarterly*, [s. l.], v.

33, ed. 2, p. 333-346, jun 2003. DOI 10.1111/j.1741-5705.2003.tb00033.x. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27552488>. Acesso em: 19 abr. 2024.

TERRA, Marcos Vinícius Santos Carvalho; ALMEIDA, Carlos Cândido de; SABBAG, Deise Maria Antonia. **Análise Do Discurso Francesa Na Organização Da Informação E Do Conhecimento No Brasil: Considerações Epistemológicas À Análise Documentária.** **RDBCI: Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.**, Campinas, SP, v. 17, p. 1-26, 2018. DOI 10.20396/rdbci.v71i0.8652798. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdbci/a/gJX7dfbVvLGnsqkNHfhzBH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2024.

THE WHITE HOUSE. **National Security Strategy of the United States of America.** Washington, Dec. 2017. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 19abr. 2024.

TOMPKINS, E. Berkeley. **Anti-Imperialism in the United States: The Great Debate, 1890-1920.** Philadelphia: University Of Pennsylvania Press, 1970. 344 p. ISBN 0-8122-7595-0.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracy in America.** Chicago: The University of Chicago Press, 2002. 753 p. ISBN 0-226-80536-0.

TYRRELL, Ian. **American Exceptionalism: A New History of an Old Idea.** Chicago: The University of Chicago Press, 2021. 275 p. ISBN 978-0-226-81209-0.

VAN DIJK, Teun A. Ideologia. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 50, ed. esp. (supl.), p. s53-s61, dez 2015. DOI 10.15448/1984-7726.2015.s.23139. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/23139>. Acesso em: 18 dez. 2023.

VAN DIJK, Teun A. **Ideology: A Multidisciplinary Approach.** London: Sage Puplications, 1998. 365 p. ISBN 0 7619 5655 7.

VAN ENGEN, Abram C. **City on a Hill: A History of American Exceptionalism.**[S. l.]: Yale University Press, 2020. 320 p. ISBN 978-0-300-22975-2. DOI 10.2307/j.ctvwcjf0t. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctvwcjf0t>. Acesso em: 11 fev. 2024.

VIDAL, Camila Feix. **Polarização Partidária e Ascensão Conservadora: Uma Análise das Plataformas Nacionais Republicanas e Democratas nos Estados Unidos (1936-2012).** Orientador: Dr. Paulo Sérgio Peres. 2016. 260 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/140175>. Acesso em: 9 fev. 2024.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. **A noção de estrutura lingüística e de processo de estruturação e sua influência no conceito e na elaboração de linguagens documentárias.** Orientador: Marilda Lopes Ginez de Lara. 2007. 1-137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, [S. l.], 2007. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-17032008-104245/publico/VOGEL\\_Dissertacao\\_2007.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-17032008-104245/publico/VOGEL_Dissertacao_2007.pdf). Acesso em: 9 abr. 2024.

WALKER, R.B.J. **Inside/Outside: International Relations as a Political Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. ISBN 9780511559150

WALKER, R.B.J. **Inside/Outside: International Relations as a Political Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. 233 p. ISBN 0075548526

WALTZ, Kenneth N. **Man, the state and war: A theoretical analysis**. New York: Columbia University Press, 1959.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill, 1979. ISBN 0075548526

WATKINS, Eli. Trump taunts North Korea: My nuclear button is 'much bigger,' 'more powerful'. **CNN Politics**, [s. l.], p. 1-1, 3 jan. 2018. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2018/01/02/politics/donald-trump-north-korea-nuclear/index.html>. Acesso em: 18 ago. 2024.

WEAVER, Jace. Original Simplicities and Present Complexities: Reinhold Niebuhr, Ethnocentrism, and the Myth of American Exceptionalism. **Journal of the American Academy of Religion**, [s. l.], v. 63, n. 2, p. 231-247, summer 1995. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1465399> . Acesso em: 19 jul. 2024.

WEGNER, Peter. **Historical and Close-Reading Analysis of State of the Union Addresses: Examining Two Approaches in Rhetorical Analysis**. 2013. Thesis (Degree of Doctor of Philosophy) - Arizona State University, [S. l.], 2013. Disponível em: <https://keep.lib.asu.edu/items/151823>. Acesso em: 28 fev. 2024.

WENTZEL, Marina. Pressão dos EUA contra comércio global pode ter levado brasileiro a deixar direção da OMC. **BBC**, [S. l.], p. 1-1, 14 maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52595513>. Acesso em: 13 ago. 2024.

WERTHEIM, Stephen. Trump and American Exceptionalism: Why a Crippled America Is Something New. **Foreign Affairs: Foreign Affairs**, [s. l.], p. 1-4, 3 jan. 2017. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2017-01-03/trump-and-american-exceptionalism>. Acesso em: 11 ago. 2024.

WHITE, John Kenneth. Donald Trump and the Republican Party: The Making of a Faustian Bargain. **Studies in Media and Communication**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 8-20, Dec. de 2017. DOI: 10.11114/smc.v5i2.2469. Acesso em: 8 fev. 2024.

ZURCHER, Anthony. The unlikely story behind the phrase 'American exceptionalism'. **BBC**, Washington, p. 1-1, 13 set. 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/magazine-24086785>. Acesso em: 12 ago. 2024.